UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EMERSON ADRIANO SILL

ESTADO, JUVENTUDE E RECID:
O Significado das Políticas Públicas dos Governos Petistas.

GOIÂNIA-GO

2018

sistema de bibliotecas ufg

PRPG
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO

UFG

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **[ ] Dissertação** **[X] Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

Nome completo do autor: Emerson Adriano Sill

Título do trabalho: ESTADO, JUVENTUDE E RECID: O SIGNIFICADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS GOVERNOS PETISTAS

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Assinatura do(a) autor(a)[2]

Ciente e de acordo:

Assinatura do(a) orientador(a)[2] Data: 21 / 05 / 2018

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

[2] A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

EMERSON ADRIANO SILL

ESTADO, JUVENTUDE E RECID:
O Significado das Políticas Públicas dos Governos Petistas.

Tese de Doutorado apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.
Orientador Prof. Dr. Nildo Viana. Linha de pesquisa Movimentos Sociais, Poder Político e Transformações Sociais.

GOIÂNIA-GO

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Sill, Emerson Adriano

Estado, Juventude e RECID [manuscrito] : O significado das Políticas Públicas dos Governos Petistas / Emerson Adriano Sill. - 2018.

219 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Nildo Viana.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2018.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, símbolos, gráfico, lista de figuras.

1. governo federal. 2. juventude . 3. terceiro setor. 4. movimentos sociais . 5. RECID. I. Viana, Nildo, orient. II. Título.

CDU 316

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO TRABALHO DA TESE DE DOUTORADO DE

EMERSON ADRIANO SILL

Aos 20 dias do mês de abril de 2018, às 14h00, na Sala de Defesas da Faculdade de Ciências Sociais da UFG, realizou-se a sessão de julgamento do trabalho de Tese de Doutorado de EMERSON ADRIANO SILL, intitulado *Estado, Juventude e RECID: O Significado das Políticas Públicas dos Governos Petistas.* A Banca Examinadora foi composta pelos/as seguintes Professores/as Doutores/as: Nildo Viana (presidente, UFG), Cássia Baldini Soares (USP), Cleito Pereira dos Santos (UFG), Edmilson Ferreira Marques (UEG) e Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira (UFG). O candidato apresentou o trabalho, as/os examinadoras/es o arguiram e ele respondeu às arguições. Às 17:00 horas, a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão reservada, atribuindo ao doutorando os seguintes resultados:

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado
Prof. Dr. **Nildo Viana** _____

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado
Profa. Dra. **Cássia Baldini Soares** _____

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado
Prof. Dr. **Cleito Pereira dos Santos** _____

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado
Prof. Dr. **Edmilson Ferreira Marques** _____

☒ **Aprovado** ☐ Reprovado
Profa. Dra. **Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira** _____

Resultado Final APROVADO

Reaberta a sessão pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Letícia Ferreira Angélica, Secretária do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, e pelos membros da Banca Examinadora.

Letícia Ferreira Angélica _____

Letícia Ferreira Angélica
Assistente em Administração
Secretaria do Programa de Pós- Graduação
em Sociologia/PPGS
Faculdade de Ciências Sociais /UFG
Matrícula Siape n. 2071790

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Dilceli, que teve paciência e compreensão nos momentos mais difíceis desta pesquisa, estando ao meu lado, me apoiando e me incentivando a não desistir desta caminhada.

À minha querida filha, Eloisa, que em vários momentos eu tive que me ausentar para pesquisar e escrever em função do cumprimento dos prazos deste trabalho, e nem sempre dando a atenção devida.

Dedico a vocês esse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família, pela paciência em todos os momentos aqui dedicados. Aos amigos, pelo incentivo a apoio em momentos de quase desistência. Ao meu orientador, professor Nildo Viana, por aceitar a orientação deste trabalho, pelo apoio e pelos encaminhamentos feitos, com suas contribuições a partir de seus grandes conhecimentos que me ajudaram nesse processo até a conclusão deste trabalho. Ao professor Cleito Pereira, pelo apoio em momentos de turbulência, onde recebi um grande apoio do programa. Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, pela oportunidade de poder ingressar em seu quadro discente. Ao grande amigo Gilson, pela ajuda em vários momentos com seu apoio e incentivo.

EPÍGRAFE

Nas favelas, no senado
Sujeira pra todo lado
Ninguém respeita a constituição
Mas todos acreditam no futuro da nação.

Que país é esse?

No Amazonas
E no Araguaia ia, ia
Na Baixada Fluminense
No Mato grosso
E nas Gerais
E no Nordeste tudo em paz
Na morte eu descanso
Mas o sangue anda solto
Manchando os papeis
Documentos fiéis
Ao descanso do patrão.

Que país é esse?

Terceiro mundo se for
Piada no exterior
Mas o Brasil vai ficar rico
Vamos faturar um milhão
Quando vendermos todas as almas
Dos nossos índios num leilão.

Renato Russo

RESUMO

A proposta desta tese é analisar as políticas públicas dos governos federais comandados pelo Partido dos Trabalhadores (PT) – ou seja, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e do governo de Dilma Vana Rousseff (2011-2016) – em sua relação com a RECID. Estes dois mandatos são analisados como períodos caracterizados pela proximidade com o terceiro setor e os movimentos sociais (ainda que esse processo não tenha ocorrido de forma unânime). Grande parte destes setores aderiu aos governos petistas ao se aproximarem de algumas de suas ações e projetos. Essa adesão foi intermediada pela Rede de Educação Cidadã (RECID) que se tornou um elo entre esses setores e o poder estatal. Esta estrutura surgiu com o intuito de atrair os movimentos sociais e o terceiro setor para atuarem em prol do governo. Assim, ela facilitou a obtenção de recursos a serem aplicados em projetos e contratações. O caminho tomado pelo governo se direcionou para a cooptação de membros e líderes dos setores mencionados para integrarem essa rede recém-criada. Desse modo, a presente tese tem como proposta analisar essa relação construída em torno da cooptação intermediada pela RECID que favoreceu o governo federal. O jovem é analisado como uma força que contribui com o desenvolvimento das ações do terceiro setor e dos movimentos sociais, por isso foi abordada a relevância de se explicar essas relações. Nesse sentido, a problemática da presente pesquisa se constitui em como elas acontecem e qual é o papel da RECID neste processo. Apresentamos a hipótese de que o governo federal exerceria um controle sobre os movimentos sociais e o terceiro setor através da RECID. No referencial teórico foi utilizada a contribuição de alguns autores, dentre os quais Karl Mannheim, Karl Jensen, Nildo Viana, Clauss Offe, Amitai Etzioni, Carlos Montaño e Antonio Gramsci. Já a estrutura desta pesquisa se deu em torno da investigação de documentos produzidos pelo governo federal e pela RECID; entrevistas com integrantes desta rede; blogs; sites; e comunicações via e-mail destas instituições e setores envolvidos, os quais contribuíram para a análise proposta. Esse foi o caminho metodológico traçado para a análise pretendida, isto é, a relação construída entre os governos petistas e os setores identificados. É importante referendar, no entanto, que grande parte das entrevistas não foi autorizada para a publicação, nesse sentido, essas informações foram descartadas. Além disso, é importante citar que ex-educadores da RECID também apresentaram suas contribuições. Diante desta trajetória dos dados levantados, verificou-se, na conclusão deste estudo, a confirmação da hipótese

apresentada, isto é, de que o governo federal exerceu um controle sobre os movimentos sociais e o terceiro setor por meio da RECID.

Palavras – **chave:** Governo Federal, Juventude, Terceiro Setor, Movimentos Sociais e RECID.

ABSTRACT

The proposal of this thesis is to analyze the public policies of the federal governments led by the Workers' Party (PT) - that is, the government of Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) and the government of Dilma Vana Rousseff (2011-2016) in its relationship with RECID. These two mandates are analyzed as periods characterized by proximity to the third sector and social movements (although this process has not occurred unanimously). Most of these sectors joined the PT governments by approaching some of their actions and projects. This membership was brokered by the Citizen Education Network (RECID), which became a link between these sectors and state power. This structure emerged with the aim of attracting social movements and the third sector to act in favor of the government. Thus, it facilitated the obtaining of resources to be applied in projects and contracting. The path taken by the government has been directed towards the co-optation of members and leaders of the sectors mentioned to integrate this newly created network. Thus, this thesis aims to analyze this relationship built around the co-optation mediated by RECID that favored the federal government. The youth is analyzed as a force that contributes to the development of the actions of the third sector and of the social movements, for that reason the relevance of explaining these relations was approached. In this sense, the problem of the present research is constituted in how they happen and what is the role of RECID in this process. We hypothesize that the federal government would exercise control over social movements and the third sector through RECID. In the theoretical reference was used the contribution of some authors, among them Karl Mannheim, Karl Jensen, Nildo Viana, Clauss Offe, Amitai Etzioni, Carlos Montaño and Antonio Gramsci. The structure of this research was based on the investigation of documents produced by the federal government and RECID; interviews with members of this network; blogs; sites; and e-mail communications of these institutions and sectors involved, which contributed to the proposed analysis. This was the methodological path mapped out for the intended analysis, that is, the relationship built between the PT governments and the identified sectors. It is important to note, however, that most of the interviews were not authorized for publication, in that sense, this information was discarded. In addition, it is important to mention that former RECID educators have also made contributions. In view of this trajectory of the data collected, it was verified, at the conclusion of this study, the confirmation of the hypothesis presented, that is, that the federal government

exercised control over social movements and the third sector through RECID.

Key words: Federal Government, Youth, Third Sector, Social Movements and RECID.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A Sociologia do Conhecimento..... 32
Quadro 2 – O problema sociológico das gerações..... 42
Quadro 3 – As estruturas de poder das organizações 63
Quadro 4 – As Estruturas do Terceiro Setor 84
Quadro 5 – Funções motivadoras do programa Fome Zero. 105
Quadro 6 – Divisão das regiões com presença da RECID 2007-2010. 121
Quadro 7 - Relação de convênios firmados entre Governo Federal e a RECID 123
Quadro 8 – Oficinas de formação que configuraram as ações da RECID, desenvolvidas com os grupos em 2011. 127
Quadro 9 – Modelos de Implementação de Políticas Públicas. 143

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Estudo do crescimento sobre as ONG's, de 1996 a 2010. 86
Gráfico 2 – Quadro Comparativo das regiões brasileiras e a composição de Instituições não governamentais, 2005 a 2010. 88
Gráfico 3 – Quadro comparativo dos Presidentes entre 1993 e 2014, no Brasil, sobre Pobreza Extrema ou Miséria. 149

LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 – Foto capturada em 27 de agosto de 1933, na Alemanha – Juventude Hitlerista fazendo uma suástica humana em homenagem a um soldado desconhecido..... 45
Imagem 2 – Foto capturada em 1943, em Berlim – Treinamento obrigatório de crianças e adolescentes, de 6 a 19 anos, para interesses nazistas. 45
Imagem 3 – Manifestação da RECID no Centro-Oeste. 115
Imagem 4 – Manifestação da RECID contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff 170

LISTA DE ORGANOGRAMA

Organograma 1 – Estrutura organizacional dos encontros do TALHER..... 110
Organograma 2 – Estrutura da RECID. 118
Organograma 3 – Estrutura do Ciclo de Políticas Públicas. 137
Organograma 4 – Estrutura dos atores nas políticas públicas. 155

LISTA DE SIGLAS

CGT – Confederação Geral dos Trabalhadores.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento.

CTB – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

CUT – Central Única dos Trabalhadores.

DST – Doenças Sexualmente Transmissíveis.

FASFIL – Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos

FMI – Fundo Monetário Internacional.

GIFE – Grupo de Investidores Sociais do Brasil.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MNS – Movimento Negro Socialista.

MST – Movimento Sem Terra.

ONG – Organização Não Governamental.

OS – Organização Social.

PCdoB – Partido Comunista do Brasil.

PCO – Partido da Causa Operária.

PPP – Plano Político Pedagógico.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PUC-RS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

RECID – Rede de Educação Cidadã.

UFF – Universidade Federal Fluminense.

UFG – Universidade Federal de Goiás.

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais.

UNB – Universidade de Brasília.

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO **15**

CAPÍTULO I – JUVENTUDE E SOCIEDADE **21**

1.1 JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E A RECID 21
1.2 CONCEITUANDO JUVENTUDE 24
1.3 JUVENTUDE E MOBILIZAÇÃO 50
CAPÍTULO II - A RECID, O TERCEIRO SETOR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS. **59**

2.1 O TERCEIRO SETOR E O ESTADO 59
2.1.1 O CONCEITO E SUAS FRAGILIDADES 75
2.1.2 O CRESCIMENTO DAS ONG's NO BRASIL 80
2.2 REVISANDO O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS 89
2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS 91
2.3.1 A FORÇA DO JOVEM E O TERCEIRO SETOR E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS 100
2.4 A FORMAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RECID) 104
2.4.1 A REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ E SUA ESTRUTURA 114
2.4.2 A REDE NO BRASIL E OS RECURSOS APLICADOS 121
2.4.3 REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS ... 126
2.4.4 AS CIRANDAS DE EDUCAÇÃO POPULAR 130
CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO DE LULA E DILMA **133**

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DE CONCEITO 133
3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO LULA E DILMA 145
3.3 O TERCEIRO SETOR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS 152
3.4 A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS 155
3.5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO LULA E DILMA 157
3.6 A RECID E A SOCIEDADE CIVIL 168
CONSIDERAÇÕES FINAIS **172**

REFERÊNCIAS **178**

ANEXOS **187**

ANEXO I **188**

ANEXO II **192**

ANEXO III **218**

ANEXO IV **219**

INTRODUÇÃO

Em uma breve exposição relatarei quais motivos me levaram a desenvolver essa tese sobre juventude, terceiro setor e ações do governo federal. Em meados de 2008 tive a oportunidade de participar de uma instituição não governamental que atuava diretamente com jovens e que recebia recursos do poder público através de projetos apresentados. As ações desenvolvidas produziam muitos dados estatísticos que atendiam as necessidades quantitativas do governo estadual o qual residia. Porém, os jovens eram efetivamente induzidos a produzir essas ações que geravam grande visibilidade. Esta experiência despertou-me o interesse em estudar políticas produzidas pelos governos petistas, o que me instigou a buscar mais informações sobre como fora conduzido esse processo. O envolvimento da juventude é intenso e as instituições do terceiro setor e os movimentos sociais se apropriam dessa jovialidade disponível, o que passa a ser de grande interesse para o governo. Dessa maneira, essa experiência me levou a buscar mais informações sobre essas relações a nível federal, especificamente do governo petista, desenvolvendo, assim, a tese construída neste trabalho.

O ano de 2003 foi marcado pela vitória de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à Presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Essa vitória marcou uma nova era para o Brasil, que seria comandado por um representante advindo das bases do sindicalismo e apoiado por parte da Igreja Católica. Partindo desse pressuposto, a proposta desta tese é analisar as relações entre a Rede de Educação Cidadã, conhecida pela sigla RECID; o governo federal, comandado pelo PT; os movimentos sociais e o terceiro setor. A hipótese apresentada é a de que o governo federal exerce um controle sobre os movimentos sociais e o terceiro setor por meio da RECID.

O surgimento da RECID se concretiza a partir de uma articulação que contou com o apoio do governo federal e diversos setores sociais pertencentes aos movimentos sociais e ao terceiro setor. Sua liderança nacional foi coordenada, durante os mandatos do PT, por dois assessores da Presidência da República: Frei Betto, em um primeiro momento, e, posteriormente, Selvino Heck. Uma das principais ações da RECID foi buscar, junto ao governo federal, um diálogo para a realização de convênios e contratações em prol do desenvolvimento de diversas ações em todo o território nacional. Tais ações foram concretizadas com rubricas que envolveram vários ministérios do governo federal, possibilitando a contratação de diversas lideranças para prestação de serviços a esta Rede.

A presente pesquisa também aborda a participação da juventude nos movimentos sociais e no terceiro setor, caracterizando-a como uma força propulsora de grande importância, principalmente em sua contribuição como suporte no desenvolvimento das ações desses setores na sociedade. Esse grupo apresenta vigor e entusiasmo enquanto participante do terceiro setor e dos movimentos sociais, acompanhando as manifestações e ações a favor de melhorias na sociedade. Assim, o objeto de estudo é relevante na medida em que representa esse agrupamento enquanto um braço forte no apoio às ações do terceiro setor e dos movimentos sociais – que buscam mudanças significativas nas lacunas existentes na sociedade.

Por esse ângulo, a estrutura deste trabalho foi elaborada a partir de um referencial teórico, composto pelas contribuições de alguns estudiosos, a saber: Karl Mannheim – que discorre sobre a juventude; Carlos Montaño – que aborda a questão do terceiro setor; Karl Jensen – que desenvolve uma análise sobre os movimentos sociais; Nildo Viana – que apresenta um debate sobre os movimentos sociais e a juventude; Clauss Offe – que discute sobre o Estado capitalista; Amitai Etzioni – que explana acerca das organizações modernas; e Antonio Gramsci – que trabalha conceitos como o de hegemonia e consenso. Portanto, o presente *corpus* é embasado nesses principais teóricos, que colaboram para as discussões e análises propostas nesta tese.

A partir da ideia de hegemonia, buscou-se discutir a forma do controle estabelecido pelo governo, por intermédio da RECID, sobre os movimentos sociais e o terceiro setor. É também importante apontar que o processo de cooptação se faz presente em toda essa estrutura, passando a constituir um dos papéis principais exercidos por esta Rede. Dessa maneira, a problemática desta pesquisa visa descobrir qual o papel da RECID em sua relação com o governo federal, os movimentos sociais e o terceiro setor. A hipótese apresentada é a que o governo federal exerceu um controle sobre os movimentos sociais e o terceiro setor através da RECID.

A presente tese está dividida em três capítulos, que estão organizados com o objetivo de discutir a relação entre o governo federal, a RECID, os movimentos sociais e o terceiro setor, que desempenha um papel importante, intermediado pela RECID, entre governo e sociedade. O Capítulo I apresenta conceitos que permeiam as discussões sobre a juventude, pautando-se na proposta de analisá-la mediante sua participação no terceiro setor e nos movimentos sociais. Essa apresentação se apoia nos escritos de Karl Mannheim (1968), que discute e problematiza a juventude com base na teoria geracional, permitindo interpretar que o

jovem participante das instituições e dos movimentos sociais está diretamente ligado à hegemonia, citada anteriormente.

Outro aspecto importante a ser discutido neste capítulo, na apresentação do conceito de juventude, é a perspectiva, em alguns casos, de como e em que condições a juventude participa das atividades desenvolvidas pelo terceiro setor e pelos movimentos sociais. Nesse sentido, serão apresentadas as diversas formas de participação da juventude na sociedade e de que maneira ocorre a sua aproximação com o terceiro setor e movimentos sociais, evidenciando o seu papel nos projetos e ações realizadas, que representam, em sua essência, um determinado comportamento por meio das reivindicações.

Além disso, outro ponto importante está no desenvolvimento da ideia do coletivo, que contribui para a formação de atitudes comuns a um determinado grupo. As ações coletivas fazem parte da estruturação dos grupos que compõem os movimentos sociais e o terceiro setor de maneira dominante e central. Essa relação é analisada diante da necessidade de se entender a composição do coletivo que se sobrepõe individual, o que, na visão da pesquisa, contribui para a construção da hegemonia vista em Gramsci (1985).

Ainda neste capítulo, é abordado de que maneira o jovem brasileiro se envolve no terceiro setor e nos movimentos sociais. Geralmente ele realiza um trabalho voluntário para o desenvolvimento de alguma atividade, a partir de seu tempo disponível. Outra maneira muito comum de haver envolvimento é quando há identificação pessoal com os projetos da área social, devido à facilidade de comunicação e ao fato de esses setores pertencerem à realidade de sua faixa etária.

Além disso, há a possibilidade do jovem participar de determinado projeto a partir de contratação, o que ocorre em algumas organizações do terceiro setor, além das participações espontâneas. Estas duas formas de atuação são as mais comuns relacionadas às causas sociais. Assim, na presente tese, os jovens que participam desses projetos são considerados importantes devido à proporção do seu contingente nas ações sociais. Embora não representem um grande número na população total de jovens no Brasil, eles simbolizam e representam determinadas instituições que atuam na sociedade. É também importante enfatizar que os jovens atuantes na RECID são os grandes multiplicadores de suas propostas.

No Capítulo II, são discutidas as estruturas do terceiro setor e os movimentos sociais da atualidade no Brasil, caracterizado por uma diversidade de ações reivindicatórias em várias áreas na sociedade. Nesse sentido, propõe-se analisar a relação do terceiro setor e os movimentos sociais com a RECID mais próxima do governo federal, que se contradiz em

alguns de seus princípios, já que o seu discurso defende o combate às ineficiências, negligências e ausências do governo.

Ainda neste capítulo, é discutido o modelo de relacionamento que a RECID mantém com os movimentos sociais e o terceiro setor ao mesmo tempo em que possui um formato descentralizado, buscando maior capilaridade em todo o território nacional. Essa condição representa a extensão da organização da RECID, que forma uma força em nível nacional. Além disso, é abordada a relação entre as ONGs e os movimentos sociais, bem como a importância de ações e reivindicações exercidas por estes setores da sociedade.

A partir da discussão anterior, o Capítulo II também discorre, brevemente, sobre a formação dos setores organizados da sociedade, a formação do terceiro setor no Brasil e como este vem se popularizando por meio do aumento de suas instituições. Isso ocorreu, em grande parte, pela possibilidade de efetivar parcerias, principalmente com o governo federal. Nesse sentido, o terceiro setor será apresentado a partir de cinco estruturas que constituem essas instituições atuantes no meio social, a saber: associações, organizações filantrópicas, organizações não governamentais, fundações privadas e organizações sociais. No entanto, somente as organizações não governamentais apresentam maior proximidade com a RECID.

Na sequência da pesquisa, foi abordado a Rede de Educação Cidadã, que passa a agir como um braço do governo federal, atuando como interlocutora dos movimentos sociais e o terceiro setor em todo o Brasil. Neste aspecto, o capítulo detalhará a rede e suas origens desde o Programa Fome Zero, proposto para erradicar a fome em regiões mais carentes em todo o Brasil. Esse programa teve a sua extensão com o projeto TALHER, que posteriormente dará origem à constituição da RECID. Nessa estrutura, o TALHER foi o alicerce da rede e teve um papel importante na formação dos educadores para atuarem nos encontros promovidos e organizados para a RECID.

Esses encontros foram constituídos para aumentar a capilaridade da rede no envolvimento de movimentos sociais e do terceiro setor, e foram compostos por uma série de atividades culturais que garantem um diálogo de maior acessibilidade aos grupos. Em suas estratégias pedagógicas, é utilizada a composição dos encontros da rede, que evidencia especificidades regionais para cada macrorregião geograficamente dividida. Por fim, foram discutidas as facilidades que pode haver a partir da proximidade da RECID com o governo federal, gerando, com isso, diversos acordos e convênios firmados com secretarias, ministérios e outros setores federais.

O Capítulo III propõe uma análise sobre os governos Lula e Dilma, dos quatro mandatos até o processo de *impeachment* sofrido pela presidente. Um dos aspectos analisados foi a visão do governo federal construída em torno da estruturação e aplicação de programas sociais e, posteriormente, na formação de seu braço forte e interlocutor: a RECID. As propostas governamentais caminharam para trabalharem efetivamente junto ao terceiro setor e aos movimentos sociais para a construção de "aliados", unindo as ações desenvolvidas pelo governo federal e conquistando apoio nas campanhas eleitorais. Percebe-se também, nesta fase, a participação maciça do terceiro setor e dos movimentos sociais, principalmente com o público jovem, em dois momentos: 1) na atuação dos projetos junto à estrutura; 2) e sendo beneficiários destas ações.

Além disso, nesse capítulo, é realizada uma discussão sobre os investimentos dos quatro mandatos dos governos petistas no terceiro setor e nos movimentos sociais. Posteriormente, foi analisada uma discussão em torno da construção de uma hegemonia, pautada nos conceitos gramscianos de consenso da dominação ideológica. Neste processo de análise também são interpretados e revisados conceitos sobre políticas públicas, desde a sua constituição até a sua relevância dentro da gestão do período dos governos analisados. Essa relação é proposta diante da necessidade de se discutir a vinculação como um suporte que busca a construção de uma hegemonia visando mudar, efetivamente, o comportamento dos integrantes dos movimentos sociais e do terceiro setor. Assim, se busca a adesão às propostas governamentais.

Esse processo foi realizado na fase em que o governo foi comandado pelo Partido dos Trabalhadores, de forma a articular a estrutura da RECID ao apoiar financeiramente os movimentos sociais e o terceiro setor. Assim, o grande questionamento que envolve a relação entre esses setores está no formato de uma possível cooptação, no sentido de trazer esses movimentos para atuação em prol do governo, distanciando-se da sua essência reivindicatória e contestatória. É um formato que permite problematizar como, efetivamente, ocorre esse processo hegemônico entre os movimentos sociais, o terceiro setor e o governo federal, intermediado pela RECID.

A juventude envolvida nos movimentos sociais e no terceiro setor representa uma grande força no desenvolvimento das ações destes setores. Desta forma, sua relação se torna indispensável para entender que essa força, cooptada diante desse processo, vem em grande parte composta por uma juventude idealista e preocupada com a sociedade.

A estrutura metodológica desta tese está pautada a partir da contribuição de documentos; reportagens; imagens; bibliografia relacionada ao tema; sites; blogs das instituições; e teses e dissertações que venham a contribuir com as análises dos aspectos abordados.

Assim, frente a todo esse processo, a RECID é analisada como um braço do governo do PT, que se utilizou desta posição para ter ao seu lado ONGs e alguns setores dos movimentos sociais no Brasil. Estes assumiram uma posição moderada, contrariando sua essência reivindicatória enquanto grupos presentes historicamente na sociedade, que, por sua própria razão de existência, cobra do governo federal melhorias em torno de demandas da sociedade. Assim, há nesta pesquisa um questionamento que aborda os mecanismos utilizados pelo governo federal para controlar estes setores da sociedade.

CAPÍTULO I – JUVENTUDE E SOCIEDADE

> "A juventude apareceu como depositária de valores novos, capazes de reavivar uma sociedade velha e esclerosada. Havia-se experimentado um sentimento semelhante ao período romântico, mas sem uma referência precisa de uma classe de idade".
>
> Phillipe Ariés

1.1 JUVENTUDE, PARTICIPAÇÃO E A RECID

A proposta deste capítulo é trazer uma discussão sobre o conceito de gerações e a sua relação com a juventude, com o intuito de contribuir para a análise desse grupo social na atualidade. Será abordada, mais especificamente, a juventude que participa dos movimentos sociais e do terceiro setor ligados à RECID.

Partindo do pressuposto que cada vida humana possui uma trajetória dinâmica, estruturada em torno de problemas e soluções, a cada dia busca-se a melhor forma de compreender a complexidade cotidiana em que vivemos. Muitas vezes, a experiência adquirida pode ser um fator determinante para a resolução de problemas presentes no cotidiano. No entanto, ao mesmo tempo, o cotidiano é um fator importante de aprendizado para adquirir essa experiência. Esse trajeto, para o jovem, geralmente é galgado com uma maior quantidade de espinhos, devido à transição ocorrida entre a fase jovem e a fase adulta – o que não é determinado efetivamente por sua idade "biológica", mas em grande parte por suas relações sociais. Neste sentido, a juventude é uma categoria muito significante, pois representa uma nova geração para a sociedade, ou seja, a perpetuação e a continuidade desta. Esse grupo também representa a possibilidade de mudanças no ambiente social, com novos comportamentos e, em alguns casos, formas diferenciadas de agir. Mas também é importante citar que é possível identificar perpetuações de costumes e formas de agir. Nesse sentido, a juventude pode igualmente fortalecer as continuidades culturais.

É neste contexto que a juventude é estudada e analisada por diversas pesquisas de diferentes áreas, como a da saúde, violência, cidadania e educação. No entanto, embora haja esse interesse, ainda há poucos pesquisadores que versam sobre o tema da juventude considerando suas formas de envolvimento na sociedade.

As duas últimas décadas foram decisivas para o aumento do estudo sobre a juventude no contexto sociológico. Houve, nas universidades, um impulso das propostas de pesquisa sobre geração, o que contribuiu para a criação de centros de dados sobre o tema. Os Observatórios de Juventude passam a existir como centros de referência em algumas instituições, como é o caso da Universidade de Brasília (UnB); da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); da Universidade Federal Fluminense (UFF); da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); e da Universidade Federal de Goiás (UFG). Segundo Corrochame e Nakano (in SPOSITO, 2009, p. 17), pode-se notar o crescimento no volume de dados e pesquisas que se direcionam à temática juventude, presente em diversas instituições públicas e privadas, o que revela o interesse sobre o assunto dentro do meio acadêmico.

A identificação e a análise do conceito de juventude, em especial o de gerações, demonstrado por Karl Mannheim (1968) – sociólogo pioneiro do estudo da juventude –, torna-se relevante para a presente pesquisa. Este conceito será a base para a discussão que permeia parte da juventude envolvida com o terceiro setor e os movimentos sociais, e que demonstra vontade em contribuir para melhorias na sociedade. O perfil do jovem compreendido nestas análises está enquadrado dentro dos limites de sua participação no meio social, pois "a posição de classe é um fato objetivo, que o indivíduo em questão tenha ou não consciência dela, e aceite ou não" (MANNHEIM, 1982, p. 70). Ainda segundo o autor, a consciência de classe não acompanha necessariamente uma posição de classe, mas resulta na formação de uma classe consciente, presente na sociedade.

Ao se adentrar no estudo sobre a juventude no Brasil, é necessário retratar a identificação do perfil do jovem na atualidade como integrante de movimentos sociais, bem como os jovens que estão envolvidos em projetos de ONGs. Outro aspecto importante constatado é que se trata de uma temática ainda pouco divulgada em termos quantitativos.

É essencial compreender que o processo de "complexidade social" é dinâmico, principalmente quando se trata da categoria juventude, cujas mudanças de comportamentos são, por vezes, geridas em torno de conflitos que percorrem o espaço de tempo na sua existência. Nesse espaço, também se inicia um novo ciclo de comportamentos, a partir de ações que irão reeditar o conhecimento já existente por gerações anteriores no processo de ruptura entre gerações. Desse modo, em alguns momentos, o grande desafio da presente pesquisa está em explorar e interpretar o comportamento do jovem na atualidade nos espaços citados – levando em conta que as mudanças são um fator constante, o que constitui uma

dinâmica na sociedade. Nesse caso, ainda é uma pequena parcela de jovens que participa de projetos sociais, em ONGs ou em movimentos sociais.

A análise proposta foi construída em torno do perfil do jovem no Brasil durante o período histórico de 2003 a 2016, referente aos quatro mandatos presidenciais do PT. Esse estudo é direcionado ao jovem envolvido no meio social, o qual representa apenas uma parcela da juventude brasileira. O período discriminado também é o mesmo referente à estruturação da RECID e ampliação dos seus participantes nos movimentos. Essa força do jovem constitui grande parte do motor propulsor destas instituições, muitas vezes representando a força revigorante e a disposição para atuar nas linhas de frente. Assim, a juventude é um ponto importante a ser analisado dentro deste contexto, devido à grande quantidade de participantes jovens nas instituições citadas que possui determinada relação com a RECID – assunto abordado com maior propriedade no Capítulo II desta tese.

A participação da juventude está relacionada a um processo de capilaridade, implantada pela RECID em todo o Brasil, que possibilitou seu avanço e, ao mesmo tempo, a constituição de um braço forte colaborativo em diversas ações governamentais. Esse processo teve grande relevância nas ações desenvolvidas pela rede, pois possibilitou a realização de atividades simultâneas, construídas por dois aspectos: as organizações de eventos com o mesmo formato em todas as regiões atendidas, e a utilização de tecnologias que auxiliam no desenvolvimento e divulgação das informações.

> [...] essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porem preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação da atividade humana. Ademais, quando as redes se difundem, seu crescimento se torna exponencial, graças ao número maior de conexões, e o custo cresce em padrão linear. Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com o crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede (CASTELLS, 2016, p. 124).

Tais possibilidades de interação entre grupos e pessoas compõem a estratégia apresentada pela RECID, que, junto ao governo federal, estruturam em todo o Brasil uma rede. As conexões são estruturadas por grupos que se relacionam e participam efetivamente da RECID; as atividades e trocas de informações trazem uma ideia escamoteada de liberdade. As atividades seguem padrões estabelecidos uniformemente em todo o Brasil, e nesse caso, a rede construída possibilita que seja implantado um padrão entre os seus participantes – tema tratado mais detalhadamente no momento de discussão das ações da RECID.

Diante das informações apresentadas, considera-se que a juventude tem um papel importante neste cenário, onde as instituições do terceiro setor e os movimentos sociais têm o jovem como instrumento de poder em suas ações. Portanto, devido a esse processo, há a necessidade de se analisar a juventude que ocupa este espaço na sociedade, e, também, dentro deste processo, representa a continuidade de um projeto implantado pelo governo federal, representado popularmente pela RECID.

1.2 CONCEITUANDO JUVENTUDE

Para abordar a juventude, segundo Viana (2015), é necessário discutir sobre os grupos formados que não podem ser separados da sociedade, o que implica no entendimento do papel da juventude nesse processo. Para Groppo (2000), a juventude enquanto categoria social passou por várias mudanças que compreendem a realidade da diversidade cotidiana e a inserção na sociedade, que não é estruturada separadamente, mas sim como uma categoria.

Para apresentar um conceito deste termo, é necessário entender que as formas de ação na sociedade apresentam uma dinâmica específica, em que vários fatores determinam os comportamentos e costumes; até mesmo os valores podem ou não sofrer mudanças. Assim, apresentar um conceito de juventude requer dedicação e rigor na escolha, já que existem, historicamente, mudanças e permanências entre os diversos grupos de jovens na sociedade. No entendimento de Viana (2015), a juventude é um grupo etário estruturado por jovens, indivíduos que estão inseridos em um processo de ressocialização. Esta definição está estruturada diante da perspectiva de que o processo de ressocialização é posterior à socialização ocorrida em um contato primário, principalmente por meio do processo familiar. Nesse sentido, as relações sociais são definidas em grande parte pela influência dos regimes de acumulação. Quanto a esse processo, Viana (2015) afirma que as teorias dos regimes de acumulação explicam o desenvolvimento do processo capitalista, onde em um primeiro momento, os regimes de acumulação surgem e se fortificam, e, depois, tendem a apresentar uma fragilidade, o que ocasiona a formação de um novo ciclo.

> [...] Os regimes de acumulação não são estáticos, como supõem determinadas concepções ideológicas. [...] Os ciclos dos regimes de acumulação mostram sua historicidade. [...] Os ciclos, em seu nível mais geral, são três: constituição, consolidação e dissolução. [...] O ciclo de constituição é aquele no qual há a formação, expansão e ascensão de um regime de acumulação. Um regime de acumulação começa a se formar no interior do regime de acumulação anterior,

> desenvolvendo alguns de seus aspectos e forças propulsoras (ideologias, grupos, interesses, etc.). [...] O ciclo de consolidação é aquele no qual há o fortalecimento e estabilização. Um regime de acumulação consegue após sua formação ficar suficientemente forte para garantir sua supremacia geral na sociedade. [...] O ciclo de dissolução é marcado pelo enfraquecimento, desestabilização, crise inicial, reconfiguração parcial e crise final. É possível que haja apenas o enfraquecimento, desestabilização e crise final, pois isso depende de diversas determinações. [...] De qualquer forma, é possível identificar seu ciclo de constituição (formação: década de 1970 até 1980; ascensão e expansão: 1980-1990), o seu ciclo de consolidação: (fortalecimento e estabilização: 1990-1999) e o ciclo de dissolução: (enfraquecimento: de 2000 - 2008; desestabilização: 2008 até hoje) (VIANA, 2015, s/p).

Os regimes de acumulação, a partir de uma leitura marxista, têm uma relação importante nas condições da sociedade vive, pois considera que, ao término de um regime de acumulação, há o surgimento de outro, inclusive durante o próprio regime vigente. Ou seja, "os regimes de acumulação são formas estabilizadas de lutas de classe, que se organizam em torno de uma determinada forma assumida pelo processo de valorização – organização do trabalho – formação estatal e relações internacionais" (VIANA, 2015, p. 46). Trata-se de um conjunto de ações voltadas para ressaltar a proeminência da classe burguesa em relação à classe proletária. Assim, os regimes de acumulação podem ser identificados por várias fases no decorrer da história de nossa sociedade, em que os poderes da burguesia se reafirmam em relação ao proletariado. Nesse sentido, as mudanças de comportamentos ocorridas na coletividade também agem em torno da juventude que, por sua vez, pertence a esse meio social.

> Na história do capitalismo, podemos trabalhar com a seguinte sucessão de regimes de acumulação: acumulação primitiva (séculos 16 a 18), acumulação extensiva (século 18 até parte do século 19), acumulação intensiva (final do século 19 até meados do século 20), acumulação intensivo-extensiva ou conjugada (após 1945 até 1980), acumulação integral (de 1980 até hoje) (VIANA, 2015, pp. 46-47).

Em cada regime de acumulação, os processos que envolvem a sociedade se modificam de forma sutil ou mais intensa e essas mudanças se dissipam por vários setores da sociedade. Desse modo, com as mudanças dos regimes de acumulação, a intelectualidade, a cultura, o trabalho e vários outros setores da sociedade sofrem modificações. Com isso, os comportamentos de um grupo social também se transformam – ou seja, tal fenômeno não é definido por uma idade biológica, mas sim pelas relações sociais. Nessa perspectiva, as permanências e/ou as mudanças sociais determinam como as pessoas – neste caso específico, os jovens – se comportam e agem. Desse modo, os regimes de acumulação representam um

fator importante quando se trata de comportamentos e *modus operandi* de uma sociedade. Segundo Viana (2015), também se faz necessário refletir acerca das transformações drásticas nas instituições, nas ideologias e nas lutas sociais ocorridas a partir do capitalismo. Por conseguinte, a análise da juventude torna-se uma relação complexa devido às imposições constituídas pelos regimes de acumulação.

No entendimento de Groppo (2000), a juventude representa uma categoria social que não simboliza um grupo coeso e é interpretada pela diversidade de maneiras de agir e pensar.

> Ao ser definida como categoria social, a juventude torna-se ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social (novamente no sentido dado por Mannheim). Ou seja, a juventude é uma concepção, representação ou criação simbólica, fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos tidos como jovens, para significar uma série de comportamentos e atitudes a ela atribuídos. Ao mesmo tempo, é uma situação vivida em comum por certos indivíduos (GROPPO, 2000, pp. 7-8).

A definição de juventude apresentada agrega ao processo da representação de uma categoria social, que não é constituída definitivamente pela composição etária, mas pela inserção nos grupos sociais. Para tanto, é necessário refletir que essa condição de juventude tem uma grande influência das representações simbólicas e situações sociais, e segundo Groppo (2000), as formações também têm grande influência nas sociedades modernas. Grande parte das definições sociológicas de juventude utilizam critérios etários ou definições a partir de aspectos socioculturais. Porém, o processo de ressocialização apresentado por Viana (2015) remete-se ao envolvimento na discussão da juventude como ponto-chave para sua análise.

Outros aspectos analisados na presente pesquisa são as contribuições de Karl Mannheim (1982) que, através do conceito apresentado de processo geracional, demonstra uma explicação sobre o conhecimento produzido pela sociedade e, consequentemente, sua relação com os grupos sociais. Ao apresentar o seguinte questionamento: "será sempre o mesmo o significado da juventude na sociedade?" (MANNHEIM, 1968, p. 70), o autor nos direciona para a análise geracional e para como efetivamente ocorre esse processo de continuidade e rupturas. De acordo com Mannheim (1982), o que forma uma geração não é simplesmente a idade cronológica, mas a sua vinculação ao processo histórico dos acontecimentos sociais. Assim, na sequência, será analisado e discutido o processo geracional apresentado por Mannheim (1982) e a sua relação com a juventude.

Segundo Foracchi (1972), a juventude é construída em torno das expressões "conflitos" e "tensões" que se relacionam para a formação de uma "consciência jovem", traduzidas por expressões condicionantes. Uma geração e os grupos nela contidos apresentam um fator determinante de muitos aspectos que se solidificam em cada geração, assim como os conflitos entre diferentes gerações, que realimentam as mudanças e transformações de valores. É a partir de tais conflitos que a remodelação se configura em torno destas novas roupagens presentes na juventude.

Para Mannheim (1968), a juventude representa uma "reserva vital", revitalizante e de grande valia para a continuidade da sociedade. No entanto, muitas vezes, tais características são "controladas" por estruturas organizadas ou constituídas pela sociedade civil, ou mesmo, indireta ou diretamente, pelas diversas formas de governo. Contudo, o fator propulsor do estudo de geração está na continuidade e na descontinuidade, que explicam a formação nos moldes de cada geração constituída em decorrência de conflitos (ou não) entre diferentes gerações.

Na sociedade, existem setores que idealizam os comportamentos dos jovens como semelhantes aos de um adulto, esperando ações maduras e experientes. No entanto, isso não corresponde à realidade de uma geração jovem, como, por exemplo, pensar em um "exemplo de cidadão"[1] participante da sociedade. Cada jovem tem o seu tempo de amadurecimento, pautado, principalmente, em experiências vividas; assim, cada geração tem o seu tempo. Mas percebe-se que é depositada, nesses jovens, uma grande carga de responsabilidade em períodos distintos de seu desenvolvimento. Segundo Ribeiro (2004), a juventude apresenta uma quebra da linearidade, podendo romper e reatar com grande facilidade sucessiva recomeços afetivos e profissionais, descompondo a continuidade que se estabelece em uma sociedade:

> A juventude assim não ficou apenas em seu papel linear, nem somente aumentou a sua duração: ela passa a ser uma possibilidade que reponta, ao longo da vida. Melhor dizendo, ela pode terminar, mas também recomeçar. Isso se nota com maior frequência nas relações amorosas, quando se encontra um novo amor, mesmo tardio. O mesmo recomeço pode se dar na vida profissional ou nos valores que conferem o sentido da vida. Vivemos hoje a quebra de uma vida linear (RIBEIRO in NOVAES & VANNUCHI, 2004, p. 27).

[1]O termo "cidadão" é utilizado no sentido de cidadania dado por Marshall: "A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade. Todos aqueles que possuem o status são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao status" (MARSHALL, 1967, p. 76).

O que se espera da juventude, por parte de alguns setores da sociedade, é sua participação e responsabilidade na sociedade. Assim, para o jovem, o tempo é um importante fator para a qualidade de uma boa maturação, constituindo um ritual necessário para o seu desenvolvimento e aprendizado em sua vida. A presença do jovem na sociedade, por meio de experiências participativas, compreende um momento singular em sua formação. Nesse contexto, torna-se muito importante o envolvimento da família, de educadores e de instituições de forma geral, a fim de que o jovem se sinta assistido.

O poder público no Brasil, a partir do governo federal – mais precisamente a partir da Secretaria Nacional de Juventude, criada em 2004 –, coordenou a centralização de programas estruturados em vários ministérios do governo. Essa ação, que abarca a relação do governo federal com o terceiro setor e os movimentos sociais, criou uma espécie de vínculo para a possibilidade de atendimento às demandas sociais relacionadas à juventude. Dessa maneira, a força da juventude está presente no terceiro setor e nos movimentos sociais de forma indireta, o que compõem a hipótese desta pesquisa sobre a cooptação do jovem para participar das ações coordenadas pela RECID. Essa relação entre o governo federal, a RECID, o terceiro setor e os movimentos sociais se expressa principalmente no âmbito da sociedade civil, através da atuação de projetos sociais e ações que têm um envolvimento significativo da juventude.

A juventude brasileira comporta uma parcela considerável da população. Segundo o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o número de habitantes no país é de 193.946.886, entre os quais mais de 51 milhões são jovens. Em 2013 foi regulamentado, através de lei sancionada, o "Estatuto da Juventude", com o intuito de regulamentar as demandas e necessidades dos jovens. No entanto, na presente pesquisa, não foram utilizados os padrões de identificação instituídos por este estatuto, pois estes se baseiam na análise e identificação da juventude a partir da faixa etária. Utilizou-se, em contrapartida, o conceito de juventude relacionado ao processo de ressocialização, explicitado anteriormente.

Uma grande parcela dos jovens brasileiros é representada pela violência, sendo vítima ou participante dela. Um retrato que, em muitos casos, é refletido pelas paisagens da violência nos grandes centros urbanos, motivando parte da sociedade, inclusive o público juvenil, a enfrentar e combater a violência instituída. Por ser um tema frequente, a mídia relaciona a juventude com a violência, uma relação que, em verdade, já é presente nos Observatórios da Juventude das universidades públicas e privadas. Assim, esta é uma temática investigada com

regularidade nas pesquisas acadêmicas, já presente nas propostas do estudo da juventude, na Seção IV do Direito a Diversidade e a Igualdade[2] do estatuto da juventude, que trata da integridade e da condição social.

> A violência parece ser, hoje, o principal combustível para o desenvolvimento das investigações acadêmicas e estudos destinados à formulação de políticas públicas. Não desconsidere a urgência dos estudos e a busca de soluções para um fenômeno que assumiu proporções de verdadeira epidemia, entretanto, suspeito que a abordagem da questão juventude por esse marcado caminho possa estar comprometendo a adoção de perspectivas que invistam em horizontes de análise de maior complexidade. (CARRANO, 2003, p. 131).

Há, na sociedade, uma grande preocupação em relação à violência na juventude, uma vez que pertence a um grupo de vulnerabilidade social, como, por exemplo, jovens que estão expostos a ambientes ou situações de violência que dependem de políticas públicas que contribuam com a qualidade de vida. A "institucionalização da violência", neste sentido, se constitui em torno do comportamento de jovens que, em algum momento, se envolvem com tipos diversos de violência, conforme é retratado com maior incidência pela mídia, que constitui uma imagem estigmatizada da juventude. Por outro lado, toma-se o jovem como um praticante de violência, referenciando-o a uma juventude de forma irresponsável. Um dos motivos pelos quais alguns jovens ingressam em ações contra a violência é a preocupação em melhorar o ambiente onde se vive. Com algumas atitudes, muda-se a realidade do outro e é a partir desse pressuposto que se dá a efetiva ajuda.

As ações de cunho social, organizadas e executadas por jovens, têm seu espaço reduzido, visto que grande parte destes jovens se desloca para projetos em ONGs. Essa relação pode ser exemplificada pela dificuldade na captação de recursos para manter um

[2] SEÇÃO IV – Do Direito à Diversidade e à Igualdade Art. 17. O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II – orientação sexual, idioma ou religião; III – opinião, deficiência e condição social ou econômica. Art. 18. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à diversidade e à igualdade contempla a adoção das seguintes medidas: I – adoção, nos âmbitos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, de programas governamentais destinados a assegurar a igualdade de direitos aos jovens de todas as raças e etnias, independentemente de sua origem, relativamente à educação, à profissionalização, ao trabalho e renda, à cultura, à saúde, à segurança, à cidadania e ao acesso à justiça; II – capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio para a aplicação das diretrizes curriculares nacionais no que se refere ao enfrentamento de todas as formas de discriminação; III – inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação dos profissionais de educação, de saúde e de segurança pública e dos operadores do direito; IV – observância das diretrizes curriculares para a educação indígena como forma de preservação dessa cultura; V – inclusão, nos conteúdos curriculares, de informações sobre a discriminação na sociedade brasileira e sobre o direito de todos os grupos e indivíduos a tratamento igualitário perante a lei; e VI – inclusão, nos conteúdos curriculares, de temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2017.

projeto. No caso de uma ONG, a estrutura é diferenciada e os recursos são projetados, características que passam a ser decisivas quando um jovem escolhe atuar nesse meio social. Com a explosão dessas organizações em diversas áreas que investem na participação de jovens no Brasil, houve um aumento de projetos relacionados à juventude, o que representa sua vivacidade, jovialidade e vontade de atuação em prol de determinadas causas sociais.

Nesse sentido, a ideia de trabalhar com o conceito de geração para a identificação da juventude no seu contexto geral, sobre a ótica dos escritos que Karl Mannheim (1982) produziu e apresentou no conceito de gerações, estabelece rompimentos em alguns aspectos, restringindo algumas experiências com as gerações anteriores. Esse rompimento acontece a partir da nova forma de interpretar uma "cultura acumulada", o que acaba por resultar no surgimento de uma nova geração em que o rompimento representará novos comportamentos e atitudes diferentes das gerações anteriores. Assim, as gerações posteriores tendem a mudar aspectos culturais e sociais do seu cotidiano, principalmente a respeito do ritmo biológico, reagindo de acordo com os seus acontecimentos sociais. A construção da teoria sobre as gerações analisa o aspecto geracional ao tratar da categoria juventude, que não se define necessariamente pela idade. Assim, presume-se que os valores, costumes sociais e culturais não são transmitidos de forma apropriada.

A caminhada intelectual da construção da teoria geracional apresenta aspectos relevantes, como as realidades históricas e sociais do homem. Assim, o estudo sobre as gerações apresenta uma nova interpretação sobre a dinâmica social produzida pela juventude acerca da cultura acumulada.

Para Mannheim, a sociologia do conhecimento se constitui na formação de algumas estruturas e de processos:

> […] a construção de uma Sociologia do Conhecimento só pode ser empreendida tomando-se um caminho indireto através do conceito de sistema total de uma visão de mundo (através da sociologia cultural). Não podemos relacionar diretamente uma posição intelectual com uma classe social; o que podemos fazer é descobrir a correlação entre "estilo de pensamento" subjacente a uma dada posição e a "motivação intelectual", de um certo grupo social (MANNHEIM, 1967, p. 73).

No recorte da obra *Sociologia do Conhecimento*, o autor retrata a importância da produção do conhecimento, buscando compreender as motivações que o indivíduo está sujeito na sociedade. O trabalho se propõe a apresentar uma leitura sobre as formas de conhecimento e a estrutura social, emitindo a possibilidade de uma relação entre ambas, e se condiciona na sociedade estruturada em torno das bases sociais e das bases culturais. Neste sentido, as

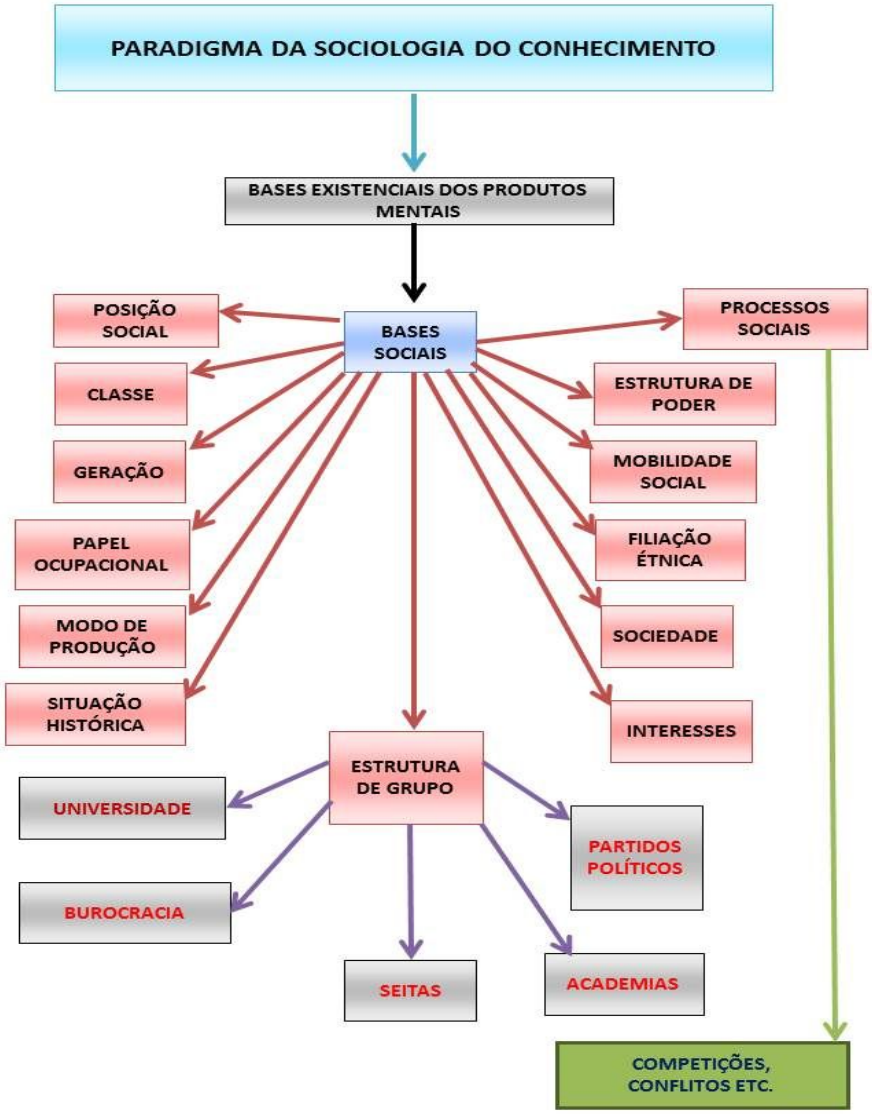
ligações de cada um destes eixos representam estruturas dentro de uma estrutura que compreende uma base social. Acerca disto, Vilastuin (2013) retrata que o problema das gerações, estruturado por Mannheim (1982), evidencia os estados anteriores de investigação do problema, em um primeiro momento de caráter positivista e, em um segundo momento, com a leitura histórico-romântico.

O positivismo caminha na formulação quantitativa, com o intuito de procurar fatores que evidenciam a vida humana. Já na análise do segundo momento, com enfoque histórico-romântico, a caracterização está em torno da condição qualitativa, pois "o positivismo busca neste caso compreender os moldes mutáveis das linhas sociais e intelectuais" (MANNHEIM, 1996, p. 118). Para tanto, o autor coloca que "[...] a interação social entre os seres humanos, se não fosse à estrutura social definível, se não fosse à história que se baseia em uma espécie de continuidade, nenhuma geração poderia existir como fenômeno" (MANNHEIM, 1986, p. 135).

Para Dorneles e Gonçalves (2014), Mannheim (1982) identifica um problema sociológico nas gerações e o divide em três, que se relacionam como categorias: posição geracional, conexão geracional e unidade geracional. Porém, para emitir um posicionamento em relação à sociologia do conhecimento, deve-se entender sobre algumas das possibilidades e conexões que podem esclarecer o formato apresentado para a sociologia do conhecimento. A obra analisa o produto das relações que os homens estabelecem entre si tanto no âmbito social quanto no concreto da produção e continuidade da vida.

No esquema proposto, a visualização da sociologia do conhecimento retrata o formato sobre as conexões sociais, suas possibilidades e estruturas. A partir disso, o Quadro 1 demonstra como a estrutura é pensada e representada segundo a proposta de uma relação de conceitos a serem analisados.

Quadro 1 – A Sociologia do Conhecimento



Fonte: MANNHEIN, Karl, 1967.

A disposição demonstrada comporta diferentes perspectivas que englobam composições da sociedade. Assim, caminhamos rumo à análise da juventude a partir das indicações apresentadas sobre os problemas geracionais nas "gerações mais novas" e suas relações com o terceiro setor e os movimentos sociais. Estes representam, também, um dos pontos nevrálgicos desta pesquisa quando a juventude é apresentada como força de trabalho nessas instituições.

Em conformidade com a temática abordada pelos estudos de Karl Mannheim (1982), os processos geracionais que perpassam as composições da convivência não condicionam a estruturação de uma coesão social. Assim, o Quadro 1 representa as combinações expressas em torno de um grupo qualquer, constituindo diversas possibilidades de interferência. Segundo Weller (2007), outra questão de grande importância dentro dos estudos de Karl Mannheim (1982) está na observação de gerações, desenvolvida a partir de algumas análises sobre os escritos produzidos por Pinder[3] (1982), que tratou as gerações como um problema da enteléquia – como a essência da alma – de uma mesma geração.

O conceito de gerações pode ser acautelado por três perspectivas: a primeira diz respeito à genealogia; a segunda trata da geração voltada à idade vivida; e a terceira retrata a geração sócio-histórica. Cada uma delas contempla aspectos específicos dentro do ambiente geracional. Desse modo, o conceito de gerações está interessado em explicar a construção do conhecimento social e, consequentemente, suas relações:

> Karl Mannheim, interessado na explicação da construção do conhecimento social, procurou definir a geração como um "fato coletivo", como uma forma de situação social, ou seja, analogamente ao conceito de juventude, a unidade de uma geração não é um grupo concreto como família, tribo ou seita. Enquanto um grupo social concreto define-se como "união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados", a geração é estruturalmente semelhante à posição de classe de um indivíduo na sociedade (GROPPO, 2000, p. 19-20).

Mannheim (1982) constantemente evidencia o seu interesse em constituir formas de explicação sobre o "conhecimento social" e, com isto, determina a objetivação e a compreensão sistemática entre as relações da existência social. Logo, a presente pesquisa também discute a relação da juventude com os movimentos sociais e do terceiro setor, e direciona a sua análise diante da perspectiva social apresentada por Mannheim (1982), entendendo que ao identificar a existência de descontinuidades a partir de mudanças, passa a ser um caminho de pesquisa sob a perspectiva de um estudo geracional.

[3] Mannheim elabora sua teoria sobre as gerações embasadas nos escritos de Wilhelm Pinder, a obra Problemas das Gerações na História da Arte Europeia em 1926. Em seu trabalho original Pinder desenvolve suas ideias a partir da "enteléquia" de uma mesma geração, ou seja, de seus objetivos internos ou de suas "metas intimas" que estão relacionados ao espírito do tempo de uma determinada época de sua desconstrução, uma vez que várias gerações estão trabalhando simultaneamente na formação do que viria a ser o "espírito do tempo". Neste caso Mannheim reconhece a riqueza das contribuições de Pinder e as limitações do pensamento romântico (WELLER, 2007, p.8).

Segundo Foracchi (1972), as unidades de uma geração são constituídas pela locação similar de certos números de indivíduos em uma sociedade, ou seja, as estruturas se constituem diante da participação espontânea dos jovens em grupos na sociedade, como os movimentos sociais. Assim, a análise em torno da juventude se estrutura nas concepções das mudanças, e nesse processo também é possível associá-las às organizações de jovens, por meio de agrupamentos que estruturam o fenômeno da locação social. Tais grupos compõem diversas ideologias, comportamentos, crenças e outros, tendo como referência, geral ou total, o seu tempo biológico, ou seja, a idade, nos agrupamentos, bem como a proximidade nas formas de comportamentos.

Já Weller (2007) analisa a situação geracional, efetivamente ampliada por meio de um exercício analítico a partir da identificação de cinco aspectos importantes, dentro das mudanças de uma geração na sociedade, relacionados da seguinte maneira: a) a constante irrupção de novos portadores de cultura; b) a frequente saída dos antigos portadores de cultura; c) a conexão geracional do processo histórico; d) a necessidade de se transmitir os bens culturais; e) as contínuas mudanças geracionais. Tais relações impulsionam naturalmente os conflitos e provocam mudanças em ambientes tecnicamente estáticos, criando alterações no comportamento de uma geração. Os contatos sociais são resultado de relações concretas enquanto concepções históricas e sociais.

Uma das grandes preocupações dentro da perspectiva geracional é a continuidade, ou seja, a sequência de um determinado conhecimento que seja socializado e conduzido naturalmente. O ponto relevante dentro das estruturas apresentadas por Mannheim (1982) está no conflito entre gerações ao retratar as incompatibilidades que surgem entre elas, isto é, os próprios valores são questionados também internamente pelo grupo, que define as continuidades e descontinuidades que transparecerão por meio de uma parcela específica da sociedade. Os jovens seriam os indivíduos que estariam entre as bases de frente da composição geracional, buscando a possibilidade de liderança.

É primordial perceber as possibilidades existentes na identificação do dinamismo presente nas estruturas no interior da categoria juventude, pois constantemente há mudanças que muitas vezes criam novos aspectos geracionais. Estes podem ser observados no comportamento e formato das novas gerações que representam a vitalidade e o caráter energético da sociedade, exprimindo uma forma para a renovação. Essa vitalidade juvenil está presente, em grande parte, dentro das ONGs e dos movimentos sociais que, em muitos casos,

têm como base operacional o jovem que integra os projetos como ativista, participante de determinadas ações.

Nesse sentido, a "reserva vital" é um termo utilizado pela teoria geracional ao se referir ao entusiasmo juvenil sob a ótica de remodelação dos moldes geracionais anteriores, trazendo, assim, a renovação das antigas expressões. Entretanto, é importante citar que não se trata de uma visão de homogênea entre a totalidade dos jovens, e sim a visão de alguns grupos que não comungam com os antigos costumes das gerações passadas. Destarte, "o conflito das gerações nada seria senão a luta de uma geração com os valores básicos que não sabe ou não quer preservar" (FORACCHI, 1972, p. 24). Assim, percebe-se que a construção de novas gerações se faz em função do conflito em diversos ambientes e das mais variadas formas. Desse modo, a mudança de comportamento de um jovem é representada pelas mudanças de seus hábitos, como a sua participação em movimentos sociais que, em sua essência, se constituiu a partir das reivindicações. De tal maneira, o jovem passa a apresentar um comportamento diferenciado, que pode desencadear uma série de transformações em sua vida.

Posto isso, os conflitos se configuram em três bases comportamentais: posição "Geracional - *Generationslagerung* – Geração em si –, Conexão Geracional - *Generationszusammenhang* – Geração para si –, e Unidade Geracional – *Generationseinheit* – Geração em si e para si" (WELLER, 2007, p.10). Para maior esclarecimento da divisão realizada por Mannheim (1982), cita-se um trecho do artigo de Vivian Weller (2005), que comenta basicamente aspectos sobre o conflito geracional:

> O que define a POSIÇÃO GERACIONAL (*Generationslagerung*) não é um estoque de experiências comuns (*ahnliche Erlebnisschichtungen*), que um grupo de indivíduos que tenha acumulado de fato, mas a possibilidade ou "potencialidade" de que possam vir a adquiri-las […] Conexão Geracional (*Generationszusammenhang*) pressupõe um vínculo concreto, que Mannheim - em alusão a Heidegger – define como uma "participação no destino comum dessa unidade histórico-social" […]. As unidades de geração desenvolvem perspectivas, reações e posições políticas diferentes em relação a um mesmo problema social que lhes foi dado praticamente a partir do nascimento de um contexto social idêntico, assim como em um período específico (WELLER, 2007, pp. 10-11).

A grande relevância dos aspectos geracionais aponta para a questão da existência de algum vínculo, através de experiências comuns, para o estabelecimento de práticas comuns. Nesta mesma estrutura, a referência que se faz em torno da potencialidade e do vigor, ou seja, da energia de se conectar ao conhecimento construído por um determinado grupo, reflete essa relação que se constrói na sua interação, a partir das semelhanças existentes entre os membros

de um grupo. É também vultoso evidenciar que a ideia de geração é diferente dos "grupos sociais concretos", como a família, tribo e seita.

> Esses grupos que não possuem característica de grupos que não pertencem a essa estrutura não apontam laços existenciais de proximidade, enquanto que os grupos concretos carecem desses laços para a sua existência, assim a geração não é representada por um grupo, ela pode existir com membros que apresentarem características de grupos concretos ou não (SILVA, 2010, p. 4).

Outro aspecto relacionado às gerações se dá na interpretação da categoria social, que pode ser elucidada diante da situação de como o indivíduo é visto pela sociedade. Ao mesmo tempo, a analogia de classe social coloca o indivíduo em um patamar de aceitar ou não se vai pertencer a determinada classe social; assim, é inevitável o seu reconhecimento na sociedade de acordo com sua classe.

Na análise da juventude, o indivíduo que pertence a uma determinada geração não tem alternativa de se desvincular dela, pois a construção da consciência não é uma necessidade para pertencer a uma geração. Em Mannheim (1982), as características de um grupo concreto estão visíveis através de alguns laços constituídos:

> Assim, queremos dizer, por todo grupo concreto, é a união de um número de indivíduos através de laços naturalmente desenvolvidos ou conscientemente desejados. Embora os membros de uma geração estejam indubitavelmente vinculados de certos modos, esses vínculos não resultam em um grupo concreto. Como então podemos definir e compreender a natureza da geração enquanto um fenômeno social? (MANNHEIM, 1982, p. 70).

A base mais importante apresentada nesta referência é a diferença clara entre as gerações, além disso, nos grupos concretos das gerações, os laços são colocados em uma escala hierárquica. Já os grupos concretos definem-se pela situação de vínculos anteriormente definidos, como o caso de tribos indígenas que possuem diversas afinidades comuns. Esse seria um dos diversos exemplos possíveis para ilustrar o que são os grupos concretos.

O questionamento de Mannheim (1982), apresentado no excerto acima, é praticável considerando as estruturas de uma classe social. Porém, em relação à ideia de geração, se diferencia de uma classe social, visto que a geração representa um processo de descontinuidade de alguns comportamentos, o que gera um conflito. De tal modo, "a formação e a continuidade das gerações, representam a preservação da ordem cultural e moral que é característica de cada sociedade, definindo o diálogo entre o jovem e a sociedade" (FORACCHI, 1972, p. 23). Portanto, os conflitos determinam efetivamente as continuidades e

as descontinuidades que contribuem para as transformações ocorridas em uma geração. No entanto, "o fato de as relações sociais não resultarem na formação de grupos concretos, sustenta as mesmas dúvidas da especificidade de uma unidade geracional" (VILASTUIN, 2013, p. 62). Contudo, são variações que podem ser tanto sutis quanto mais complexas ao determinar o rumo de uma geração. As alterações de comportamento diferenciais ocupam lugar em um processo de ruptura que, consequentemente, abre portas para o início de uma nova geração. É também importante mencionar que, mesmo com a presença das descontinuidades, sempre é possível identificar a essência de uma geração, até mesmo em traços quase que imperceptíveis. Desta forma, as rupturas são determinadas pela mudança geral em que o jovem passa de acordo com as situações vividas em sociedade.

Em relação a uma nova geração, há a formação de uma "consciência jovem", que se expressa através dos conflitos vividos interna e externamente. Este termo é aludido por Foracchi (1972) e remete a uma explicação muito ampla sobre a forma de pensamento e comportamento da juventude. O termo "consciência jovem" trata da forma de expressão das diversas condições vividas pelo jovem, sejam elas de conflito e/ou de tensão, tornando-se, neste caso, um fator determinante da sua convivência em sociedade.

Atualmente, no Brasil, a categoria juventude representa uma parcela da população numericamente expressiva, considerada como "reserva vital" na sociedade. A esse respeito, tem-se que "a mocidade pertence aos recursos latentes de que toda sociedade dispõe e a mobilização depende de sua vitalidade" (MANNHEIM, 1968, p. 71). A disposição da juventude vai de encontro aos processos que direcionam a transformação social, que se constitui de forma lenta ou rápida, em grande porte ou em pequenas proporções. Condicionado a essa ideia de transformação, Ojala (2008) reflete que:

> A análise é útil, segundo Laufer e Bengtson, quando se analisam grupos etários e as alternativas intelectuais e organizacionais destes para as visões de mundo. Os autores afirmam que esse conceito de Mannheim parece servir para explicar as fontes de movimentos juvenis e a sua importância para transformações sociais. A teoria de Mannheim, de fato, procura explicar o papel de um *stratum* etário como força no processo de mudança social. Em outras palavras, pode se observar como uma geração de jovens em um determinado tempo histórico aparece como força ativa na criação de novas ideologias e novos comportamentos. Em suma geração é um conceito adequado para pesquisar as forças sociais baseadas em idade no processo de transformação social (OJALA, 2008, p. 34).

Para Ojala (2008), a juventude ocupa um espaço importante, transparecendo por meio de uma força que impulsiona as novas formas de pensar. Neste sentido, as ideologias se constituem a partir destes novos condicionantes.

Esse processo geracional comporta efetivamente uma demanda por jovens que, em algum momento, tomarão a posição de contraditar ou consentir com a estrutura vigente. Partindo deste princípio de comportamento, as gerações mais "velhas" são superadas, e grande parte de seus pensamentos é substituído por novos. Os conflitos de gerações se constituem a partir das divergências que surgem naturalmente entre as gerações quando existe a defrontação. A composição de novos comportamentos que nascem com as novas gerações constitui ações cíclicas, ou seja, que são renovadas a cada geração, assim como os conflitos e processos criativos. Esta dinamicidade se faz cada vez mais presente na sociedade, despontando como um processo voluntário em constante movimento.

É sabido que a juventude passa por inúmeras transformações, visíveis a cada geração. Novas condutas e formas de agrupamentos – como na maneira de agir, falar, se alimentar, se divertir, se vestir, além da religiosidade e outros costumes – podem ser notadas em um fenômeno conhecido como "contato original", que define o contato de uma geração com algo que, até então, não se tinha conhecimento. O "contato original" representa novas informações que se agregam ao conhecimento já existente, baseando-se nas relações sociais da sociedade. O indivíduo, – neste caso, o jovem – que abandona o seu grupo social para entrar em outro grupo, se depara com diferentes formas de conduta atrativas à sua permanência.

Mannheim (1982) também faz uma análise dentro da ideia de gerações. O "contato original" é retratado ao abordar uma herança social e cultural, que pode ser compreendido e classificado de duas formas:

> […] "o contato original", com a herança social e cultural é determinado, não através de mera mudança social, mas por fatores biológicos fundamentais. Consequentemente, podemos diferenciar entre dois tipos de "contato original": um deles baseado em uma mudança de relações sociais, e o outro em fatores vitais (a mudança de uma para outra geração) (MANNHEIN, 1982, p. 75).

Essa noção de contato original compreende as relações que o jovem, neste caso, se depara diante do seu meio, assim como as mudanças de comportamentos que podem interferir na sua permanência em um determinado grupo. Essa condição de contato com novas informações agrega, por conseguinte, novos comportamentos; assim, o jovem passa por um processo dinâmico de mudanças em seu meio social.

É possível considerar que um dos aspectos mais marcantes para as "gerações de jovens" – considerando o recorte histórico de 2003 a 2016 dessa pesquisa –, está, em parte, na mudança de seu comportamento influenciado pelo contato com as mais diversas formas de conhecimento. Este processo pode ser entendido como radical quando se trata da mudança

nos aspectos voltados às diferenças e à cultura dita moderna. O modo de agir, como mencionado anteriormente, caminha no sentido de identificar um indivíduo "diferente" e principiante perante o grupo. Essa radicalidade é considerada um dos aspectos do cerne do conflito das gerações, assim como a ruptura da continuidade de circunstâncias culturais. Essa explanação trata de modo direto o conceito que discorre acerca do entendimento da relação entre a juventude e as gerações anteriores.

É importante apontar, ainda, que esse rompimento, responsável pelo surgimento de novas gerações e atitudes geracionais, agrega o *modus operandi* da juventude na sociedade. Um exemplo deste rompimento está presente nas vestimentas, pois a cada geração surgem novos estilos, produzidos por um processo social que suplanta os estilos anteriores.

As gerações jovens apresentam um ritmo (determinado socialmente) que é muito semelhante ao seu envolvimento com a cultura – a música, a dança, o canto, as formas de comunicação, etc. – em um cotidiano que representa também o tempo biológico de características específicas. Muitos podem resistir nostalgicamente aos velhos costumes culturais sem interferir nas novas gerações, proporcionando a resistência de conhecimentos das gerações mais velhas. Como exemplo, para melhor explanar esse processo, há as décadas marcantes da música, como rock e jazz, acompanhadas por um determinado estilo de vida e hábitos. Nessa condição do passado, tais experiências podem existir a partir de reflexos dos estilos musicais de duas maneiras: a primeira, pelos modelos conscientemente reconhecidos dos indivíduos; e a segunda, pelos padrões inconscientemente condensados presentes na perspectiva da sentimentalidade.

No pensamento sobre as gerações, exposto pela teoria geracional, define-se as diferenças das situações das gerações, onde há uma constante incompatibilidade. Entretanto, em muitos casos, o que causa a ruptura necessária para constituição de novas gerações constitui um processo contínuo, onde uma nova geração surge em torno de um conflito, instaurando novas gerações sucessivamente. Essa caminhada repercute na jovialidade de uma sociedade que não destrói a cultura existente. No entanto, é detectada a existência de uma "releitura", definida pelo processo social na sociedade.

Os membros de uma nova geração estão sujeitos a construir memórias "apropriadas" ou "memórias adquiridas" pessoalmente; portanto, a juventude está exposta a tal situação. Neste sentido, pode-se definir o conceito de modernidade da juventude nas seguintes palavras:

> A "modernidade da juventude", portanto, consiste em estar mais próximo dos problemas "atuais" (como o resultado de seus "contatos potencialmente originais"

> discutidos acima), e no fato de ela estar dramaticamente consciente de um processo de desestabilização e tomar partido nele. Durante tudo isso, a geração mais velha se agarra a reorientação que foi o drama de sua juventude (MANNHEIM, 1982, p. 83).

Os conflitos existentes em uma geração, com a sua subsequente caminhada em direção às rupturas, transferem informações importantes para uma continuidade que compactua junto às reinterpretações visíveis na forma de agir em seu cotidiano. O drama da juventude é construído diante das tensões sociais entre o choque que existe entre as gerações mais velhas e mais novas.

As mudanças e as reinterpretações são as primeiras atitudes das novas gerações diante da dinâmica do processo social, em que os atritos são naturais e toda mudança requer uma intensa pressão. Os exemplos podem retratar duas unidades distintas e capazes de romper com um ciclo de gerações mais velhas quando em contato com as gerações mais novas. A ruptura entre as gerações pode acontecer de várias formas: a partir de comportamentos, crenças, hábitos, entre outras situações cotidianas.

Pode-se expor um exemplo de uma situação de ruptura da seguinte forma: dois grupos de jovens podem propor uma ruptura com as gerações mais velhas, sendo o primeiro composto por jovens judeus renovadores e o segundo grupo por jovens islâmicos. São dois grupos que podem pertencer a uma mesma geração, embora de unidades distintas diante do aspecto religioso. Assim, a representação de uma geração abarca também a diversidade constituída pelo seu comportamento.

Nesse sentido, infere-se que "a unidade de geração representa um vínculo muito mais concreto que a geração real enquanto tal. Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte de uma mesma geração real" (MANNHEIM, 1982, p. 87). A sociedade pode se posicionar produzindo diversos formatos de gerações, em que essas construções podem ser de caráter antagônico que contribuem para as rupturas entre as gerações. O exemplo citado relaciona essa ruptura entre o conhecimento existente em uma geração e as mudanças ocorridas nesse conhecimento.

Neste sentido, a juventude colabora com a composição de uma geração real. Esta categoria da juventude representa uma fração importante na sociedade, que compreende a origem de uma nova geração sendo constituída a partir da ruptura que se reintegra com as velhas gerações, remodelando as condições, os conceitos e os modos de fazer. Portanto, a juventude é retratada por diversos grupos, os quais não representam conjuntos concretos de acordo com o conceito geracional.

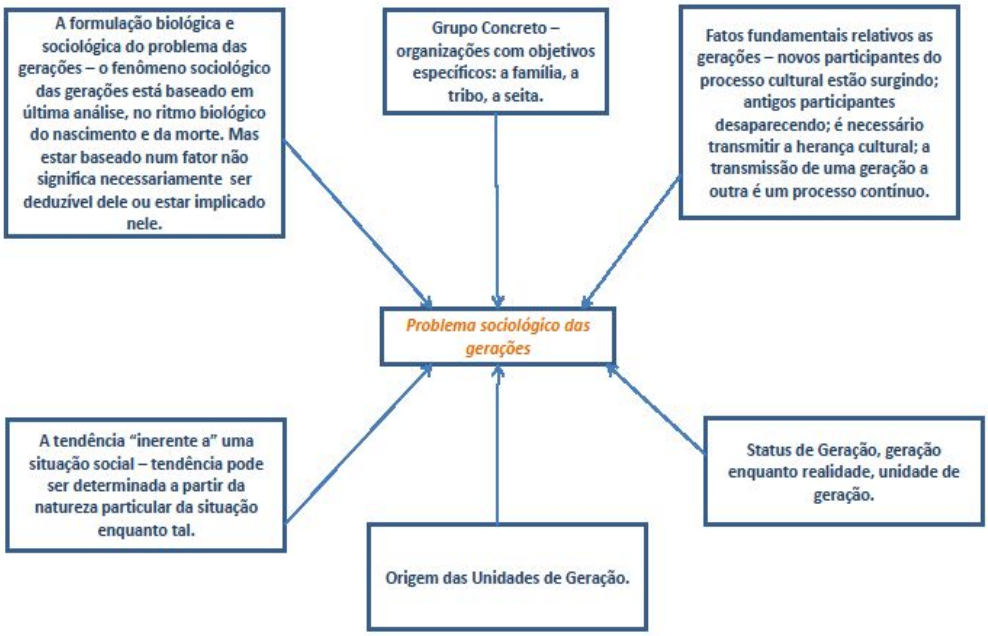
O ponto relevante de todo o processo geracional se encontra, em grande parte, na renovação, distanciando-se da ideia de continuidade dos costumes e comportamentos diários e propondo um novo estilo de geração ou uma nova "enteléquia" de geração, ou seja, uma forma de atualização desta estrutura. Contudo, essa dinamicidade pode, de fato, proporcionar realizações inconscientes por impulsos próprios, por meio de uma sintonia com o grupo. A compreensão dos processos geracionais exige análises biológicas, sociais, psicológicas e culturais que contemplam basicamente a "circularidade dos efeitos" diante das ações. Isto é, a motivação de uma nova geração passa por inúmeras formulações para se chegar a um resultado, que sempre é inacabado. Mesmo ocorrendo as rupturas, o conhecimento produzido por uma geração permanece em sua essência como suporte para as mudanças que venham a ocorrer.

A juventude é uma categoria censurada pela responsabilidade de representar renovações com o conceito geracional, pois as mudanças que compreendem essa nova geração constituem uma força que, em muitos casos, é "latente", e se predispõe a utilizar da sua vitalidade quando é estimulada e mobilizada. A história nos mostra as potencialidades da juventude quando motivada, a exemplo do caso de maio de 1968, em que diversos grupos se mobilizaram em Paris contra a reforma universitária – "teve-se grande repercussão, embora o tratamento das autoridades e forças militares tenha sido através da força e a violência, utilizando de recursos repressores para conter as diversas formas de manifestações" (VENTURA, 1988, p.72). É importante referendar que este fator é apenas um dos eventos referentes à representação da juventude dentre muitos outros registrados pela história.

Segundo Groppo (2000), a juventude é uma categoria que não passa somente por uma metamorfose na história, mas também por transformações em sua representação social vivenciada no cotidiano, e grande parte se constitui através de afinidades organizadas por intermédio de grupos com proximidades culturais. A mobilização dessa reserva vital compreende a necessidade da condução social a um processo evolutivo sujeito a manipulações por gerações anteriores, caminhando para um formato de um possível controle. Existe uma referência, que deve ser apresentada dentro de uma sociedade, que trata basicamente deste processo evolutivo, e que a direciona em função de uma mesma "cultura" – comportamentos de gerações anteriores. De forma geral e abrangente, a cultura, quando inalterada e estagnada, com os mesmos costumes e o mesmo cotidiano, conserva composições de gerações anteriores. Posto isso, é notória a existência e a necessidade de mudanças no sentido de ruptura entre as gerações, ao mesmo tempo em que a essência de uma sociedade

permanece. Porém, há aspectos em torno dessas estruturas, que geralmente não mudam e que são dinâmicos e passíveis de mudanças. As composições propostas por Mannheim (1982) podem ser observadas no quadro apresentado a seguir, em que se relacionam as características identificadas no processo geracional.

Quadro 2 – O problema sociológico das gerações



Fonte: MANNHEIN, Karl, 1982.

No entendimento de Foracchi (1972), o problema sociológico das gerações está diante dos grupos que são núcleos de socialização – nesse caso, de jovens que asseguram a continuidade do sistema social. As gerações mais modernas apresentam a necessidade de um efeito indispensável para uma sociedade renovada. Por outro lado, além de se depararem com os conflitos externos, as novas gerações também passam por sansões internas, como a dificuldade da transição da fase adolescente para as fases sequentes. Neste processo, a aceitação por seus pares – os próprios jovens – e pela geração mais velha são elementos para a

formação de diversos conflitos, que de certa forma são negociados necessariamente pelos envolvidos. Nesse sentido, “a continuidade das gerações se dá através de dois caminhos fundamentais que são configurados entre a transmissão de uma cultura e a remodelação cultural, esse processo que abrange a diversidade e a individualidade sobre o coletivo” (FORACCHI, 1972, p. 22).

Na sociedade brasileira contemporânea, a juventude é manifestada em torno de um processo de formação dentro de uma estrutura dinâmica, que se contrapõe, em alguns casos, até mesmo à própria geração a que pertence. A juventude não é composta por um grupo coeso que representa uma geração, visto que sua composição apresenta divisões construídas de acordo com a afinidade de cada jovem. Tais fatores são determinados por inúmeros aspectos. Dentre eles, a cultura é a mais aparente nessa circunstância e representa a continuidade da essência de uma geração que, de certa maneira, é o elo entre as gerações mais velhas e as mais novas.

As culturas constroem relações diversas entre as gerações, apresentando de forma sutil suas características. Para exemplificar esse processo, pode-se citar o caso da cultura chinesa antiga: “há sociedade em que as pessoas mais velhas desfrutam privilégios bem maiores que as mais moças, como por exemplo, na antiga China” (MANNHEIM, 1968, p. 70). Mas também existem outros casos onde o idoso é tratado de forma totalmente diferente: “nos Estados Unidos da América, depois dos 40 anos muitas vezes um homem é considerado velho demais para um emprego” (MANNHEIM, 1968, p. 70). Tais casos exemplificam dois comportamentos que retratam diferentes aspectos culturais, onde um se refere ao mais velho como portador de privilégios e respeitabilidade, e o outro como alguém que perde espaço e utilidade na sociedade depois de certa idade.

Os exemplos trazidos expressam duas culturas e dois formatos de comportamentos culturais distintos, abrindo espaço para a reflexão de que, em situações como essa, não existem regras predefinidas, mas uma maior quantidade de incidência de determinados fatores. As continuidades e as descontinuidades foram expressas pela respeitabilidade aos detentores do conhecimento e aos que não apresentam mais a jovialidade cobrada pela sociedade. Outro ponto importante dentro de uma cultura está ligado à valorização de seus membros, sejam eles idosos ou jovens.

Outro exemplo que pode ser evidenciado está na organização espontânea de agrupamentos juvenis que não apresentam ligações com governos ou outras formas de

instituições. Quanto a isso, os escritos sobre a teoria geracional retratam os seguintes aspectos:

> Antes da última guerra, surgiu na Alemanha um movimento espontâneo da juventude, que não era apoiado nem mesmo favorecido pelos grupos e instituições oficiais que mandavam no país. Nessa época, a Inglaterra não teve uma experiência semelhante de auto-organização de uma juventude, ao passo que a França houve um movimento parecido em escala bem menor (MANNHEIM, 1968, p. 71).

A juventude, quando estimulada de forma a entender sua função na sociedade, incorpora e absorve comportamentos de acordo com o seu envolvimento na sociedade. O ato de organizar e incorporar uma causa faz com que o jovem apresente seu interesse nas causas sociais. Em outras situações, quando existe apoio externo, como estímulo para participação em atividades sociais, ocorre a organização de jovens com funções e estruturas diferenciadas. Isso aconteceu, por exemplo, em uma instituição governamental da Alemanha, no período da Segunda Guerra Mundial, em que o jovem passou a ter uma importância perante o cenário alemão, pois passou a ser visto como possibilidade da manutenção do corpo militar. Nesse exemplo, o jovem era visto como a continuidade de gerações de futuros soldados, perpetuando as forças armadas alemãs; tal proximidade era construída dentro das escolas e, posteriormente, em outros ambientes frequentados por jovens.

Assim, sabe-se que "o ingresso na Juventude Hitlerista dava aos adolescentes sem objetivo na Alemanha um propósito na vida […] a juventude estava na essência da visão revolucionária do Nacional-Socialista […]" (SAVAGE, 2009, p. 279), conforme posto na Imagem 1 e Imagem 2, que ilustra o exemplo sobre a juventude nazista:

Imagem 1 – Foto capturada em 27 de agosto de 1933, na Alemanha – Juventude Hitlerista fazendo uma suástica humana em homenagem a um soldado desconhecido.

Fonte: http://www.historiadigital.org/curiosidades/30-fotos-historicas-raras-do-nazismo/

Imagem 2 – Foto capturada em 1943, em Berlim – Treinamento obrigatório de crianças e adolescentes, de 6 a 19 anos, para interesses nazistas.

Fonte: http://www.historiadigital.org/curiosidades/30-fotos-historicas-raras-do-nazismo/

Nas imagens acima, é possível perceber a participação e a importância da juventude como futura força de Hitler para promoção de uma manutenção militar a partir das novas gerações. O governo optou por essa manobra para estruturar parte de sua força latente (os jovens) através da perspectiva da análise da teoria geracional. Ao caminhar por esse período da história, em que a nação precisava complementar seus mecanismos de defesa, o grande contingente de jovens presentes ocupou um papel importante nessa sociedade nazista. Ainda nessa linha, Savage (2009) retrata o envolvimento da juventude alemã no período da Segunda Guerra Mundial ao contemplar os seguintes aspectos:

> Essa era exatamente a reação que Hitler desejava. Como o Facisti de Musolini, os nazistas subiram ao poder evocando uma abstração de juventude como um agente ativo de mudança e realmente mobilizando os jovens por meio da mística de conflitos, ação e pertencimento. As grandes montagens como o desfile de 30 de janeiro eram destinadas a influenciar as emoções de jovens descontentes com a Melita Maschmann: "Eu queria escapar da minha estreita vida infantil e me apegar a algo que fosse grande e fundamental. Esse anseio eu compartilhava com inúmeros outros contemporâneos meus" (SAVAGE, 2009, p. 279).

Essa força mencionada evidencia o papel do jovem como um agente fundamental para a continuidade do projeto alemão no nazismo, constituindo uma parte da estrutura importante na concretização do seu propósito: "no final de 1933 o governo nazista já tinha arrebanhado cerca de 3,5 milhões de jovens para atuarem nas ações da juventude de Hitler, compondo uma reserva ativa para as forças armadas" (SAVAGE, 2009, p. 279). Assim, essa juventude estava concretizando a proposta de perpetuar as forças nazistas, interagindo com as novas gerações, pois "[...] a unidade de uma geração se constitui, essencialmente, pela locação similar de certos números de indivíduos na sociedade" (FORACCHI, 1972, p. 20).

Nesse sentido, a geração é uma categoria de análise que permite estabelecer diferenças entre os fenômenos das gerações e os grupos sociais, e a noção de geração da teoria geracional se constitui em torno das diferenças entre a posição social agregada à modalidade de "similaridade" que gera grupos por afinidade. Sabe-se que grande parte dos agrupamentos de jovens passa a existir em decorrência das afinidades existentes que geram laços de aproximação determinando, em muitos casos, a função deste agrupamento e definindo a sua amplitude de ação.

Segundo Mannheim (1968), a juventude não apresenta um comportamento progressista e nem conservador, mas pode ser considerada pronta para qualquer nova oportunidade. No entendimento de Groppo (2000), a definição trazida por Mannheim (1968) é

uma forma potencial de transformação dentro de uma sociedade, porém, também pode ser um problema quando suas ações trilham caminhos contrários.

Para Foracchi (1972), a juventude é um estágio da vida que surge de um processo natural, causado pelo crescimento das civilizações após o processo de industrialização, construindo uma visão de jovem adulto. Nesse sentido, os jovens são especialmente sensíveis às contradições entre a norma e a ação efetiva e, durante as rupturas, fica evidente a existência das contradições nas gerações mais novas. Em grande parte, as ações que tomam esse rumo tendem a criar movimentações e protestos que discordam de uma determinada situação, além de romper com os laços de afetividade criados por um grupo em um determinado tempo, induzindo ao processo de repúdio que é acionado em seguida.

Tal conduta apresentada pode efetivar a identificação daquilo que, dependendo da perspectiva de análise, pode ser classificado como rebeldia, mostrando-se como a forma mais completa e possível de coação direta. A maior parte dos protestos tem esse sentido de desentendimento, que se estende em busca de conquistas alcançadas de forma ríspida, passando a efetivar o rompimento e, consequentemente, a caminhar em prol da transformação pela qual o grupo luta.

A esse respeito, alguns temas repercutem de maneira mais incisiva diante da sociedade, refletindo intensamente a participação da juventude que, em alguns casos, repercute em um enorme desperdício diante de seu potencial:

> O conflito das gerações desloca-se para o plano da sociedade e polariza-se numa proposição aberta que também transcende jovens e adultos e que se resume em aceitar o sistema, usufruindo as oportunidades da vida com que ele acena ou em um rejeitar o sistema, tentando reconstruí-lo total ou parcialmente, realizando-se pessoalmente nesse esforço de reconstrução. (FORACCHI, 1972, p. 30).

A citação acima apresenta uma relação em que o indivíduo adulto não deixa somente de ser adolescente dentro de um contexto etário, mas assume tal posição com todos os esforços necessários. A transição etária é uma situação comum e natural, mas assumir essa mudança dentro de uma determinada geração requer rompimentos que demandam maior esforço, colocando-se diante da vida e de suas dificuldades, como trocar a maior parte de seus costumes por outros e aumentando o peso das responsabilidades. Assim, todas as ações tomadas passam a ser vistas em um formato diferenciado.

Para Borges (2014), uma geração não diz respeito apenas a um agrupamento de pessoas da mesma idade ou que tenham nascido em uma mesma época. Segundo o autor, o conceito vai muito além e compreende como essas pessoas foram influenciadas e moldadas

pelas informações e conhecimentos de cunho político, educativo, cultural, entre outros. Assim, a geração não é somente uma fase biológica, mas também compreende outros fatores presentes na vida social em seu cotidiano.

Tornar-se adulto não significa somente deixar de ser adolescente, pois é algo que vai além do tempo biológico e psicológico. Estes passam a fazer parte de uma nova fase de pensamento diante da sociedade, em que o jovem efetivamente se torna participante e passa a assumir os riscos apresentados por ela. Ou seja, "o sistema cria, na verdade, as condições mínimas para que o jovem possa manifestar a sua rejeição de condição de adulto. Todavia, essa rejeição expressa à denúncia dessa indiferença, o repúdio dessa omissão" (FORACCHI, 1972, p. 32). Os conflitos de gerações certamente são direcionados às novas alternativas para a sociedade e a juventude compreende esse processo dentro da vida social.

A força e o impulso de transformação são voltados, em grande parte, às organizações juvenis, que se configuram como um amplo motor propulsor que leva adiante tais organizações. Um fato marcante da juventude na leitura mundial foi retratado com propriedade após repercussão de 1968, quando alguns países pararam para assistir as atitudes tomadas pela juventude em seus atos reivindicatórios. Esse foi o momento em que jovens de várias partes do mundo se manifestaram diante de uma série de imposições que afetavam diretamente a população.

> Para Poerner, o jovem é o sujeito mais ativo da sociedade. Isto porque, além de ele encontrar a sociedade organizada de uma forma em que ele não se insere (ele busca constantemente seu espaço), o jovem não possui compromissos profissionais e familiares […] (TAVARES, 2008, p. 11).

Assim, essa juventude tem disponibilidade para organizar e participar de protestos, passeatas, manifestações e outras intervenções. Segundo Poerner (1979), uma categoria política (grupo) deve sempre estar presente no cenário nacional, participando e buscando a transformação ao seu modo.

> No Brasil, a referência "juventude brasileira" foi inicialmente utilizada através de um projeto de decreto lei, elaborado entre 1938 a 1939, em seu Capítulo I[4], do qual

[4] Os principais capítulos apresentados no nascimento oficiais do termo juventude brasileiros "CAPITULO I - Da criação da Juventude brasileira" Art. 1 – É criada uma instituição nacional, que se denominará "Juventude Brasileira", destinada a promover, além dos limites do ensino, e dentro ou fora das escolas, a educação da juventude, bem como da infância em idade escolar, a fim de que cada brasileiro, realizando superiormente o próprio destino, possa bem cumprir os seus deveres com a pátria; Art. 2 – As diretrizes da educação a ser ministrada pela "Juventude Brasileira" serão traçadas pela lei federal; Art. 3 – A "Juventude Brasileira" adota

> parte do governo federal tinha por objetivo ação com o intuito de organizar a juventude durante a gestão do Presidente da República do Brasil, Getúlio Vargas (NUNES, 2004, p.135).

Acerca disso, é importante refletir também quanto às evidências provenientes da perspectiva da redação da lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, em que o jovem deveria estar sempre próximo aos olhos do governo, insinuando uma possível potência amodorrada. Segundo Nunes (2004), a juventude inicia sua trajetória a partir de uma lei que é notada pelo governo, assim, a motivação em participar das atividades relacionadas à pátria passa a ser uma preocupação do poder público.

As atribuições da juventude na sociedade moderna compreendem ações que retratam um comportamento crítico e participativo, onde a mobilização passa a ser um dos caminhos mais incisivos para suas reivindicações. Há exemplos de mobilização na atualidade, como, por exemplo, os protestos ocorridos em 2013. Nesse momento, houve manifestações, iniciadas nas principais cidades e capitais do Brasil, que tiveram como protagonista os jovens, que se mobilizaram contra os aumentos das passagens municipais e intermunicipais de transporte público. Perante outras categorias, essas reivindicações criaram uma sensibilização que tornou o movimento contra o aumento de passagens ainda mais representativo, fazendo com que ocorressem manifestações em várias cidades e capitais do Brasil. Ações como essas revelam o poder adormecido, ou, como cita Mannheim (1968), um poder latente, que pode efetivamente caminhar para uma possibilidade de transformação ou ser utilizada enquanto força do sistema.

Ainda segundo o autor, o movimento juvenil vai de encontro a uma das principais expressões direcionadas a uma possível reconstrução, ou seja, a força revitalizadora do jovem e essa dinâmica da sociedade moderna se direcionam a este posicionamento revigorante. A busca de um novo ideal social está na interpretação de se relacionar ao condicionamento de uma determinada população jovem, que tende a propor ações que desemboquem em alguma forma de contestação.

Em seus estudos, Mannheim (1968) demonstra que a exposição desse tipo de estrutura, na qual está inserida a juventude, pode ser inflamada a qualquer momento, tomando

---

como divisa o verso de Gonçalves Dias "Viver é Lutar"; Art. 4 – A "Juventude Brasileira" adota como sua festa o dia 21 de abril, em que se recorda a figura de Tiradentes paradigma da grandeza humana, no propósito, na ação e no sacrifício; Art. 5 – A "Juventude Brasileira" prestará culto constante à Bandeira Nacional. Será o Hino Nacional a expressão a cada dia; Art. 6 – Serão adotados pela "Juventude Brasileira", como símbolo de sua unidade moral, um estandarte e um cântico próprios; Art. 7 – A "Juventude Brasileira" é colocada em *alta vigilância* do Presidente da República (NUNES, 2004, pp. 135-134).

proporções descontroladas. Neste caso, há a força propulsora, levantada pelo jovem ante a sua indignação sobre os abusos do governo, resultando, consequentemente, em uma ação pública. Como efeito, "em muitos estados o aumento da passagem não aconteceu e as reivindicações foram integralmente atendidas por parte das prefeituras e governos estaduais" (FERNANDES, 2013, p. 1).

Esse foi um momento em que a política e, principalmente, os gestores públicos, se depararam com uma ação organizada e estruturada pelas redes sociais, a qual toda a sua logística foi detalhadamente apresentada por esse mecanismo tecnológico. A rebeldia contra o processo de coerção constitui um posicionamento da juventude, exprimido quando a situação chega ao limite, como é o caso do aumento de passagens.

> A rebeldia contra a coação externa das normas é, talvez, uma maneira de interiorizar os valores básicos, de normas fundamentais de conveniência humana, de atributos essenciais da vida em sociedade, tão essenciais que foram desgastados pela própria vida em sociedade, que os rebeldes se insurgem (FORACCHI, 1972, p. 29).

No trecho acima, retrata-se o sentimento de intervenção presente no coletivo – neste caso, a juventude –, condicionado a ser participativo, ou seja, o jovem apresenta um senso de justiça que o impulsiona a sair de um estado reprimido para se expor perante a sociedade. Este jovem busca participação ativa dentro de determinado ambiente, se articulando em grupos e em torno das preocupações do coletivo, assim, a sua atuação pode ser entendida como resultante de sua indignação acerca dos problemas sociais.

Nos grupos formados por adolescentes, que atuam no meio social, a preocupação com a transformação social, ou seja, com ações que tenham um efeito positivo na sociedade, é constante. Nos grupos de jovens também é comum a existência de discordâncias, já que nem todos comungam das mesmas opiniões. A partir disso, é colocado que os jovens necessitam de ações construtivas para chegarem a um consenso mínimo sobre suas formas de atuação. Este tema segue com a proposta de apresentar e discutir a participação do jovem em ações desenvolvidas na sociedade, ou seja, em como esse cidadão contribui com a sociedade ao apoiar-se em torno da sua vitalidade.

1.3 JUVENTUDE E MOBILIZAÇÃO

O estudo da juventude é refletido em torno da análise de seu comportamento e da sua forma de pensar e agir. Essas ações, em muitos casos, definem a composição dos conflitos

entre as gerações. Sob a condição de pertencer à reserva latente, o jovem representa uma força que pode, a qualquer momento, ser estimulada a sair da condição latente para a condição de ativo socialmente. O que se percebe é que a juventude, quando organizada, se condiciona à posição de um aguilhão forte que se torna presente na sociedade. Tratar sobre o significado da juventude dentro da sociedade atual, e das ações em projetos sociais, tem tanto valor quanto discutir a essência da consciência coletiva do jovem e seu potencial.

Como novo integrante da sociedade, o jovem emerge com muita vontade de mudar e de transformar, mas se relaciona apenas com um pequeno grupo participante de atividades sociais. Para esta posição, a reação das gerações mais velhas representa atitudes diversificadas, pois alguns apoiam e outros se colocam contrários às ações em prol das melhorias sociais. As respostas se direcionam a caminhos distintos de atuação, os quais o jovem enfrenta, além dos problemas sociais já identificados e outros que surgem com as divergências entre as gerações.

A teoria geracional é estruturada em torno de um ponto central entre uma geração e outra, no qual o conflito é o principal aspecto do "problema das gerações", que trata de vários momentos em que o jovem pode ou não estar envolvido na sociedade. Quando inserido nas relações sociais, ele demonstra um comportamento de equipe destacado por sua vitalidade, a partir de uma dinâmica diferenciada, onde o jovem aparenta preocupado com o sucesso da ação no qual está envolvido. É dentro deste comportamento que as manifestações dos grupos conduzem, de forma geral, ao conflito entre gerações e aos desacordos com a proposta já "instituída".

Em sua participação, o jovem demonstra interesse em alcançar o objetivo proposto, embora com um sentimento de comprometimento no processo, baseado somente em sua participação e em sua forma de atuação juvenil na sociedade. As ações contempladas com a presença de jovens inseridos em projetos sociais, principalmente em suas comunidades de origem, refletem esse intenso compromisso do jovem, com o intuito de buscar melhorias para o seu povo. Essas atuações são desenvolvidas em torno de diversos temas, como educação, saúde, meio ambiente, cidadania, justiça, direitos humanos e tantos outros.

A partir de seu envolvimento, o jovem torna-se um potencial, porém, sem uma atuação ativa nas áreas de carência social, pois em muitos casos essas ações se iniciam dentro de escolas ou em locais similares, de forma tímida e simples, e não com um envolvimento mais intenso. Existem registros de alguns casos de jovens que iniciaram projetos em suas escolas, mas que, devido a uma participação intensa, avançou do status de simples ações para uma

ONG, deixando para trás a informalidade do grupo. Para ilustrar essa situação, há o seguinte caso: o "Grupo Interagir é o nome de uma Organização Não Governamental, formada por jovens, que atuam no Distrito Federal desde o ano 2000, com projetos e ações regionais e nacionais." (SILL, 2011, p. 96).

Na história das participações públicas da juventude, a de maior repercussão aconteceu através da perspectiva estudantil, com manifestações que ocorreram durante o período da ditadura militar no Brasil. Estas ocorreram a partir de números ainda pouco expressivos de estudantes universitários – em comparação à sua quantidade – que saíram às ruas em algumas cidades brasileiras, alavancados pela vontade de mudança.

No Brasil, uma característica existente, em algumas escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio, é a formação de grêmios estudantis. Também é possível identificar, em outros espaços e ambientes fora da escola, grupos de jovens com atividades ligadas a aspectos religiosos, associações de bairros, grupos de dança de diversos ritmos, entre outros agrupamentos. A atuação dos jovens em alguma forma de agremiação surge e é sustentada em função de sua espontaneidade, assim como a força de querer atuar e participar ativamente daquele grupo, em prol de um ideal.

Segundo alguns autores, as atividades denominadas como "protagonismo juvenil" têm como objetivo central a formação de pequenos grupos de jovens, preocupados em atuar a favor de melhorias em suas comunidades. Esses projetos informais – aqueles que não são estruturados e nem conduzidos por uma instituição –, como o caso de diversos grupos de jovens ainda não organizados dentro do terceiro setor, representam ações modestas de importância local, que atende demandas de pequeno porte e, em muitos casos, com falta de estrutura para atuar nessas localidades.

Segundo Costa (2000), uma ação de protagonismo é construída em torno de um tema que representa uma insuficiência local e uma omissão a ser preenchida. Portanto, grande parte dos temas está relacionada ao meio ambiente, à saúde, à cidadania e à educação; e as ações são organizadas por jovens em parceria com os facilitadores – geralmente um profissional que presta voluntariamente suporte técnico a ele –, que desempenham papel fundamental no bom andamento do projeto. De acordo com Eisenstadt (1968), grupos organizados por jovens podem ser identificados pela estrutura de "grupos informais ou semiformais", possuindo a seguinte linha de raciocínio:

> O grupo juvenil informal ou semiformal é bastante difundido pela maioria dos setores das sociedades modernas, e também encontrado em todos os países

> europeus, nos Estados Unidos etc. Apesar das muitas diferenças locais, alguns tipos locais podem ser distinguidos. Esses grupos são geralmente formados numa vizinhança ou próximos a uma escola ou local de trabalho. Consistem em rapazes (e às vezes em moças) de um dado grupo de idade. Geralmente existe uma liderança entre os grupos de pré-adolescentes e adolescentes. […] Esses grupos podem desenvolver uma organização própria, poderosa, embora de natureza informal, com vários "ritos secretos", agentes especiais etc. (EISENSTADT, 1968, pp. 13-14).

Em algumas universidades norte-americanas, os formatos de organização juvenil são realimentados pelos seus novos integrantes, também conhecidos como "calouros", que passam por alguns rituais de integração. No país em questão, as ações juvenis têm seu desenvolvimento por meio da *university* ou *college,* e até de outras formas de organização formal, como é o caso das "*fraternities*[5]". Estas representam o comportamento do jovem de forma totalmente diferenciada em relação a uma organização que emite responsabilidades aos seus participantes, assim como "*sororities*[6]", que são exclusivamente de meninas. Portanto, "esses grupos podem estar filiados, em alguns casos, a certas organizações formais – ou a alguma escola, ou a alguma organização ou movimento juvenil [...]" (EISENSTADT, 1968, p. 14).

Estes são grupos que apresentam uma determinada autonomia diante do universo ao qual pertencem, estruturados com regras dentro de seu meio. Os grupos juvenis modernos demonstram a sua lealdade acompanhada das responsabilidades individuais, pois "se pensarmos que o ser humano, de forma geral, absorve uma cultura ou possivelmente várias culturas em sua vida, este passa a se integrar diante da composição cultural em cada grupo"

---

[5] […] membros de fraternidade devem mostrar mais lealdade para com sua alma, estão mais envolvidos como alunos de graduação e alunos, e fazer mais doações para suas escolas oferece um argumento convincente para o valor de organizações gregas. [...] Todos os grupos de mulheres foram chamados fraternidades no início, porque não existia outra palavra. Então, em 1882, Gamma Phi Beta foi nomeado uma "irmandade", um termo cunhado sugerido por seu conselheiro que era professor de latim, e que achava que a palavra "fraternidade" foi mal aconselhada por um grupo de jovens senhoras. No entanto, as sociedades "grego de letras" para as mulheres já haviam sido incorporados como fraternidades, e em 1909 a Conferência Nacional Pan-helénico reviu a sua Constituição para usar a palavra "fraternidade" por toda parte. Este uso ainda prevalece. […] Nos primeiros dias de expansão fraternidade, houve amarga rivalidade entre os diversos grupos, não só para membros, mas de reconhecimento e prestígio. Os grupos de mulheres foram melhores do que os homens sobre promover um sentido de fraternalismo. Em 1902, após vários encontros preliminares, fraternidades das sete as mulheres se reuniram em Boston para formar a Conferência Pan-helênica Nacional (NPC). A missão da conferência era encorajar um espírito inter-fraterna entre os membros, para estabelecer melhores relações com as instituições de acolhimento e para fornecer serviço aos capítulos dos membros. […]. Em 1909, os grupos de homens formaram o Inter-Fraternidade Conselho (IFC), que visa os mesmos objetivos que o NPC. Os homens também tinham realizado diversas reuniões anteriores para discutir inter-fraternidade rivalidade contra cooperação. Hoje, a Conferência Interfraternity norte-americana (NIC) patrocina uma variedade de programação fraternidade que visa educar alunos de graduação sobre temas como a consciência do álcool, o recrutamento inter-fraternidade, a educação da sociedade, e outras questões importantes. (Disponível em: <www.sjsu.edu/getinvolved/frso/history/usfslhistory/>. Acesso em: 02 fev. 2015, grifo nosso).

[6] Idem.

(DAVIS, 1968, p. 29). Desta forma, o comportamento social de um jovem enquanto participante de um grupo reflete no comportamento diante de um coletivo, que é influenciado por outras culturas anteriormente adquiridas, pois "a aprendizagem de novos hábitos depois da primeira infância é sempre um processo lento e difícil de reeducação, porque implica na mudança de velhos hábitos adquiridos" (DAVIS, 1968, p. 30).

O conflito de gerações é também a representação da luta entre as gerações com valores que se chocam. Em vários momentos este enfrentamento se materializa nas mais variadas formas – vestimenta, comportamento, linguagem, comunicação e outros –, tornando quase inevitável o choque das novas gerações em busca de seu espaço na sociedade, assumindo-se, então, uma posição de defrontação. Neste caminho, há um exemplo de um grupo de jovens que assumiu uma postura radical e agressiva e, em muitos casos, tal atitude passou a atrair novos integrantes para suas práticas hostis. Bach (2007) ilustra isso em seus escritos, ao discorrer sobre as intenções de um grupo específico de jovens, como os *Skinheads* – cabeças raspadas, em livre tradução –, que apresentam características radicais e preconceituosas em sua à sociedade:

> […] três integrantes do movimento White Power Skinheads foram detidos por espalharem na cidade de São Paulo cartazes condenando as cotas para negros nas universidades. O texto do cartaz: "Vestibulando branco. Hoje eles roubam sua vaga nas universidades públicas. E chamam isso de direitos iguais. Se você não agir agora, quem nos garante que eles não roubarão vagas nos concursos públicos?". Os autores do protesto eram Skinheads inspirados em grupos supremacistas brancos europeus e norte–americanos. O crime se inscreve em uma longa trajetória de ações violentas protagonizadas por skinheads brasileiros, racistas ou não, desde o início da década 1980 (BRACH, 2007, p. 4).

O texto contempla um formato de grupos de jovens que são organizados em função de comportamentos agressivos, agregando ideologias racistas e preconceituosas que retomam os conceitos da Alemanha nazista. Este formato de comportamento, como é analisado por Foracchi (1972), é ratificado através da rebeldia e comportamentos contestatórios, indo contra as normas já instituídas pela sociedade e lançando mão da convivência pacífica para se direcionar contra os avanços sociais. Portanto, a juventude pode também apresentar variadas formas e estilos individuais, embora muitos tenham se formado em agrupamentos em que as suas características pessoais não são visíveis, mas sim suplantadas pelos ideais do grupo.

Segundo Costa (2000), as atuações juvenis seguem formatos determinados por uma hierarquia onde os mais velhos do grupo geralmente são os líderes, e, dada sua experiência, esse jovem "veterano" tem o direito de participar da "coordenação" – um acordo informal do

grupo –, e assim repassar esse conhecimento aos jovens que estão ingressando. Esse processo é muito comum em agrupamentos não institucionalizados – constituídos informalmente –, onde a sua continuidade se dá através das experiências passadas aos novos integrantes mais jovens e assim sucessivamente. A participação ocorre de forma espontânea e voluntária, onde o jovem, ao se sensibilizar pela proposta da ação, integra o grupo e auxilia na organização conforme suas possibilidades ou possíveis habilidades. Um exemplo é o grupo Jovens a Serviço da Vida (Josevi), de Cascavel/PR, composto por indivíduos entre 15 e 17 anos de idade, dos quais grande parte são estudantes do Ensino Médio da rede pública.

Como o direcionamento do grupo Josevi está voltado para a área de saúde, suas atividades são diversificadas. Uma das frentes promove palestras em escolas, alertando sobre os riscos de contaminação da *Acquired Immunological Deficiency Syndrome* (síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS ou CIDA) pelo *Human Immunodeficiency Virus* (vírus da imunodeficiência humana – HIV) e também das doenças sexualmente transmissíveis (DST). No início, todas as atividades aconteceram em função dos problemas identificados pelos próprios jovens, os quais, em grande parte, eram colegas que foram infectados pelo vírus HIV, o que despertou neles o interesse de mudar essa realidade. Mediante a este fato, o seguinte questionamento foi feito: "o que fazer para ajudar? A resposta veio de imediato: uma reunião de jovens foi realizada, onde foi proposta a organização de atividades informativas sobre esse problema de saúde" (SILL, 2011, p. 97).

A partir de então, o grupo direcionou como proposta a execução das atividades iniciando com a comunicação, a fim de orientar e alertar a população jovem sobre os riscos do HIV e as formas de prevenção, enfatizando a importância do uso de preservativos para a prevenção de DSTs. Esta intervenção se deu em forma de palestras e peças de teatro, resultando em boa aceitação por parte das escolas na região. Atualmente, o grupo desenvolve as suas palestras com representantes de uma terceira geração de jovens.

Esse formato de grupo é chamado por alguns autores, como Costa (2000) e Sousa (2008), de protagonismo. Este assunto foi bastante estudado entre os pesquisadores em meados dos anos 2000, resultando em publicações sobre o tema do protagonismo juvenil. Assim, "essa linha de atuação afirmava que os jovens eram atores sociais e que suas ações estavam direcionadas na atuação através de melhorias sociais" (SOUZA, 2008, p. 16).

Outro aspecto de grande importância dentro da perspectiva de organização juvenil está relacionado ao movimento estudantil, que apresenta uma roupagem diferenciada dos jovens que atuam em projetos sociais. Neste caso, o efeito impulsionador está no conflito e nos

desacordos ideológico e políticos sobre as condições sociais. A concepção de geração, neste caso, remete às expressões de conflitos, demonstrado através de manifestações a luta por melhorias, que passa a ser a bandeira levantada por esses jovens. De forma geral, a composição da "consciência jovem" é relacionada como quem evidencia a personificação dos conflitos vividos por eles mesmos. Trata-se de um comportamento que se constitui de forma efervescente, o que reforça a própria estrutura do comportamento do grupo.

Durante a Ditadura Militar Brasileira (1964 – 1985), o movimento estudantil representou uma das mais importantes ações articuladas e organizadas por jovens, onde a característica de confrontamento criticava o cenário político nacional conduzido pelas forças armadas. As reivindicações giravam em torno da liberdade de expressão e da qualidade dos serviços públicos, dentre eles a Educação – especialmente a educação superior. Para Foracchi (1972), o movimento estudantil resultou da vontade do exercício de uma ação política com o envolvimento do jovem, que apresenta uma postura de protagonista, pugnado pelos seus ideais. Esse comportamento de enfrentamento contra a ditadura, por conseguinte, se choca com as gerações anteriores a ela e com o governo ditador.

Em sua análise, Foracchi (1972) explana que a articulação e identificação política em que os jovens estão inseridos representam um formato de atuação por traçados políticos, dos quais o movimento estudantil se depara com a dificuldade de planejar suas ações, uma vez que o sistema é constituído em torno da arbitrariedade.

> O movimento estudantil é geralmente encarado por um prisma diverso daquele com que se analisa o movimento de juventude. Acentua-se, como característica sua, a identificação política com correntes radicais de esquerda, empresta-se conteúdo "revolucionário" às suas reivindicações e se avalia, com pessimismo, a consciência de suas proposições políticas. [...] O ponto crítico do movimento estudantil situa-se exatamente quando se avalia a viabilidade e as condições de sua articulação com as forças sociais de oposição [...] (FORACCHI, 1972. p. 109).

A representação do movimento estudantil compreende a atuação direta dentro do ambiente político dos jovens, com conjunturas restritas que impedem algumas situações de negociação em razão da sua essência ser constituída sob a perspectiva tão somente de luta e pela resposta do poder em conter a luta. Acerca disso, pode-se dizer que "os Movimentos Estudantis relembram o que Mannheim identifica como uma preocupação das gerações em constituir agentes sociais de representação, o que ainda ocasionalmente pode acontecer, neste caso, o do movimento estudantil" (WELLER, 2007, p. 4).

De acordo com Poerner (1979), o movimento estudantil, durante a ditadura militar, representa o jovem na medida em que, naquela época, permitiu que este demonstrasse publicamente sua indignação. Por conseguinte, Mannheim (1968) traz em seu texto *Sociologia da Juventude* que o jovem, ao se identificar ainda mais com a sensação de conflito, passa a despertar o interesse na articulação de seus pares. Essa organização se depara com os problemas vividos na sociedade, fazendo com que a juventude busque sua predestinação de transformação, "assim, representando efetivamente o processo de revitalização da sociedade, o jovem se torna uma força desbravadora de uma democracia militante" (MANNHEIM, 1968, p. 87). Por esse ângulo, é possível afirmar que "com esses indícios a unidade de geração pode ser observada por um repertório de experiências boas ou ruins, individuais ou coletivas de indivíduos situados nas mesmas faixas etárias" (GROPPO, 2000, p. 21).

Os elementos da análise sobre a juventude nos escritos de Mannheim consideram que a juventude representa um potencial adormecido que, se for incitado, caminha para o conflito de gerações. Ou seja, aquele que não está integrado de forma a interagir na estrutura existente, se tornará um "homem estranho ao grupo", considerando-se aqui as gerações mais velhas. Para tanto, o problema da juventude visto pela sociedade moderna refere-se ao jovem com o questionamento sobre qual é o seu papel na sociedade, ou seja, "o que a juventude nos pode dar? e na visão do jovem evidencia-se a seguinte posição: O que a juventude pode esperar da sociedade?" (MANNHEIN, 1968, p. 69).

Estas perguntas são importantes, pois levam a pensar e analisar o papel de uma sociedade. Elas tendem a representar a natureza da relação do jovem com a coletividade, buscando o seu espaço real de atuação e se posicionando frente aos dilemas da sociedade moderna, dentre elas, a juventude. Pode-se dizer que a juventude, então, trata-se de uma categoria, que talvez tenha dificuldade em avançar por sua pouca experiência, mas, por outro lado, é identificada pela persistência e vigor. Nesse sentido, "[...] o grupo dos adultos atribui à juventude a função de preservar e renovar, segundo o sistema presente de valores, instituições e ideais coerentes com o status quo" (IANNI, 1968, p. 231).

Em Foracchi (1972), a juventude é impulsionada por dois fatores: o da dimensão biológica (cronológica) e o da dimensão cultural. Cada um deles se define por uma função específica para os jovens. A dimensão biológica é um processo meramente cronológico, que define a vida e a morte; já em relação ao aspecto cultural, Mannheim (1982) o define como sendo expresso através das heranças deixadas por gerações anteriores, com o sentido da

formação, e, posteriormente, agregando diversas culturas possivelmente geradoras conflitos entre as gerações.

Os jovens se identificam, a partir das suas ações, em parte da construção de seu espaço, tendo proximidade com a cultura expressa das mais diversas formas por eles. Assim, os momentos em que os jovens atuam em pequenos grupos refletem contatos culturais que agregam a sua cultura pessoal. E é através de contatos com novas culturas que alguns estímulos florescem, identificando o jovem para determinada atividade, como integrar um grupo de escoteiros, que, necessariamente, terá rotinas diferenciadas e experiências na junção em sua formação. Modelos como esse são espelhos, agem refletindo outras experiências que agreguem informações ao conhecimento pessoal de cada um; "é necessário, portanto, transmitir continuamente a herança cultural acumulada; a transição de uma geração mais velha para a geração jovem é um processo contínuo" (MANNHEIM, 1982, p. 74). O contato entre culturas também é um gerador de conflitos, e nem sempre esse contato se constitui de forma pacífica. Todavia, os conflitos geracionais ocorrem para que as rupturas determinem o início de novas gerações e, consequentemente, novos comportamentos.

Mannheim (1968) define que a juventude chega aos conflitos produzidos por outras gerações, e é assim que a juventude se torna um fator vitalizador para as mudanças da sociedade, utilizando sua força para contribuir com as novas formas de agir, vestir, se divertir, comunicar, entre outros. Ainda nessa linha, Viana (2015) apresenta a ideia de que a juventude compreende um grupo social que se define através de um processo de ressocialização. Assim, a definição de juventude aplicada nesta tese abarca as estruturas compreendidas entre os conflitos geracionais e as definições dos processos de ressocialização deste grupo social.

No Capítulo II, os estudos estão direcionados à análise e entendimento sobre o terceiro setor, os movimentos sociais e a RECID, visto que cada um destes aspectos representa uma parte importante dentro da discussão proposta. É importante entender que o papel da RECID está em trazer para perto do governo federal, comandado pelo PT, as ações populares. Essa aproximação tem uma relação direta com as possibilidades de apoio aos movimentos sociais e o terceiro setor, com uma ênfase maior ao segundo devido à possibilidade de possíveis recursos federais, disponibilizados de forma a cooptar tais setores como apoiadores. Assim, o Capítulo II, a seguir, trata essa discussão em torno da análise deste caminho tomado pela RECID, em aproximar as possibilidades para obtenção de apoio dos setores base da sociedade.

CAPÍTULO II - A RECID, O TERCEIRO SETOR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS.

> "Os homens em geral julgam mais pelos olhos do que pelas mãos, porque a todos é concedido ver, mas a poucos é dado perceber. Todos vêem o que tu aparentas ser, poucos percebem aquilo que tu és. E esses poucos não se atrevem a contrariar a opinião de muitos que, aliás, estão protegidos pela majestade do Estado".
>
> Nicolau Maquiavel.

2.1 O TERCEIRO SETOR E O ESTADO

A proposta do presente capítulo é discutir a construção da RECID e a sua relação com os movimentos sociais e o terceiro setor, bem como abordar sua contiguidade com o governo federal. Também é importante citar que será apresentado como são organizadas e estruturadas essas organizações. Para analisá-las, é necessária uma breve retomada dos seus conceitos empregados em âmbito nacional. Essa relação com o governo federal se estabelece principalmente com organizações não governamentais, que representam diversas frentes de atuação na sociedade, por exemplo: saúde, educação, meio ambiente, igualdade racial, questões relacionadas ao gênero, à homofobia, entre outros. O objetivo deste capítulo, portanto, é levantar e discutir informações das organizações que atuam com projetos e ações voltados para atender as demandas da sociedade.

O Estado representa um importante papel no apoio às ações e aos projetos do terceiro setor, possibilitando que essas instituições atuem na sociedade através da expectativa de recursos para seus projetos. Assim, o governo federal abre também ao terceiro setor um espaço de apoio por meio de recursos que atuem em áreas públicas. A efervescência desta participação ocorre no final da década de 80 e início da década de 90.

Para analisar o papel do Estado nestas últimas décadas, há muitas vertentes e possibilidades que podem ser discutidas, mas, neste caso, o enfoque se dará na relação entre Estado e terceiro setor. Em suas estruturas, o terceiro setor teve a possibilidade de atuar na sociedade com o intuito de resolver ou amenizar os problemas encontrados, neste sentido, o objetivo é "sanar" ou "atenuar" tais problemas, identificados em diversas áreas, como educação, saúde, cidadania, questões étnico-raciais, entre outras. Com a abertura por parte do

governo federal, o apoio ao terceiro setor e à atuação das ONGs em diversas esferas, antes restritas ao poder público, passa a ser uma possibilidade de ação. O terceiro setor vem se especializando e ganhando um novo formato, modelado através da *expertise*[7] em diversos setores da sociedade, que passa a se identificar como uma referência sobre áreas distintivas.

Essa experiência se deve às atuações do terceiro setor em áreas específicas, como o caso da saúde ou da educação. Para mergulhar neste tema, é necessário fazer uma breve explanação sobre o surgimento e a concepção do terceiro setor no Brasil, bem como a sua popularização enquanto ONGs. A esse respeito, considera-se que o "terceiro setor é mais um termo 'importado' que recentemente 'começa' a ser utilizado no Brasil para designar fenômenos e questões referidas a um universo de organizações da sociedade civil" (LANDIM, 2003, p. 107). Este processo se estabelece em função das dificuldades do primeiro setor[8] em manter, melhorar e inovar os serviços públicos, e, mediante as essas dificuldades, o terceiro setor surge como uma alternativa de atuação na sociedade.

Para Ferrarezi (2007), o terceiro setor adquiriu maior projeção quando foi realizada pesquisa "*Comparative Nonprofit Sector Project*", organizada por *Johns Hopkins University*, em 1990, envolvendo cerca de 40 países. Esta universidade está situada em Baltimore, Maryland, nos Estados Unidos, e uma das propostas desta pesquisa foi a de identificar as instituições com características de atuação no meio social e analisar a sua estrutura e competência de gestão. Esta iniciativa foi, talvez, uma das primeiras ações com o intuito de interpretar as estruturas e a capacidade de autogestão[9] do terceiro setor.

Sobre as relações das instituições do terceiro setor, a universidade expôs a ideia de um universo mais abrangente, onde foram analisadas instituições que atuavam em prol da promoção do bem-estar do indivíduo. Diante de um cenário em que a necessidade humanitária representava o principal propósito, as instituições se organizaram e se instalaram de forma lenta e duradoura. Segundo Rodrigues (1998), o terceiro setor representa para a sociedade uma forma de organização, onde os próprios membros dessa sociedade podem propor uma resposta para os problemas recorrentes. Entendendo essa necessidade, as organizações não governamentais se estruturam e tomam força perante a sociedade, visto que "a expressão

[7] Este termo é utilizado como um conhecimento adquirido através de sua atuação em determinadas áreas específicas estando apto a desenvolver atividades dentro de seu *Know-how*.

[8] O termo "primeiro setor" é utilizado aqui como referência ao poder público entre as esferas municipal, estadual e federal, bem como as secretarias estaduais e municipais e o ministério de ordem federal, além das autarquias e equipamentos públicos que são as instalações e os espaços que prestam algum tipo de serviço público a pessoa física ou jurídica.

[9] A menção do termo autogestão utilizado no texto faz referência à auto-organização compreendendo que este sistema é organizado de forma interna no sistema, ou seja, pelos próprios administradores.

“terceiro setor” é utilizada em contraposição à ideia de que o primeiro setor é constituído pelo Estado, e o segundo setor é formado pelas empresas privadas” (RODRIGUES, 1998, p. 31). Na contemporaneidade, existem inúmeras discordâncias entre as teorias que propõem conceituar e explicar a constituição do terceiro setor no Brasil.

As mudanças na forma de agir, falar, se comportar e pensar são imensas, e devido a isso as pessoas que apresentam envolvimentos com atividades em ONGs agregam formas e particularidades vividas nesse ambiente. As organizações não governamentais, juntamente com suas propostas, buscam mudanças através da contribuição da convicção pessoal, moral ou religiosa por parte de seus integrantes, que são voluntários. A juventude busca esses grupos por intermédio da afinidade com determinada instituição, envolvendo-se em uma disciplina para a atuação em projetos sociais.

Assim, as organizações do terceiro setor se utilizam destas motivações para ter o jovem como ponte de apoio e executor de tarefas nos projetos.

> O que caracteriza o terceiro setor é a multiplicidade das formas de atuação e de organização, lado a lado com a sua singularidade. Não existe a noção de sujeito coletivo que apresente um projeto comum. Pelo contrário, a convergência das organizações que agem sob essa expressão guarda chuva se dá por meio de alianças múltiplas, porém parciais, e envolve vários processos concomitantes. (FERRAREZI, 2007, p.111).

O terceiro setor propõe designar iniciativas que não fazem parte do primeiro setor, atuando a fim de proporcionar benfeitorias ao serviço coletivo. Ele possui uma origem privada, mas com finalidade pública em suas ações. Essa concepção caminha para proposições coletivas, suplantando a individualização e condicionando as propostas do grupo. Assim, os jovens que correspondem a uma grande força e mão de obra para esse setor, também, enquanto grupo, fortificam a ideia de cooptação através das ONGs, e, indiretamente, através da estrutura da RECID.

Para realizar uma apreciação com maior subsídio de informações, é necessário retornar aos momentos importantes da história, a fim de compreender as construções dos espaços do cotidiano, ocupados em uma parcela pelo terceiro setor. Segundo Menezes (2010), a partir da década de 1980 e início 1990, principalmente entre os teóricos da reforma do Estado, a utilização do primeiro setor, segundo setor e terceiro setor. Para Cunha Resende (2006), essa reforma administrativa permitiu que organizações da sociedade trabalhassem juntamente com o Estado. Nesse contexto, existem três composições setoriais, onde essas

organizações são compostas de forma representativa, dividindo a sociedade em primeiro setor, segundo setor e terceiro setor.

O primeiro setor é representado pelo governo federal, estadual e municipal – uma terminologia usada e criada pelos teóricos da reforma do estado para identificar o estado, ou seja, o formato de governo e as estruturas sociais. Por sua vez, o segundo setor é representado pela cadeia produtiva de um país, constituído por instituições com fins lucrativos, como indústrias, comércios, entre outros; ou seja, por grandes contribuintes de impostos. Por conseguinte, estes impostos serão revertidos, em grande parte, em recursos aplicados pelo poder público em benefícios aos próprios contribuintes, como infraestrutura e serviços.

> A necessidade, característica da política administrativa do Estado social, de angariar a cooperação das instâncias exteriores ao sistema político, não se estende apenas ao comportamento do cidadão individual, às organizações sociais e coletivas, sindicatos e associações, entidades profissionais, e meios de comunicação tornam-se órgão executores da política administrativa, e seus grupos coadjuvantes. Poder-se-ia argumentar que o estabelecimento de uma relação de complementaridade no comportamento dos parceiros da ação administrativa não constituiria um problema especialmente grave, porque a administração só precisaria dar os parâmetros ou as condições gerais em cujo contexto em interesses próprios (calculáveis) dos parceiros sociais pudessem se adequar as linhas de comportamento esperadas (OFFE, 1984, pp. 227-228)

Para Offe (1984), as parcerias dentro da administração podem gerar ineficiência, analisadas a partir de dois aspectos. O primeiro se dá pela construção de uma ideia antiga sobre o consenso, que estaria relacionado às diferenças dos interesses e da pressão econômica capitalista. Nesse caso, a proposta de um consenso se torna improvável de ser realizada, tornando-se restrita para sustentar uma estratégia. No entendimento de Offe (1984), a política administrativa "compra" o apoio daqueles que estão em condições divergentes. Já o segundo aspecto se dá pelo rompimento com o formato legal, no sentido jurídico, tendendo à aproximação do cidadão, que caminha para uma autonomia na construção do consenso. Essas condições buscam a autonomização deste consenso na administração pública.

Segundo Passos (2007), o Estado faz uma triagem de suas ações e decisões, e, assim, define o que fazer. Porém, a ação da burguesia pode ser vista como uma interferência nas diretivas estatais. Esse processo conduz a uma desconfiguração do que seria um princípio da administração pública, a impessoalidade[10].

[10] Esse termo é empregado aqui no sentido da administração pública, de como esta deve agir de forma impessoal com relação às condições econômicas e sociais de cada cidadão. O texto na sua íntegra pode ser encontrado no artigo 37 da Constituição Federal de 1988 (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

As grandes corporações industriais brasileiras e internacionais, com sede no Brasil, constituíram, ao longo de sua história, a criação de fundações ou institutos com o intuito de desenvolver ações de cunho social, como no caso da *Ford Foundation*, Fundação Odebrecht, Fundação Itaú Social, Fundação Boticário, entre outras. A criação de uma fundação, mantida pelos setores produtivos, representa a ideia de atuação no meio social. As fundações são mantidas com recursos das indústrias ou empresas que aplicam esses fundos em projetos sociais; esse é o discurso apresentado por essas organizações. Porém, é necessário refletir o sentido real escamoteado em suas estruturas. Segundo Etzioni (2012), cada exemplar de organização é conduzido por um tipo de poder exercido sobre as pessoas. Assim, ao refletirmos sobre esse processo, é possível identificar que as organizações são idealizadas diante de uma perspectiva, conduzidas, em muitos casos, por outras formas distantes de sua ideologia "oficial".

Posto isso, "as organizações são unidades sociais que procuram atingir os objetivos específicos; sua razão de ser é servir a esses objetivos" (ETZIONI, 1976, p. 13). Nesse sentido, os objetivos que uma organização aspira podem ser diferentes dos objetivos que realmente procuram atingir. Essas relações podem ser observadas nos tipos de organizações e tipos de poder exercido sobre elas, as quais se relacionam com os formatos de contratos estabelecidos.

Quadro 3 – As estruturas de poder das organizações

TIPO DE PODER	TIPO DE CONTRATO PSICOLÓGICO	TIPO DE ORGANIZAÇÃO
Poder coercitivo: baseia-se em punições.	**Alienatório**: obediência sem questionamento.	**Coercitiva**: objetivo é controlar o comportamento.
Poder manipulativo: baseia-se em recompensas.	**Calculista**: obediência interesseira.	**Utilitária**: o objetivo é obter resultados por meio de barganhas com os funcionários.
Poder normativo: baseia-se em crenças e símbolos.	**Moral**: disciplina interior.	**Normativa**: objetivo é realizar a missão ou tarefa em que os participantes acreditam.

Fonte: MAXIMIANO, 2012, p. 72.

As estruturas apresentadas por Etzioni (1976) classificam as organizações com base no uso do poder e no significado constituído da obediência. Assim, cada uma das tipologias de poder relaciona-se ao tipo de organização, segundo o autor. O formato das organizações coercitivas é caracterizado pela coerção ou força física, um poder chamado por Etzioni de *lower participants*, relacionado a níveis mais baixos. Um exemplo deste nível de coerção está nas prisões, hospitais, campos de concentração, delegacias e outros similares. Aqui, trata-se de um sistema em que o uso da forma faz parte de sua estrutura enquanto organização.

No entendimento das organizações utilitárias, o meio de controle está direcionado principalmente aos recursos financeiros, com as estruturas de cargos dentro de uma organização dessa característica. Além do controle a partir de recursos financeiros pelos salários, também pode ser encontrado nesse molde as premiações ou recompensas que incentivam seus participantes a atingir os objetivos esperados.

Completando a tabela apresentada, seguem as organizações normativas que, de acordo com Etzioni (1976), não têm a necessidade de remunerar seus integrantes, visto que as contribuições são feitas em torno da missão apresentada. Essas organizações desenvolvem seus objetivos, em grande parte, por intermédio dos participantes que atuam espontaneamente sem a busca de recompensas. É importante também referendar que nem sempre os objetivos apresentados seguem sua trajetória declarada.

> A distinção entre objetivos reais e apresentados não deve ser confundida com a importante diferença entre as consequências intencionais e não intencionais, muito utilizada em sociologia. Os objetivos são sempre intencionais; a diferença está entre as intenções apresentadas e as reais. A rigor, as consequências não intencionais são resultados não planejados e inesperados da ação orientada para algum objetivo. [...] Na prática, os objetivos são frequentemente estabelecidos em um complicado jogo de poder, que inclui diversos indivíduos e grupos, dentro e fora da organização, através da referencia aos valores que dirigem o comportamento em geral e ao comportamento específico dos indivíduos e grupos importantes em uma determinada sociedade (ETZIONI, 1976, pp. 16-17)

A referência apresentada traz uma análise importante sobre as organizações em relação àquilo que é declarado e o que é condicionado ao real. Há muitas organizações que apresentam esse comportamento. Segundo Etzioni (1976), muitos são os fatores que entram em conflito quando se determinam os objetivos em uma organização. Nesse sentido, detectar organizações que apresentam um discurso, mas realizam algo diferente, torna-se comum na sociedade.

Nesta análise, foi apresentado o conceito de organização e suas diversas possibilidades, de acordo com seus objetivos e suas intenções. De acordo com Etzioni (1976), o terceiro setor é um formato de organização que também apresenta seu objetivo declarado, mas que nem sempre corresponde ao seu objetivo real. As organizações com estas características, constituídas dentro do ambiente civil e agregadas dentro do espaço público, apresentam uma grande probabilidade de "se curvarem aos interesses do Estado".

O terceiro setor no Brasil é um tema polêmico, o qual envolve um agente importante que se afasta parcialmente da questão social: o Estado. As organizações desse setor não pertencem ao governo e também não são instituições clássicas da economia. Segundo Montaño (2010), o terceiro setor contribui para o desmonte do setor social estatal – um conjunto de práticas e ações típicas do *Welfare State* (Estado de bem-estar social) –, e é constituído em torno de uma constatação ideológica entre os interesses do capital e parcela da esquerda, o que contempla a proposta do projeto neoliberal.

De acordo com Joana Coutinho (2002), o terceiro setor apresenta muitas imprecisões em suas definições quanto à sua condição na sociedade. No entendimento de Montaño (2010), após o processo de reestruturação capitalista, o terceiro setor apareceu como um debate ideológico em alguns momentos ligado ao interesse do capital e, em outros, ao interesse da esquerda. Neste sentido, há um duplo entendimento sobre o significado do terceiro setor, entendido ora como algo que está em oposição ao Estado, ora como uma extensão deste. A primeira perspectiva é apontada pelos defensores do terceiro setor, já a segunda, pelos seus críticos. De forma geral, o terceiro setor é colocado como algo não estatal e não privado, relacionado à sociedade civil organizada. Entretanto, é importante considerar que este posicionamento atende ao processo de reestruturação do interesse neoliberal, o qual tira parte da responsabilidade do Estado em definir políticas públicas e a sua aplicabilidade.

Em sua estrutura organizacional, o terceiro setor não apresenta e não dispõe de recursos financeiros para a sua atuação, pois, diante de sua constituição jurídica, pertence à categoria que não predispõem atividades que visam lucro ou rendimento financeiro. Nesse sentido, essas organizações estão à margem e dependem de repasses dos convênios do setor estatal ou de doações e contratações do setor privado. Isso faz com que haja organizações no terceiro setor que criem mecanismos de busca de recursos para o desenvolvimento de suas atividades propostas.

O processo de afastamento das responsabilidades sociais do Estado conduz à falsa sensação de que tudo estaria resolvido com o terceiro setor:

> Nesse sentido, o objetivo de retirar o Estado (e o capital) da responsabilidade de intervenção na "questão social" e de transferi-los para a esfera do "terceiro setor" não ocorre por motivos de eficiência (como se as ONGs fossem naturalmente mais eficientes que o Estado), nem apenas por razões financeiras: reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. O motivo é fundamentalmente *político-ideológico*: retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quando a políticas sociais (estatais) de qualidade: criar uma cultura de autoculpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferência de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social estadual e do "terceiro setor", uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial (MONTAÑO, 2010, p. 23).

No trecho apresentado, o autor analisa as incumbências do aparato estatal e como as questões sociais não estão ligadas apenas à competência e nem aos aspectos econômicos, sendo algo que vai além desse processo. Há uma relação política-ideológica que transpõem o que é de responsabilidade do Estado para a ação do terceiro setor, eximindo o Estado de sua função social, contida formalmente em suas estruturas normativas – as quais possuem um poder na condução do Estado, mas desviado para comutar essa responsabilidade.

Essas prerrogativas são aplicadas desde a realização de um encontro nos Estados Unidos, em sua capital (Washington), no ano de 1989, onde se tratou de uma conjunção de ideias que propunham medidas para a conduta econômica neoliberal. Nesse sentido, sugeriam-se reformas para a ampliação no processo de cooperação financeira internacional bilateral e multilateral. Segundo Batista (1994), esse encontro foi rebuscado pelo pano de fundo dos interesses da política neoliberal.

> A mensagem neoliberal que o Consenso de Washington registraria vinha sendo transmitida, vigorosamente, a partir do começo da Administração Reagan nos Estados Unidos, com muita competência e fartos recursos, humanos e financeiros, por meio de agências internacionais e do governo norte-americano. Acabaria cabalmente absolvida por substancial parcela das elites políticas, empresariais e intelectuais da região, como sinônimo de modernidade, passando seu receituário a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se de sua iniciativa e de seu interesse fosse. Exemplo desse processo de cooptação intelectual é o documento publicado em agosto de 1990 pela FIESP, sob o título "Livre para crescer - Proposta para um Brasil moderno", hoje na sua 5ª edição, no qual a entidade sugere a adoção de agenda de reformas virtualmente idêntica à consolidada em Washington (BATISTA, 1994, p. 6).

Essa condição caminha em direção ao controle das classes dirigentes latino-americanas, contribuindo com a aceitação das políticas neoliberais. Ainda no entendimento do autor, esse procedimento contribui para a ressurreição das velhas ideias liberais, onde as

fundações e organizações internacionais monopolizam os debates sobre as dificuldades financeiras com o Estado. Assim, o esvaziamento de responsabilidades estatais faz parte do processo de disseminação das propostas do Consenso de Washington.

Nesta lógica, existe uma tendência em opor o terceiro setor ao primeiro setor, que está na condição de Estado, e também ao segundo setor, que se condiciona pelo mercado. Essa relação é, segundo Montaño (2010), algo corriqueiro na referência ao terceiro setor, mas também importante na apresentação da versão crítica sobre a sua formação, pois "[...] numa perspectiva crítica e de totalidade, este conceito não se divide em "primeiro", "segundo" e "terceiro setor" – divisão que, como vimos, consiste em um artifício positivista, institucionalista ou estruturalista" (MONTAÑO, 2010, p. 182). Ou seja, há uma divisão entre setores que provoca imprecisões em suas definições e em sua aplicabilidade social – ponto relevante ao se pensar na relação entre o Estado e o setor produtivo do mercado.

Montaño (2010) ainda faz uma reflexão crítica sobre três aspectos importantes, a saber: 1) atividade pública desenvolvida por particulares; 2) função social atendendo as respostas para as demandas sociais; 3) valores de solidariedade, compaixão e sensibilidade. Por outro lado, pela imprecisão de sua definição, o terceiro setor fica aberto a questionamentos em relação ao pertencimento à função pública ou não, a estar junto ao governo ou não.

Para Araújo (2013), o referido setor apresenta uma proximidade, em relação à sua origem, com o interesse político e econômico da classe dominante, levantando a bandeira "democratizadora". Esse é um dos aspectos que devem ser levados em conta nessa tese, já que ele aglutina grande parte do comportamento de muitas organizações que se aproximam do Estado e, muitas vezes, tornando-se confusas – há, por exemplo, a expressão utilizada pela RECID "pé dentro pé fora" referente ao governo e à sociedade, o que representa sua identificação quanto um posição indefinida. De acordo com Ferrarezi (2007), trata-se de uma das principais críticas feitas ao terceiro setor por pesquisadores, na indicação de uma homogeneidade que disfarça a variedade das organizações e suas múltiplas dimensões políticas e relações com o governo.

Desta forma, o processo de financiamento, advindo de recursos públicos ou privados, condiciona o terceiro setor a se posicionar de forma distante e neutra, característica manifesta em parte do discurso apresentado pelas organizações deste setor. Nesta lógica, há uma tendência em manter a hegemonia da perspectiva estatal, e essa relação hegemônica se constitui em função da crise do capital sobre o projeto neoliberal.

> O "projeto/processo neoliberal" representa, portanto, a atual estratégia hegemônica de reestruturação geral do capital, face à crise, ao avanço tecnocientífico, à reorganização geopolítica e às lutas de classe que se desenvolvem no pós-70, e que se desdobra basicamente em três frentes articuladas: o combate ao trabalho (as leis e políticas trabalhistas e às lutas sindicais e da esquerda) e as chamadas "reestruturação produtiva" e "reforma do estado" (MONTAÑO, 2010, p. 26).

Nesta citação, comenta-se a proposta de reestruturação em função da crise do capital[11], que abalou grande parte do mercado internacional. Nesse sentido, a sociedade absorve essa crise das mais variadas formas possíveis, influenciando a qualidade de vida que, em alguns aspectos, é afetada indireta e diretamente pelas condições econômicas. O terceiro setor é estruturado a partir da composição e organização da sociedade civil, que se constitui em torno da atuação no meio social. Criado ao longo de sua história, este setor é estruturado nos moldes da filantropia; portanto, faz-se necessário um breve levantamento da sua trajetória.

Como exemplo de atuação na área da saúde, há "a Santa Casa de Misericórdia de Santos, no Estado de São Paulo, criada em 1543, talvez seja a primeira instituição do Terceiro Setor de que se tenha registro no Brasil" (PRADO, 2013, p. 1), que representa um grande marco na área do assistencialismo voltado à saúde. Para Carvalho (2006, apud PRADO, 2014), o terceiro setor no Brasil é representado por quatro períodos históricos marcantes:

> O primeiro compreende o período situado entre e época da colonização até meados do século XX. Nele encontram-se as ações de assistência social, saúde e educação, realizadas especialmente pela Igreja Católica. [...] o segundo momento histórico do Terceiro Setor, segundo a autora, ocorreu no Governo Getúlio Vargas que contou com o apoio das organizações sem fins lucrativos para a implementação de políticas públicas. […], já o terceiro marco histórico relevante para o terceiro setor no Brasil teria ocorrido durante o regime militar onde se caracteriza por uma intensa mobilização da sociedade. […], o quarto e último marco histórico do Terceiro Setor no Brasil ocorreu a partir de 1980 com a diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais […] (PRADO, 2013, p. 1).

Essa demarcação temporal contempla o processo de construção dos períodos para as instituições voltadas à filantropia. Esta é uma perspectiva para nortear essas instituições, que são estruturadas em torno de ações solidárias direcionadas ao ser humano, em busca da diminuição das angústias e problemas existentes. Um ponto comum a cada período

[11] A crise do capital aflorou na década de 1970 por uma série de fenômenos sociais que convergiram historicamente, como por exemplo, a queda da taxa de juros e consequentemente o lucro. É também perceptível uma desregulamentação do sistema monetário internacional com dois choques petrolíferos, em 1973 e 1979, onde o andamento do crescimento econômico ficou estagnado e o dólar como referência de moeda sofreu uma desvalorização. Assim, houve uma necessidade de reestruturação por parte do capital.

apresentado pela autora está na relação do caminho para a transformação, situações essas que afetam diretamente a sociedade em cada período histórico. Acerca disso, Steil e Carvalho (2001) afirmam que a primeira fase é marcada pela característica da filantropia como forma de combate e pobreza; a segunda fase remete ao aspecto da caracterização pela luta em favor da democratização; e a terceira fase a caminhada para o voluntariado.

Assim, para os pesquisadores, existem somente três fases do terceiro setor no Brasil, contrariando o posicionamento de Prado (2014) que defende a existência de quatro. Porém, com estruturas próximas, diante de uma concepção geral do terceiro setor, os autores têm como objetivo principal evidenciar o atendimento deste setor às necessidades da sociedade de forma incisiva. Seguindo a mesma linha, "para HOTHGIESSER (in DELGADO, 2002), terceiro setor surgiria de iniciativas […] privadas que não visam lucros e iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado, com cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário" (DELGADO, 2002, p. 1). Assim, a categoria de voluntariado começa a tomar novos formatos quando aumenta as atividades do terceiro setor, passando a ser uma extensão dos profissionais que doam um pouco de seu tempo para as pessoas que necessitam de alguma ajuda. São os voluntários, com formações específicas, que atuam de acordo com a necessidade e o perfil da organização do terceiro setor ao qual estão ligados.

As instituições filantrópicas que se propõem a fornecer consultas jurídicas a quem não pode pagar os honorários de um advogado, geralmente apresentam profissionais que atuem voluntariamente. Esse é um dos exemplos de diversas instituições que atuam neste mesmo formato, não somente na área do direito, mas em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente e outras. Assim, a profissionalização do trabalho não remunerado[12] se concentra nas demandas específicas, que existem em diversos setores e áreas da sociedade.

O processo de voluntariado é o caminho que conduz o regime de uma instituição sem fins lucrativos. A palavra voluntariado, segundo a sua etimologia, tem origem na palavra

[12] O trabalho não remunerado é exercido pelos voluntários e foi caracterizada pela lei 9.608/98 como a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade. Segundo a lei, o serviço voluntário não gera vínculo empregatício nem obrigação de natureza trabalhistas, previdenciária ou afim (SZAZI, 2000, p.77-78). Segundo Moreno e Yoldi (2008) o trabalho voluntário pode apresentar tipologias: os voluntários informais e os espontâneos são aqueles que desenvolvem as atividades de forma autônoma e individual sem a presença de algum tipo de ligação institucional. São atividades desenvolvidas em âmbito primário geralmente acontecem em pequenas proporções nas comunidades. Outra tipologia utilizada por Moreno e Yoldi (2008) está no voluntário formal e institucional que desenvolve suas atividades de forma programada e sistematizada em instituições judicialmente constituídas assumindo o compromisso acordado. Para Colazzi (2001) a definição de trabalho voluntário pressupõe o desenvolvimento de tarefas desenvolvidas em conjunto ou individualmente oferecidas a terceiros.

vontade, ou seja, a capacidade de escolha de decisão de um anseio ou de um desejo e advém do latim *vôlûntas*, adaptado pelo francês como *volonté / bonne volonté / volontariat* (CUNHA, 2007, p. 828). A estrutura do voluntariado se constrói em função dos pequenos espaços de tempo doados pelas pessoas para ajudar os mais necessitados; assim, esses profissionais, ou simplesmente pessoas com desejo de ajudar, se envolvem pelo espírito da solidariedade.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (VIOLIN, 2006), o terceiro setor é constituído como uma designação residual com um grande e vastíssimo conjunto de organizações sociais, que não são estatais e muito menos privadas, mas que tem objetivos sociais públicos direcionados a uma determinada demanda social em seu meio. Esta composição do referido setor, que tramita entre o público e, em alguns casos, sobre o privado, é de certa forma relacionada a instituições que, ao pertencerem ao quadro do terceiro setor, dialogam com os demais setores. Essas atividades se desenvolvem em torno de uma "carência social" que está presente na sociedade e colaboram efetivamente para a criação de espaços na sociedade com o intuito de discutir os problemas sociais.

O terceiro setor atua na sociedade através de projetos de pequeno e grande porte na tentativa de resolver ou atenuar os problemas existentes na sociedade, propondo diminuir prejuízos sociais com a ausência do estado em alguns setores e evidenciando o recuo de suas obrigações com a sociedade ao se eximir desta função específica. Segundo Justino de Oliveira (VIOLIN), este setor se trata de um conjunto de atividades que envolvem o voluntariado em organizações privadas, não governamentais e que existem independentemente de outros setores, por exemplo, o poder público.

Diante desses aspectos históricos, o terceiro setor se constituiu como uma alternativa da sociedade civil, na posição de interlocutor entre os problemas sociais e a sua possível solução. No entanto, é necessário compreender que não existem fórmulas mágicas para tais problemas: eles podem ser atenuados, mas suas soluções geralmente demandam muito esforço, tempo e envolvimento do aparato público.

A caridade e a filantropia se tornaram metodologias obrigatórias para as instituições de cunho humanitário. Entre o século XV e meados do século XIX, as casas de misericórdia e a Cruz Vermelha assumiram o papel de instituições de beneficência. Nesse ínterim, os avanços que ocorreram nas ações do terceiro setor tendem a abraçar os movimentos sociais, diversificando os seus segmentos. Tal comportamento e atitude de envolvimento em diversas causas compreendem o período do século XX e início do século XXI, se relacionando de

forma intensa com várias referências sobre o tema “direitos humanos”, acompanhado pela diversidade sexual, questões de gênero e situações voltadas aos problemas étnico-raciais na contemporaneidade.

No período entre as décadas de 60 e 70, o terceiro setor se constituía por ações de enfrentamento, pois “[...] no Brasil estas organizações surgiram apenas com a redemocratização paulatina nas décadas de 70 e 80” (VIOLIN, 2006, p. 82). Nessa época, o Brasil vivia a ditadura militar, momento onde surgiram movimentos juvenis que reivindicavam a liberdade de expressão e caminhavam para o enfrentamento contra o sistema de governo. Desta forma, a busca pela liberdade compreendeu a base das organizações reivindicatórias para estes jovens e a juventude teve papel importante na organização das primeiras manifestações de cunho popular, confrontando e se posicionando sobre o regime militar no Brasil (POERNER, 1979, p. 298).

As manifestações ocorridas em 1968 demonstraram a efervescência da juventude, juntamente à força do jovem perante as condições agressivas do regime militar. Neste sentido, o caso da morte do jovem Edson Luís, morto em um conflito entre estudantes e militares no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 1964, passou a ser o símbolo do movimento estudantil organizado durante esse período. Além disso, ao pensar no cenário da ditadura, as organizações do terceiro setor ainda não estavam estruturadas.

A juventude que participou das manifestações tinha grande dificuldade em divulgar suas ideias devido ao processo de repressão e à condição daqueles que se manifestam como subversivos perante o governo. Quanto a isso, é possível dizer que “a geração de 68 teve com a linguagem escrita uma cumplicidade que a televisão não permitiria. […] Nas listas dos *Best Sellers* convivem nomes como: Marx, Mao, Guevara, Débray, Lukács, Gramsci, James Joyce entre outros” (VENTURA, 1988, p. 54), nomes que apresentam suas ideias através de ações ou publicações que não eram permitidas no Brasil nesta fase.

Muitas passeatas e diversos eventos de caráter público foram organizados por pequenos grupos de jovens que eram, em sua grande maioria, monitorados e perseguidos pela ditadura e, em alguns casos, tratados de forma dura e severa. Assim, as possibilidades de reivindicação e crítica ao poder durante a ditadura representava um ato subversivo; a simples discordância não era bem-visto aos olhos do governo ditatorial. É de suma importância citar que nesta fase os jovens também fizeram parte de organizações de luta armada, cujo propósito era o de reivindicar mudanças nesse período conturbado.

> Entre 1964 e 1968, reconstitui-se lentamente uma parcela dos movimentos sociais: por exemplo, 1968 assistiu a greves de bancários, operários e outras categorias, sendo o movimento estudantil o que mais amplamente mobilizou-se. A opção de uma parte da esquerda brasileira pelas armas deu-se nesse contexto social, agitado, ainda, pelas manifestações libertárias em todo o mundo, da guerrilha de Che na Bolívia à Primavera de Praga, do maio de 68 da França à Guerra do Vietnã, da contracultura à Revolução Chinesa (RIDENTI, 1993, p. 30).

As transformações se apresentaram de diversas formas e finalidades, assim, as ações críticas ao governo lutaram contra a hegemonia estabelecida. Este processo construído no período da ditadura no Brasil caracterizou-se pela coerção como forma de controle físico para sua legitimação. Segundo Etzioni (1976), os meios de controle de uma organização do governo remetem a três categorias analíticas: a física, a material e a simbólica. Estas três formas caracterizam as metodologias usadas por uma organização que escolhe esse caminho, em que o uso de arma e sua legitimação conduzem ao que se considera poder coercitivo. A ditadura foi uma fase intensa e repleta de complexidade na sua forma de agir ao manter o poder e o controle.

Ao retornar à análise do terceiro setor, é necessário também um exame sobre os estudos que identificam o uso deste termo no Brasil nas proximidades da crise do capital. Muito empregado na atualidade, tal expressão foi efetivamente adotada após a década de 1970 e com muito mais frequência a partir da década de 1980, não havendo uma data precisa para o início de seu uso. Mas o seu sentido já caminhava para refletir a respeito da formação das organizações civis.

> No Brasil a utilização do terceiro setor como prestador de serviços, antes papel que era executado diretamente pelo Estado, ocorreu apenas na década de 90, com os governos de Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso principalmente a partir da edição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995. Informa Montaño que surgem as camadas parceiras ou articulações com o Estado ou da "empresa cidadão" ou de "autofinanciamento" incorporando uma lógica gerencial e empresarial (VIOLIN, 2006, p. 83).

As reformas que ocorreram a partir do "Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado em 1995[13]", possibilitaram que esse novo perfil de parcerias virasse realidade. Nesse sentido, o termo "empresa cidadã[14]" vem de encontro a essa questão, principalmente no que diz respeito ao entendimento do processo de financiamentos de organizações do terceiro setor.

[13] Este plano teve como objetivo reestruturar o estado contrapondo as estruturas já ultrapassadas pensando em melhorias.

[14] A utilização do termo "empresa cidadã" está relacionado à questão de financiamentos não estatais que utilizam esses recursos de forma estratégica para o reconhecimento de marketing social e com algumas parcerias no desenvolvimento de projetos (MONTANÕ, 2010, p. 148).

Neste novo perfil, as articulações entre o Estado e o referido setor tomam rumo para parcerias de ações direcionadas aos grupos sociais carentes. No novo caminho, uma frente é aberta a inúmeras possibilidades com o intuito sanar os problemas sociais.

Esse novo comportamento retoma discussões que antes não tinham espaço nem projeção nacional, como os direitos da mulher; as dificuldades e violência contra crianças e adolescentes; os maus tratos às pessoas da terceira idade; a diversidade e questões étnico-raciais; enfim, tópicos que representam grande parte das reivindicações que clamava a implantação de políticas públicas para atender tais demandas. As instituições não governamentais recém-criadas começam e levantar bandeiras por causas específicas – saúde, meio ambiente, gênero, juventude, violência e outros –, direcionando os seus esforços em objetivos únicos, se distanciando da ideia de diversas frentes.

Essa reconstrução passa por uma reordenação nacional, em que algumas pessoas levantarão, por afinidade, a bandeira de determinada instituição. Isto é, cada parcela da sociedade envolvida com ações sociais será defendida por um grupo específico, constituído pelas ONGs. Todo cidadão participante de ações dentro de uma instituição do terceiro setor atuará por afinidade com as propostas das referidas instituições. Tais atividades são condicionadas a ações em projetos que compõem uma organização para a sua realização, distante da ideia de enfrentamento que foi vivido na ditadura militar. As atividades do terceiro setor compõe o discurso em um tom crítico, porém diferente das ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, o qual possibilita também o diálogo sobre a composição de políticas públicas – tema que será discutido de forma mais ampla no Capítulo III.

Uma das dificuldades aparentes que surgem no terceiro setor está no obstáculo do processo de financiamento para a realização de projetos, ou seja, a busca de recursos financeiros para serem aplicados. Estas são questões que serão abordadas mais adiante na presente pesquisa, ao discorrer sobre como a facilidade de acesso aos recursos públicos pode trazer apoio ao governo das instituições do terceiro setor de forma direta e indireta.

Outro ponto abordado está na composição interna, estruturada pelo estatuto que rege as instituições deste setor. Como de praxe, a composição jurídica exige um estatuto que o condicione a ser uma associação ou uma fundação sem fins lucrativos e tal posicionamento define as regras e normas de cada instituição. Segundo Violin (2006), a sociedade se tornou mais complexa diante das necessidades de políticas públicas que atendam o grupo, pois neste sentido a cobrança da sociedade ao Estado tende a aumentar.

> Se de um lado, o apelo ao terceiro setor obteria a atenção de cumplicidade da sociedade na legitimação da transferência de serviços de provisão estatal para o setor privado não lucrativo auxiliando a diminuição das funções do Estado [...] de outro lado, esse processo também pode ser entendido pelo potencial que apresenta à sociedade civil, reforçando e legitimando a participação dos novos atores na esfera pública, fortalecendo sua organização na resolução de problemas sociais, gerando solidariedade, capital social e propiciando o controle da ação estatal. (FERRAREZI, 2007, p. 122).

O terceiro setor preenche um novo espaço de atuação na sociedade, se colocando mais próximo dos problemas que atingem a população e, assim, dando a sensação de acolhimento àqueles que necessitam. Para tanto, "em termos sociais verifica-se uma privatização dos serviços públicos mediadores das políticas sociais […] no país assiste-se ao repasse para a iniciativa privada os serviços de saúde, educação, alimentação, etc." (STEIL & CARVALHO, 2001, p. 10). A concretização do repasse das atividades – antes de responsabilidade do poder público – para organizações sem fins lucrativos, passam a ser financiadas pela iniciativa privada e pelo próprio governo, através da "terceirização social", que evidencia o ganho de qualidade em determinados serviços que antes estavam degradados.

Esse é o percurso seguido pelo terceiro setor no Brasil, ao aproximar o poder público como parceiro "responsável" pelos recursos aplicados aos projetos. Nesse processo, inicia-se uma nova forma de comportamento do poder com relação ao terceiro setor, atribuindo responsabilidades a essa esfera. Desta forma, este setor entra em uma fase de profissionalização de serviços em diversos setores, conforme explanado anteriormente, e se solidifica a partir desta abertura do governo federal. Este disponibiliza setores estrategicamente importantes para o terceiro setor, que criou um *know how* sobre as atividades desenvolvidas. De tal modo, "este processamento de experiências demarcou um novo campo de atuação na sociedade civil, relativo à participação dos cidadãos na vida pública e explica, em parte, a emergência e o desenvolvimento das ONGs […]" (GOHN, 2008, p. 88).

É importante, sobretudo, referenciar as parcerias realizadas com o segundo setor, que representa fonte de recursos para o desenvolvimento de projetos nas ONGs. Grande parte dessas parcerias se constitui em torno da proposta dos benefícios sociais gerados pela ação desenvolvida. Assim, cria-se um valor social como fonte de troca para seus financiadores, levando diversas marcas de empresas como apoiadoras de ações no terceiro setor.

> O processo de criação de valor de alianças de propósito social gera benefícios incrementais não somente para os parceiros, mas também para a sociedade. Uma organização sem fins lucrativos mais forte efetivamente beneficia a sociedade, mas os benefícios gerados por uma aliança eficaz costumam ir além do mero

> fortalecimento das organizações do terceiro setor para que suas missões sociais sejam realizadas de forma mais eficaz (DRUCKER, 2001, p. 114).

Parcerias dessa natureza funcionam também como marketing diferenciado, onde sua divulgação causa maior aproximação das empresas patrocinadoras com a sociedade, devido ao seu interesse pelo social e ao apoio às organizações do terceiro setor. Os benefícios sociais dessas parcerias geralmente vão além da divulgação da marca de seus financiadores. Há a inserção destas empresas, ou indústrias, ao *rool* de empreendimentos preocupados com o social, contribuindo para a projeção de suas imagens perante a sociedade. Ademais, propõe-se um diferencial vinculado à marca do financiador, resultando na identificação de uma empresa que investe efetivamente nas mudanças sociais.

2.1.1 O CONCEITO E SUAS FRAGILIDADES

Com a demanda de setores na sociedade que carecem de serviços essenciais, o terceiro setor, através das organizações não governamentais, adentra estes espaços com prestações de serviço qualificados. Tal atuação caminha para uma profissionalização, além do surgimento de um alto índice de voluntários que contribuem com esse setor. Outro aspecto está na referência da geração de empregos com tempo determinado ou não, atendendo a necessidade de contratação de pessoas com formações especializadas.

Dessa maneira, as ONGs necessitam da efetivação de contração, a fim de abrir postos de trabalho para atuação de profissionais que desenvolvam projetos específicos com tempo determinado. Essa metodologia é, aos poucos, introduzida nas instituições, incentivando-as a projetar sua trajetória por áreas específicas, como a área da saúde, que necessita da colaboração de médicos, enfermeiros, dentistas, assistentes sociais, e outros profissionais. Assim, a profissionalização começa a definir uma nova realidade nos setores de atuação pelas ONGs.

O terceiro setor demonstra um crescimento diante das novas realidades na sociedade, ou seja, as mudanças e a dinâmica em torno de diversos grupos fazem com que novos temas venham à tona, provocando novas mutações ideológicas. Mas ainda “nos anos 70-80 as ONGs eram instituições de apoio aos movimentos sociais e populares […]” (GOHN, 2008, p. 89), e tal envolvimento se constituiu no período da ditadura militar, na busca pela redemocratização

do Brasil. Logo após essa fase, o terceiro setor e os movimentos sociais se distanciaram em suas formas de atuação na sociedade, cada qual com sua estrutura.

Para Montaño (2010), a solução para a crise do capitalismo, ainda que de forma parcial, reflete o entendimento do neoliberalismo, que visa reduzir, ou até mesmo extinguir, a intervenção do Estado na questão social em várias áreas e ações. Assim, essa relação com o terceiro setor, construído em uma vertente ideológica, retira esse fardo do Estado, porém, de modo ainda contraditório, agindo como um "braço do estado". Portanto, "na intenção de entender o porquê do crescimento do terceiro setor e suas organizações, Carvalho, recorre a três grandes eixos temáticos: […] o primeiro a ineficiência do estado, […] a segunda qualidade de seus empreendimentos, […] e a terceira os valores" (MACIEL, 2005, p. 31 grifo nosso).

É importante também citar que o papel do neoliberalismo é fundamental enquanto doutrina econômica que determina grande parte dos princípios aplicados pelo Estado. Segundo Maciel (2005, p. 31), as divisões passam a ser importantes para a compreensão desse processo de expansão das ONGs, visto que no primeiro apontamento se evidencia a ineficiência do Estado, transparecendo, principalmente, a necessidade de grupos socialmente marginalizados que não são assistidos pelo poder público ou por serviços incapazes de responder a parcimônia social. Outro aspecto diz respeito às vantagens do atendimento do terceiro setor, cujo resultado é mais eficaz se comparado à quantidade e à qualidade dos serviços públicos. Esse processo tende a maquiar os problemas e a realidade, eximindo o Estado de tal cobrança ao transformar a situação em cômoda para o poder público.

Um terceiro ponto reflete as questões da ordem ideológica, como a propagação de valores descritos na missão de cada instituição. Acerca disso, "a "explosão" do tema reside em fatores motivadores pela reestruturação produtiva iniciada nos anos 1970, geradora de desajustes, onde houve predominância do mercado em relação ao Estado […]" (MACIEL, 2005, p. 32). Tal situação favorece o espaço para a organização e estruturação do terceiro setor.

A definição das funções das ONGs no Brasil se constitui basicamente sobre a necessidade de um espaço em que as ações desenvolvidas não estejam ligadas ao governo formalmente, possibilitando a ação com liberdade sobre as atividades desenvolvidas em prol de melhorias sociais. As instituições não governamentais construíram um espaço importante para o terceiro setor, alcançando a liberdade de ações que em muitos casos o próprio governo não o tem. Neste sentido, Machado (2009) aponta a diversidade e apresenta sobre as ONGs:

> As organizações não governamentais (ONGs) constituem um grupo diverso e multifacetado. Suas perspectivas e suas áreas de atuação podem ser locais, regionais ou globais. Algumas se dedicam a determinadas questões ou tarefas; outras são motivadas pela ideologia. Algumas visam o interesse público em geral; outras têm uma perspectiva mais estreita e particular. Tanto podem ser pequenas entidades comunitárias cujas verbas são escassas, como organizações de grande porte, bem dotadas de recursos humanos e financeiros. Algumas atuam individualmente; outras formaram redes para trocar informações e dividir tarefas, bem como ampliar o seu impacto (COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL in MACHADO, 1996, p. 192).

Na constituição de uma ONG, além da proposta de atuação que deve ser bem definida, um ponto importante está na sua própria existência, já que esta requer a captação de fundos (estatais ou privados) para a sua atuação. As grandes instituições do terceiro setor conduzem uma polarização em diversos setores das ONGs. As de pequeno porte partem para outra realidade, pois possuem dificuldade em sustentar a sua existência, estando fadadas ao desaparecimento, uma vez que não podem arcar com os custos quando não há recursos disponíveis.

Neste ponto, há um aspecto a ser questionado em relação à interpretação e à análise, a partir da seguinte questão: um dos princípios do terceiro setor realmente é uma instituição sem fins lucrativos? Segundo a legislação[15] vigente, o terceiro setor compreende instituições com essa característica, ou seja, aquelas que não geram receita ficam reféns e à mercê de terceiros, que são possíveis financiadores para o desenvolvimento e aplicação de seus projetos. Porém, é necessário realizar uma reflexão sobre essa questão na legislação e no discurso dominante do referido setor sobre a questão da sua não lucratividade.

> Borges (2000), por sua vez, aborda os conceitos de espaço público e marketing institucional e a inter-relação com a publicidade (visibilidade), enquanto Machado Filho (2004) trata da questão do capital "reputacional", associando a responsabilidade social à criação de valor para as organizações. [...] Pereira, Souza e Vieira (2006) consideram a RCE como uma dupla estratégia, com promoção de mudanças internas, aliada ao fortalecimento de marcas por meio de inovações tecnológicas e da boa imagem comunicada a sociedade. Trata-se, para os autores, de uma "nova postura" que deve melhorar com o tempo. Uma melhora pautada,

[15] I - organização da sociedade civil: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015) a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que o aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015) Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

> contudo, pela ótica gerencial. Apresentam panorama atualizado (2006) das principais normas, certificações e premiações, evidenciando a formação de um novo nicho de mercado. (CAMARGO, 2009, pp. 39-40)

O interesse do segundo setor no meio social pode ir além da simples explicação do interesse social. Segundo Etzioni (1976), deve-se perguntar aos participantes de uma organização o que se considera como objetivo, diferentemente do que a organização deveria atingir. Assim, até que ponto estas duas circunstâncias na atividade do terceiro setor existem em sua relação de interesse com o empresariado? Na perspectiva estatal e do mercado, a concepção do "terceiro setor", segundo Montaño (2010), não existe além das ideias, mas como uma estratégia da reforma do capital. Essa relação fortificada e legitimada pelo discurso e pela normatização, bem como pelo Estado, fortalece a proposta de transportar as atribuições sobre o social para essas organizações.

Portanto, "[...] o Estado tem desenvolvido parcerias com organizações da sociedade civil para desenvolver políticas sociais e assistenciais, isto não justifica as teses da "passagem" e da "compensação" (MONTAÑO, 2010, p. 224)". Pensar no crescimento das ONGs é, de fato, relacionar o envolvimento e interesse em que o primeiro e segundo setor desperta com o *feedback* (no sentido de reposta as espectativas), possível com essas organizações. No entendimento de Drucker (2001), o benefício deste tipo de parceria pode ser identificado pelo pimeiro setor, pela economia de custos, de escala e de escopo e a sinergia no aumento da receita.

O discurso do capital se estabelece no sentido de estreitar os custos e as responsabilidades do Estado, contemplando a ideia de passagem das responsabilidades e compensações em relação àquilo que ele não está fazendo. Também é possivel refletir no sentido de problematizar a possibilidade de "encobrir" ou de gerar uma "aceitação", como cita Montaño (2010) sobre as estratégias da reestruturação do capital. Assim, a aliança realizada representa, em sua grande maioria, uma lucratividade e interesse tanto no aspecto de sua economia no ambiente estatal, quanto na supervalorização em termos de marketing social pelo setor privado.

Diante desta lógica, o terceiro setor representa uma grande possibilidade no espaço estatal e privado, pois cresce diante da ausência de responsabilidade do Estado e do capital. Para Machado (2009), as transferências da "responsabilidade social" ou "cidadania empresarial" contribuem para o marketing estatal e privado. Trata-se de uma política dirigida pela reestruturação em torno da crise do capital, "assim sendo, junto à sociedade civil

organizada faz-se presente, também, uma política dirigida ao mercado" (MACHADO, 2009, p. 42).

Porém, segundo Montaño (2010), os serviços sociais essenciais e assistenciais apresentam uma função social que não pode ser medida ou calculada financeiramente, que deve estar distante de atender os critérios gerenciais e empresariais. A terceirização dos serviços essenciais e sociais do Estado retira a responsabilidade estatal e pode ser entendida a partir da primeira onda de reformas que ocorreram nos anos 1980 com o neoliberalismo.

No entendimento de Volin (2006), em concordância com o pensamento de Bresser Pereira[16], a "publicização" não é uma privatização e diz respeito ao governo, mas transfere o controle estatal para o controle público. Essa nova relação compreende que não se responsabiliza o Estado por serviços essenciais, mas o mesmo torna-se financiador e encarregado do subsídio dos projetos. Acrescenta-se, também, a ideia de que algumas entidades perdem sua utilidade, podendo ser desvanecida quase que instantaneamente. Assim, "[...] na utilização do termo "publicização" ao invés de privatização Bresser Pereira explica que para transformar os serviços não exclusivos de Estado em propriedade pública não estatal e declará-los uma organização social [...] será preciso extinguir as atuais entidades" (VIOLIN, 2006, p. 66).

Em outras palavras, para Montaño (2010), um dos principais problemas em relatos de Bresser Pereira está na falta de "governança", ou seja, é necessário achar um caminho para a resolução do problema e a proposta de publicização atende essa demanda. Essa transferência é a ligação e a justificativa pelo Estado da existência do terceiro setor como resultado do referido fenômeno.

> Sob o pretexto de chamar a sociedade à participação em torno do "controle social" e da "gestão de serviços sociais e científicos", desenvolvendo a democracia e a cidadania, a dita "publicização" é, na verdade, a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado "terceiro setor" (conjunto de "entidades públicas não estatais" mas regidas pelo

[16] Foi Ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado entre 1995-1998. O objetivo da Reforma da Gestão Pública de 1995 foi a de contribuir para a formação no Brasil de um aparelho de Estado forte e eficiente. Ela compreende três dimensões: a) uma dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais; b) uma dimensão gestão, definida pela maior autonomia e a introdução de três novas formas de responsabilização dos gestores – a administração por resultados, a competição administrada por excelência, e o controle social – em substituição parcial dos regulamentos rígidos, da supervisão e da auditoria, que caracterizam a administração burocrática; c) uma dimensão cultural, de mudança de mentalidade, visando passar da desconfiança generalizada que caracteriza a administração burocrática para uma confiança maior, ainda que limitada, própria da administração gerencial. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>. Acesso em: 19 jul. 2017.

> direito civil privado) e ao repasse de recursos públicos para o âmbito privado. Isto é uma verdadeira privatização dos serviços sociais e de parte dos fundos públicos. Esta estratégia de "publicização", orienta-se numa perspectiva, na verdade, desuniversalizante, contributivista e não constitutiva de direito das políticas sociais (MONTAÑO, 2010, pp. 45-46).

O terceiro setor atua de forma a contemplar as propostas estabelecidas em torno da crise do capital, criando um espaço dentro da sociedade que compreende o universo social, mantido em grande parte com recursos estatais. Para tanto, ele é legitimado por uma estruturação normativa que cria o seu espaço dentro da sociedade, e justificado como uma organização sem fins lucrativos entre o estado e a sociedade civil. É também retratado com natureza jurídica definida perante o Estado.

Segundo Violin (2009), a divisão dos três setores é simplista, relacionando a ação social com o mercado e desqualificando os antigos campos de atuação social. Essa crítica coloca em questão a proposta de organizações que não são estatais, defendidas pelos teóricos que endossam essa concepção, porém repreendidas por aqueles que discordam desse posicionamento frágil de conceitos e definições sobre o "terceiro setor". Isto é, "a leitura dominante sobre o fenômeno expresso no conceito "terceiro setor", apresenta desta forma, clara falta de rigor teórico e distância ideológica da realidade social" (MONTAÑO, 2010, pp. 53-54). Tal rigor conceitual apresenta uma fragilidade sobre o tema em torno de uma bibliografia de preponderância.

2.1.2 O CRESCIMENTO DAS ONGs NO BRASIL

Com a abertura de espaço para a sua atuação, o terceiro setor passa a desenrolar uma política de desenvolvimento de projetos, atuando na criação de vínculos com áreas vocacionais, dentre as quais podem ser citadas a saúde, segurança, direito, educação, cultura e outras. Os projetos desenvolvidos tramitarão no vácuo caso haja ausência recursos. Portanto, é fundamental que se garanta tais recursos (privados e estatais). As ONGs começam a criar um espaço diante das lacunas intencionalmente constituídas pelo Estado, e "[...] no que diz respeito ao aspecto jurídico as organizações não governamentais são identificadas como associações ou fundações, que se regem por estatutos registrados em cartório de registro civil de pessoa jurídica" (MACHADO, 2009, p. 35). Tal processo facilitou as estruturas de parceria, representadas por uma instituição constituída, podendo apresentar uma marca e um nome.

As ONGs se organizam como instituições que agregam *expertises* (habilidades de uma especialidade) na formulação de projetos, monitoramento e execução dos mesmos, atuando no meio social com a experiência adquirida pela desenvoltura em seus projetos. Elas demonstram grande preocupação em se estabelecer e se estruturar em torno das necessidades sociais, mas ainda com conceitos em construção, que se relacionam com as mudanças presentes na sociedade. De maneira geral, as ONGs são instituições que têm um papel político e social importante, a exemplo do explanado no texto publicado pela Fundação Konrad Adenauer, onde são retratados alguns aspectos sobre sua relevância:

> No Brasil, as ONGs desempenham um papel fundamental na melhoria do papel político da sociedade civil, por atuarem diretamente na reforma da base do alicerce cultural que suporta as instituições ainda duramente vulneráveis ao poder do estado patriarca e do mercado padrasto, tradicionalmente coniventes entre si (FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER, 2003, p. 68).

A proximidade que as ONGs têm com a população repercute nos interesses das instâncias governamentais – seja federal, estadual ou municipal – na composição da publicização das responsabilidades sociais do Estado. Em muitos casos, essa aproximação se constitui em torno de reivindicações que, de certa forma, compõem a grande função dessas organizações, que seria a de criticar, propor e realizar. Tal processo relaciona o terceiro setor a uma grande responsabilidade para criação de propostas que solucionem os problemas, que, em muitos casos, são simples de serem resolvidos.

É importante pontuar que grande parte das ONGs no Brasil levanta bandeiras diversas com as mais variadas frentes, determinando o que cada instituição trabalhará e especializando-se em áreas específicas para qualificar sua atuação em projetos voltados para o meio social. Para Gohn (2008, apud MACHADO 2009), a heterogeneidade das ONGs levou a análise de componentes que definem algumas diferenças entre elas, principalmente quanto à característica das organizações, identificadas da seguinte maneira: as caritativas, as desenvolvimentistas, as ambientalistas e as cidadãs.

As caritativas remetem-se às ações dentro do cenário urbano, voltadas ao assistencialismo e podem ser direcionadas a diversas categorias, como crianças, mulheres, terceira idade e ligadas à diversidade em geral. No que tange ao aspecto desenvolvimentista, a ideia é de que elas se tornem autossustentáveis, por meio de processos de intervenção com ação mais incisiva. Nas ações ambientalistas, segundo Machado (2009), as ONGs tendem a retratar aspectos da ameaça à ecologia, em grande parte, a partir de estudos e diagnósticos.

Esses dados são importantes para a estruturação de projetos que atendam demandas sobre o meio ambiente.

Além disso, há ONGs com características voltadas para ações cidadãs, ligadas às origens dos movimentos sociais – os quais impulsionaram grande parte das instituições criadas com status de não governamentais e filantrópicos. A diversidade de caminhos seguidos pelas instituições reflete a quantidade de problemas presentes na sociedade, e é a partir dessas aberturas, ou "problemas sociais", que as ONGs constroem o seu valor enquanto agentes promotores de projetos no meio social.

Nos anos 1980, são constatados, com grande intensidade, o aparecimento de centros, institutos e ONGs de maneira incipiente, trilhando seus primeiros passos. Porém, sua designação já é evidente, isto é, qual será o seu campo de atuação dentro do terceiro setor. Ainda nessa década, com a Reforma do Estado, iniciou-se a preparação de um novo ambiente neoliberal com um espaço voltado ao referido setor, "portanto a desobrigação do Estado com o social, pela via da alteração de sua estrutura institucional, nada mais representa do que adequar a forma aos objetivos e metas dos ajustes dos países periféricos ao figurino determinado pelo congresso de Washington […]" (SERRA, 2007, p. 15). Neste congresso, foi definida a desobrigação social do estado nas bases da assistência da seguridade social, no que diz respeito à saúde e previdência, abrindo caminho aos processos de privatização.

As mudanças nas políticas sociais têm uma relação direta com as políticas econômicas implantadas no Brasil, onde o capitalismo é um dos grandes responsáveis pela intervenção nas questões sociais. Assim, segundo Serra (2007), ocorre uma relação entre as políticas sociais privadas e as políticas públicas:

> Essa ponderação é muito importante em relação às proposições do ideário neoliberal no tocante a transferência da responsabilidade do Estado pelos encargos sociais, através de parcerias, para a sociedade civil. Ou ainda, o surgimento de entidades privadas de filantropia empresarial que estão desempenhando funções que, pelo menos, a "olho nu", substituem em parte, o braço protetor "estatal" frente às necessidades sociais mais prementes (SERRA, 2007, p. 17).

O processo de transferência de responsabilidade do Estado para o setor privado constitui a ideia de uma natureza pública operando no privado, e, segundo o autor, isto é denominado de "refilantropização" da assistência de serviços públicos. As necessidades já existentes, independentes da estrutura assistencial apresentada pelo Estado, devem ser sanadas e conduzidas pelo ideário neoliberal por meio de "prestadores de serviço" sem fins lucrativos: as ONGs.

Diante dessa linha de raciocínio, a relação entre o privado e o público se constitui a partir de uma ação mediadora entre a população, representada pelos movimentos sociais, e o primeiro setor: "nos anos 90 o cenário se amplia e diversifica-se. Surgem entidades autodenominadas como terceiro setor – mais articuladas às empresas e fundações –, ao lado das ONGs cidadãs, militantes propriamente ditas, com o perfil ideológico e projetos políticos definidos" (GOHN, 2008, p. 89).

As instituições tendem a se afastar e se desvincular dos movimentos sociais e caminham para constituírem ou participarem das ONGs, refletindo uma mudança de papel com a necessidade de institucionalização formal. Assim, na década de 1990 houve uma fase de crescimento intenso das ONGs, compondo setores que ampliaram as suas ações nesse entendimento da construção da redemocratização. Setores como o da educação e o do meio ambiente passaram a representar os primeiros a terem um crescimento mais intenso, sendo a educação a líder deste *ranking* por algum tempo, em termos de quantidade de projetos executados pelo terceiro setor.

Os movimentos sociais aderiram às ONGs para terem maior oportunidade de expansão na atuação. Assim, "dentro da sua função política as ONGs devem continuar trabalhando para o restabelecimento do sentimento de comunidade, através da influência na sedimentação de uma cultura política que fortaleça a sociedade civil […]" (PAIVA in FIEGE, 2003, p. 103). Tal medida torna-se um grande passo em direção a uma sociedade civil organizada, com autonomia e instrumentos mobilizadores que são constituídos por meio das ONGs.

Para Machado (2009), a década de 1990 foi marcada por uma grande quantidade de ONGs financiadas pelo Estado, criadas para inibir os movimentos sociais contrários às ações do poder público. Grande parte destas instituições integrava a possibilidade de crescimento pelas ações sociais, ao mesmo tempo em que alimentavam a esperança de sobrevivência a partir de recursos advindos do poder público, sem necessariamente atuar em projetos sociais.

Com relação à reforma do Estado, diversas instituições foram criadas com diferentes especificidades e com uma variedade de modelos, formatos e objetivos. Desta forma, deixou-se claro qual era a proposta de atuação no meio social, definindo a atuação no campo constituinte das diferenças mais aparentes. A diversidade dos formatos promoveu rumos e caminhos específicos para o terceiro setor, onde cada estrutura formada atenderia necessidades inerentes à sociedade, permitindo que uma diretoria – anteriormente composta por pessoas voluntárias, sem remuneração –, a partir das novas composições, pudesse receber

salários. Esse é o caso de uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), uma qualificação jurídica que permite a efetivação dessa prática.

Com isso, os novos formatos possibilitaram e fortificaram uma profissionalização dentro do setor de projetos profissionais, atuantes nas vertentes do poder público. Essa ação é facilitada pela experiência adquirida na prática de execução de projetos em diversas áreas, as quais constroem o *know-how* sobre essas ações. A sua atuação na sociedade deve caminhar visando somente o lucro social e não o financeiro. Portanto, as diversas categorias de instituições do terceiro setor se estruturaram com formatos diferenciados, e a partir da nomenclatura apresentam características específicas, conforme é possível observar na sequência, com o Quadro 4.

Quadro 4 – As Estruturas do Terceiro Setor

Categorias	**As Principais Características**
1. Associações.	São organizações baseadas em contratos estabelecidos livremente entre os indivíduos para exercerem atividades comuns ou defenderem interesses comuns ou mútuos. Estão voltadas para seus membros com uma grande variedade de atividades recreativas, esportivas, culturais e comunitárias.
2. Organizações filantrópicas, beneficentes e caridade.	São organizações voltadas para os seus clientes na promoção da assistência social (abrigos, orfanatos, centros para indigentes, distribuição de roupas, comidas, etc.). Também se inclui a filantropia empresarial.
3. Organizações Não Governamentais. (ONGs)	São organizações que atuam comprometidas com a sociedade civil, embora também estejam classificadas como associações no Código Civil Brasileiro.
4. Fundações Privadas.	É uma categoria de conotação essencialmente jurídica. A criação de uma fundação se dá pelo instituidor que, segundo o Código Civil Brasileiro, por meio de uma escritura ou testamento destinam-se bens livres, especificando o fim a ser alcançado.

5. Organizações Sociais (OS).	Trata-se de um modelo de organização pública não estatal, destinado a absorver atividades publicizáveis (áreas de educação, saúde, cultura, meio ambiente e pesquisa científica) mediante a qualificação específica. É uma forma de propriedade pública não estatal, constituída pelas associações civis sem fins lucrativos e orientados para o atendimento do interesse público.

Fonte: MACHADO, Batista, 2009, adaptado.

A caracterização das estruturas apresentadas no Quadro 4 visa apresentar as variedades de instituições presentes no terceiro setor, assim como os interesses defendidos por cada categoria. Assim, grande parte destas instituições está relacionada a grupos específicos em torno de necessidades comuns da sociedade.

É também importante citar que as instituições do terceiro setor, de forma geral, refletem uma longa caminhada de profissionalização de seus serviços em um patamar próximo do segundo setor, que depende de uma melhor atuação para alcançar os seus objetivos. Porém, nesse caso, as instituições não têm enquanto proposta o lucro financeiro como no segundo setor, mas atuam dentro do processo de empregabilidade para diversos profissionais em várias áreas.

A classificação demonstrada representa categorias e funções que, dentro da sociedade, são direcionadas às áreas específicas. Um dos casos de instituições mais antigas do terceiro setor são as atividades de filantropia, que, no Brasil, são representadas principalmente na área de saúde. Historicamente, as casas de misericórdia foram as primeiras instituições de caráter filantrópico atuantes no Brasil. Outros setores que atualmente apresentam atividades importantes realizam ações voltadas ao meio ambiente e à cidadania, e compreendem uma grande quantidade de instituições. Outras instituições no meio social surgiram posteriormente, caminhando junto ao desenvolvimento do terceiro setor.

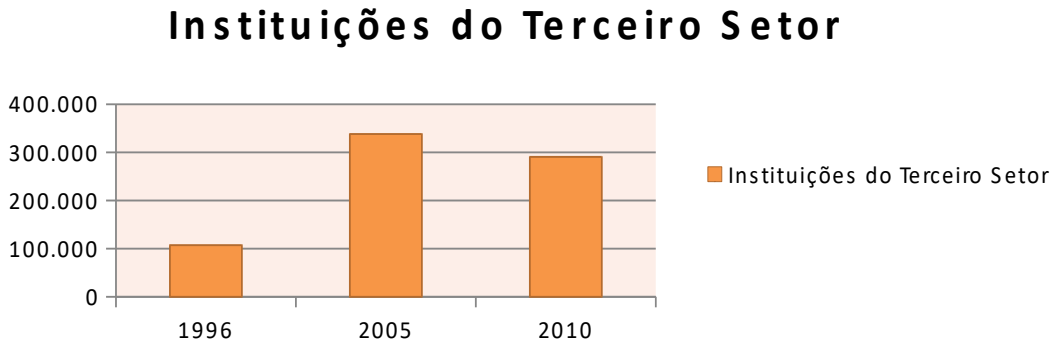
O crescimento do referido setor no Brasil apresentou alta no ano de 2005, devido à formalização de um número considerável de instituições já ativas, porém, sem nenhum tipo de registro. O comportamento de seus participantes foi se adaptando à nova estrutura das ONGs, buscando a socialização de informações sobre suas ações e evidenciando os aspectos positivos de seus projetos. Assim, “mobilizar passou a ser sinônimo de arregimentar e organizar a população para participar de programas e projetos sociais. O militante foi se transformando no ativista organizador das clientelas usuárias de serviços sociais” (ACIOLI, 2008, p. 13). Esse

novo comportamento colaborou com o crescimento destas instituições que, aos poucos, tomaram um formato expressivo no Brasil.

O efetivo crescimento do terceiro setor, com registros documentados pelo IBGE, inicia em meados de 1996. Mas é importante citar que essa data se refere à primeira contagem de dados sobre o este setor, e não como marco inicial das atividades desenvolvidas no Brasil. Tais estudos são construídos em torno do cruzamento de informações entre várias instituições, resultando na pesquisa das Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil (Fasfil)[17], coordenada pelo IBGE.

Portanto, apresenta-se um panorama nacional sobre o crescimento das instituições do terceiro setor que, em grande parte, são representadas pela área assistencialista. É importante apontar que o grande pico (2005) se dá no período governado pelo PT, que tinha grande proximidade com o terceiro setor – que, de certa forma, foi grande apoiador das ações propostas pelo governo federal. A abertura para o apoio governamental por meio de financiamentos para o terceiro setor teve o seu grande auge nesta fase, onde o crescimento de ONGs foi expressivo no Brasil. No Gráfico 1, a quantidade de novas instituições evidencia o interesse por ações em prol do social.

Gráfico 1 – Estudo do crescimento sobre as ONGs, de 1996 a 2010.



Fonte: http://gife.org.br/

No gráfico acima, resultado do cruzamento de dados de várias instituições, o terceiro setor teve o seu auge em meados de 2005, quando determinado número de instituições

[17] Fasfil é uma instituição que efetua pesquisas sobre as organizações do terceiro setor no Brasil, grande partes dos dados são retiradas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística fonte: <www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/fasfil/2010/>. Acesso em: 22 mar. 2015.

sobreviveu com uma pequena quantidade de recursos. Segundo dados da GIFE[18], houve diminuição dos recursos repassados ao terceiro setor, que pode ter comprometido a existência de diversas instituições, das mais variadas naturezas, como é possível observar em meados de 2010. Os repasses apresentados no ano de 2002 ficaram na ordem de 2,82 bilhões de reais, e, em 2010, de 4,106 bilhões de reais.

Diante desta perspectiva, tem-se a impressão de que houve um aumento de 1,3 bilhões de reais nos repasses. Porém, o processo toma como alvo o aumento da arrecadação pela União, mas que não foi repassado para os convênios, fazendo com que os 0,60% dos repasses feitos em 2002 caíssem para 0,48% em 2010, segundo o GIFE. Essa diminuição considerável de recursos pode ser a resposta para a queda no número de instituições sem fins lucrativos entre 2005 e 2010. No entanto, é importante citar que uma parcela dessas instituições também se relaciona com o segundo setor, pois "[…] na segunda metade década de 90 a conjuntura econômica provoca alterações na dinâmica das organizações não governamentais, que passam a ser patrocinadas pelo setor privado […] chamados programas de responsabilidade social" (ACIOLI, 2008, p. 12).

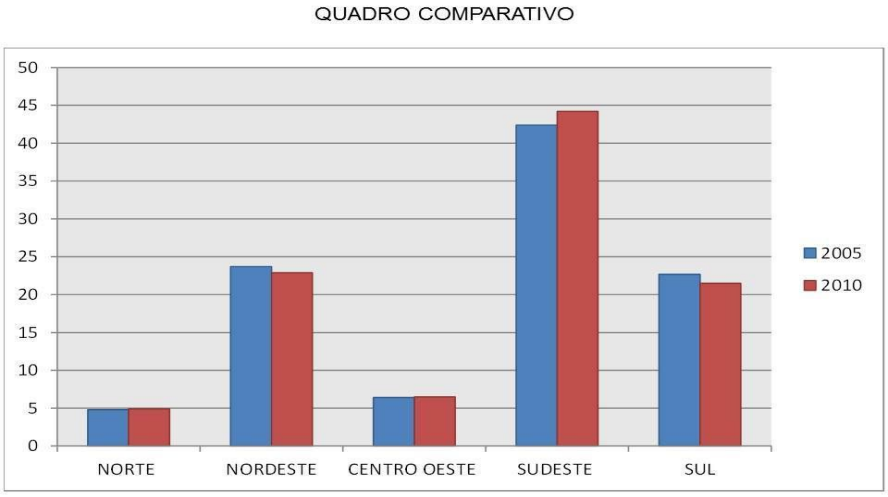
Um estudo realizado em 2003 reuniu informações sobre as alianças intersetoriais no Brasil. Essa amostra teve como referência 385 empresas que responderam questões sobre suas ações com o primeiro e terceiro setor. Assim, foi proposta a identificação do patrocínio no terceiro setor por empresas que se propuseram financiamento para executar seus projetos. Neste estudo, segundo Fischer (2003), pode-se perceber que somente 42% apresentavam alguma relação com os dois setores, sendo 9,6% em ações diretas com o terceiro setor, 4,2% com o primeiro e 28,2% com o terceiro e o segundo. Embora seja uma representação por amostragem, esse percentual pode demonstrar ainda a pouca adesão do segundo setor às ações sociais.

As divisões das regiões brasileiras, se analisadas com relação à presença de instituições não governamentais, são compostas por uma realidade bem heterogênea, comparadas ao âmbito geral. Trata-se de uma característica do processo construído em cada região, considerando as mais diversas influências pela carência apresentada em âmbito

[18] O GIFE é uma organização sem fins lucrativos que reúne os principais investidores do país, sendo eles de origem empresarial, familiar, independente ou comunitária. A Rede GIFE surgiu em 1995 e reúne hoje 130 associados. É marcada pela diversidade de seus investidores que, somados, investem por volta de R$ 2,4 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. Fonte: <www.gife.org.br>. Acesso em: 02 abr. 2015.

individual, o que impulsiona a quantidade de instituições. Para tanto, os dados apresentados no Gráfico 2 demonstram o discutido.

Gráfico 2 – Quadro Comparativo das regiões brasileiras e a composição de Instituições não governamentais, 2005 a 2010.



Fonte: http://gife.org.br/

Nesta análise, as divisões de ações em cada região são desproporcionais, constatando-se um crescimento somente na região Sudeste. De uma proporção de 100% das instituições sem fins lucrativos, a região a Sudeste representa 42,4% de todas as instituições, sendo que essa região ainda tem um aumento em 2010 para 44,2%. A concentração de ações em determinadas regiões fez com que a média de 22% de instituições do terceiro setor reduzisse suas ações nas outras regiões.

Os territórios mais carentes no atendimento pelo terceiro setor, e com maior demanda social não atendida em diversos setores, são o Norte e Centro-Oeste, que, juntos, representam uma média 11% das instituições. Assim, "[...] o Estado tem sido reduzido, e se isenta da função de provedor de direitos sociais à população. Esse quadro provoca inúmeras transformações nas relações entre a sociedade e o Estado" (ACIOLI, 2008, p.10). As dificuldades presentes no cotidiano da sociedade representam um caminho sem volta, onde os problemas sociais aumentam e as demandas tendem também a aumentar, devido ao crescimento da população e, consequentemente, a maior necessidade de serviços básicos.

> Se, de um lado, o apelo ao terceiro setor contribuiria para a obtenção de cumplicidade da sociedade na legitimação da transferência dos serviços de provisão estatal para o setor privado não lucrativo, auxiliando a materialização da necessidade

> da diminuição das funções do Estado […], de outro lado, esse processo também pode ser entendido pelo potencial que apresenta a sociedade civil, reforçando e legitimando a participação de novos atores na esfera pública, fortalecendo sua organização na resolução de problemas sociais, gerando solidariedade, capital social e propiciando o controle da ação estatal (FERRAREZI, 2007, p. 122).

A entrada de novos atores nas organizações não governamentais cria um espaço para a sociedade civil organizada, por meio do reconhecimento e do impacto positivo na construção de uma nova cultura democrática. Também pode ser interpretado que a atuação das ONGs, como um novo ambiente de discussão e diálogo sobre uma política social eficiente, venha realmente atender a demanda existente. Porém, não se pode pensar de forma ingênua, ignorando que em um processo como esse não haja resistência por setores da sociedade, pois as dificuldades com o coletivo são um transcurso natural em torno de conflitos.

Os espaços ocupados pelo terceiro setor passam a ser referência em diversas localidades, com os seus projetos, ações e a integração entre os seus participantes. Tal crescimento em que o terceiro setor está imbricado direciona essa nova maneira de atuar por meio de inovações. Nesse posicionamento, o Estado se coloca fora das responsabilidades de atuação eficiente frente aos setores sociais, transferindo recursos públicos para o terceiro setor para que ele desenvolva projetos nas áreas públicas.

2.2 REVISANDO O CONCEITO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

As definições sobre os movimentos sociais ainda são frágeis, apresentando equívocos e contradições – o que demarca lacunas a serem analisadas e avaliadas. Segundo Jensen (2014), os movimentos sociais despertam o interesse dentro do meio acadêmico, provocado por sua própria definição que se apresenta insatisfatória. Neste sentido, tramitar por tal caminho é encontrar algumas inconsistências nas respostas construídas entre conceitos e as suas definições.

Para tanto, este texto propõe uma recomposição de conceitos apresentados sobre o tema, os quais contribuirão para apresentar e analisar a asserção dos movimentos sociais. O objeto de estudo é construído de forma complexa nas suas origens e nas classificações em torno do formato da categoria o qual se encontra e muitos são os fatores que determinam a compreensão da construção de um movimento social. Nesse sentido, a formação de grupos representa uma parte desta análise, considerando-se que a composição de "grupo" atende a constituição de um movimento social e não a representatividade individual. Neste sentido, a

formação de um grupo é o primeiro passo para o objetivo da composição de um movimento social.

> Os grupos sociais se movimentam por motivos internos e, ao mesmo tempo, externos. Isto ocorre porque um grupo social só existe no interior de uma relação social e por isso o seu movimento é provocado por suas necessidades próprias produzidas no interior de sua relação com o conjunto da sociedade. Se a causa de um movimento social é simultaneamente interna e externa, então só é possível compreendê-la analisando a constituição do grupo social que lhe dá vida. Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum (JENSEN, 2014, p. 130).

Os movimentos sociais são compostos por grupos de indivíduos que apresentam alguma forma de afinidade, assim, a composição de um grupo é o principal ponto de alimentação deste fenômeno social, considerando que os "movimentos sociais são movimentos de grupos sociais e não de indivíduos ou elementos da natureza" (VIANA, 2016, p. 23). Assim, pensar em movimentos sociais é relacionar os diversos, ou talvez milhares, de grupos constituídos na sociedade que sustentam sua formação. Ainda, segundo Viana (2016), existem várias definições de grupo e grupos sociais, sendo o primeiro relativo ao conjunto de pessoas que se uniram por diversas razões, e o segundo não constitui um sinônimo para uma coletividade organizada.

No tema desta pesquisa, os movimentos sociais têm grande relevância devido à sua integração à RECID, e também por participarem de grande parte das manifestações e mobilizações realizadas no recorte temporal proposto (governos petistas). Tais ações remetem às atividades ocorridas neste período, marcado também pelo apoio ao governo federal. Boa parte das manifestações no Brasil foi direcionada a governos estaduais e municipais, os quais não faziam parte da base aliada do governo, ignorando os problemas existentes. Assim, a necessidade de convocação da população ocorre em função da conveniência de criticar estes governos juntamente às suas políticas governamentais.

É sabido que não se pode resumir tudo a essas manifestações e sua organização, pois se trata de um processo em que grande parte da juventude, por meio de uma ressocialização, interage dentro destes espaços. Um fator determinante no largo avanço ocorrido nesta fase é a capilaridade estabelecida pela RECID, pois em cada pequena localidade há participação de grupos de diversos seguimentos que podem fazer parte desta rede e obter as vantagens oferecidas pela sua estrutura. Segundo Coutinho (2012), os movimentos sociais são organizados por diversos modelos, porém, o sistema de rede acopla diversas frentes de educação, saúde, política, entre outras. Assim, o entendimento pela RECID sobre os

movimentos sociais caminha para essa perspectiva da organização em rede, a qual possibilita maior controle sobre a estrutura, igualmente maior.

Assim, os movimentos sociais serão analisados a partir da ideia de que sua existência e permanência são de suma importância para a RECID, diante de toda uma perspectiva construída no Brasil. Assim, considera-se que "o lugar e o papel das redes nesse contexto é de articuladora e organizadora das lutas sociais, partindo de um ambiente micro, para um macro" (GARIM, 2016, p. 126). O entendimento da RECID para os movimentos sociais está na contribuição e unificação das frentes diante das lutas apresentadas, as quais demandam reivindicações. Porém, é importante citar que, durante a fase do governo do PT, não há registros de ações contrárias à política de governo, resultado de um processo cooptador por parte do governo intermediado pela RECID.

2.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais nascem por motivos diversos, que, em muitos casos, podem ou não estar relacionados a questões estatais, como a falta de políticas públicas em diversos setores, como saúde, educação, segurança pública, dentre outros. Segundo Viana (2016), os movimentos sociais apresentam vários elementos definidores que motivam a sua existência, ou seja, metas traçadas para a definição de onde se quer chegar. Esses grupos compreendem a seguinte característica:

> [...] podemos distinguir três variedades de grupos sociais. Os grupos sociais orgânicos, cuja unidade se encontra em sua corporeidade, independente das escolhas individuais, pois ninguém decide nascer na raça caucasoide, negroide ou mongoloide, bem como do sexo feminino ou masculino, ou, ainda, com deficiência física, etc. Os grupos sociais situacionais, cuja unidade é gerada por sua própria situação social, tal como os estudantes e sua condição estudantil, os moradores de determinadas regiões e suas condições de vida e moradia, etc. Por último, os grupos sociais culturais, cuja unidade se dá em torno de crenças, doutrinas e outras expressões culturais, tais como, pacifistas, ecologistas, etc. Assim, alguns indivíduos nascem pertencendo a determinados grupos sociais, outros são constrangidos por sua inserção em determinadas relações sociais há aqueles que escolhem devido suas opções políticas e/ou culturais (VIANA, 2016, p. 27).

Na citação, o autor retrata que existe uma variedade quanto aos tipos de grupos sociais, que podem ter como referência sua estrutura orgânica – relacionada, por exemplo, à pele negra –, os situacionais, que estão dentro de uma determinada condição – como

estudantes –, ou, por último, grupos que estão relacionados a crenças ou a religião. Os grupos sociais em fusão formam os movimentos sociais.

É importante apontar que, por se tratar de movimentos sociais no Brasil, as mudanças ocorridas entre as décadas de 1970 e de 1980 fizeram com que a sociedade civil, ou ao menos uma parcela dela, reivindicasse melhorias para a sociedade. Segundo Gohn (2008, p. 73), os movimentos sociais são próximos da educação popular, que tem como princípios a valorização da cultura popular, a centralidade atribuída ao diálogo e a ética e democracia na construção dos processos sociais.

> Touraine propõe três princípios que identificariam um movimento social: o de identidade, o de oposição e o de totalidade. O primeiro remete ao modo como o ator define a si próprio. Para Touraine, é a prática das relações sociais que situa e define o ator. Sendo assim, a identidade do ator somente pode ser determinada no conflito real com seu oponente e no objetivo de sua luta. É o conflito, porém, que faz surgir o adversário. Daí se manifesta o princípio de oposição, quando "o ator se sente confrontado com uma força social geral num embate que coloca em causa orientações gerais da vida social" (BASTOS, 1983, p. 105).

A leitura da Touraine reflete o entendimento de que os movimentos sociais se comportam de acordo com a formação de seus atores sociais e condição da estrutura da oposição. Ressalta-se, então, que os movimentos sociais têm suas estruturas formativas no meio rural e no meio urbano, sendo as lutas construídas no meio social por reivindicações, as quais representam a essência dos movimentos sociais. Assim, "uma das premissas básicas a respeito dos movimentos sociais é: são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social" (GOHN, 2011, s/p).

A relação dos movimentos sociais com o meio político-social reflete outra forma de comportamento e de reivindicação, pois compreende um novo modelo de comportamento e de organização social. Os movimentos sociais podem apresentar composições de diferentes grupos sociais integrantes de um movimento. Assim, ao analisar esse critério, é importante também citar que as afinidades não definem a participação por apresentar características específicas, mas pode aproximar as pessoas e esses grupos por diversos formatos de similaridade.

Os grupos definidos como orgânicos representam a possibilidade de afinidades congêneres, que podem, nesse sentido, atrair o seu similar, como grupos que são constituídos por questões de raça. Situações que envolvem discriminação ou desigualdade podem constituir o estopim para as pessoas se organizarem com o propósito de protestar sobre

assuntos dessa natureza. Portanto, muitos são os grupos existentes com essa característica, mas também é importante apontar que tal constatação não define a sua participação em um movimento social, somente apresenta maior possibilidade para envolver-se em um movimento.

Outro grupo apresentado na citação são os situacionais, definidos pela sua condição mediante uma mesma situação. Eles apresentam características afins por estarem em uma mesma condição, como é o caso dos estudantes. Assim, um indivíduo não necessariamente pertencerá ao movimento estudantil por estar nessa condição, mas apenas se existir afinidade com a causa, que pode estar relacionada a aspectos econômicos, insatisfação social e outros. Ou seja, a atuação deste indivíduo depende do envolvimento e pode ser ocasionada por diversos fatores, que podem incentivar na organização de diálogos coletivos e, consequentemente, na possibilidade de adesão aos movimentos sociais. Os integrantes são, portanto, os estudantes destas instituições, pois são os maiores interessados nas reivindicações acerca de falhas na estrutura educacional.

Os grupos sociais culturais são relacionados por aspectos diferenciados, sendo que os principais motivos de sua formação estão relacionados às crenças, doutrinas e expressões culturais. A eles se condicionam as pessoas que compartilham das mesmas ideias, por exemplo, grupos que pregam a paz contra a intolerância religiosa – o que é muito comum encontrar esse processo em religiões de matriz africana. Nesse caso, a discriminação pode chegar a atos de violência, resultando em ações de cunho criminoso.

Outro exemplo que também pode ser citado está em grupos ecologistas, que demonstram preocupação com o crescimento econômico incontrolado que danifica os biomas e, consequentemente, agride e destrói o meio ambiente. Aqui, os ingressantes são aqueles que abraçam a causa e estão dispostos a lutar pela mudança de comportamento contra os causadores destes danos ambientais. Em vista disso, muitos são os aspectos que definem as proximidades para formação de um grupo. Assim como há diversos elementos que definem o perfil de um novo integrante, como comportamentos cotidianos, crenças e forma de agir, além da existência de projetos políticos e ideológicos similares ao que se defende.

Segundo Jensen (2014), os grupos sociais se movimentam por dois motivos, interna e externamente, estimulando as necessidades internas ao movimento e a sua relação com a sociedade. Tais fatores estão ligados diretamente aos grupos sociais pelas suas necessidades, pois “um grupo social só existe, aliás, quando existe este algo comum a todos os seus membros. Portanto, a base de um movimento social é o grupo social que lhe movimenta”.

Nesta citação, o autor faz uma análise sobre a condição de um grupo base para a formação de um movimento social, dentro da sua temporalidade e da dinâmica de uma sociedade. Na década de 1970, por exemplo, os grupos formados possuíam características de sua época, assim, se compararmos estes aos grupos formados nos anos 2000, haverá outras características, cada qual com o seu pensamento e comportamento. Essa relação de temporalidade também é responsável pela modificação do *modus operandi* de cada grupo e, consequentemente, das suas reivindicações.

Os movimentos sociais, na composição de sua existência, estão envolvidos em torno de um objetivo, ou seja, uma meta estabelecida que os definam.

> [...] os objetivos estão entre os elementos definidores de um movimento social e por isso não podem ser relegados ao segundo plano. O termo "objetivo" expressa uma meta aonde se quer chegar. Um movimento social surge quando uma determinada situação gera insatisfação para um grupo social e isso, por sua vez, gera um senso de pertencimento e objetivo que provoca mobilização. Logo, o objetivo é a meta, a razão de ser do movimento social e que justifica a mobilização. Ele existe para trabalhar com a situação geradora de insatisfação visando transformá-la. Logo o objetivo visa uma transformação situacional (VIANA, 2016, p. 45).

Segundo o autor, os objetivos compreendem um aspecto importante que envolve o comportamento dos movimentos sociais, que estão relacionados ao lugar em que os movimentos querem chegar e quais são seus propósitos. Em outras palavras, a sua existência está condicionada à sua meta, que é alcançada a partir da mudança de uma determinada situação. Caso não exista um objetivo, qual seria o propósito de um grupo e, consequentemente, de um movimento social?

Ao analisar esse questionamento, nota-se que para alcançar uma posição, as dificuldades são inúmeras, e sem isso seria uma ação vaga, sem rumo ou uma meta a seguir sem função de sua existência. Os problemas que atingem o grupo, de fato, incomodam, o que dá o pontapé inicial para que as pessoas pensem no assunto e em como solucioná-lo. Esse fator motivador define a necessidade em modificar o atual cenário com alguma intervenção, logo, os grupos são formados por afinidades, que apresentam pensamentos próximos sobre a realidade vivida. Tal formato se constrói em torno de objetivos e do sentido de mudança, buscando melhorar uma determinada situação. Então, a existência do movimento social é motivada por ainda não ter alcançado o seu objetivo, uma vez que esse ainda está distante de alcançar uma determinada meta.

Segundo Viana (2016), a transformação situacional pode ocorrer por meio do formato defensivo ou ofensivo, uma ideia que acompanha a perspectiva de continuidade de uma

determinada situação, entendendo que as mudanças seriam algo prejudicial para o andamento da sociedade. Como exemplo, há o Brasil no ano de 2016, no contexto do processo de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, onde uma grande quantidade de brasileiros, participantes ou não de movimentos sociais, foi às ruas realizando manifestações contrárias a esse processo. Nesse caso, a ideia defensiva foi o fator que impulsionou o objetivo, para que não houvesse o afastamento da representante do PT do poder. Trata-se de um motivo que claramente não representa a mudança, mas a permanência de uma situação específica, em que conservar é a frente defendida; é importante pensar que esse fator acontece quando a realidade pode ser mudada por alguma situação.

O processo de transformação é um dos objetivos que grande parte dos movimentos sociais defende, isto é, a ideia de alterar uma determinada situação que prejudica ou interfere na vida dos membros. Segundo Viana (2016), há diferença entre transformação "situacional" e "social". No aspecto situacional, há a referência das associações, conexões, vínculos e proximidades com outros grupos, já a transformação social tem um corpo mais expressivo e representa uma revolução, mais expressiva do que meras mudanças.

O termo transformação é muito mais profundo do que as mudanças ocorridas na sociedade. Assim, quando pensamos em mudar uma cadeira de lugar ou mudar, de fato, uma cadeira, ela pode ser customizada, mudar sua cor, mudar de lugar, etc. – enfim, essas são as referências de mudança. Porém, quando falamos em transformação, nos referimos às alterações submetidas a essa cadeira, transformando-a em outra coisa, como uma banqueta, uma caixa, lenha a ser queimada, entre outros exemplos. Assim, o termo transformação refere-se à mudança efetiva de uma realidade, não podendo ser confundido com as mudanças complementares.

Os movimentos sociais são constituídos de maneira distante do ambiente político, porém, eles lutam junto a esse ambiente, em grande parte das ações, por motivos diversos, que se complementam em lacunas sociais a serem sanadas. Enquanto gestor do aparato público, o ambiente político apresenta as propostas de políticas públicas em diversos setores, logo, é o responsável pela ineficiência de alguns serviços. O ato de se movimentar contra essas carências sociais, coloca os movimentos sociais ao lado oposto, e essa luta de braços é determinada pelos confrontos que acontecem no decorrer das manifestações. Assim, é importante frisar que os movimentos sociais não podem ser confundidos com partidos políticos, pois segundo Jensen (2014), em alguns casos estes são oponentes em uma disputa

pública, a qual o partido político pode ser também representado por políticos na gestão do Estado – considerando-se o sentido do poder.

A esse respeito, o autor demonstra que "os partidos políticos são organizações que vivem em função da democracia burguesa e do estado capitalista, enquanto os movimentos sociais possuem uma organização mais flexível e não estão ligados diretamente ao estado e à democracia" (JENSEN, 2014, p. 136). Assim, os partidos políticos apresentam algumas restrições por seu envolvimento com os processos de gestão. Os movimentos sociais têm uma liberdade maior de atuação no meio social, sem restrições por ideologias partidárias ou relações com a gestão. É importante também citar que os movimentos sociais relacionados com a gestão podem estar diante de uma situação de cooptação, a qual traz para seu lado os que seriam, teoricamente, seus opositores. Tal medida é tomada para evitar que manifestações contrárias ao processo e às formas de gestão ocorram, assim, a possibilidade de cooptação é um dos fatores que podem calar a voz dos movimentos sociais.

Além de constituírem diversas frentes e representarem os pensamentos, comportamentos e as formas de agir de um coletivo, "[...] os movimentos sociais constituem seus objetivos a partir da tomada de consciência e geração de valores, concepções sentimentos, etc." (VIANA, 2016, p. 53), sendo esses objetivos comuns a todos os participantes. Segundo este autor, nos movimentos sociais com características de coletividade, os interesses podem ser identificados de duas formas: individuais ou coletivos. O interesse individual nem sempre está alinhado ao interesse coletivo, portanto, o indivíduo tenta resolver seu problema participando do movimento ou se afasta dele para então resolvê-lo.

Como já citado anteriormente, os integrantes demonstram interesses em comum, e então o envolvimento pode chegar a um nível de profissionalização, se estruturando como fonte de renda para a sua atuação; essa característica tende a burocratizar e mercantilizar as relações sociais. A luta pelo poder e por recursos caminha junto a essa nova característica de profissional.

> Esse é o caso quando o ativismo vira profissão ou fonte de renda, gerando interesses discrepantes com os do grupo social de base do movimento. O processo de mercantilização e burocratização das relações sociais tende a reforçar isso, pois os indivíduos acabam se submetendo aos valores dominantes e passam a lutar por dinheiro e poder, entre outros valores burgueses, o que muitos produzem dentro dos movimentos sociais. Isso ocorre com setores inteiros de determinados movimentos sociais, o que gera determinadas organizações, grupos, etc. Nesse caso, é a hegemonia burguesa na sociedade civil que gera o conjunto de valores, ideias, concepções, ideologias, doutrinas, etc., que servem de sustentação para tais setores reproduzirem/reforçarem a sociabilidade capitalista (competitiva, mercantil, burocrática) (VIANA, 2016, p. 55).

Esse processo evidencia que tal indivíduo se submete ao poder dominante, uma condição que se delimita pela mercantilização da luta social, pois o que antes se tratava de uma busca por melhorias passa a ser conduzida por interesses pessoais. A transformação de comportamento tende a corroborar com a busca individualista pelo poder e outras vantagens ao se curvar ao domínio capitalista, pois sedução de ascensão desarticula a estrutura dos grupos e, consequentemente, influencia os movimentos sociais. Durante o governo do PT, a RECID atuou como uma ponte entre movimentos sociais e o Estado, financiando e realizando contratos para educadores sociais. E grande parte destes movimentos entre a coletividade e casos individualizados foi seduzida pelo poder e por recursos financeiros. Essa condição aproximou do governo muitos daqueles que denunciavam as falhas na gestão e serviços públicos. Tal forma de cooptação diminuiu amplamente os protestos, revertendo ao governo manifestações favoráveis ao poder e enaltecendo em algumas situações a importância da permanência da gestão. Mas essas manifestações são identificadas pelos movimentos que pertencem, nesse caso específico, à RECID, os quais recebem vantagens financeiras e facilidades de tramitação no ambiente de poder.

No caminho contrário a essa situação de cooptação, grupos que são a base de movimentos sociais não aderem a esse comportamento, saindo e conseguindo vencer a sedução das facilidades encontradas. Destarte, "[...] quando os indivíduos conseguem escapar da hegemonia burguesa dos valores dominantes, apontam para outros objetivos, que vão desde as reivindicações imediatas até a proposta de revolução" (VIANA, 2016, p. 56). Aos que não sedem ao poder, a luta se torna mais intensa e caminham para um processo revolucionário.

A mercantilização de alguns setores dos movimentos sociais, entre coletivo e individual, retrata esse formato em que o Estado, aliado à perspectiva capitalista, avança e cria mecanismos de controle, inibindo o princípio reivindicatório dos movimentos sociais. Assim, ao interferir na estrutura de um grupo social, tendendo a modificar a forma de agir, pode-se afetar o comportamento coletivo. Isso ocorre especialmente quando um grupo que sustenta um movimento social não atua em suas reivindicações e se aproxima do poder, tendendo a defender as ideologias dominantes e modificando os objetivos que antes eram o suporte para esse movimento. Esse formato modifica as características, porém, nem todos entre coletivo e individual aceitam situações dessa natureza, provocando desligamento de integrantes e/ou afastamento de grupos de base dos movimentos sociais.

Os movimentos sociais são formados em sua base por grupos sociais, e esses, por sua vez, são formados por indivíduos. Assim, as características do indivíduo, como sua aparência física, crenças, posições ideológicas etc., não definem a sua participação em um grupo, pois em um movimento social, este tem um papel importante enquanto base do próprio movimento, onde cada membro adere de forma espontânea. É também importante citar que as suas características não são um fator determinante de sua inserção em um grupo ou movimento social.

> Um grupo social não significa um coletivo organizado de indivíduos e sim um conjunto de pessoas que possuem algo em comum. Tomemos um exemplo: o movimento das mulheres. Este é o grupo social que lhe movimenta. Este conjunto de pessoas, que este grupo, possui em comum o fato de todos os membros pertencerem ao sexo feminino. Esta é a motivação interna do movimento. Entretanto, o simples fato de pertencer ao mesmo sexo feminino não cria nenhum movimento social, pois somente no interior de determinadas relações sociais é que pertencer ao sexo feminino cria a necessidade de ação coletiva. Essas relações sociais certamente se baseiam na opressão de sexo feminino e é esta a motivação externa deste movimento social (JENSEN, 2014, p. 130).

As características de uma pessoa possibilitam seu ingresso a um movimento por pertencer aos grupos, porém, não define sua participação, pois tal fator é definido por sua vontade, como já citado. Assim, os grupos sociais que sustentam as estruturas dos movimentos sociais integram espontaneamente os movimentos, de acordo com suas afinidades. De forma mais abrangente sobre os movimentos, em muitos casos são citados a ideia de movimentos populares, visto que "os movimentos populares são compostos por um conjunto enorme de movimentos sociais. Esse é o caso dos movimentos sociais urbanos, movimentos sociais rurais, movimentos sociais usuários de serviços estatais, chamados de públicos" (VIANA, 2016, p. 126).

Os movimentos populares também são movimentos sociais, pois segundo o autor, o que efetivamente difere na composição social e nas características das suas reivindicações é também a sua relação com o Estado. Os movimentos populares caracterizam-se por demandas imediatas, como o caso de moradias e transporte, que são estruturas de carências às classes desprivilegiadas, as quais apresentam grande necessidade de serviços básicos e de políticas públicas.

Essas demandas são, na realidade, direcionadas principalmente ao setor público, o qual é detentor de grande parte de serviços, como saúde, educação, transporte, segurança pública e outros. Desta forma, o responsável por tais carências é o Estado, que é intimado a responder e apresentar alternativas para solução do problema.

Para atuarem, mesmo não compondo uma pessoa jurídica[19], os movimentos sociais necessitam de uma série de estruturas, que compreendem soluções logísticas, planejamento e recursos financeiros. Tais estruturas são relevantes para os movimentos sociais, que estão relacionados ao processo de operacionalização de uma ação, visto que todas as atividades a serem desenvolvidas demandam alguma forma de recurso.

> A perspectiva da mobilização de recursos adota como um dos seus problemas subjacentes o desafio de Olson (1965): uma vez que os movimentos sociais proporcionam bens coletivos, alguns indivíduos irão "por conta própria" suportar os custos para obtê-las. Explicar o comportamento coletivo requer atenção detalhada à seleção de incentivos, mecanismos ou estruturas de redução de custos e, ainda, a benefícios profissionais que levam ao comportamento coletivo [...] (MCCARTHY & ZALD, 2017, p. 7).

Essa análise apresenta outro aspecto importante que os movimentos sociais devem enfrentar: a mobilização de recursos. Ou seja, a necessidade de buscar estruturas e recursos para o desenvolvimento de determinada ação, o que depende das possibilidades estruturais e recursos obtidos para dar continuidade às suas ações. Tais buscas podem existir em diversos setores da sociedade, sejam aqueles que possuem afinidade com o movimento social ou não. Assim, também é importante citar que a procura por recursos pode se tornar uma forma de controle sobre os movimentos sociais, como é o caso de diversos setores cooptados pelo governo do PT, quando os mesmos foram, por muito tempo, financiados pelo poder estatal.

Esse formato de apoio toma direções contrárias à perspectiva reivindicatória de um movimento social. Neste aspecto, é possível citar os setores que pertenceram à RECID, em que os recursos eram advindos do governo federal durante a fase em questão. Tal relação leva a analisar o seguinte aspecto: um movimento social que reivindica uma carência social devido à ausência de política pública, ou por serviços deficitários, protesta contra seu próprio financiador – o tema em questão será discutido com maior ênfase em outro momento, todavia, trata-se de um fator de extrema relevância.

Na atualidade, os movimentos sociais estão respaldados por diversas frentes, sendo representadas com características das mais variadas estruturas, desde pequenas ações até ações de cunho nacional. Muitos são os grupos que aderem aos movimentos sociais, porém, ao se pensar em âmbito geral, a representatividade ainda é baixa se considerar os 200 milhões

[19] A utilização desse termo está relacionada, por exemplo, a uma ONG que para receber recursos precisa ter um Cadastro Geral de Contribuintes sob a sigla CGC, aqui não é o caso porem necessita de recursos e de uma determinada movimentação, assim aqui nesse caso restringe-se a pessoas físicas que assumem essas movimentações.

de habitantes. De certa forma, a representatividade está presente em pequena ou em grande quantidade, buscando a resolução dos problemas sociais.

2.3.1 A FORÇA DO JOVEM E O TERCEIRO SETOR E NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O abarcamento do jovem pelo terceiro setor e sua atuação nos movimentos sociais se configura em dois momentos distintos. O primeiro diz respeito aos jovens que são beneficiados com as ações do terceiro setor, através de projetos direcionados a esse público. Já o segundo momento está relacionado aos jovens que operam projetos neste setor como voluntários, com envolvimento direto na aplicação e no desenvolvimento de projetos, além dos jovens envolvidos nos movimentos sociais.

A inclusão do jovem nos âmbitos sociais parte antes mesmo de sua atuação oficial dentro de uma instituição do terceiro setor e dos movimentos sociais, pois os grupos formados, a que chamamos de tribos, representam esse espírito de integração em grupo. Embora sejam grupos que atuem somente na questão cultural, eles contribuem para melhorias em âmbito social e na convivência de outras pessoas.

A atuação do jovem geralmente começa dentro das escolas, um dos lugares em que as ações juvenis surgem espontaneamente e têm seus primeiros contatos com os problemas locais, e, dessa maneira, passam a atuar sobre esses problemas. O grêmio estudantil, por exemplo, são um dos primeiros contatos "políticos" que o jovem tem em sua vida estudantil e sua função reflete um canal de diálogo entre o estudante e a instituição. Segundo Pizzol (2005), em sua pesquisa realizada em Florianópolis/SC, o depoimento da aluna Ana, de 15 anos de idade, estudante do 1º ano de Administração, retrata o seu sentimento sobre a participação em um grêmio e a sua importância enquanto referência política e social.

> Acho que é pra auxiliar os alunos, sei lá, pra fazer algumas coisas diferentes, porque acho que a direção não tem tempo pra isso. Eu acho que é voltado pros alunos, pra beneficiar a gente. Para informar, para dar sugestões. Eu acho que é pra gente também ver que a escola não é só aquele diretor, aquelas coisas. Assim, que os alunos também podem, tem voz na escola, acho que é isso (PIZZOL, 2005, p. 84).

O depoimento desta aluna ilustra, em grande parte, a leitura do jovem em relação ao seu envolvimento com as responsabilidades construídas em torno da juventude e as organizações dentro de uma escola, estando entre as primeiras experiências no trato com o

interesse comum. Tal processo retrata a divisão de responsabilidade para o jovem, entendendo que ele também é responsável pela sua escola.

As atividades desenvolvidas por um grêmio estudantil podem ser a iniciação de ensinamentos para a participação do jovem na sociedade. Além desse envolvimento, o processo de politização desponta no decorrer de sua participação, e a tendência é que um jovem participante de um grêmio estudantil também faça parte dos movimentos estudantis secundaristas.

Quando se envolve com os problemas que estão ao seu redor, o estudante caminha para intervir no problema, reunindo todos os seus esforços para mudar determinada realidade. Esse tipo de interação compreende a constituição de uma experiência de cidadania, onde a preocupação maior está presente no coletivo, ou seja, na forma de agir do grupo como interesse comum.

> De maneira mais geral, o estudante tende a dissolver todas as oposições que organizam a vida submetendo-a a pressões, como por exemplo, as que separam o tagarelar da discussão regrada e orientada, a cultura livre da cultura imposta, o exercício escolar da obra pessoal (BOURDIEU & PASSERON, 1968, p. 62)

Se bem estimulada, a consciência do cidadão floresce em um jovem, despertando a liberdade de exercer suas atividades de forma livre. O terceiro setor e os movimentos sociais representam um caminho para esse jovem, que tem seu interesse desperto pelas preocupações com os problemas sociais, transformado a vontade de atuar em ações dentro de projetos. Observa-se também que, além de se tornar voluntariado em diversas instituições, ou participante de movimentos sociais, existe uma tendência à sua profissionalização, em especial dentro do terceiro setor. Contudo, o jovem passa a ser o público que atende a necessidade apresentada por uma organização sem fins lucrativos e, então, passa ser a força jovial, com perfil adequado a essas atividades.

Nas ONGs, como porta de entrada, existem duas possibilidades de atuação, como já citado: a primeira delas é a prática do voluntariado, muito comum no terceiro setor, onde não há vínculo empregatício ou remuneração; e a segunda remete a efetiva contratação de um serviço, com remuneração para atender a um determinado projeto. Diferente das atuações de grupos informais, embora também sem remuneração, nos grêmios estudantis os jovens são os responsáveis por todos os processos em um projeto. Nos movimentos sociais, as participações da juventude representam uma adesão ao processo de politização e o envolvimento construído a partir de manifestações organizadas e defendidas pelo grupo.

Esse transcurso é muito semelhante às ações de um grêmio, como citado anteriormente, onde somente existiam ações caso todo o grupo se envolvesse. A participação do jovem no terceiro setor e nos movimentos sociais pode ser considerada efêmera, caso se considere que aquilo pode trazer apenas crescimento pessoal durante um período breve de sua vida. Por outro lado, o voluntariado, ou ainda o profissional não remunerado, pode tornar essa relação mais duradoura, se partir do ponto de vista que experiências como estas podem fazer a diferença no momento de concorrer a uma vaga remunerada – que, na maioria das vezes, exige também experiência, seja ela voluntária ou profissional.

A linguagem, por meio da arte, é utilizada como um mecanismo muito atrativo na relação entre a juventude, os movimentos sociais e o terceiro setor. A arte remete às manifestações culturais produzidas e apreciadas pelo próprio jovem, aproximando duas estruturas: as formas artísticas e os projetos sociais. A atuação como um voluntário perpassa por inúmeras possibilidades de ações, desde áreas como a saúde até o caminho para a discussão da própria política. Os projetos em que o jovem se envolve podem evidenciar atividades reivindicatórias ou ações reparadoras. Em cada uma delas, ele apresenta um papel de suma importância em seu contato direto com o meio social.

Em seu trabalho de pesquisa, Sobrinho (2012) realiza várias entrevistas com jovens participantes de ONGs, das quais o jovem Maurício retrata a sua leitura sobre o terceiro setor.

> Eu costumo dizer que as ONGs são um triângulo – que a base, que é a parte maior, que são as pessoas ligadas à arte e à cultura, que é o que mais tem aí, que é teatro, grupo de dança, dança de salão; o meio que são as coisas imediatistas, que é o curso de inglês, o pedreiro; e a ponta, que é o que tem menos que é tentar discutir, dialogar e entender o que é a favela; sentar com morador, com a presidência, com o órgão estadual, municipal e federal e dialogar 'vocês vêm trazer todo dia o peixe aqui, a gente quer é a vara' e aí começar a discutir isso (SOBRINHO, 2012, p. 76).

A atividade do terceiro setor representa uma forma efetiva de atuação em seu meio, mais especificamente em sua comunidade, o que torna as ações próximas de seu objetivo, que atua em função de algum problema. O que se espera do jovem é que ele tenha uma atuação plena nos projetos em que ele participa e que essa participação venha a contribuir para a sua vida em relação às preocupações com a sociedade, colocando-o para pensar sobre soluções de problemas sociais e, infelizmente, reais. Da mesma forma, a atuação do jovem nos movimentos sociais requer um intenso envolvimento com o meio, reivindicado através de sua participação na resolução de problemas sociais.

Em projetos do terceiro setor os jovens estão presentes em dois lados: alguns como participantes e beneficiados, outros como voluntários para a ação. Eles demonstram uma vitalidade ao fazer o que realmente acreditam, entusiasmados em doar um pouco do seu tempo a quem necessita. É necessário querer participar para realmente agir e atuar de forma a doar um pouco de seu tempo. Assim, "na visão crítica elaborada pelo jovem, essa virtualidade latente vem a ser a própria juventude, cujo significado essencial é o de expressar essa dimensão irrealizada pela sociedade […]" (FORACCHI, 1972, p. 37). A força do jovem representa a vitalidade latente que pode fazer a diferença entre uma ação e outra em seu resultado positivo.

O jovem enquanto participante de uma instituição, sendo voluntário ou beneficiado, tende a levantar os ideais daquela instituição sob a perspectiva de desindividualização, termo utilizado por Maffesoli (1998) quando desenvolve a proposta sobre as tribos urbanas: "A fusão da comunidade pode ser perfeitamente desindividualizante. Ela cria uma união em pontilhado que não significa uma presença plena no outro [...], mas antes estabelece uma relação oca que chamei de relação táctil […]" (MAFFESOLI, 1998, p. 102). A referência dada pelo autor demonstra que o individualismo natural do jovem não é exprimido quando ele se integra a uma tribo, pois esta se dá através de referências coletivas em termos de comportamentos e atitudes, o que o inibe enquanto ser com referências individuais. Trata-se de uma maneira em que o coletivo passa a ser o organizado pela tribo, impondo determinados comportamentos e atitudes e, assim, mantendo controle sobre seus participantes.

Na maioria das vezes, o voluntário desenvolve atividades a partir dos princípios pregados pela instituição, garantindo que a sua individualidade não fique acima do grupo. O comportamento apontado é muito comum em instituições de grande porte, onde a quantidade de colaboradores e voluntários é expressiva. A participação da juventude em alguns segmentos do terceiro setor e dos movimentos sociais representa o bom andamento de um projeto ou de uma ação que é contemplada com a sua força e jovialidade.

Assim, "as organizações propõem apresentar aos jovens temas, com os quais eles possam refletir sobre experiências concretas vividas em seus universos familiares e/ou comunitários [...]" (SOBRINHO, 2012, p. 46). Tal relação reflete o universo vivido pela juventude e suas experiências com o terceiro setor e os movimentos sociais. Em entrevista realizada com um jovem participante de projetos sociais, Sobrinho (2012) relata que sua entrevistada, a jovem Mariana, tem essa relação com o terceiro setor como uma fase positiva em sua vida:

> O primeiro contato de Mariana com um projeto social foi aos 13 anos de idade. Diz ter sido sempre muito agitada, e por isso, o lugar dos projetos sociais "sempre" lhe pareceu o mais adequado para dar vazão ao seu estilo e modo de atuar. Galgando diferentes níveis de participação nos projetos sociais desde a adolescência – de voluntária a profissional – Mariana atualmente é consultora de uma ONG e faz curso superior em uma Universidade de dança. O destaque da biografia de Mariana é a forma autônoma como rege o curso de sua vida (SOBRINHO, 2012, p. 36).

A experiência em questão retrata um dos diversos caminhos trilhados por jovens que, em algum momento de suas vidas, tiveram alguma forma de aproximação com o terceiro setor e redefiniram seus caminhos, proporcionando questionamentos futuros quanto ao sentido profissional. Esse envolvimento, de forma geral, abre situações de reflexão sobre a necessidade do exercício da cidadania, dentro dos conceitos pregados nas instituições, e, por outro lado, sobre a restrição dessas leituras à sociedade.

A participação do jovem no terceiro setor e nos movimentos sociais desponta enquanto uma experiência de integração social, desde seu posicionamento enquanto cidadão até a sua preocupação nos avanços sociais. O referido legado construído ficará presente tanto em sua vida quanto no seu comportamento no meio social – tema este que pode proporcionar uma análise em torno do perfil do jovem como força integradora dos movimentos sociais e o terceiro setor, nessa relação de construção de uma hegemonia cultural por meio da dominação ideológica.

2.4 A FORMAÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ (RECID)

A Rede de Educação Cidadã, conhecida como RECID, tem suas origens em meados do ano de 1991 quando foi solicitado, pelo então presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que o Instituto de Cidadania elaborasse uma proposta de projeto que atendesse às diversas necessidades de cunho mantenedor nas regiões mais carentes do Brasil.

Uma das grandes razões para a solicitação deste programa era devido à existência de problemas causados pela desnutrição, ocasionando, por exemplo, o baixo índice de rendimento escolar nas séries iniciais. Essas questões direcionavam-se principalmente à região Nordeste do Brasil, devido ao seu alto índice de pobreza e de desnutrição.

Segundo Sawaya (2006), a desnutrição, causada pela fome ou por uma alimentação de baixa qualidade, pode causar danos irreversíveis a uma criança. Por outro lado, se for uma

desnutrição mais "branda", pode interferir negativamente no rendimento de uma criança no ambiente escolar:

> Estudos (Moyzes & Lima, 1992) já registram na década de 1980 que apenas 10% a 15% das crianças matriculadas nas escolas públicas eram vítimas de desnutrição atual ou pregressa. Essas crianças eram, no entanto, vítimas de desnutrição moderada ou leve, ou seja, não eram aquelas nas quais a desnutrição grave teria deixado sequelas irreversíveis no sistema nervoso central - essas em geral não sobrevivem (SAWAYA, 2006, p. 135).

A desnutrição brasileira foi um dos grandes problemas encontrados nas regiões mais pobres deste território. Assim, esta bandeira foi levantada em grande parte das campanhas nacionais, o que evidenciou a importância de se acabar com esse obstáculo. Acerca disso, o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, levou às ruas, para o conhecimento popular, a relevância e as causas – em alguns casos, irreversíveis – da desnutrição, uma doença que acomete, principalmente, o público infantil e prejudica o desenvolvimento da criança. Com isso, reiterando ações que possam resolver esse problema, surgiu o programa Fome Zero, motivado por esses critérios e dados preocupantes sobre as condições da população brasileira, conforme demonstra quadro abaixo.

Quadro 5 – Funções motivadoras do programa Fome Zero.

1.	O alarmante crescimento da miséria, agravado pela estagnação econômica dos anos 80 e do progressivo aumento da desigualdade social;
2.	O imperativo de incluir a fome na agenda política, à semelhança do que ocorreu com a escravatura;
3.	Sua origem pessoal, a experiência da fome em sua infância marcou definitivamente o caráter do então presidente (2002).

Fonte: RECID, 2013, adaptado.

Diante dessas três condições, o programa Fome Zero teve como propósito a erradicação da fome e a diminuição da desnutrição. Para tanto, "a constituição de uma rede de equipes de educação cidadã e mobilização social no Brasil, configurou-se como parte das estratégias de mobilização da sociedade civil no mutirão de combate à fome e a pobreza […]" (ARAÚJO, 2005, p. 1). Essa configuração se estruturou em torno do problema central da

fome e, diante dessa nova situação, da composição de um programa que possa atender o território nacional. Em outra perspectiva, Yasbek (2004) faz menção ao Programa Fome Zero, trazendo alguns alertas sobre a sua concepção: "os riscos enfrentados nessa disputa são no sentido de que as ações permaneçam no plano do assistencialismo e do dever moral e humanitário e não se realizem como direito" (YASBEK, 2004, p. 1). Essa condição reflete um posicionamento direcionado à interpretação do programa enquanto uma "refilantropização da questão social", o que pode comprometer o enfrentamento à pobreza. Essa crítica analisa a relevância de se atuar contra outro problema existente, a desnutrição; porém, é necessário pensar em tal medida como uma ação emergencial, na ausência de alternativas para solucionar esse problema.

O programa Fome Zero foi a marca do governo Lula em seus primeiros mandatos como presidente. O setor de mobilização e os monitores deste programa foram coordenados pelo Frei Betto[20], que participou ativamente entre 2003 e 2004 com a proposta do TALHER. Segundo Betto (in ARAÚJO, 2006), TALHER é um instrumento de alimentação que se relaciona com a fome e vem da belíssima ressonância do espanhol *taller*. A grande responsabilidade desta proposta foi a preparação de uma equipe que iria disseminá-la pelo Brasil. Nesse processo, foi necessário compor uma equipe que pudesse atuar diretamente com os problemas da fome e, assim, propor ações compatíveis ao tamanho dos problemas identificados.

O processo de gestão do Programa Fome Zero foi estruturado por meio da formação de comitês, compostos por membros do governo estadual, municipal e representantes da sociedade civil. Outras linhas de frente fizeram parte do programa, entre eles o Ministério Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) e o Programa de Ação Todos pela Fome Zero (PRATO), organizados pelo poder público municipal e sociedade civil, e agentes de segurança alimentar (SAL), do Programa Fome Zero, capacitados pelos educadores do TALHER. Em cada uma das estruturas a intenção era a de capacitar ou colaborar para tal, dentro da perspectiva de rede e partindo da proposta de expansão, a fim de atingir uma alta capilaridade em todo o território brasileiro.

A RECID desponta em 2003 como uma forma de interlocução entre os movimentos sociais e o terceiro setor. Tal relação é construída dentro de um ambiente polêmico, que será

[20] Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, é teólogo e escritor de mais de 60 livros. Entre 2003 e 2004 assumiu o cargo de assessor especial da Presidência da República e foi o coordenador geral da mobilização do Fome Zero. Disponível em: <www.brasil.gov.br>. Acesso em: 12 mai. 2015.

discutido no decorrer desta pesquisa. Dessa maneira, levanta-se a seguinte questão: de que forma os movimentos sociais e o terceiro setor se adentram na RECID sem perder seus objetivos? Essa é uma situação que pode gerar diversos conflitos entre as relações, pois "a RECID então nasce dentro de uma contradição, debatida até os dias atuais pelos seus integrantes: ser movimento social e estar com "um pé" no governo" (COUTINHO, 2012, p. 55).

A composição da RECID se apresenta de forma confusa; há pessoas que a consideram como um movimento social, outras, a criticam pela sua proximidade com o governo federal, o que origina uma dúbia interpretação sobre a rede. No segundo caso, se estabelece um consentimento de ambas as partes, e o mesmo é válido para a relação com o terceiro setor e os movimentos sociais que participam da RECID. Segundo Gramsci (2002), a hegemonia pressupõe que se leve em conta as perspectivas dos grupos, sobre os quais será exercido o domínio. Assim, nesse caso, se constrói um equilíbrio em torno da relação instituída por consenso ou por coerção, visto que "o fato de a sociedade civil aparecer como parte integrante do Estado na sua versão ampliada, apenas reforça a concepção de Gramsci quanto ao vínculo orgânico entre ela e a sociedade política, no processo da construção da hegemonia […]" (ALMEIDA, 2006, p. 55).

A RECID se constitui em uma relação de proximidade principalmente com os movimentos sociais. Estes, antes de 2003, marcavam uma oposição aos governos, em busca de melhorias nos serviços essenciais à população. Com a ascensão do governo petista, eles se aproximam do poder político na figura do governo federal. Em suas reivindicações, os movimentos sociais representavam a força de um grupo organizado, que, com o passar das décadas, se reduzira, dando espaço às instituições do terceiro setor, como referenciado anteriormente. A RECID compreende esse processo de organização de movimentos em torno de uma mesma perspectiva, como faz referência seu coordenador geral Selvino Heck[21]:

> Ela nem é uma instituição própria que não tem por objetivo auxiliar outras organizações. A rede não é diferente de outras redes ela faz uma articulação entre quem é parceiro deste processo, e tem exatamente um grau de inovação em um novo formato de avaliação. A rede ao mesmo tempo em que trabalha com as políticas do governo ela também ela trabalha com a sociedade e a rede. A RECID é estruturada e organizada com um coletivo nacional, formada pelo governo e por sociedade (entrevista concedida ao autor em 08/06/2015).

[21] Selvino Heck é diretor do Departamento de Educação Popular e Mobilização Cidadã, da Secretaria Geral da Presidência da República desde 2004 e coordenador geral da Rede de Educação Cidadã no Brasil.

Tal referência deixa uma lacuna no formato organizacional desta rede, onde é citada a posição de governo que, de fato, representa um papel importante na articulação entre os diversos participantes. Porém, na prática, a RECID amplia essa capilaridade a partir do envolvimento no meio social, apoiada pelo governo.

Uma das características presentes na constituição da RECID é a organização de encontros com movimentos sociais e o terceiro setor, com representantes de diversas regiões brasileiras. A participação maciça dos movimentos sociais e de organizações não governamentais reforçou a estrutura iniciada em 2003 pelo Frei Betto. Na fase em que ele era coordenador geral do TALHER, muitos eventos similares foram realizados. As atividades nos eventos eram realizadas pelos educadores, que atuavam como multiplicadores para que os participantes reproduzissem as mesmas atividades em seu grupo de origem. Assim, "em julho de 2003, realizou-se em Fortaleza – CE, o primeiro encontro dos nove estados do Nordeste, com a presença de 90 educadores e educadoras. […] uma experiência piloto para se chegar às famílias beneficiárias do Programa Fome Zero no Piauí e no Maranhão" (RECID, 2014, p. 20).

As primeiras experiências foram realizadas em torno do Programa Fome Zero, que estava voltado principalmente para a erradicação da desnutrição. A composição de uma "célula"[22] ficou mais evidente no segundo encontro, realizado em Belo Horizonte/MG, o primeiro direcionado ao TALHER, compondo cerca de 180 participantes.

> No âmbito do governo federal, para a realização deste projeto, foi criado o Gabinete de Mobilização Social, ligado à Presidência da República. Além de Frei Betto, foi convidado o empresário Oded Grajew[23]" [essa estrutura foi organizada para desenvolver as ações para dialogar com o terceiro setor e assim iniciar a composição de uma rede] (COUTINHO, 2012, p. 55).

A presença do senhor Oded no governo representou a intenção do setor público em se aproximar do empresariado por uma série de fundações que atendem a população, geralmente através de algum serviço. Um dos pontos importantes no entendimento da estruturação da

[22] A ideia da célula representa a formação de um todo dividido em pequenas partes. Etimologicamente, a célula tem a função de "ser uma unidade estrutural básica dos seres vivos"; dentro da RECID, as células correspondem à estrutura básica dos participantes na rede. Esse formato é muito comum em instituições religiosas.

[23] Empresário, é coordenador geral da secretaria executiva da Rede Nossa em São Paulo e presidente emérito do Instituto Ethos (O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma Oscip cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável). Participou da organização do Fórum Social Mundial e idealizador e ex-presidente da Fundação Abrinq. É integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Foi assessor especial do presidente da República (2003). Fonte: <http://www3.ethos.org.br>.

RECID está no apoio de empresários como parceiros nas atividades desenvolvidas pela rede. Esse apoio compreende atuar como parceiro nas ações desenvolvidas, como nos eventos que são periodicamente realizados. A estruturação das equipes do TALHER resultou na necessidade de se criar uma forma de instrução que ficou conhecida como Cartilha do Programa Fome Zero, e essa publicação refletiu a indicação de como a organização pode acontecer. A palavra rede começa a se tornar familiar para os seus participantes, ainda com uma proposta sobre os objetivos de onde se quer chegar.

Segundo Coutinho (2012), a relação entre governo, empresariado e movimentos sociais segue um caminho contraditório, em uma relação de conflito, como já mencionado. A RECID estruturou a uma relação com o terceiro setor e os movimentos sociais em torno deste espaço de contradição. Em alguns casos, para os movimentos sociais, essa situação representa a "perda" das origens ou um estado de "inércia" perante as reivindicações. Quanto a isso, "foi uma estratégia no momento, como várias vezes explicaram os assessores-educadores nacionais, uma opção linguística menos abrupta aos ouvidos neoliberais e conservadores que também compunham o Governo Lula" (COUTINHO, 2012, p. 56).

Essa relação, historicamente constituída pela contradição entre governo e movimentos sociais, é vista como contribuição à rede que apresenta uma ligação direta com o governo, estruturando uma "relação amistosa" entre as partes. As ações estabelecidas em torno da RECID compreendem principalmente as atividades estruturadas pelos educadores do TALHER, em uma série de atividades conhecidas como ciranda, criando um ritual em suas reuniões. Nesse sentido, "a equipe do TALHER Nacional, por sua vez, desenvolveu uma proposta de formação multiplicadora da educação cidadã, visando alcançar todos os municípios brasileiros, através de constituição de redes de movimentos sociais" (ARAÚJO, 2005, p. 4).

A estrutura da RECID é formada, basicamente, pelos educadores do TALHER, que atuam e organizam-se em cada região brasileira. Um dos aspectos de suas normativas é o respeito à cultura, e, como forma de identificação de cada região, as suas características são transmitidas pelas suas manifestações culturais. Estas atividades foram construídas em uma espécie de oficina, primeiramente organizada para discutir o espaço das organizações não governamentais e a sua atuação na sociedade. Nos encontros proporcionados pelo RECID, é seguida, em seus eventos, uma determinada "ritualística" que é estruturada conforme o organograma abaixo.

Organograma 1 – Estrutura Organizacional dos Encontros do TALHER.

Fonte: RECID, 2010, adaptado.

A composição dos encontros é uma das principais estruturas organizadas pelo TALHER. Nestas atividades, todo o objetivo estabelecido é construído em torno do grupo participante, onde os temas caminham para um espaço comum. Todas as discussões agregam a estrutura da rede, os temas discutidos, o formato das oficinas e os debates. Estas atividades são transformadas em atas, que posteriormente se tornam documentos de referência para atividades futuras.

O ponto zero do Organograma 1 apresenta como serão organizado as etapas das atividades aos seus participantes, bem como quais são os objetivos pelos quais todos estão nestas atividades. Os enfoques dentro dos valores comunitários estabelecem um primeiro vínculo entre os participantes, construindo uma proximidade. Dentro da perspectiva da acolhida, que é a primeira atividade dentro dos encontros, o principal objetivo é proporcionar um bem-estar para o grupo formado, deixando as pessoas mais à vontade diante das outras. Outro mecanismo que proporciona maior eficiência nessa integração é a música suave e envolvente, a fim de preparar um ambiente para a atividade posterior. Na sequência, é programado o "esquenta coração", que faz reflexões dentro de uma linha de tendências religiosas para, então, adentrar-se no objetivo do encontro, visto que esses rituais preparam seus participantes, deixando-os mais concentrados para as discussões que virão.

Assim, no fervor das atividades, a identificação de um grupo é reafirmada em cada passo da oficina, deixando de lado os valores pessoais, remetendo-se aos valores do grupo. Para Maffesoli (1998), as opiniões individuais são, na realidade, um reflexo do grupo, a consciência coletiva:

> Ainda que sejam poucos, vibramos em uníssono a respeito de alguns assuntos. M. Halbwachs fala, a esse respeito, "de interferências coletivas". O que nos parece ser opinião individual é, de fato, a opinião de tal ou qual grupo ao qual pertencemos. Daí a criação dessas "doxas" que são a marcha do conformismo e que encontramos em todos os grupos particulares, inclusive naquele que se considera o mais isento disso, o dos intelectuais (MAFFESOLI, 1998, pp. 106-107).

As interferências coletivas são provocadas dentro das atividades desenvolvidas nos encontros. Em todas as ações o propósito é claro: construir uma identidade coletiva. Essas aceitações perante o grupo se relacionarão ao comportamento e ao posicionamento que Maffesoli (1998) identifica como conformismo; o discordar não se faz presente diante da força constituída no coletivo. A identificação dos pequenos gestos solidários traz aqueles que ainda não estão inteiramente integrados ao coletivo ao acolhimento. Ao final das atividades, reserva-se um período para reflexão sobre os aspectos positivos e as novas percepções dos participantes no momento de solidariedade – que nesse momento dão as mãos para o encerramento das atividades.

As oficinas colaboram para a construção comunitária e o fortalecimento da comunidade. Durante as atividades, a figura do animador tem um papel fundamental, pois a ele cabem todos os encaminhamentos necessários para alcançar os objetivos dos encontros. É importante também citar que o animador serve como inspiração para os participantes, dentro da lógica de multiplicadores em suas comunidades. Os propósitos e metas e serem alcançados se resumem aos seguintes aspectos: "[...] nós, solidariedade, partilha, comunhão, soma de esforços, reconhecimento e aceitação das diferenças, talento a serviço de todos/as, abertura ao/à, outro/a, mãos abertas, acolhida, gratidão, satisfação coletiva, grupo" (RECID, 2014). A ideia se estrutura com a participação do coletivo, em que os problemas passam a ser situações coletivas, bem como o comportamento.

Em oposição a essa situação, evidencia-se o distanciamento do individualismo: "eu, isolamento, não reconhecimento e não aceitação das diferenças, a pessoa é o centro de si mesma, salve-se quem puder, ruptura dos laços solidários, ganância, insatisfação, constante, quanto mais para mim melhor, satisfação pessoal, indivíduo, divisão" (RECID, 2014). Esse trecho reforça a condenação do individual, reiterando a proposta de grupo e induzindo ao

pensamento do coletivo, o que leva a agir dentro da proposta de grupo que, posteriormente, se constitui em torno de uma rede.

Nesta lógica, a cartilha produzida pelo TALHER também enfatiza textos que explicam como formalmente pode ser constituída uma cooperativa ou associação de bairro, como montar uma rede solidária, uma rádio comunitária ou um grupo de alfabetização, e até como acessar a justiça. As provocações compreendem as possibilidades que podem ser instituídas dentro de cada comunidade, assim como o modo de fazer, a importância de permanência e a cada momento melhorar as suas atividades. Assim, o individual não tem espaço, pois este é tomado pelo coletivo que a partir de então é a forma de ação nos espaços criados e organizados pela rede.

Diante da sua consolidação, a RECID direciona seus esforços para o fortalecimento da construção das redes nas regiões brasileiras, trazendo consigo a maior quantidade de organizações e movimentos sociais. Na leitura de José, um educador do RECID, de Minas Gerais, a principal contribuição para a sociedade está em mobilizar, articular e facilitar a interface dialógica entre governo federal e movimentos sociais. A aproximação dos movimentos sociais em relação às organizações não governamentais provoca a formalização da institucionalização, visto que grande parte do material produzido pelo TALHER caminha para a formação de associações, cooperativas e outros. A sua prática se destina principalmente aos espaços em que o poder pode se estabelecer permanentemente nos ambientes sociais, reforçados pelo fator do "pé dentro e pé fora" do governo, dando uma ideia de anfibologia.

O ambiente de atuação do terceiro setor e dos movimentos sociais se distancia da origem dos antigos sistemas políticos, onde os sindicatos se aproximavam mais diretamente aos movimentos sociais:

> A sua práxis se desenvolve no que podemos chamar Territórios de Comunidades, desenvolvendo no campo específico da Educação Popular, em processos não formais, o Potencial do Poder Popular para os anos vindouros, em que suas expressões poderão adquirir formas mais amplas, como dizemos, preparando os setores oprimidos para um novo ciclo de ascensão das lutas populares (NASCIMENTO & PALUDO, 2014, p. 3)

É importante endossar que essa concepção de luta não é aquela contra o poder, amenizando as críticas ao governo. Esse comportamento está presente em toda a extensão dos movimentos sociais e das instituições do terceiro setor integradas à rede, "efetivamente um braço forte do poder". Nas chamadas para a participação do RECID, a concepção de organização fica explícita para a sociedade a partir da seguinte pergunta: quem é que pode

participar? Para tanto, há a seguinte resposta: "Atores sociais diversos como ONGs, comunidade civil, universidades, hospitais, centros de saúde, conselhos de saúde, de educação ou de cultura, pontos de cultura e/ou instituições com potencial de parceria que desenvolvem atividades relacionadas ao campo de Cultura e Saúde" (RECID-MG, 2013, p. 1).

A RECID assume o papel de levar adiante um projeto popular para o Brasil, se respaldando na metodologia da educação popular transformadora[24]. Não é levada em consideração a contradição de uma metodologia pautada sobre conceitos freinianos que tende a caminhar para um discurso contra a hegemonia estabelecida, e se condiciona a propor um caminho em que o individualismo não encontre espaço e, consequentemente, a opinião individual. Na estruturação da rede, o direcionamento do educador se condiciona frente à batalha em conduzir os representantes dos movimentos sociais e do terceiro setor às propostas da RECID, emitindo a composição do cenário nacional. Assim, atua-se a fim de "[...] contribuir para que cada "educador-lutador" social descubra seu próprio Poder Popular e descubra que ele se transforma em força social junto com os poderes dos demais, que pertencem aos extratos populares da sociedade" (NASCIMENTO & PALUDO, 2014, p. 4).

A RECID, em meados de 2005, estruturou uma composição de três linhas de ação que compreende o formato e os caminhos que serão traçados pela RECID nos anos de 2005 e 2006. O primeiro deles diz que a "consolidação e gestação da Rede de Educação Cidadã" estão na perspectiva que envolve o formato das ações da rede e como essas atividades podem trazer mais organizações e movimentos sociais para integrarem a rede que é articulada. Já o segundo aspecto está ligado à "democratização do acesso e controle social das políticas estruturantes de superação da miséria e da fome" (RECID, 2014, p. 12). Tal tema remete à demanda encontrada no Brasil, entendendo que as regiões devem estar atentas a essas necessidades e necessitam se posicionar para tomar atitudes por meio da viabilização e visualização de políticas públicas.

A terceira linha de ação, que também é importante para que esse processo aconteça, consiste na formação de educadores populares e agentes multiplicadores. Essa formação compreende, como citado anteriormente, um dos alicerces mais importantes dentro da rede.

[24] Segundo a Concepção da RECID, sobre a Educação Transformadora: ela transforma os indivíduos que são sujeitos que transformam a sociedade. E, assim, ela é parte integrante e essencial do projeto de sociedade que caminhe no sentido da emancipação, que busca agir na mudança de posturas, sentimentos e valores e estruturas e aponta para novas relações sociais. É cultura como práxis (ação/reflexão/ação) e enquanto processo de construção de "novos homens, novas mulheres" e nova sociedade. Nesta perspectiva o papel da educação popular na transformação social e na criação de uma nova sociedade, qualitativamente superior à "civilização do capital" é a marca de um aspecto fundamental: sua dimensão ética e cultural (RECID, 2009, p. 3).

Os encontros seguem uma ritualística com o intuito de fazer com que seus participantes fiquem à vontade, e, talvez, seja um dos poucos momentos em que o indivíduo é pensado enquanto indivíduo. Assim, logo após essa fase, o coletivo volta a dominar o ambiente.

É importante sobre a sua continuidade da ação, ou seja, nos encontros que proporcionam uma propagação dos ideais pregadas aos integrantes dos diversos movimentos sociais presentes e de instituições do terceiro setor. É fundamental que esse trabalho seja desenvolvido em um ambiente planejado e pensado para receber de forma atrativa os participantes das oficinas da RECID. Toda essa estrutura tende a fortalecer a ideia de rede, compondo dentro desta perspectiva uma ampliação de sua capilaridade no território nacional.

O conceito de desenvolvimento social de uma rede comporta a possibilidade e estabelece uma comunicação rápida, ágil e eficaz. Segundo Castells (2016), as informações interagem entre si, influenciando e sendo influenciadas. Assim, a informação produz da melhor forma seus objetivos iniciais.

2.4.1 A REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ E SUA ESTRUTURA

A RECID apresenta, de forma integrada dentro de sua estrutura, a composição de uma rede que tem como objetivo a mobilização nacional em prol das organizações populares, propondo a unificação destes setores. Ainda dentro dessa fase, pautada na captação de forças para seu lado, a RECID teve uma adesão abaixo dos 100%, devido a algumas desconfianças relacionadas ao seu envolvimento com a rede e com o governo federal. Nesse sentido, "não houve uma adesão total por parte dos movimentos, instituições e ONGs, muitas vezes por desconfiança e descrédito da proposta, confusão na identidade da rede e divergências com o Governo Lula" (RECID, 2013, p. 24).

A rede propõe uma articulação entre as partes envolvidas, concebendo a ideia de expansão territorial. Quanto a isso, tem-se que "as estruturas sociais podem ser representadas como redes – como conjunto de nós (ou membros do sistema social) e conjuntos de laços que representam as suas interconexões" (WELLMAN & BERKOWITZ in PORTUGAL, 2007, p. 6).

A RECID tenta estabelecer uma forma de laços relacionais entre os seus participantes, embora tenha a dificuldade de reunir seus membros, que estão em diversas regiões do Brasil. Assim, a alternativa para resolver o problema da distância se condiciona à ação dos

educadores, que repassam as atividades desenvolvidas nos encontros regionais. Esse formato de divisões é uma estrutura que representa uma operacionalização em termos de características regionais, possibilitando que algumas das ações de interesse regional venham a ser reivindicadas pela região em questão, enquanto é vista e apoiada por toda a rede no Brasil. A RECID populariza as ações em grande parte se utilizando das redes sociais de computadores, que já demonstram ter um poder de divulgação de informações, devido às suas imensas possibilidades de acesso à internet na atualidade. Assim, as ações desenvolvidas em âmbito local em muito pouco tempo são conhecidas por toda a rede.

Tal mecanismo é utilizado pela RECID em diversos formatos, como o site oficial do TALHER Nacional e sites de cada região do Brasil. Além dessas páginas, os blogs têm grande visualização nas suas atividades. Nessa perspectiva, as ações de cada região são divulgadas pelos meios sociais, como eventos, ações, manifestações e outros. A partir deste mecanismo foi possível identificar uma manifestação no entorno de Brasília, que demonstra algumas das ações desenvolvidas pela RECID, ocorridas em 5 de julho de 2011. É importante frisar que tais ações partem efetivamente da participação de um contingente de jovens a frente da manifestação.

Imagem 3 – Manifestação da RECID no Centro-Oeste.

Fonte: http://recid-df.blogspot.com.br

Imagem 4 – Manifestação da RECID no Centro-Oeste

Fonte: http://recid-df.blogspot.com.br/

As manifestações ocorrem em torno de situações presentes na sociedade, e muitas vezes contam com integrantes da rede, oriundos de movimentos sociais e de instituições do terceiro setor. Reivindicar é uma prática adotada antes mesmo do surgimento da RECID, uma vez que "a análise das redes fornece uma explicação do comportamento social baseada em modelos de interação entre os atores sociais […] A análise estrutural das redes baseia-se na premissa de que estas têm uma realidade própria […]" (PORTUGAL, 2007, p. 7).

Se analisada dentro do contexto de rede, essa realidade pode contemplar diversas situações com inúmeros fatores que podem influenciar no comportamento diante das ações locais, regionais ou nacionais. Na Imagem 4, observa-se que os temas reivindicados pelos jovens (moradia, transporte, creches públicas, saúde, não ao aterro sanitário e o não uso de agrotóxicos) são de grande relevância para sociedade, isto é, tratam-se de reivindicações básicas e necessárias para o cidadão. É certo que tal tipo de manifestação, que exige tantos serviços básicos ao mesmo tempo, não seja comum, porém, retrata a necessidade de uma comunidade que defenda serviços públicos básicos que não são oferecidos à mesma.

Outro aspecto que se torna evidente quando se relaciona em rede é o uso de uma bandeira representativa – no caso ilustrado, a da RECID. Esse aspecto se torna visível em toda a sua estrutura, representando uma condição diferenciada de comportamento. O levantamento de siglas partidárias em movimentos reivindicatórios é incomum, se pensado em sua essência

formadora. Essa relação se torna muito forte sobre as atividades que concebem as ações reivindicatórias e preservam o governo de críticas sobre sua gestão. O comportamento de alguns integrantes da RECID remete à "imposição de bandeira partidária", que representa uma posição politicamente definida.

Nesse sentido, "O exercício 'normal' da hegemonia, no terreno tornado clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso […]" (GRAMSCI, 2002, p. 95). Um ponto de grande relevância que agrega um diferencial à RECID é a articulação que acontece entre a estrutura da rede e os órgãos governamentais. Tal facilidade traz diversas possibilidades de diálogo com as instâncias superiores, como ministérios, superintendências, casa civil e outros.

Esse processo apresenta os dois lados existentes na organização da rede, sendo que o primeiro está na possibilidade de atendimento dos movimentos sociais com o poder público. Tal medida gera um questionamento em torno sobre o que seria essa relação amistosa, cordial ou em tom de reivindicação dos seus direitos – por outro lado, pode reverter a um comportamento "reivindicatório" de integrantes de movimentos sociais. Essa situação pode ser analisada pelo pensamento gramsciano, ao tratar sobre o conformismo social[25]. A proposta de identificar o comportamento dos movimentos sociais segue uma contradição de lutar por melhorias, sem enfrentamento com o poder político governamental.

Segundo Portugal (2007), os atores sociais pertencentes a uma rede são condicionados a discutir temas e informações do ambiente coletivo e a agir com comportamento e atitudes no coletivo. O indivíduo, dentro de uma rede, tende a ser visto como participante do coletivo, contribuindo com as ações desenvolvidas pelo grupo. Como foi possível analisar em toda a sua concepção, a RECID segue por esse caminho, primando pelo coletivo e compreendendo que este é o fator que impera ao representar um local, região ou nação. Em cada uma destas situações compreendem-se ações correspondentes, como, por exemplo, uma proposta regional que é divulgada nas redes sociais. Apesar de regional, a sua experiência será compartilhada por outras localidades. Assim, todos estarão cientes da importância em socializar as atividades

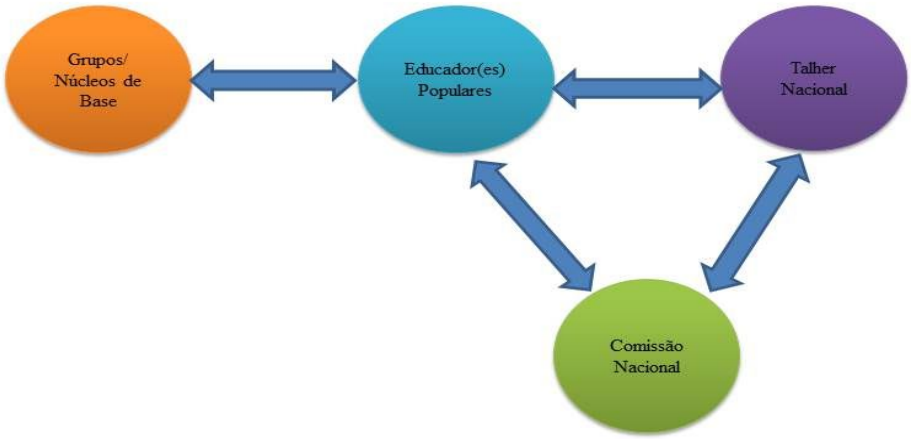
[25] O conformismo é um desdobramento do consenso e deve ser útil ao desenvolvimento do grupo. "Na prática é a correspondência espontâneo a e livremente aceita, entre os atos e omissões de cada indivíduo, entre a conduta de cada indivíduo e os fins que a sociedade propõe como necessária". O conformismo, que daí resulta, é espontâneo e livre se a coerção exercida não é somente estatal, mas da opinião pública. Porém para criar um tipo de cidadão, o Estado deverá criar um tipo de convivência e de relações individuais, fazendo desaparecer certos costumes e atitudes e fazendo difundir outros, atuando segundo o plano que educa, incita, pressiona e "pune". "A classe dirigente impõe a toda sociedade aquelas normas de conduta que estão ligadas à sua razão de ser em seu desenvolvimento" (COUTINHO, Avelar, 2002, p. 86).

desenvolvidas pela rede a partir das informações interligadas em redes sociais em comunicação nacional.

Nos grupos em que a rede pertence, o grande foco gira em torno da transformação social, a partir das atuações em cada região do Brasil, contribuindo para um extenso projeto entre todas as regiões organizadas pela RECID. O formato de rede permite que todos os seus integrantes estejam diretamente conectados e presentes em todas as atividades propostas, independentemente de qualquer região ou microrregião. Logo, a utilização das redes sociais aperfeiçoa o processo de contato, já que potencializa o tempo de disseminação da informação. Nesse sentido, Portugal (2007) cita a perspectiva de Bourdieu sobre as redes sociais construídas por intermédio de estratégias que investem de fato sobre as relações sociais.

Essa combinação produz um mecanismo de grande efeito na sociedade. Por exemplo, não é necessário que todos os participantes da RECID estejam juntos em um mesmo espaço físico, visto que o cerne da questão constitui exatamente no contrário: a força está na sua distribuição pelo Brasil, compreendendo as possibilidades de extensão territorial das ações e projetos. A sua estrutura interna pode ser compreendida pautada na informalidade, com tendências horizontais, ainda que sua estrutura real componha uma estrutura vertical. No organograma a seguir há a composição teórica da referida estrutura.

Organograma 2 – Estrutura da RECID.



Fonte**:** RECID, 2010.

Essa estrutura demonstra o formato de como todo o processo foi organizado, mostrando a relação entre a composição do TALHER Nacional, a Comissão Nacional e os educadores. Estas três frentes estão juntas fisicamente e aparecem somente em encontros e atividades específicas com os grupos de base.

Na organização da RECID, o processo de articulação entre as instituições governamentais passou a ser fundamental devido à necessidade de diversas áreas em serem representadas com os movimentos sociais integrados à rede. Essa forma de atuação pressupõe uma maneira de aproximação destes movimentos ao governo, sendo uma articulação estrategicamente importante. No ambiente governamental, a responsabilidade de desenvolver parcerias ficou a encargo da RECID e as aproximações se deram com as áreas do Ministério da Pesca e da Agricultura.

Nessa aproximação, foi firmada uma parceria com programas de alfabetização para as comunidades de pescadores e similares, apontadas a seguir: no Ministério do Desenvolvimento Agrário, a proposta foi a de desenvolvimento das atividades nos territórios da cidadania, com o intuito de estimular essas comunidades a participarem ativamente nas discussões sobre melhorias e políticas públicas; na Secretaria Nacional de Economia Solidária

houve a proposta de melhorar e potencializar as atividades caracterizadas dentro do ambiente da economia solidária, propondo uma participação maior na Conferência Nacional de Ecosol[26]; no Ministério da Educação e Cultura houve a participação efetiva de 25 educadores sociais na Conferência Nacional de Educação, que tratou sobre a importância de discutir políticas públicas voltadas à educação popular; na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos houve a proposta parceiras para garantir as efetivas ações da RECID voltadas à promoção dos direitos humanos, concretizando a importância do registro de nascimento das crianças carentes; na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) houve propostas de ações a fim de garantir a aquisição de alimentos aos grupos necessitados, e que esses sejam assistidos pelo governo federal; por fim, no Conselho Nacional de Segurança Alimentar houve uma atuação eficaz de articulação entre Sociedade Civil e Governo Federal.

Este formato de articulação com órgãos do governo federal torna atrativa a participação na RECID para os movimentos sociais e ONGs, o que a torna uma situação ímpar, considerando-se uma rede com tantas possibilidades neste terreno institucional. Assim, trata-se de "um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento [...] Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade [...] de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo" (GOHN, 1995, p.44). De tal modo, a identidade vai se constituindo em torno não somente dos movimentos sociais, mas também dos integrantes da rede, formando uma consciência coletiva em que esse posicionamento venha a ser mais forte, frente aos possíveis focos de individualidade.

A RECID, por meio da sua atuação, tende a aproximar o governo federal dos movimentos sociais e ONGs, de forma muito cuidadosa e criteriosa, abrindo ao debate diversos temas. Desta forma, constrói propostas em conjunto, sempre na perspectiva do pensamento coletivo, fortificando a rede e evidenciando a "participação" de seus integrantes. Nessa perspectiva, a participação popular compreende um posicionamento político que apresenta uma tendência, devido a essa proximidade ao governo. Nesse aspecto, os pontos negativos, de forma geral, estão nas ineficiências dos governos federal, estadual e municipal.

[26] Conferência Nacional de Economia Solidária, cujos objetivos eram propor linhas do Conselho Nacional de Economia Solidária que convocou a 3ª CONAES com os seguintes objetivos: I - realizar balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária considerando as deliberações das Conferências Nacionais de Economia Solidária; II - promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à economia solidária fomentada pelos governos e pela sociedade civil; III - elaborar planos municipais, territoriais e estaduais de economia solidária; e IV - elaborar um Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação; programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da economia solidária no país. Disponível em: <http://www.participa.br/ecosol/>. Acesso em: 17 mai. 2015.

Trata-se de um ponto que muito contribui para as reflexões deste trabalho, diante da possibilidade de construção hegemônica a partir do consenso entre os grupos que aderem à RECID.

2.4.2 A REDE NO BRASIL E OS RECURSOS APLICADOS

A RECID inseriu em diversas realidades no Brasil o elemento cultural, que representa um elo presente dentro das ações estabelecidas e organizadas pela rede. Trata-se de uma valorização das características regionais de cada grupo social brasileiro, que instituiu uma referência nas formas de atuação e na atualidade – considerando que todos os estados têm movimentos sociais e instituições do terceiro setor que integram a rede. Assim, as características culturais de cada localidade estão presentes nos encontros organizados, na representação de cada regionalidade.

Entre 2007 e 2010, a RECID possuía integrantes em 26 estados brasileiros, juntamente ao Distrito Federal. Essa composição representava em torno de 186 educadores contratados por meio de convênios com diversos órgãos governamentais e com o apoio de 600 voluntários nas instituições participantes, oriundos também de movimentos sociais. Esse foi o primeiro passo em direção à expansão em todo o território nacional.

Na distribuição da RECID no território nacional, a maior concentração de instituições participantes e movimentos sociais ficaram na região Nordeste, uma área de grande carência social. Nesta região, as ações desenvolvidas pelo Governo Federal tiveram maior intensidade por representar uma área de carência com um alto índice de desigualdade social.

Quadro 6 – Divisão das regiões com presença da RECID 2007-2010.

MACRORREGIÕES	QUANTIDADE DE ORGANIZAÇÕES ARTICULADAS
Norte	171
Nordeste	200
Centro-Oeste	119
Sudeste	112

Sul	70
TOTAL	**672**

Fonte: RECID, 2011

A organização da rede no Brasil teve uma aceitação maior nas regiões Norte e Nordeste, áreas mais carentes e onde também se encontra a maior quantidade de instituições do terceiro setor. Portanto, o intuito é "[…] chegar às famílias em condições de vulnerabilidade social, muitas delas inseridas na bolsa família para criar com elas caminhos para superar sua dependência por meio de oportunidades de trabalho […]" (RECID, 2006, p. 29). Esse formato de atendimento, ainda no governo Lula, abriu as portas para uma maior atuação dos movimentos sociais que adentraram na rede, acreditando que ainda é possível a mudança nas regiões identificadas como as mais carentes do território brasileiro.

O período entre 2005 e 2006 foi marcado pela sistematização das experiências entre oficinas e encontros realizados, publicações de livros e o lançamento do vídeo "Vamos lá fazer o que será". Ainda nessa linha, lembra-se que "é marcante, também, a reeleição de Lula com as novas configurações internas do governo, o que implicou na necessidade de diálogos políticos, principalmente da equipe do TALHER Nacional, quanto à quantidade das ações de mobilização social e educação cidadã." (COUTINHO, 2012, p. 61).

Dentre as bandeiras do governo, amplamente divulgadas durante o período eleitoral, a RECID foi a que mais teve destaque, tendo em vista a sua atuação junto aos movimentos sociais e ao terceiro setor. Tal evidência concretiza a necessidade de se estabelecer uma interlocução entre as partes, como um forte aliado na condição de ampliar a atuação da RECID no território nacional. Considera-se que "o ano de 2007 exigiu um aprofundamento sobre os propósitos políticos desta Rede, pois eram muitas questões que seguiam sem respostas. O que temos é uma rede de movimentos sociais ou um movimento em rede?" (RECID, 2007, p. 5). Essa situação refere-se à condição de uma rede que apresenta laços fortes com o governo, o que acaba dificultando a compreensão clara sobre o que é ela.

A proximidade da rede com o governo federal é observada a partir da própria equipe, cuja coordenação pertence, em grande parte, ao governo. A facilidade de estar presente no governo federal enquanto coordenador da RECID possibilitou um acesso mais rápido aos órgãos governamentais. Essa abertura ao diálogo, com ministérios e outros órgãos do governo, resultou em uma grande quantidade de parcerias e convênios firmados desde 2011. Os convênios assinados proporcionaram uma grande alavancada nas atividades da rede, auxiliando nos projetos em diversas regiões e possibilitando a contratação de pessoas que já

atuavam em ONGs e movimentos sociais. Essa possibilidade de manter a ampliar projetos teve uma aceitação muito positiva entre os participantes da rede, considerando que uma das grandes dificuldades por parte das ONGs estava na possibilidade de firmar convênios com o governo federal, devido à grande carga burocrática exigida e a dificuldade ao acesso.

Os convênios com diversos órgãos e ministérios do governo federal foram realizados desde 2011 e direcionados à RECID. Dessa maneira, a rede aplicou esses recursos em diversos projetos no Brasil. A possibilidade de ampliação de suas atividades se concretizou com essas parcerias de fomento, advindas dos recursos públicos. Na sequência, apresenta-se a relação e os valores dos convênios firmados com órgãos e ministérios do governo federal. É importante apontar que esses valores, de ordem pública, foram distribuídos por alguns Ministérios, os quais proporcionaram convênios para as organizações. Outra questão de suma importância dentro deste processo está na contração de educadores sociais, os quais são, geralmente, participantes de movimentos sociais ou integrantes de ONGs. Assim, quando se fala sobre repasse de recursos necessários para os movimentos sociais e para o terceiro setor, é necessário considerar que isso não é pensado de forma a garantir uma neutralidade, mas de uma forma cooptativa e intencional. Os recursos identificados foram aplicados em diversas regiões brasileiras, onde ocorrera grande parte dos encontros da RECID. Além disso, é importante apontar que parte dos valores recebidos pelos convênios, repassados através dos contratos com os educadores, tinham a função de animadores dos eventos.

Quadro 7 - Relação de convênios firmados entre Governo Federal e a RECID

Convênio	Data de vigência	Órgão responsável	Valor Global
Id 348173	**06/07/2010 – 30/12/2011**	**Órgão 58000: MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA**	**R$ 241.730,00**
Id 353532	**31/08/2010 – 14/08/2013**	**Órgão 58000: MINISTÉRIO DA PESCA E AGRICULTURA**	**R$ 241.730,00**
Id 357513	**15/12/2010 – 28/02/2015**	**Órgão 38000: MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO**	**R$ 500.000,00**
Id 358913	**15/12/2010 – 30/04/2013**	**Órgão 20121: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**	**R$ 14.193.004,86**
Id 418657	**21/12/2011 – 01/04/2013**	**Órgão 30000: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**	**R$ 146.062,33**
Id 441805	**28/12/2012 – 30/06/2015**	**Órgão 38000: MINSITÉRIO DO TRABALHO E**	**R$ 2.038.400,00**

		EMPREGO	
Id 444732	**28/12/2012 – 28/12/2014**	**Órgão 20121: SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**	**R$ 20.749.909,01**
Id 457970	**30/12/2013 – 30/12/2015**	**Órgão 38000: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**	**R$ 1.249.995,00**
Id 476177	**03/11/2014 – 03/11/2016**	**Órgão 38000: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO**	**R$ 1.500.000,00**
Total – 9			**R$ 40.860.851,20**

Fonte: http://api.convenios.gov.br/siconv/doc/

Os convênios apresentados estabelecem, em grande parte, ações voltadas à cidadania e, principalmente, às atividades direcionadas à educação popular. O valor de 40 milhões representa efetivamente o grande auxílio em torno das propostas desenvolvidas pela rede, assim como as atividades que agregam e envolvem seus integrantes. Diferente de outras instituições que têm dificuldade na captação de recursos, a RECID tem uma maior abertura, pois seus coordenadores estão dentro da estrutura de governo.

Uma das críticas de ex-integrantes da rede está relacionada ao processo de recursos advindos do governo federal. A crítica se estabelecia em função da proximidade da rede com este governo, podendo interferir nas ações populares. Por isso, o movimento Lutarmada publicou em seu Blog sua saída da rede, por não concordar com essa situação.

> O projeto social de Educação Cidadã é contemplado com alguns milhões de reais a cada convênio. E todos esses reais, de acordo com cada convênio, tem que dar conta de um certo número de encontros Micro-Regionais (estaduais), Encontros Macro-regionais (por região), Encontro Nacional, centenas de oficinas e a contratação de dezenas de educadores por todo o país, para estarem liberados para a organização e execução dessas oficinas. Existe uma equipe chamada de TALHER Nacional, que é uma equipe do governo, portanto cargos comissionados, que fazem a mediação entre educadores/movimentos sociais e governo (LUTARMADA, 2013, p. 2).

Este posicionamento do Movimento Lutarmada (2013) referia-se à sua discordância ao perceber o envolvimento com o governo, principalmente na relação com os convênios e o seu fomento. Na apreciação desse movimento, tal aspecto passa a ser extremamente atraente, pois desperta nas pessoas que desenvolveram atividades voluntárias o desejo de serem contratadas. Grande parte das atividades é desenvolvida pelas ONGs, e até mesmo pelos movimentos sociais, porém, alguns integrantes foram contratados para desenvolver funções que antes desenvolviam como voluntários. Outro fator que incomoda o posicionamento do grupo Movimento Lutarmada da RECID está "No momento que as lutas ameaçam as fontes de

recursos, a fonte de recurso passa a controlar, através dos próprios recursos" (LUTARMADA, 2013, p. 2).

Os recursos tornam-se grandes "coordenadores" que definem o rumo das atividades. Caso seja utilizado aqui o termo "hegemonia", assim como definido por Gramsci, essa discussão se direcionaria no sentido de apontar uma forma de controle, que restringe a liberdade e controla, de alguma forma, os participantes da rede os quais são vistos no coletivo. Esse controle representa uma ação pelo consenso, onde seus participantes aderem espontaneamente à RECID. Trata-se de um "Consenso - Conformação coletiva do grupo social (concordância e adesão ativas), espontânea e livre, com as iniciativas do estado que as propõe como necessárias para alcançar os fins que a sociedade pretende" (GRAMSCI, 2002, p.24).

Os educadores também passam por essa situação ao serem contratados com recursos da esfera federal, colocados como reféns do poder orçamentário das esferas públicas (oficiais/governamentais). A situação descrita, que muda a partir do momento em que existe uma forma de remuneração advinda de recursos federais, constrói um novo formato de relação ligada indiretamente ao governo. Os educadores contratados fazem parte do grupo interno da rede chamado TAHLER, responsáveis por oficinas e encontros. O grupo em questão foi formado por integrantes de movimentos sociais e pessoas ligadas ao terceiro setor.

Além de organizarem as atividades nos encontros da RECID, na região sob sua responsabilidade, essa equipe tem um contato constante com a coordenação geral da sede, em Brasília. O grupo Movimento Lutarmada faz menção a essa proximidade com o governo federal e as restrições surgidas, segundo o grupo, sobre a liberdade para as reivindicações. Esse posicionamento do grupo remete à análise sobre a constituição do consenso em um grupo por meio da perspectiva gramsciana.

> O consenso é a expressão objetiva da hegemonia que a classe subalterna exerce sobre a sociedade civil e que a transforma em classe dirigente. Entende-se que o consenso se refere e respalda a atuação da sociedade política ou, estritamente, do governo que é o agente da classe dirigente de poder. Assim, o consenso é uma manifestação de apoio que, a bem dizer, só se efetivará objetivamente quando a classe subalterna estiver no poder, tornando-se classe dominante (COUTINHO, 2002, p. 56).

Ao analisar o comportamento da RECID, não foram identificados quaisquer descontentamentos ou críticas ao governo federal em todo o levantamento de dados, remetendo ao consenso. Todos os movimentos e ações de cunho reivindicatório, identificados

nos relatórios da rede, são realizados onde o governo local (estadual ou municipal) possui uma oposição ao governo federal. Assim, a atitude de conformismo surge nessa relação entre a rede, seus participantes e o governo federal. Segundo Coutinho Avellar (2002), o conformismo é um desdobramento do consenso e é a correspondência espontânea aceita pelo indivíduo com um ato de omissão – que no entendimento de Gramsci contribui para o exercício da hegemonia e a liderança e um determinado grupo.

Uma sociedade em que a vontade coletiva é exercida pelo governo reflete a existência de um grupo dominante, neste caso, o governo federal. A RECID compreende essa interlocução como um fator primordial, havendo consenso entre os seus participantes que constantemente estão em contato com o desenvolvimento de atividades em conjunto.

Assim, a RECID desenvolve um papel importante para o governo federal, pois contribui na cooptação dos movimentos sociais e do terceiro setor, para apoiar o governo em suas ações institucionais. É também importante citar que esses agentes passam por um processo de mercantilização, submetendo-se às ações políticas e econômicas do Estado. Tal fator demonstra a proposta de hegemonia no sentido da capacidade de influência que o Estado exerce sobre os movimentos sociais e o terceiro setor. Assim, as contribuições de Gramsci (1985) são indispensáveis para discutir e problematizar essa relação entre a RECID, os movimentos sociais e o terceiro setor.

2.4.3 REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ E AS ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

A estrutura da RECID se formou em torno dos encontros que, a princípio, eram realizados de maneira exploratória, onde as atividades tiveram um papel importante para o aperfeiçoamento das estruturas pedagógicas da rede. Esse sentido de formação foi apresentado em todos os locais onde ela está presente, uniformizando as suas ações e os seus discursos referentes às temáticas propostas.

Uma das primeiras dificuldades encontradas estava no atendimento a todas regiões. Assim, nos primeiros encontros essas configurações se estruturaram “ritualisticamente”, dando sentido a todas as atividades programadas. A grande preocupação estava em propor aos participantes um ambiente onde todos se sentissem à vontade, propiciando uma maior interação. Nas oficinas realizadas em 2011, uma das atividades programadas estava pautada nas discussões sobre a construção do Plano Político Pedagógico (PPP). Assim, estes dados foram construídos em torno das oficinas realizadas em todas as regiões.

Quadro 8 – Oficinas de formação que configuraram as ações da RECID, desenvolvidas com os grupos em 2011.

REGIÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	OFICINAS LOCAIS REALIZADAS

Regiões	Na região	Alcançados pelo RECID	Quantidade	Participantes
Norte	**449**	**121**	**510**	**12.102**
Nordeste	**1.575**	**217**	**724**	**16.435**
Centro-Oeste	**491**	**99**	**320**	**8.666**
Sudeste	**1.747**	**93**	**398**	**7.852**
Sul	**1.191**	**71**	**296**	**7357**
Total	**5.435**	**601**	**2.248**	**52.413**

Fonte: RECID, 2011, adaptado.

A proporção dos números apresentados pela RECID já mostrava uma expressiva participação de movimentos sociais e do terceiro setor. Se das 52 mil pessoas que atuam como multiplicadores das propostas da rede repassassem esse conhecimento para mais 15 pessoas, ao final seriam 780 mil pessoas multiplicadoras. Dentro das áreas temáticas, discutiu-se o seguinte: 1) cidadania e direitos humanos; 2) economia solidária; 3) relação de gênero; 4) estado e sociedade; 5) metodologia e planejamento; 6) comunicação; 7) segurança alimentar e nutricional; 8) políticas públicas; 9) crianças e adolescentes; 10) gestão e organicidade; 11) organização popular; rural/urbano – povos tradicionais; 12) juventude; 13) sustentabilidade e meio ambiente. Os temas expostos foram distribuídos amplamente, atendendo a uma grande quantidade de instituições e movimentos sociais que foram integrados à rede para abrir e alcançar maior quantidade de atores sociais.

O processo de construção do PPP e do Plano Nacional de Formação da RECID foi construído em torno de diversas reuniões e encontros que abarcavam os temas citados anteriormente. Em meados de 2005, uma das primeiras propostas em torno de inovações para aplicação na RECID foi a construção do PPP no coletivo, fator que determinou o formato das ações nos próximos encontros, seguindo uma lógica pedagógica que será repassada por meio dos multiplicadores. Foram constituídos núcleos populares compostos por famílias de diversas partes do país. Tal proposta formou-se para o relato de necessidades encontradas no país e, a partir dessas informações, haver propostas e aplicação das ações. Ainda naquele ano

foi elaborado um plano que visava atender a necessidade de formação de educadores populares.

Um marco importante, segundo dados da RECID (2011), foi o 8º encontro para formulação de PPP, que contou com cerca de 300 educadores. Estes trouxeram as experiências acumuladas desde 2003 para serem discutidas, por meio de atividades desenvolvidas em suas comunidades. No decorrer deste novo formato, onde o PPP é utilizado como ferramenta de gestão, houve a necessidade de ampliação das discussões, entendendo que é impossível reunir todos os movimentos sociais e entidades do terceiro setor em um mesmo local para propor uma discussão sobre diversos temas.

Em meados de 2008, em resposta à necessidade de haver maior participação de todos, surgiu uma proposta cogitando-se a descentralização. Nesta fase, a rede inicia um novo alvitre para a aplicação do PPP nos diversos níveis da RECID, em âmbito nacional, regional, estadual e local – em alguns casos, os projetos envolvem ONGs ligadas à RECID. Nessa proposta, percebeu-se que através do PPP a descentralização passaria a ser uma possibilidade de aumento do fortalecimento das bases da rede. Assim, cada região poderia aplicar o mesmo PPP aplicado em outras regiões, tomando como referência as atividades desenvolvidas.

Ainda diante de todo esse processo de "democratização", dando autonomia através do PPP, emergiu a possibilidade de responsabilizar um maior número de integrantes, que representam os movimentos sociais e o terceiro setor. Entende-se, assim, que a autonomia de cada região se restringiria à aplicação do PPP, visto que em cada região existiam algumas particularidades culturais específicas. Como as oficinas utilizam a cultura como mecanismo pedagógico, essas particularidades estariam presentes, mas a estrutura geral – matriz – permaneceria a mesma em todas as regiões.

As redes coletivas, como é o caso da RECID, tendem a aceitar com maior proporção as decisões tomadas por parte de alguma forma de coordenação, mesmo com a participação e posicionamento de seus integrantes. Segundo Coutinho Avellar (2002, p. 50), um organismo coletivo só terá consciência de cada indivíduo ao se identificar com ele e formar um elemento participativo, ou seja, o indivíduo contribui, porém, no coletivo. É necessário que neste ponto o indivíduo esteja presente e participativo. Mas serão poucos os momentos em que este "indivíduo" existirá perante o grupo, pois é imperativo que se tenha a posição do coletivo. Como referendado na rede, somente o coletivo tem peso. Assim, a "[...] hegemonia tem certa correlação com as denominadas organizações de massa […], porém estas têm uma fidelidade

mais restrita porque se destinam ao controle, enquadramento e manipulação de massa" (COUTINHO, 2002, p. 51).

Ainda em relação às mudanças apresentadas nos encontros nacionais, foi desenvolvida a sistemática da utilização das cartas pedagógicas, antes utilizadas somente dentro dos círculos de cultura e nos encontros proporcionados pela RECID. Estes encontros fazem parte do desenvolvimento e aperfeiçoamentos das atividades programadas até 2010, o que provavelmente correspondem às melhorias e às inovações que ocorreriam nos anos seguintes. Foi ainda nesta fase que as propostas de Paulo Freire[27] sobre a educação popular passaram a ser a frente principal da RECID.

Além disso, a estrutura apresentada nessa concepção, definida até 2010, e a representação de toda a estrutura da rede, foi transcrita através de mandala[28], deixando de lado os sistemas normalmente usados para demonstrar um aparelho hierárquico. Nesse sistema, é demonstrada uma simbologia em formato de círculo, explicada e desenvolvida nos encontros, pois "o símbolo de entrada na dimensão da mística, aqui é entendida como sentimento de presença, gratuidade, partilha, construção coletiva, e cultivo de valores, sem perder a visão prática do objetivo maior: a libertação" (RECID, 2007, p. 27).

As mudanças proporcionadas pelo PPP partilham da necessidade de uma formação continuada para os educadores e, indiretamente, para a grande quantidade de voluntários que atuam nessas frentes. O PPP passou a ser o recurso intensamente utilizado pelos educadores em um processo de padronização das atividades desenvolvidas pela RECID, propondo claramente o sentido de rede em sua dimensão territorial.

O PPP elaborado para o triênio de 2012 até 2014 resultou em algumas ações, que contaram com atividades durante reuniões semestrais apresentadas em formato de perguntas, como a estratégia pedagógica intitulada Ciranda de Educação Popular. Esse formato propõe instigar o envolvimento com sugestões, discursos, reclamações entre outros.

[27] Paulo Freire desenvolveu sua teoria a partir da vivência da sociedade. Como viver a educação popular no contexto da ditadura militar? Esse era um desafio muito forte. E naqueles tempos houve um movimento de solidariedade latino-americana, com experiências de educação popular que resultaram na criação de uma rede e do Ceaal, em 1982. Essa experiência ensina que um processo de educação popular requer um movimento descentralizado e próximo a vida das pessoas (RECID, 2009, p. 12).

[28] O uso da mandala remete à colocação de símbolos no centro da sala onde cada participante tem uma referência de sua localidade contemplando o sentido místico da origem da palavra mandala. A referência é feita no início das atividades e ao final, quando se faz o fechamento da discussão sobre o tema do dia.

2.4.4 AS CIRANDAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

A estratégia de desenvolver atividades iniciando-as com perguntas tem o objetivo de envolver os participantes e integrá-los ao grupo. Assim, as cirandas como atividades culturais em formato de um grande círculo passaram a levantar questões e expor quais eram suas características durante os encontros da RECID. O sentido da utilização do círculo[29] representa a simbologia nos eventos e nas atividades presente no PPP, conforme já comentado anteriormente.

Desse modo, é necessário definir o que é a ciranda. Esta é uma atividade ocorrida duas vezes ao ano, com duração de cinco dias. Na ciranda dá-se prioridade à apresentação das atividades pedagógicas da educação popular com um aprofundamento teórico, trabalhando os temas transversais. Esse momento também reforça a ideia de transformar os seus participantes em multiplicadores das propostas desenvolvidas, com a necessidade de adaptação às realidades locais; os participantes das cirandas são integrantes da RECID que pertencem aos movimentos sociais ou ONGs. São momentos onde se discute efetivamente o papel da RECID, explorando os problemas encontrados e socializando com o grupo. É importante identificar que essa estrutura da ciranda se constrói somente no coletivo, ou seja, os indivíduos são notados somente dessa maneira.

O sentido da organização das cirandas está em aprofundar, coletivamente, as propostas estabelecidas na rede e, a partir desta estrutura, divulgar as experiências que tiveram sucesso. Esse formato proporciona algumas reflexões em torno de sua composição. Um primeiro ponto se condiciona não ao indivíduo, mas ao coletivo e somente esse deve se pronunciar, construindo uma posição de consenso. Outro aspecto presente neste novo formato está na composição, onde os participantes seguem as fórmulas já estruturadas previamente pelo PPP.

---

[29] Há um processo de simbologia construído em torno das diversas conotações relacionadas ao círculo. Quando um grupo de pessoas detém o poder de uma entidade, fala-se do círculo do poder. Num sentido mais pessoal, um grupo de indivíduos próximos forma um círculo de amigos (sentido usado nos encontros). Quando uma ideia é expressa sem haver uma conclusão, costuma-se dizer que é um argumento circular (o término dos eventos porem o início de um próximo). Em muitos anagramas, utiliza-se esta forma por ser visualmente chamativa (o sentido da organização espacial da mandala nos eventos). Ao transmitir um comunicado entre um coletivo de pessoas, costuma-se dizer que foi enviado uma circular (os fechamentos dos eventos e a pergunta final a ser respondida no próximo encontro). Quando damos voltas para falar de algo, empregamos um circunlóquio (a acolhida nos eventos com músicas e cantos onde todos participam). O uso do círculo nos encontros da RECID diz respeito à igualdade de todos, onde todos pertencem ao espaço no mesmo nível e onde todos são importantes. Fonte: <https://conceitos.com/circulo/>. Acesso em: 12 de jan. 2017.

Ainda dentro da mesma proposta pedagógica, incluem-se as Jornadas de Formação, que também respondem a duas perguntas: 1) como ocorrem? – Bimestralmente, com o intuito de atuar de forma mais regional em torno de sua própria realidade, com o apoio de materiais produzidos nos encontros nacionais a partir de propostas em torno da teoria e da prática e, se necessário, também na busca de outras fontes que possam apoiar os debates. A continuidade reflete a necessidade de constantemente alimentar essa estrutura, assim, a ciranda passa a ser o caminho constante da realimentação das ações da RECID; 2) para quê? – Para efetivamente dar um suporte teórico em torno das ações práticas que estão sendo desenvolvidas, para que sejam produzidos materiais de apoio no ambiente regional e na estrutura nacional. As Rodas de Conversa acompanham esse processo e a atividade é direcionada para o diálogo com os movimentos sociais e as instituições do terceiro setor que atuam no meio social, reforçando o ambiente de aproximação com as ações populares.

O Encontro Nacional de Juventude da RECID é um evento de grande porte, que visa dialogar com os jovens que participam da rede ou que estão envolvidos em ações sociais. Esse encontro também tem a proposta de discutir os temas transversais que estão presentes em nossa sociedade, tais como: questões raciais, questões de gênero, questões voltadas aos LGBT, entre outros. Este evento tem como proposta a valorização do jovem, considerando-o um agente de grande importância para a continuidade das atividades de forma geral, e, com isso, este diálogo tende a aproximar e valorizar as atividades que envolvem jovens e são desenvolvidas por eles.

Grande parte do PPP construído pela RECID teve como maior preocupação o atendimento às ONGs e aos movimentos sociais participantes, entendendo a necessidade de propor uma manutenção e aumentar a abrangência da rede no território nacional. A rede estruturou suas ações de modo a marcar presença em todas as regiões brasileiras, e também elaborou um PPP que é aplicado nos encontros organizados por ela. Em outro momento, foi desenvolvida uma metodologia da ciranda de educação popular, estruturada em formato de perguntas, caminhando para instituir um consenso entre os seus participantes.

Quanto ao lado institucional, a RECID aproximou o governo dos movimentos sociais e ONGs, aspectos que nortearam este capítulo, com o intuito de problematizar a composição desta relação e como ela se estruturou em torno de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o uso do termo hegemonia retrata a possibilidade de interpretar a condição entre os participantes da RECID e o governo federal – considerando que tal formato de aproximação só foi possível

mediante ações do governo, como criação da RECID – considerando também o caminho da política pública implantada pela proposta do tema educação popular.

Esse mecanismo possibilitou que, por meio de diversos Ministérios do governo federal, recursos fossem disponibilizados para projetos relacionados ao tema apresentado, assim como a contratação de educadores populares. Essas ações viabilizaram a resolução de problemas para, então, promover o avanço nos projetos desenvolvidos. É importante citar que grande parte dos recursos destinados a esse setor financiou os eventos que ocorreram de forma simultânea em todo o Brasil, o qual, em alguns casos, também foi responsável pelo envolvimento de sindicatos e cooperativas. Assim, esses fatores compreendem as estratégias desenvolvidas pelo governo federal durante essa fase.

Na sequência, o Capítulo III traz as discussões voltadas ao processo de estruturação do governo do PT no âmbito nacional, as formas e as relações que se estabeleceram diante das políticas públicas e dos programas que envolveram os setores de base da sociedade. Como abordado no Capítulo II, tais aspectos proporcionaram a dinamização das propostas do então governo federal por meio dessa aproximação, onde se fortificaram bases com uma grande capilaridade em todo o território nacional. Nesse sentido, as presentes discussões complementam a proposta apresentada nesta tese, acerca da relação de cooptação construída pelo governo federal através da RECID.

CAPÍTULO III – POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO DE LULA E DILMA

> "Se os homens são o fruto do ambiente, também possuem na sua atividade as condições de modificação do ambiente e é nesse contexto que o educador deve ser educado" […].
>
> Anita Helena Schlesener.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA REVISÃO DE CONCEITO

O propósito deste trabalho é discutir as políticas públicas entre os governos Lula e Dilma, parte integrante desta pesquisa. É importante entender que ao discutir políticas públicas, duas perspectivas ficam claras no interior deste universo. A primeira perspectiva refere-se a concepção teórica de que o processo de formação de uma política pública reflete caminhos precisos e sem alteração; e a segunda perspectiva está na dinâmica que, em muitos casos, pode efetivamente atender ao maquiavelismo do capital.

Para a análise sobre a proposta das políticas públicas implantadas entre os governos Lula e Dilma, faz-se necessária uma breve discussão sobre as concepções e a revisão dos conceitos sobre políticas públicas, bem como suas diversas facetas diante da sociedade. É importante retomar, também, como a proposta da RECID pode ser analisada diante desta perspectiva governamental de política pública.

O termo políticas públicas tem a sua relação de existência diante do processo de gestão pública, ou seja, a política de um determinado governo, que tem por objetivo geral proporcionar alguma benfeitoria para um grupo social. Logo, "na língua portuguesa, por exemplo, o termo "Política" pode assumir duas conotações principais, que comunidades epistêmicas[30] de países de língua inglesa conseguem diferenciar usando os termos *Politics* e *Policy*" (SECCHI, 2013, p. 1). Isso posto, tem-se que cada um destes termos representa uma proposta diferenciada, embora tenha princípios próximos diante do processo de gestão.

> Politics, na concepção de Bobbio (2002), é a atividade humana ligada à obtenção e manutenção de recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem. Esse sentido de "política" talvez seja o mais presente no imaginário das pessoas de língua portuguesa: o

[30] Segundo Andrade (2014) esse termo foi incialmente apontado por Ernst Haas no Livro "When Knowledge is Power: The Models of Change in International Organizations". As comunidades epistêmicas são definidas como rede de profissionais e experts com conhecimento relevante que podem compartilhar um conjunto crenças normativas, modelos causais, noções de validade causal e uma proposta de política. Em outras palavras essas comunidades disseminam ideias nas chamadas tomadas de decisões agregando experiências de diversas partes do mundo.

> de atividade e competição políticas, algumas frases que exemplificam o uso desse termo são: “meu cunhado adora falar de política”, “a política é para quem tem estômago”, “a política de Brasília está distante das necessidades do povo” (SECCHI, 2013, p. 1).

Essa definição compreende a concepção dos processos políticos que envolvem a relação de poder e suas relações objetivas com a sociedade. O segundo sentido da palavra política, como citado, está ligado à *policy,* que retrata sua dimensão da política. Segundo Secchi (2013), esse termo representa a relação com o terceiro setor, que concebe uma parte importante da política. Assim, para a língua inglesa, estes dois termos possuem representações diferenciadas frente sua relação com a sociedade.

Partindo do mesmo princípio para o termo *public policy,* utilizado na língua inglesa, a sua representação em português convalida o termo política pública, expressando propostas a serem implantadas para melhorias nas condições da população em setores diversos. Para Queiroz (2007), o termo política pública está relacionado a governo, estado, administração pública e em grande parte das atribuições sobre a condição de gestor público. Por esse ângulo, sua elaboração e aplicação está relacionada geralmente a uma lacuna social.

> Outra forma de conceituar políticas públicas é defini-la como o processo de escolha dos meios para a realização dos objetivos do governo. Uma política pública pode envolver, além dos agentes públicos, os agentes privados. Para que um problema ou demanda passe a ser objeto de atenção para uma política pública é necessário, no entanto, que tenha importância social e que os atores nela interessados possuam poder de barganha política suficiente para que seja inserido na agenda de prioridades de um governo ou instituição que fomente políticas públicas (QUEIROZ, 2007, p. 70).

A composição de uma política pública tem sua relação principal com o setor público, porém, o setor privado desempenha um papel importante enquanto apoiador do interesse geral de um grupo social. Neste sentido, o ganho social se estende até o setor privado, que vai também disfrutar das benfeitorias proporcionadas pela implantação de uma política pública.

É importante citar que, segundo Secchi (2013), qualquer definição de política pública é arbitrária, pois não há consenso para a sua definição devido os diversos conceitos apresentados por vários pesquisadores. O ponto de referência, diante de todo esse processo, se encontra na relação de sua constituição, formulação e aplicabilidade no meio social. Com relação a políticas públicas, uma das razões que possivelmente é a mais empregada pelo estado brasileiro é que ela se constitui como uma tradição intervencionista direcionada a proposição de soluções, se dedicando na prevenção de futuros problemas. Quanto a isso, tem-se que

> a análise da política social implica assim metodologicamente a consideração do movimento do capital, e ao mesmo tempo, dos movimentos sociais concretos que o obrigam a cuidar da saúde, da duração da vida do trabalhador de sua reprodução imediata e em longo prazo” (FALEIROS, 2000, p. 59).

É importante citar que a situação econômica de um país é um fator determinante em relação às necessidades apresentadas, no sentido de serem atendidas ou não. Outro aspecto importante está nas condições das pressões populares sobre o aparato estatal.

As soluções são elaboradas depois que o problema social é detectado e não diante da possibilidade de prevenir e impedir problemas futuros. Nesse sentido, a característica dessa prática se concentra mais intensamente na perspectiva do uso de remédio após a identificação da doença, sem pensar em prevenir um futuro problema. Porém, a forma de apresentação de uma política pública é ainda vaga e pouco precisa, construindo uma generalização sobre o tema.

> As políticas estatais de assistência social geralmente são denominadas "políticas públicas" ou "política social". Sem dúvida, estas duas formas de denominar as políticas estatais de assistência social são as mais usuais, mas também são as mais equivocadas, pois "público" e "social" são termos vagos e imprecisos, bem como não explicitam, na imediaticidade da expressão, o seu real significado. As várias políticas estatais, tal como a política educacional, para citar um exemplo, tem seu objeto de ação bem delimitado na própria denominação, o que não ocorre com o caso aqui aludido. As políticas estatais de assistência social são aquelas que buscam promover a assistência a amplos setores da população, especialmente aos mais desfavorecidos e aos trabalhadores (VIANA, 2006, p. 1)

O formato de assistência social tem como objetivo atender a população de forma igualitária. No entanto, pôr essa em prática pode ser questionável. No entendimento de Faleiros (2000), as políticas de cunho social do aparato estatal constroem um bem-estar intangível, e estão relacionadas a propugnadores de esquerda, como maneira de esconder a real situação de exploração. Com isso, tal relação vai além dos aspectos teóricos, conduzindo as discussões para a realidade empírica do capitalismo.

Segundo Queiroz (2007), as políticas públicas representam um instrumento de ação que é orientado por princípios constitucionais, cuja razão de ser está na garantia dos direitos fundamentais do cidadão. Grande parte dos conceitos sobre políticas públicas enfatizam o seu surgimento em função de um problema constituído na sociedade. E é partir dele forma-se o ponto de partida, que consiste na discussão acerca das lacunas existentes na sociedade. De forma geral, as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais dizem respeito a uma lacuna, esta que denuncia que algo não está atendendo às necessidades sociais. Para Silva (2010), a organização e a orientação dos movimentos populares apresentam suas ações como método de intervenção para a construção do Estado Social, que intervêm nos problemas e reconhece essa fragilidade.

O ato de refletir acerca das políticas públicas, diante de seus conceitos, está em direcionar o pensamento às suas mais variadas formas. Dessa forma, aqui será tratada uma polissemia, que apresenta diversas possibilidades de interpretação. No entendimento de Fleury (1994), existe um

limite de intervenção do Estado com o intuito de valorizar o capital, assim, as políticas públicas constroem limitações próprias frente ao próprio sistema.

> As contribuições teóricas de Clauss Offe, apesar de caracterizar-se por assimilar conceitos de diferentes correntes teóricas, também estabelece um rico diálogo com a matriz de pensamento marxista ao referir a análise do Estado às determinações originárias do processo de acumulação, identificando o elo entre as estruturas políticas e as econômicas da sociedade capitalista como sendo a forma-mercadoria. Para Offe & Ronge (1984:125) "o Estado capitalista está sujeito a uma dupla determinação de poder político – segundo sua *forma* institucional, este poder é determinado pelas regras do governo democrático-representativo; segundo o seu *conteúdo*, é determinado pelo desenvolvimento e pelos requisitos do processo de acumulação" (FLEURY, 1994, p. 20).

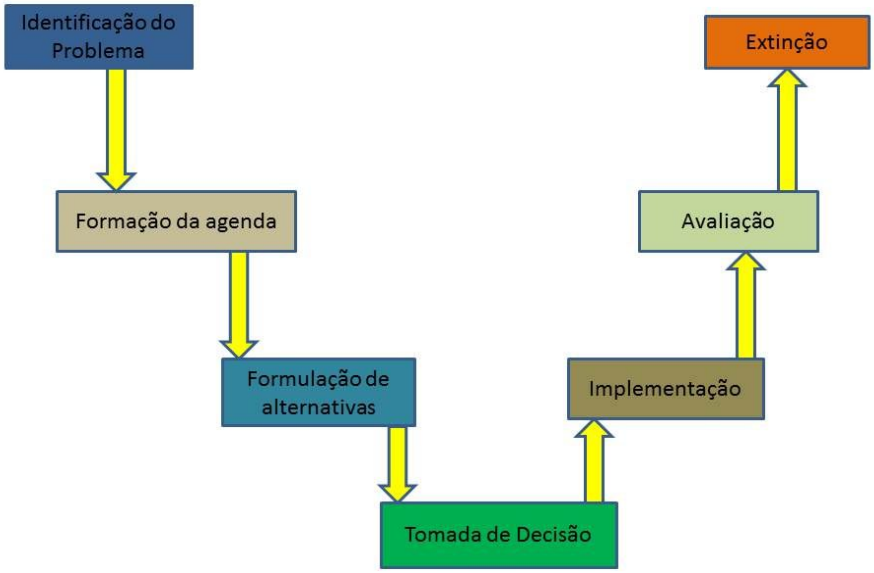
Segundo Faleiros (2000), as medidas das estruturas de políticas sociais que podem ser compreendidas dentro da lógica da estrutura capitalista se relacionam ao processo de acumulação, respeitando o momento histórico vivido por esse sistema. Nesse sentido, a relação da análise de uma política pública somente passa a ser possível diante das lentes da ordem capitalista, pois "assim é necessário compreender dinamicamente a relação entre o Estado e o processo de acumulação de capital para poder visualizar as medidas que estramos tratando" (FALEIROS, 1994, p. 60).

Para Viana (2006), o Estado capitalista não pode ser reduzido a uma estrutura neutra, que pode ser sugestionado por uma classe, já que em sua essência tem como desígnio dominação de classes. Com isso, a vertente capitalista compreende estruturar e manter mecanismos que estabeleçam esse controle, necessária pela perspectiva do capital, considerando que nem sempre uma política pública atende, de fato, aos interesses da sociedade – como citado teoricamente em sua composição normativa.

As políticas públicas compreendem alguns conceitos presentes quando é tratado seu ciclo de formação. Esse processo, apresentado no Organograma 4, está colocado pela estrutura formal e compreende aspectos que devem ou deveriam ser seguidos, mas infelizmente nem todos os caminhos legais são adotados durante o percurso. Isto é, existem fatores que devem ser levados em conta durante essa análise, pois "os mecanismos de seletividade do aparelho do Estado são identificados em quatro níveis – estrutura, ideologia, processo e repressão –, funcionando como um sistema escalonado de filtros com operações cumulativas" (FLEURY, 1994, p. 22).

Para tanto, será conduzida uma análise para identificação das fragilidades na estrutura formal do Organograma 4, em que é possível perceber as fases da concepção de uma política pública. Tais etapas representam a real necessidade quanto a obtenção de uma estrutura lógica que sustente um rendimento maior para um possível sucesso satisfatório.

Organograma 3 – Estrutura do Ciclo de Políticas Públicas.



Fonte: SECCHI, 2014, p. 43, adaptado pelo autor.

O Organograma 4 é disposto por uma ordem que suaviza situações de cunho mais crítico, pois segundo Fleury (1994), a noção de seletividade relaciona alguns elementos que são importantes para a compreensão da intervenção do estado sobre as políticas sociais. O caminho apresentado por Secchi (2014) compõe uma lógica teórica que, em muitos casos, pode ser efetivamente alterada diante das realidades impostas pelo capital.

Para tanto, Fleury (1994) traz alguns aspectos para a compreensão deste percurso, apresentado da seguinte forma: primeiro, a preservação de um limite de sistemas que protege a intervenção do Estado que coloque em ameaça a propriedade privado e o direito privado; o segundo ponto está direcionado à produção material, relacionada aos recursos materiais disponíveis para o Estado; em terceiro, tem-se a seletividade estrutural do Estado compondo a expectativa de unir a integração ideológica, uma forma de repressão física que pode desconjuntar as organizações das classes dominadas, as quais poderiam modificar as demandas sociais efetivas; e, por último, as demandas inseridas nas tomadas de decisão de cunho burocrático e técnico, que procuram destematizar a sua relação social e o seu caráter de classe.

Essas relações apresentadas visam efetivamente um controle sobre o processo de construção de políticas de cunho social. Para Faleiros (2000), o que permite ter uma visão geral sobre as políticas sociais relaciona-se a certos serviços com a população excedente e, nesse caso não se trata

somente a relação com os recursos aplicados, mas da legitimação da acumulação de capital – o qual também auxilia no processo de legitimação do Estado.

> Na medida em que as políticas dos órgãos estatais estiver relacionada com a superação dos problemas recorrentes desses processos naturais de mercado, e na medida em que ela é obrigada a limitar-se aos recursos materiais e institucionais disponíveis no mercado para a solução desses problemas, a incapacidade de legitimação da ação econômica se transfere aos processos de decisão política, tendo em vista as alterações rápidas e imprescindíveis sobre a temática sobre qual precisa decidir. A política estatal não pode aceitar que seus conteúdos e resultados sejam, como tais, submetidos a critérios de legitimação. Isso resultaria em assumir a "responsabilidade governamental" por decisões e acontecimentos pelos quais ninguém tem que se responsabilizar (OFFE, 1984, p. 270).

A citação compreende basicamente que por meio de uma composição histórica entre o Estado e a economia, existe uma ideologia calcificada que se organiza no formato capitalista. Essa seletividade em torno das ações das políticas públicas revela intensões classistas, pois "a configuração do caráter de classe de organização do poder estatal depende da explicitação das analogias estruturais entre o Estado e a economia organizada sob forma capitalista" (SEIBEL, 2001, p. 3). A condição de estado está efetivamente atrelada a um posicionamento econômico, assim, existem restrições à liberdade das ações estatais, as quais nem sempre proporcionam representações sociais independentes ao capital.

Destarte, existem duas vertentes ao tratar de políticas públicas: o processo político, que apresenta muitas variáveis, e o processo técnico, que nem sempre é aplicado integralmente. Acerca dessa visão técnica, alguns teóricos desenvolveram reflexões, a exemplo de Secchi (2013), pois no seu entendimento (apesar de em alguns casos essa lógica não ser aplicada), as políticas públicas têm uma grande utilidade, e cada fase superada faz com que a complexidade se simplifique. Assim, esse ciclo tem por objetivo ordenar a necessidade de cada fase, a fim de que as abordagens em cada processo desempenhem com maior facilidade a sua implantação.

> No campo das políticas públicas, é comum o uso da abordagem sequencial, ou ciclo de políticas públicas. É uma ferramenta analítica que apresenta a política pública em fases: formulação, implementação e avaliação. De forma simplificada, podemos definir as etapas da seguinte forma: a fase da formulação é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produções de soluções ou alternativas de tomada de decisão; implementação refere-se à execução das decisões adotadas em etapas prévias; por fim, a avaliação consiste na interrogação sobre o impacto da política (LIMA; D'ASCENZI in MADEIRA, 2014, p. 51).

Em um sistema sequencial, ou ciclo de políticas públicas, define-se a possibilidade organizacional no entendimento e operacionalização dessas políticas. Para Queiroz, (2007), tal desenvolvimento é nada mais que uma relação de diversos atores presentes no processo que interagem em condições formais e informais. Os atores formais são aqueles que têm proximidade

com o ambiente de gestão, como partido políticos, ministros, secretários e funcionários públicos; já os atores informais compreendem os movimentos sociais e a população de forma geral, mesmo não organizada. Nesse caso, a última classificação de atores representa o grupo de vivência de acordo com seus problemas identificados, passando a ser aquele com maior interesse na elaboração e aplicação de uma política pública.

É importante também citar que existe diferença em um projeto aplicado de forma isolada em uma comunidade de outro, executado com a elaboração de uma política pública. No entanto, trata-se de um identificador de uma possível intervenção ampla sobre um problema já constatado. A identificação do problema, isto é, o ponto central de uma política pública, é efetivamente o gatilho de todo o processo. As carências em uma sociedade são as lacunas não atendidas por um governo e que interferem incisivamente no desenvolvimento de uma sociedade. Na percepção de um ator, o problema é um aspecto subjetivo, porém, quando passa para análise de vários atores, ele é relevado.

> [...] a delimitação do problema envolve definir quais são os seus elementos, e sintetizar em uma frase a essência dele. No momento de delimitação de um problema, mas também são criados os norteadores para as definições para o conjunto de causas, soluções, culpados, obstáculos, avaliações. Exatamente por isso a delimitação de um problema público é politicamente crucial no processo de elaboração de uma política pública. Há de se destacar, no entanto, que qualquer definição oficial do problema é temporária. Nas fases sucessivas de formulação das alternativas e, principalmente, na implementação, os problemas públicos são redefinidos e adaptados por políticos, burocratas e os próprios destinatários da política pública (SECCHI, 2013, p. 45).

A definição e a constatação de um problema passam por diversas fases, onde nem sempre a melhor solução é aplicada, considerando-se o envolvimento em situações de cunho partidário ou de grupos específicos. Nesse contexto, "não é possível pensar em políticas públicas sem levar em conta a essência das instituições e que estas possuem interesses que podem ser atingidos favorável ou desfavoravelmente pelas ações propostas nas políticas públicas" (QUEIROZ, 2007, p. 81). Além deste aspecto, as instituições demonstram ter seus próprios interesses em algumas políticas que são implantadas.

Na formulação, ou definição da agenda, selecionam-se as questões de interesse do governo, a fim de decidir quais ações deverão ser realizadas com o problema identificado – esses que podem ser críticos ou não, sendo que mediante a última constatação sabe-se que tais problemas podem esperar mais algum tempo. O motivo pelo qual alguns governos não atendem determinadas questões, segundo Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen (2014), é que muitos problemas públicos de ordem crítica não chegam a incorporar as agendas, enquanto outros processos menores chegam.

Em um segundo aspecto, são apresentadas soluções inúteis ou ineficazes, não atendendo ao propósito principal, considerando-se que "[...] existem dois tipos de agenda: agenda política temas que a comunidade política recebe; agenda formal: aquela que elenca os problemas que o poder

público decide enfrentar [...]" (COBB; ELDER, 1983 apud SECCHI, 2014, p. 46). Ainda, não se pode deixar de lado a agenda constituída pela mídia, isto é, a lista de problemas identificados pelos meios de comunicação – que vão a público para cobrar eventuais intervenções. Assim como a mídia, os grupos civis organizados representam uma força importante diante das pressões exercidas ao governo. Nesse caso, citam-se os grupos e movimentos sociais que integraram a RECID, participando da rede para representar uma força de grande porte ao então governo do PT, compondo um grande acesso, no sentido geográfico, e propondo uma capilaridade a cada estado e município.

Os esforços para as devidas combinações aparecem na formulação das alternativas para conter os problemas que tomam uma proporção maior, isto é, quanto mais concretos forem os objetivos mais aumenta-se a probabilidade da eficácia. Nesse processo, os objetivos têm um papel importante na resolução dos problemas, levantando todas as medidas possíveis mesmo que nem sempre a melhor alternativa seja aplicada.

Assim, utiliza-se como exemplo um grupo de jovens que identificou determinada situação problema em sua comunidade envolvendo resíduos sólidos, e definiu como tema central do projeto "Lixo: Recicle essa Realidade, Projeto Meio Ambiente 2000"[31]. Embora se trate de um projeto isolado em uma cidade do Paraná, a proposta pode ser pensada como um problema de grande porte, certamente encontrado em diversas cidades, assim como diversos outros temas que representam problemas comuns e presentes em nossa sociedade.

A estratégia deste projeto foi atuar em diversas frentes, sendo a primeira delas responsável por proporcionar palestras educativas para a comunidade e, posteriormente, com alunos de diversos níveis, informando a importância da reciclagem e da separação do lixo. Na segunda atuação elaborou-se oficinas de reciclagem para adultos e crianças, proporcionando um destino diferenciado a alguns resíduos sólidos. Em um terceiro momento realizou-se reuniões para apresentar a potencialidade econômica do lixo, incentivando grupos de catadores a desempenharem um trabalho mais especializado na separação e seus cuidados específicos, para posteriormente efetuar a venda de materiais coletados e descartados.

Essa ação desenvolvida a partir de uma metodologia variada, proporciona a vários grupos a oportunidade em participar da ação, atuando em diversas frentes relacionadas ao problema de resíduos. Assim, o referido exemplo corresponde a uma realidade no Brasil considerada como uma das preocupações do século, pois envolve a produção de lixo e o seu destino. É sabido que os dejetos causam uma série de problemas de ordem social, ambiental e de saúde – principalmente

[31] Projeto desenvolvido no Colégio Estadual João Manuel Mandrone Ensino Fundamental, Médio e Profissional situado na Rua Mato Grosso nº2233 Medianeira Paraná, foi desenvolvido pela comissão do meio ambiente e orientado pelas professoras Magda S.R. Almeida e Neide F. de Oliveira em setembro do ano 2000. Este projeto foi apresentado no encontro estadual de Protagonismo Juvenil realizado no ano de 2000 pela Secretaria Estadual de Educação no Município de Faxinal do Céu no Paraná.

quando não se conscientiza acerca do descarte adequado –, mas se bem utilizados podem proporcionar até rendimentos financeiros. Essas são algumas possibilidades de atuação que pode ser pensada em ordem municipal, estadual ou até mesmo federal enquanto política pública.

No entanto, é importante frisar que todas as ações elencadas somente têm a possibilidade de se tornarem políticas públicas mediante tomada de decisão, ou seja, se for do interesse do governo investir em tal medida. Existem três formas para de definição e prática de ações com objetivo de solucionar problemas de ordem pública, a saber:

> 1. Os tomadores de decisão têm problemas em mãos e correm atrás de soluções: a tomada de decisão ah hoc com base no estudo de alternativas, ou seja, toma-se o problema já estudado, os objetivos já definidos e então se busca escolher qual alternativa é mais apropriada em termos de custo, rapidez sustentabilidade, equidade ou qualquer outro critério para a tomada de decisão; 2. Os tomadores de decisão vão ajustando os problemas as soluções, e as soluções aos problemas, o estabelecimento de objetivos e a busca de soluções são eventos simultâneos e ocorrem em um processo de "comparações sucessivas" (LINDBLOM, 1959); 3. Os tomadores de decisão têm soluções em mãos e correm atrás de problemas: um empreendedor de política pública já tem predileção por uma proposta de solução existente, e então luta para inflar um problema na opinião pública e no meio político de maneira que sua proposta se transforme em política pública (SECCHI, 2013, pp. 51-52).

Os três modelos apresentados são desenvolvidos em função do processo problema, assim, a solução compõe a estratégia para definir alguns formatos para a tomada de decisões. No primeiro modelo, a perspectiva se desenvolve em torno do problema para atuar na solução, existindo a possibilidade de escolher a melhor alternativa. No segundo modelo, o processo é mais complexo, pois os problemas e a solução agem de forma diferenciada, não partindo somente de um lado, mas de ambos os lados de forma simultânea. Já o terceiro formato, em relação ao primeiro, se inverte, tendo como ponto de partida a solução para agir diante do problema.

Cada um destes arquétipos age em prol da tomada de decisões, seja em torno de modelos chamados de racionalidade absoluta ou limitada. Na racionalidade absoluta, as decisões são puramente racionais; por outro lado, na racionalidade limitada, as decisões sofrem moderações cognitivas e informativas, em que seus participantes não compreendem a complexidade do assunto. Em ambos os exemplos, o objetivo principal é a busca por soluções a partir de caminhos alternativos.

A estruturação e a sua aplicação são uma fase do processo de políticas públicas que tem um efeito real, pois está sendo praticada, inclusive, mediante execução dos planejamentos. Trata-se de uma das etapas mais difíceis, devido a concentração de problemas e ajustes, muito comuns nessa fase que devem ser realizados para o bom andamento da ação. Para Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen (2014), essa é a fase em que a vulnerabilidade daquilo que estiver invisível, pois passa a ser visto por todos. Assim, os conflitos internos e externos devem ser administrados de forma eficiente,

considerando que “a fase de implementação é aquela em que regras, rotinas e processos sociais são convertidos de intenções em ações” (SECCHI, 2013, p. 55).

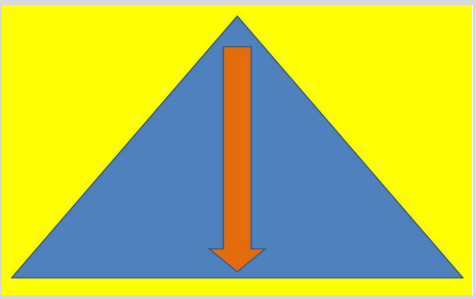
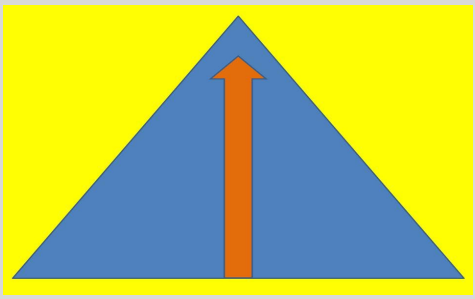
Isto é, trata-se de uma fase em que os participantes iniciam a estruturação diante das funções estabelecidas dentro do processo, os setores começam a se relacionar entre eles e o funcionamento passa a tomar corpo. É também importante observar que os atores participantes da execução expõem suas funções diante do processo burocrático do setor público e do setor civil, entre funcionários e pessoas que se envolvem como voluntários ou contratados, dependendo das funções estabelecidas.

A burocracia e seus conflitos são constituídos em torno das relações intra e interorganizacionais endêmicas, que definem as dificuldades em torno de sua implementação e ao passar por uma série de critérios específicos. A organização em patamares superiores se restringe geralmente aos atores políticos que não têm envolvimento na condução diária. No entanto, é de grande importância para a sua estruturação estarem nos ambientes de execução de uma política pública. Nesse sentido, “a autonomia do Estado em relação aos interesses particulares ou de grupos deve ser assegurada à sociedade pela burocracia; esse é o papel mais importante dessa instituição [...]” (QUEIROZ, 2007, p. 47).

Segundo Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen (2014), as ferramentas analíticas para compreender a realização de políticas públicas estão relacionadas ao conjunto de tarefas e obrigações que envolvem a sua implementação, servindo como instrumentos de aperfeiçoamento a favor de melhorias nas propostas. Nessa fase da instalação, o seu formato pode variar em duas estruturas básicas, constituídas da sustentação para o topo e do topo para a base. Tais ações definem basicamente o modelo que será aplicado no decorrer de uma política pública – trata-se de uma etapa em que os atores de uma política pública têm um papel fundamental nas definições de uma ação.

No entendimento de Sabatier (1986 in SECCHI, 2014), existem basicamente dois modelos de implementação de políticas públicas: *top-down* (de cima para baixo) e *bottom-up* (de baixo para cima). Os modelos representam a iniciativa que deu origem a essa política, por parte popular ou dos setores políticos, os quais apresentam características distintas diante de sua concepção. Assim sendo, o Quadro 9 se propõe a expor os referidos critérios e suas diferenças, demonstrando que cada modelo produz um efeito particularizado em relação ao todo.

Quadro 9 – Modelos de Implementação de Políticas Públicas.

Modelo *top-down* (de cima para baixo): é caracterizado pela separação clara entre o momento de tomada de decisão e o de implementação, em fases consecutivas. Esse modelo é baseado na distinção wilsoniana de "política administrativa" (WILSON, 1887), no qual os tomadores de decisão (políticos) são separados dos implementadores (administração).	Modelo *bottom-up* (de baixo para cima): é caracterizado pela maior liberdade dos burocratas e redes de atores em auto organizar e modelar a implementação de políticas públicas. Os implementadores têm maior participação no escrutínio do problema e na prospecção de soluções durante a implementação, e posteriormente os tomadores de decisão legitimam as práticas já experimentadas. A implementação é predominantemente avaliada pelos resultados alcançados e posteriori, em vez da avaliação baseada na obediência cega a prescrições.
	

Fonte: SECCHI, 2013, p.p.60-61 adaptado pelo autor.

As composições das pirâmides demonstram o processo de implementação de uma política pública nas suas diversas esferas. O sistema *top-down* tem uma visão funcionalista e tecnicista, apresentando o olhar de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decididas pela esfera política, sendo que o seu processo de implementação é simplesmente um componente administrativo. Segundo Secchi (2013), esse modelo é uma estratégia utilizada pelo meio político para se eximir de qualquer culpa; em outras palavras, "lavar as mãos" – também em relação aos problemas que possam surgir em função da ação da política pública. Esse processo é conhecido pela

literatura política como *blame shifting*[32], um modelo que possibilita uma liberdade na ação. Tal autonomia fica mais aparente nesse modelo de implementação de política pública.

O segundo modelo, *bottom-up*, tem características diferenciadas do primeiro: após a tomada de decisão, que não possui um caráter definitivo, há possibilidades de alterações diante do processo. É uma política com estruturas modificáveis que se constrói na relação diária, em que efetivamente transparecem os eventuais problemas que podem ser revistos a partir de pequenas modificações. O papel dessas modificações é a adaptação às necessidades, pois ao tratar de uma sociedade, as divergências podem não surgir a olho nu, porém, o convívio faz com que esses desacordos apareçam, tornando-os facilmente visíveis. O processo de realização é diretamente ligado à aceitação popular e aos acertos sobre uma política pública e, posteriormente, à análise de sua eficácia.

Nesse sentido, é apresentada uma proposta de implantação de políticas públicas que atuem diretamente sobre o problema de drogadição em uma determinada comunidade. As ações começam a ser desenvolvidas e tem-se como foco principal o jovem, que se encontra em uma situação vulnerável. Assim, no decorrer do trabalho, percebe-se que um problema maior é identificado: gravidez na adolescência e DSTs. A partir da percepção desse fato, uma política pública pode ser ampliada, entendendo, principalmente, que problemas próximos podem também ser atendidos na ampliação de uma atividade, isto é, agrega-se e amplia-se o alcance de uma política pública.

De forma específica, uma ação pode se ramificar em diversas outras, como a relação com uma árvore em que o tronco sustenta os galhos. Porém, eles somente existem devido a força e estrutura do tronco. Nessa analogia, o tronco representa a estrutura central e os galhos as ações periféricas que ligam o tronco às flores. O presente exemplo mostra a possibilidade de compreender que um problema existente na sociedade não concebe de forma isolada, mas envolve diversos setores, e até mesmo outros problemas. Assim, uma política pública de representatividade considera tais característica, atendendo o social de forma ampla e objetiva que, em muitos casos, envolve inúmeros problemas.

Os problemas encontrados na sociedade, principalmente de ordem de saúde pública, se relacionam devido a uma série de outros problemas, que apresentam diversas frentes. Neste caso, ao propor uma política pública em uma determinada área deve-se ter em mente a possibilidade de mobilidade para as alterações necessárias, que devem acontecer de acordo com a necessidade encontrada. O modelo de implantação *bottom-up* apresenta essa liberdade de ação com relação às modificações, que ocorrem durante o processo de implantação de uma política pública. Tais

[32] Esse modelo também é visualizado com estratégia para o deslocamento de culpa, ou seja, siando do meio como responsável e deslocando essa responsabilidade.

formatos são práticas diferentes, podendo ser analisadas de formas distintas, cada uma com suas especificidades na relação com a política pública, porém, com a perspectiva de um único resultado: atingir o problema social.

A RECID representa uma instituição que se utiliza de políticas públicas direcionadas à sociedade. No entanto, ela possui uma relação com terceiro setor e com os movimentos sociais, além de ser produzida no sistema *top-dowm*, demonstrando indícios dessa prática em sua administração. A RECID tem sua composição a partir do formato de pirâmide, isto é, uma administração construída primeiramente no corpo de uma centralidade, que se distribui na sua capilaridade para reprodução dos conceitos centrais por meio de um sistema de rede. Assim, a construção vinda de cima para baixo representa uma falsa sensação de participação no sistema, contemplando a relação do poder hegemônico da gestão federal. No entendimento de Fleury (1994), o Estado constitui e mantém essa relação de poder.

> As aparências de neutralidade e autonomia absoluta do Estado são reforçadas na medida em que este deverá cuidar para que a sociedade se reproduza globalmente enquanto sociedade capitalista, organizando os interesses gerais de reprodução a longo prazo em detrimento dos interesses específicos e imediatos, mesmo da fração monopolista hegemônica. Isto porque a hegemonia desta fração não reflete mecanicamente sua dominação econômica mas sim uma estratégia geral de acumulação capitalista, que deve ser organizada politicamente com a participação direta do Estado. Neste sentido o Estado funciona como um verdadeiro *partido* de classe, constituindo a burguesia em classe dominante. A possibilidade do Estado de organizar assim as frações dominantes é dada exatamente em função de sua autonomia relativa e da inscrição dos interesses divergentes na sua materialidade institucional, de tal forma que ele não organiza tais interesses *desde fora*, mas sim no interior de seu aparato material (FLEURY, 1994, p. 32).

O Estado, pela sua constituição de materialidade institucional, reflete em sua atuação ações a favor da hegemonia do capital, agindo para compor limites do acesso a sua estrutura. Assim, para Faleiros (2000), as políticas de cunho social devem ser entendidas de maneira contraditória, que efetivamente valoriza o capital, o qual intervém diretamente na valorização e validação da força de trabalho, colocando o ser humano como sujeito de direitos no contrato de uma cidadania democrática.

3.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO GOVERNO LULA E DILMA

A proposta apresentada para o Capítulo III também compreende a discussão e análise das estruturas do governo federal a o comando do PT, bem como as relações estabelecidas com a RECID juntamente às ações desenvolvidas com o terceiro setor e os movimentos sociais. Também é importante citar que grande parte das políticas públicas voltadas ao social e implantadas nessa fase, vem para fortalecer o poder constituído e contribuir com o apoio concedido pelo governo federal,

além dos convênios formalizados com vários ministérios e departamentos. Desta forma, atribui-se ao processo de cooptação do terceiro setor e dos movimentos sociais a tarefa de fazerem parte do governo mesmo que indiretamente, ou seja, através da RECID.

O governo comandado pelo PT teve um papel importante nesse processo como apoiador no desenvolvimento de parcerias que, de fato, trouxeram esses grupos ao seu círculo de controle. Essa construção "harmônica" foi elaborada entre os laços burocráticos e por questões políticas, as quais foram decisivas nesta parceria. Segundo Garim (2016), as dimensões políticas, juntamente com o diálogo, ajudaram a estruturar ligados ao processo pedagógico a aproximação com os atores sociais envolvidos no processo. Assim, a constituição da estrutura da RECID propõe também essa aproximação com os canais que se relacionam com a sociedade por meio de diálogo com a política de governo.

Esse envolvimento desenvolvido pela RECID, a partir de suas atividades e eventos programados, ganhou um espaço muito forte entre os setores sociais, em que os multiplicadores foram os responsáveis para a ampliação e a popularização da rede. A divulgação feita por pessoas confiáveis, que atuam dentro dos movimentos sociais e do terceiro setor, já com credibilidade perante a população, fez com que o nome e as ações aumentassem em termos quantitativos.

É relevante citar também que se trata não somente da concentração de instituições, mas também da expansão em termos geográficos, atingindo os objetivos da RECID no aumento da capilaridade da rede. Assim, o governo do PT atribuiu os investimentos na área social à sua aproximação com a sociedade, demonstrando o apoio por meio de recursos indiretamente aplicados, o que beneficiou na contratação de educadores e também os dirigentes e representantes dos movimentos sociais e do terceiro setor.

As atividades desenvolvidas durante os governos Lula e Dilma aconteceram no período de 2003 a 2016, mais precisamente até o processo de *impeachment* de Dilma. Essa foi a fase em que as atividades práticas como e estruturação da RECID ocorreram, envolvendo os movimentos sociais e o terceiro setor nas perspectivas apresentas pelo governo. A aproximação foi mais intensa a partir do segundo ano do primeiro mandato do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

As características do governo do PT foram um levante diante do processo, para apresentar propostas relacionadas às populações com o intuito de trazer a maior quantidade de pessoas como apoiadores do governo. Anterior ao Programa Fome Zero, foi iniciado sobre o comando do PT o programa TALHER, e subsequentemente a RECID. O discurso de um novo governo proporcionou que vários setores da sociedade estivessem ao lado dos novos governantes. Assim, grande parte dos movimentos sociais e do terceiro setor abraçaram a causa de um governo de características voltadas às demandas populares. Segundo Pochmann (2013), o governo Lula e, posteriormente, o governo

Dilma, encontraram um formato baseado em dados de superação de índices alarmantes sobre o subdesenvolvimento.

> O governo Lula (2003 – 2010) e a continuidade dada pela presidenta Dilma indicam o quanto a superação do subdesenvolvimento brasileiro não ocorre de forma natural e espontânea pelas livres forças do mercado, conforme anteriormente defendido pelos governos neoliberais dos anos 1990 (POCHMANN, 2013, p. 145).

Em grande parte dos projetos, e posteriormente as políticas públicas que foram implantadas nessa fase, dizem respeito às mudanças das condições sociais, que aconteceram dentro do princípio neoliberal. Com uma grande expectativa de mudanças, o governo do PT deu continuidade às políticas de seu antecessor.

> O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns de aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação a esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo (BOITO JR, 2003, p. 1).

As mudanças tão esperadas pela expectativa de toda uma trajetória eleitoral não ocorreram como se previa, o qual manteve as relações com o banco mundial. A grande espera permanece. A equiparação com as perdas salariais e uma série de outros aspectos relacionados, principalmente com a política econômica – um dos grandes problemas no Brasil. Segundo Boito Jr. (2003), a política neoliberal em que o PT seguiu propõe aumento do capital privado em áreas como energia e transporte, levando adiante e utilizando o poder para manter a política neoliberal – prática que permaneceu durante o governo do PT. Grande parte das políticas implantadas pelo partido formam acordos com as grandes instituições financeiras mundiais, como o caso do Banco Mundial, que proporcionou recursos a serem aplicados em áreas sociais.

Assim, as perspectivas do PT em sua atuação não foram de abandono às políticas neoliberais, mas de uma adequação do neoliberalismo aos interesses de seu governo em se manter no âmbito popular. O poder nessa fase permanece ainda pelas mesmas instituições, as quais detêm o poder de recursos em suas mãos dando continuidade às políticas econômicas anteriores, criticadas em campanha eleitoral.

> O processo de inflexão do PT para o neoliberalismo foi gradual, embora tenha decorrido pouco mais de um ano entre o texto Concepção e Diretrizes do Programa do PT para o Brasil, extraído no XII Encontro Nacional do Partido, em dezembro de 2001, e as cartas Ministro da Fazenda, já no Governo Lula, Antonio Palocci ao FMI. O primeiro documento

> anunciava um governo "democrático-popular" fundado nos eixos social, nacional e democrático, assinalando uma ofensiva contra o mercado, defendendo o crescimento, o emprego e a diminuição da vulnerabilidade externa do Brasil. As cartas ao FMI, tanto a de fevereiro de 2003, quanto a de maio de 2003, ao contrário, anunciavam a continuidade do neoliberalismo de FHC como o verdadeiro programa de governo do PT. No final de 2001, no lançamento de mais uma campanha eleitoral do PT, o programa apresentado poderia ser considerado "social-desenvolvimentista" [...] (TRISTÃO, 2011, p. 8).

A estrutura construída pelo PT em seu governo tende a compor duas faces: a oficial, que é apresentada aos organismos internacionais, como o caso do FMI, e as relações populares, como o caso apresentado em campanha. A grande crítica construída sobre o capital efetivamente não se confirma na sua forma de governar, e acerca disso, Tristão (2011) diz que em lançamentos de programas sociais não há registros ou indícios de cooptação do capital, porém, na prática, grande parte de suas políticas foram acordos realizados com o capital. São condições que modificam a forma de atuação tendo duas práticas aplicadas ao mesmo governo, o que torna complexo definir uma postura perante o cenário internacional.

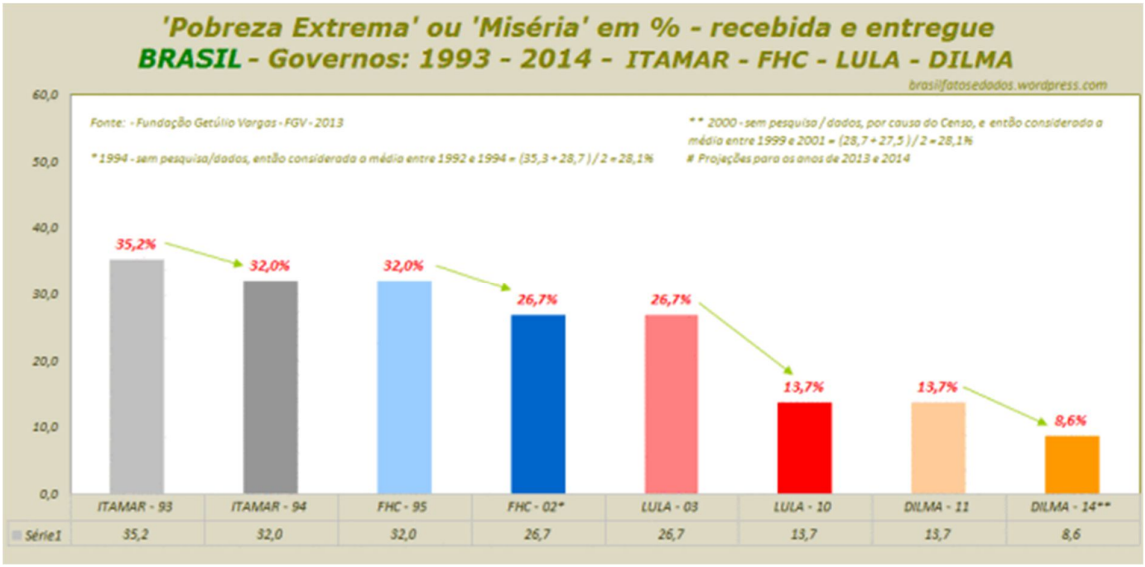
Uma das grandes frentes apresentadas durante a campanha do PT foi a erradicação da pobreza. Quanto a essa questão, o governo apresenta índices de diminuição de cerca de 13%[33] sobre os relacionados a pobreza. Os dados apresentados são questionáveis devido a forma pela qual se tem a composição das análises, a exemplo da realizada por Viana (2010), que discorre sobre a composição dos índices relacionados à pobreza no Brasil.

> As linhas de pobreza absoluta e extrema utilizadas foram estabelecidas pelo critério de rendimento médio domiciliar per capita, respectivamente, de até meio salário mínimo mensal e de até um quarto do mínimo do salário mensal. O critério em si já é questionável. A renda domiciliar média per capita de mais de meio salário mínimo não significa que alguém saiu da pobreza e nem que vive em boas condições ou mesmo tem suas necessidades básicas satisfeitas. O estudo não define o que entende por pobreza, apenas coloca uma classificação arbitrária colocando que pobreza absoluta vai até meio salário mínimo e extrema até um quarto do mesmo. Ou seja, na pesquisa, quem ganha 10 reais (per capita) acima da metade do salário mínimo saiu da pobreza absoluta, o que não deixa de ser risível. E, na referida pesquisa, quem ganha um real a mais do que um quarto do salário mínimo (renda domiciliar per capita), saiu da pobreza extrema e foi para absoluta. A comicidade do critério não é tão evidente para algumas pessoas. Perde-se de vista que 1, 10 ou 20 reais a mais por indivíduo faz muito pouca diferença (VIANA, 2010, s/p).

Nos dados apresentados anteriormente, relacionado a cerca de 13% de diminuição de pobreza, não há representação da realidade, pois tende-se a maquiar aspectos importantes da realidade. Em sequência, tem-se o Gráfico 3, conforme abaixo.

[33] Dados extraídos do site https://brasilfatosedados.wordpress.com.

Gráfico 3 – Quadro comparativo dos Presidentes entre 1993 e 2014, no Brasil, sobre Pobreza Extrema ou Miséria.



Fonte: https://brasilfatosedados.wordpress.com

Os dados apresentados foram produzidos pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) que confeccionara o gráfico. Nele, é visível a imprecisão sobre a análise e a forma pela qual são expostos os índices relacionados à pobreza. Segundo Viana (2010), uma das primeiras falhas está relacionada a análise somente pela perspectiva da renda, o que não retrata a realidade sobre a condição de uma família no aspecto econômico. Nessa condição arbitrária, no posicionamento de que uma renda per capita de 50% do salário mínimo, mais a quantia de 10 reais, está perante os índices estabelecidos pelas instituições oficiais fora da categoria de pobreza absoluta. Assim, trazendo esse tópico para a situação atual, tem-se que a prática autorizada pelo Congresso Nacional para 2018 é de um salário mínimo de R$ 956,00 reais e, adotando os critérios estabelecidos que apresentem uma renda de 50% do salário mínimo mais R$ 10,00 reais, soma-se a quantia de R$ 492,50 reais. Assim, tal valor seria responsável para suprir algumas necessidades básicas como água, luz, alimentação, vestuário, transporte e aluguel.

Os dados apresentados neste gráfico trazem dados que são questionados por diversos fatores, pois não trazem uma real análise sobre as condições da população, condicionando a opinião pública a receber dados que representam a realidade. Assim, grande parte dos dados apresentados pela mídia oficial traz informações escamoteadas, que não podem ser consideradas como pertencentes a realidade. Na intensa divulgação desses dados para a população, ocorrem muitas

parcerias para dar continuidade à suposta erradicação da pobreza no Brasil e, com isso, setores da sociedade com algumas tendências a apoiarem o PT, despontam para desenvolver ações junto ao governo.

Neste sentido, os movimentos sociais e o terceiro setor participaram amplamente desse processo. Dessa forma, a grande força obtida no início do programa Fome Zero representa o carro chefe do governo federal, que teve o seu financiamento partindo de organizações internacionais, ou seja, do capital internacional. Essa primeira proposta provoca o desencadeamento de outros programas para a ampliação de ações que envolvam o terceiro setor e os movimentos sociais, visando propor apoio em formato de recursos – também cooptados para o financiamento de projetos e contratação de pessoal para trabalhar pelo governo.

Para esses setores, esta é uma proposta de cunho sedutor, pois desenvolve atividades com possibilidades financeiras. Essas relações determinam componentes que, ao refletirem, propõem um formato de aproximação à RECID, que exerceu esse papel de intermediador para a construção de uma proposta controladora do PT, e tal composição está ligada à hegemonia.

> A sociedade política tem a função de controlar, de "assegurar legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa, nem passivamente," aos objetivos dominantes; a coerção é exercida principalmente nos momentos de crise, quando fracassa o consenso espontâneo. O que se evidencia claramente nas estruturas de poder na história é que existem correlações de forças que se manifestam através da "força e do consenso" da dominação e da hegemonia [...] (SCHLESENER, 1992, p. 19).

Nesse formato do governo do PT, as relações de poder começam a ficar mais claras na sua proximidade com o terceiro setor e os movimentos sociais. A coerção e a hegemonia podem ser executadas de formas sutis pelo consenso em políticas públicas com estas perspectivas (o controle). Os governos Lula e Dilma conduziram as políticas públicas governamentais para formatos cooptativos, com a intenção de trazer setores populares para as ações de base do governo. O PT prega sua linha e proposta de governo mediante uma perspectiva "pós-neoliberal", a qual não se sustenta teoricamente, pois segundo o economista Emir Sader (2009), é a partir do rompimento com neoliberalismo clássico que surge o pós-neoliberalismo, e, assim, o PT assume esse papel. É possível perceber que em nenhum momento as políticas aplicadas pelo PT em seu governo constituíram essa prática, mas seguiu o caminho inverso: deu continuidade às práticas neoliberais do governo anterior. Não há registros de rompimento com tais exercícios, assim, as afirmações praticadas por esse autor não são representadas por bases sólidas. Para tanto, todas as ações desenvolvidas no governo do PT foram efetivamente praticadas dentro dos moldes das políticas neoliberais.

Na continuidade das ações governamentais do partido ocorreu a valorização do social como estratégia para, por meio de projetos e programas, atender uma demanda a tempos esquecida por outros governos, que de certa forma também abraça a causa do PT na ida ao Palácio do Governo. Essa conformidade coincide com a proposta de administração com maior capilaridade explicitada pela RECID, uma rede que atua nas mais longínquas terras e territórios brasileiro a partir de um braço forte, os movimentos sociais e o terceiro setor.

Assim, o formato empregado na RECID repercutiu de forma intensa em todo o país. Dessa maneira, os programas destinados ao social trouxeram diversos aliados a levantar a bandeira do PT. Com isso, muitos apoios financeiros foram repassados para algumas instituições, na ordem de 7,8 milhões para diversas ações[34]. Neste cenário, o terceiro setor e os movimentos sociais tiveram maior espaço diante do governo federal, sendo que muitos dos programas se desenvolveram para a implantação de políticas públicas atendendo diversas frentes, conforme visto no Capítulo I, o qual faz um levantamento sobre as características da RECID e seu campo de atuação. Na sua essência, a RECID passa a ser um interlocutor entre o governo e os movimentos sociais, estreitando o diálogo também com o terceiro setor.

Assim, para dar continuidade à construção dessa relação hegemônica entre os movimentos sociais, terceiro setor e o governo federal a partir da RECID, faz-se necessário propor uma análise sobre as políticas públicas, apresentando dados e identificando como foi construído esse processo. As políticas públicas têm um papel importante nesse envolvimento, e tal relação proporcionou que uma grande quantidade de pessoas, envolvidas com problemas sociais, apoie efetivamente a política de governo. Desta forma, a ampliação do apoio popular passa a ser legitimado pela classe que atua com projetos sociais, impossibilitando manifestações contrárias a política de governo.

As políticas apresentadas pelo PT em todo esse cenário tiveram a característica de trazer diversos grupos sociais, movimentos sociais e o terceiro setor por meio da cooptação, produzindo e fomentando recursos necessários para a sua sobrevivência. Assim recrutar e financiar foram duas estratégias que de fato auxiliaram na manutenção desse apoio ao governo, atuando diretamente nas bases da sociedade.

[34] 1) Instituto Paulo Freire – R$ 599.011,18, 2) Sindicato dos Químicos do ABC – R$ 100.000,00, 3) Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Marcha das Margaridas) – R$ 845.000,00, 4) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – R$ 1.674.000,00, 5) Cunhã Coletivo Feminista – R$ 1.403.629,14, 6) CUT – R$ 2.346.133,00, 7) União Nacional dos Estudantes (UNE) – R$ 910.000,02. Disponível em: http://spotniks.com/estes-7-movimentos-sociais-apoiam-o-governo-e-receberam-estes-repasses-do-bndes-e-da-petrobras/ Acesso em 09/01/17 às 15:00.

3.3 O TERCEIRO SETOR E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

As novas relações estabelecidas entre o primeiro e o terceiro setor comportam a aproximação e a legitimidade da importância do terceiro setor tanto na sociedade quanto para o governo. Para Gohn (1997), a construção da sociedade civil é resultado das ações e manifestações, ou seja, das lutas compreendidas em sua história. Diferentemente de décadas anteriores, o terceiro setor conquistou um espaço e a respeitabilidades no desenvolvimento de ações sérias e de qualidade.

> Essa nova concepção construiu uma visão ampliada da relação Estado-sociedade, que reconhece como legítima a existência de um espaço ocupado por uma série de instituições situadas entre o mercado e o Estado, exercendo o papel de mediação entre coletivos de indivíduos organizados e as instituições do sistema governamental. Este espaço é trabalhado segundo princípios da ética e da solidariedade, enquanto valores motores de suas ações, resgatando as relações sociais, diretas, e as estruturas comunitárias da sociedade, dadas pelos grupos de vizinhança, parentesco, religião, hobbies, lazeres, aspirações culturais, laços étnicos, afetivos etc. No Brasil, esse papel passou a ser desempenhado pelas ONGs, que fazem a mediação entre aqueles coletivos organizados e o sistema de poder governamental, como também entre grupos privados e instituições governamentais (GOHN, 1997, p. 301)

A relação entre as carências sociais e o governo tem se intensificado por meio do terceiro setor e dos movimentos sociais. Essa nova institucionalidade começa a se firmar e, no entendimento de Gohn (1997), a sociedade começa a perceber essa esfera que está entre o público e o privado, constituída nos moldes público não estatal. Portanto, a RECID trata tanto com esse setor quanto com o outro, isto é, está entre o público e o privado, porém, apresenta utilidade pública. Esse processo estruturado pela RECID comporta uma série de mecanismos políticos e sociais que contribuem para a constituição e o exercício de cooptação. Assim, o controle é estruturado e formatado pela rede, que proporciona, a partir do apoio governamental, o estabelecimento da possibilidade do controle por meio do consenso.

O grande ponto que se estabeleceu entre os movimentos sociais, terceiro setor e a RECID está no processo contínuo de ações com a sociedade em rede que, diferente das ações anteriores, era isolada e não tinham contato entre elas. Neste novo formato, existe a possibilidade de compartilhamento com diversas regiões, muitas delas afastadas, e tal mecanismo facilitou a proximidade das ONG's e movimentos sociais para o acesso às informações. Ao pertencer a uma rede, porém, existe a possibilidade de permanecer em sua localidade, sem a necessidade de um deslocamento. Essa distribuição espacial se constitui entre diversos movimentos sociais e instituições do terceiro setor, o que possibilita a capilaridade desejada pela RECID, construindo uma ação única em todo território nacional.

Grande parte do terceiro setor e dos movimentos sociais que abraçam a causa da RECID decidem pelo afastamento destes setores da sua essência reivindicatória, parte de sua história. Ao mesmo tempo, essa aproximação com o governo impossibilita o exercício da crítica ao poder, inviabilizando manifestações contra o governo e outras ações de características similares.

Para tanto, faz-se necessária a análise da constituição desses mecanismos, utilizados pelo poder público, as dimensões das suas ações e os atores envolvidos nesse processo. Tais mecanismos, principalmente os apoios financeiros, tendem a exercer o controle sobre esses grupos do terceiro setor e dos movimentos sociais, mesmo de forma sutil, mas com grande eficiência. É importante destacar que a visão do governo federal entende que não existe o controle, mas sim uma parceria e a possibilidade desses grupos se envolverem nas políticas de governo. Dentro de outra perspectiva, a possibilidade de se envolver e contribuir com ações do governo seduz os participantes que atuam no meio social.

> Nessa efervescência da participação dos Movimentos Sociais nas Políticas de governo, após 21 anos de ditadura e outros 15 anos de governo conservador no Brasil, temos a possibilidade de levar as lutas dos movimentos para dentro da estrutura do Estado. Com essa perspectiva de transformação social e de transformação do próprio Estado "por dentro" é que os Movimentos Sociais assumem por dentro de uma política de Estado (GARIM, 2016, p. 52).

A relação apresentada identifica de forma clara a diretiva pelo governo federal em agregar esse braço forte à política de governo, com toda a sua intensidade e entusiasmo de movimentação nacional. Ter o apoio dos movimentos sociais e do terceiro setor representa um verdadeiro "exército" auxiliando o governo. Por esse ângulo, no entendimento de Schlesener (1992), o exercício do poder ocorre na combinação de dois fatores: o domínio e a direção, ambas com o sentido de buscar alianças políticas para sustentar o poder, o qual não tem garantias do controle mesmo por meio do consenso. Neste caso, é importante refletir sobre a constante manutenção do poder, o qual resulta de ações ininterruptas na continuidade hegemônica. Desta forma, as ações desenvolvidas pelo governo em prol do setor social foram apoio de grande valor, entendendo que esses setores representam grande alcance em suas comunidades de origem.

Os movimentos sociais e o terceiro setor se beneficiam desse apoio e, ao mesmo tempo, o governo celebra essa participação com muito entusiasmo. Essa fase em que estes setores estão vivenciando é atrativa, pois apresenta muitas vantagens, conforme explanado no Capítulo II. Porém, também é sabido que se trata de uma fase de renúncias a alguns princípios básicos de sua essência, que fazem parte de toda a sua construção. A mudança no comportamento dos movimentos sociais é vista como integrante dos novos conceitos da modernidade, porém, a sua essência ainda permanece intacta do processo reivindicatório.

Nesse sentido, os "[...] movimentos sociais caracterizam-se por não terem como objetivo principal a tomada de poder e nem a participação direta na esfera política – como em partidos –, situando-se dentro da perspectiva de sociedade civil" [...] (LERBACH, 2011, p.6). No trecho citado, a autora apresenta a concepção de movimentos sociais, que contraria ao envolvimento pleno ao processo político partidário.

Nesse cenário de interpretações, relaciona-se também as perspectivas das ONG's, que representam um novo corpo em suas ações e seus formatos. Na atualidade, o terceiro setor é um grande empregador, o qual se utiliza de serviços especializados a partir de um comportamento próximo ao de uma empresa bem qualificada. Porém, é fato que não propõe obtenção de lucros, tal como o setor privado. O novo perfil das ONGs reflete mais intensamente o espírito inovador, a partir da experiência adquirida em diversos setores da sociedade.

> O primeiro papel das organizações não governamentais é se tornarem centros de inovação e criatividade no desenvolvimento de soluções para problemas complexos. Ao contrário dos governos, as ONGs são menos burocráticas e mais flexíveis (VIANA, 2015, p. 1).

As ONG's também estão no grupo de prestadores de serviço, e em sua experiência acumulada por todos esses anos de atuação cria-se o que se compreende como *expertise*, o qual retrata o nível de experiência sobre um determinado tema. Outro papel presente neste novo formato das ONGs está na contribuição para o aumento da eficiência das políticas públicas implantadas pelo governo. Esse novo perfil retrata um processo de qualificação diante de setores atendidos por essas instituições que, de forma menos burocrática, vai à busca de novas maneiras de atuação no meio social.

Na compreensão de Gohn (2010), ocorreu um processo de inversão dentro do ambiente que envolve tanto o terceiro setor quanto os movimentos sociais, a partir da identidade política ou política de identidade. O sentido trocado remete ao deslocamento dos eixos em sua coordenação, em que a dimensão política se constrói entre os diferentes agentes sociopolíticos. Assim, "ocorrem, portanto, alterações no sentido e no formato das mobilizações porque muitas delas têm sido estimuladas de cima para baixo" (GOHN, 2010, p.21).

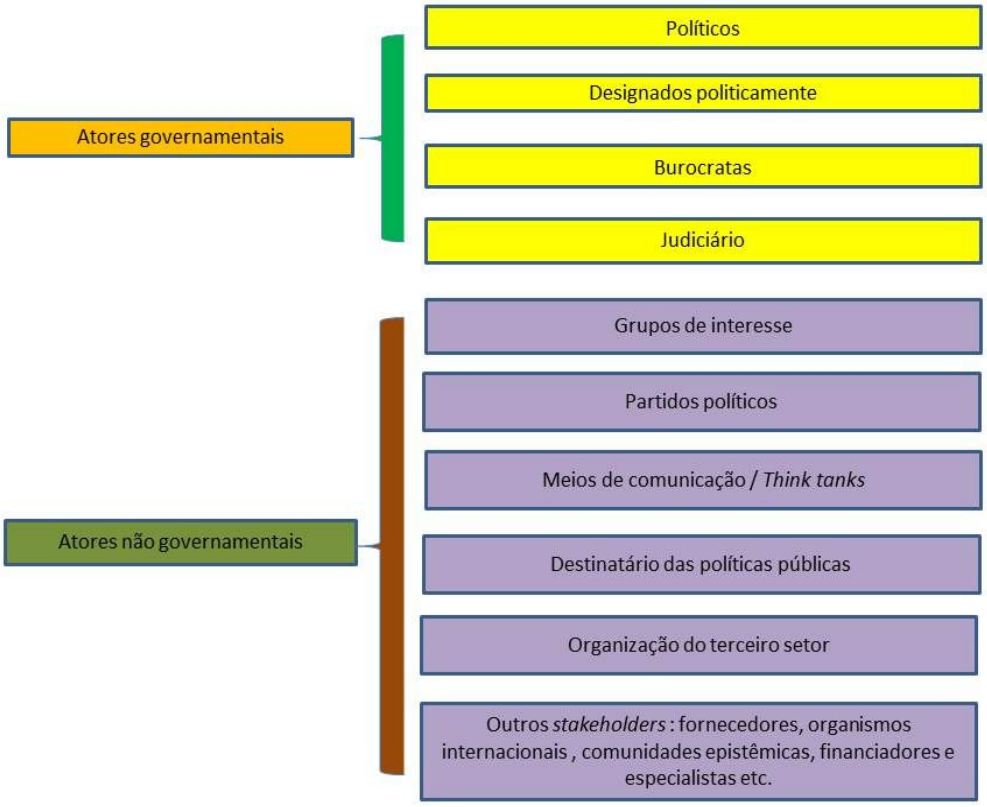
É importante citar que grande parte dos novos ativistas está mais próxima das ONG's na concepção de uma organização institucionalizada, o que é diferente dos movimentos sociais, que atuam em sua grande maioria na informalidade, sendo vistos quando atuantes em manifestações públicas. Essas diferenças de formatos retratam a maior parte do processo burocrático para cada um destes setores; as contratações e convênios são uma realidade do Estado sendo utilizado também para aproximar esses setores do governo.

3.4 A CONDUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Antes de adentrar no processo de revisão dos principais conceitos sobre políticas públicas, faz-se necessário, inicialmente, apresentar uma breve discussão sobre a composição dos atores sociais que integram esse processo.

As políticas acontecem em função de duas frentes importantes. A primeira, refere-se à gestão dos envolvidos com sua força de trabalho e a segunda, aos envolvidos intelectualmente, sendo do setor público ou do setor que não pertence ao governo. Estes dois grupos de atores estão presentes em toda a concepção do processo, sendo que representam uma ação discutida e influenciada por diversos setores sociais, porém, executada pelos setores governamentais. No Organograma 3, o autor apresenta o termo ator, utilizado diante da formalização das estruturas das políticas públicas. No entanto, trata-se de um termo questionável, pois o papel de um ator está em desempenhar um papel específico, mas como foi possível perceber, nem sempre esse processo acontece diante e inúmeros fatores. Nessa perspectiva, pode-se averiguar no Organograma 3 o processo de construção de uma política pública, sendo que todos os caminhos realizados têm uma grande importância no processo e na implantação.

Organograma 4 – Estrutura dos atores nas políticas públicas.



Fonte: SECCHI, 2014, p. 101 Adaptado.

As divisões de "atores" governamentais e não governamentais definem basicamente grande parte das funções estabelecidas diante da construção e aplicação de uma política pública. A parte destinada aos atores governamentais, segundo a visão de Secchi (2014), representa as participações fundamentais para o processo definindo, integrante das ações políticas que legitimam todo o processo pelo formato legal perante o Estado e a Sociedade. Entre o processo construído de uma análise somente teórica, tem-se um distanciamento com a relação empírica. Os diversos fatores que influenciam as tomadas de decisões representam esferas que não estão presentes em uma representação formal, os quais podem ser determinados pelos interesses do capital.

No caso da RECID, os grandes articuladores são pessoas ligadas ao governo federal em primeiro escalão, o que possibilita a articulação e o desenvolvimento de uma política pública. Para seus participantes, primeiramente os movimentos sociais e, posteriormente, o terceiro setor, o contato com a política pública geralmente ocorre depois de concretizada. Os atores da ala não governamental estão sendo representados pela base popular, salvo partidos políticos.

Mais especificamente no caso da RECID, são as pessoas que compreendem todo o processo e, principalmente, o jovem que representa grande parte dos participantes dos movimentos sociais e parte do terceiro setor, que é conduzido pelas decisões construídas pelos gestores da ação centrada

em sua grande maioria pelos diversos atores governamentais. Nesse sentido, os atores envolvidos no processo das políticas públicas definem se a ação terá sucesso por meio da harmonia entre os atores.

Também é importante citar que em alguns casos, a coerção ou o consenso é um fator determinante nessa condução do trabalho, assim como a efetiva instalação de uma política pública que passe pelos órgãos governamentais, primeiramente sofrendo ações de cunho político até a sua efetiva implantação, o qual em muitos casos atende interesses escusos. Assim, todo esse processo também está relacionado aos interesses do governo e seu poder de articulação interna e externa.

> As classes, como grupo dirigente, exercem a hegemonia por meio da direção política e cultural e do consenso, no âmbito e por intermédio da sociedade civil; as classes como grupo dominante, exercem o poder por meio da dominação e da coerção, por intermédio da sociedade política (estado) (GRAMSCI, 2002, p. 23).

Essas relações estão intrínsecas aos atores sociais, o qual é percebido na formação da RECID enquanto a possibilidade de uma política pública para o Brasil. As interferências ocorridas por parte do Governo Federal representam ações e apoios direcionados às características da RECID, usando desse fator para obter sucesso em suas empreitadas. A possibilidade de construir uma política pública de ação extensiva e a capilaridade da Rede é, para o Governo Federal, uma ação importante. Assim, nesse aspecto, os avanços representam aproximação com setores da sociedade que detêm a credibilidade em seu histórico, uma boa utilidade para o ambiente governamental. Diante de todo esse processo de formação de uma política pública, como cita Costa Coutinho (2012), a RECID nasceu de uma mobilização da Presidência da República, que constrói a ideia e inicia a articulação na esfera política na perspectiva de uma concepção de futura política pública.

Na análise do processo de construção da RECID, um dos aspectos aparente e muito importante é que sua concepção foi feita de cima para baixo, o que denota a característica de um modelo *top-down,* o qual foi discutido no Capítulo II.

3.5 O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO GOVERNO LULA E DILMA

Na continuidade das análises realizadas dentro do tema apresentado na presente tese, segue-se com o estudo sobre o PT, que desempenha um papel importante em todo o seu processo de formação. O PT foi construído em torno da perspectiva da representação popular, ou seja, um partido que representa as bases populares. Para essa análise, faz-se necessário uma breve retomada sobre o percurso do referido partido, a fim de posteriormente adentrar em mais um aspecto que envolve o processo de mudanças da atuação perante o cenário político e social.

Contribuindo para a análise, também será relatado o envolvimento do governo federal, ao comando do PT, e sua aproximação com o terceiro setor e os movimentos sociais, a partir da constituição da RECID. A trajetória desse governo surge em função de movimentos sociais ainda no estado de São Paulo, em que o partido começa a estruturar sua configuração em meados da década de 80, na efervescência das greves dos metalúrgicos no Brasil. Seu intuito era expressar uma alternativa para a representação do trabalhador e do operário, percebendo a necessidade de melhorias à qualidade de vida. A perspectiva do surgimento do PT por meio de movimento sindical e dos movimentos sociais veio de baixo, ou seja, apresenta somente parte de todo o seu processo.

> Essa afirmação encerra apenas meia-verdade e faz crer que o partido surgiu única e exclusivamente dos pobres, dos dominados, das massas de trabalhadores, enfim, de todos os que estão colocados à margem das instâncias de poder. Na realidade, não foi bem assim. O PT surgiu dos movimentos sociais, mas dos movimentos sociais controlados ou influenciados pela Igreja Católica, que está longe de ser, no Brasil, uma instituição fraca, marginal ou ilegítima. Por outro lado, o PT de fato foi lançado e apoiado por dirigentes sindicais, por lideranças operárias, se quisermos, mas por diretores dos *sindicatos oficiais*, quer dizer, por organizações com certo poder de pressão e mobilização de massas (RODRIGUES, 2009, p. 3).

Ao adentrar em suas bases históricas, o PT teve como colaborador a Igreja Católica que desempenhou um papel importante na sua constituição e no seu desenvolvimento. Segundo Rodrigues (2009), um dos primeiros passos propostos pelo PT foi ter ao seu lado as lideranças dos sindicados, formando uma corrente de atuação no meio político. Também é importante citar que parte das lideranças sindicais ligadas ao PCB, PC do B e MDB tinha a criação de um novo partido como um rival.

A Igreja, através da Pastoral Operária, forneceu apoio ao então recém-criado PT: “em outubro de 1979, numa reunião de dirigentes sindicais de todo o País, foi criada uma Comissão Nacional Provisória e emitida uma Declaração Política que afirmava o PT como canal de expressão partidária a política de todos os explorados do capitalismo.” (RODRIGUES, 2009, p.5). Na sua essência, o PT foi construído em torno do capitalismo, declarando publicamente sua discordância aos poderes estabelecidos pelo capital em seus excessos. No decorrer de sua história, o partido foi mudando com o passar dos anos, e grande parte dessas mudanças estão relacionadas às vitórias alcançadas nas urnas entre prefeituras e governos estaduais. Ao longo dos anos 80 e início dos anos 90, com sua moderação e interesse eleitoral, fez expulsar suas tendências extremistas – os trotskistas, convergência socialista que dá origem ao PSTU, e futuramente a expulsão da causa operária, que dá origem ao PCO –, se tornando cada vez mais conservador, fazendo todo um processo de moderação para ganhar as eleições em 2002.

Para adentrar nessa temática, faz-se necessário um recorte para então discutir e analisar as mudanças que o PT sofreu desde a sua origem até os governos de Lula e Dilma. Também será

abarcado o formato pelo qual os movimentos sociais e o terceiro setor passaram a ser cooptados nesse governo, por meio de uma série de mecanismos que indiretamente formaram a linha de frente para a bandeira como "cabos eleitorais", distribuídos em todo o Brasil, sendo um braço forte em todos os níveis de eleições nacionais. Toda a estrutura desenvolvida foi efetivamente financiada por convênios firmados e oficializados, em sua maioria, em prol do interesse do poder público, que proporcionou uma agilidade diferenciada para esse fim.

A trajetória do PT compreende o período de 1980 até o ano de 2003, quando efetivamente chega ao poder. Nesse ínterim, ocorreram diversas mudanças, que fizeram parte de sua história no decorrer de sua militância, em especial a década de 80, marcada por uma série de transformações no meio social e político.

> Surgido no final da década de setenta, o PT foi concebido no seio dos movimentos sociais que eclodiram naquele período, como o "novo sindicalismo" e os movimentos populares ligados aos setores progressistas da Igreja Católica, dentre outros (VIEIRA, 2010, p. 49).

Assim, há relação entre as mudanças realizadas no partido e as que estavam ocorrendo na sociedade naquele momento, o que influenciou grupos a se manifestarem em prol de reivindicações. Isto é, "[...] o PT embora tivesse nascido longe do Estado e das classes empresariais surgiu a partir de duas instituições sólidas da sociedade brasileira: a Igreja e a estrutura Sindical Oficial." (RODRIGUES, 2009, p. 6).

Os sindicalismos, por meio das diversas formas de manifestação, resultaram na Central Única dos Trabalhadores (CUT) e na Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Neste sentido, o apoio se torna mais forte e com maior apoio de trabalhadores. As instituições que foram formadas durante essa fase contribuíram para o fortalecimento da ideia de que melhorias deveriam acontecer, e as reivindicações se tornaram mais intensas a partir de então, principalmente quanto ao envolvimento de um ex-presidente da CUT como um representante popular.

Segundo Vieira (2010), o PT que inicia sua história com uma grande proximidade com o sindicalismo, propõe defender os interesses da classe trabalhadora em que grande parte dela é constituída por operários. Essas reivindicações são organizadas e materializadas nas propostas de campanha, demonstrando a efervescência do socialismo de forma a pregar a igualdade de direitos. Nesse aspecto, os movimentos sociais formam uma camada de apoio em torno dessa organização de representação política, atendendo e dialogando com diversos setores como o urbano e o rural.

As demandas constituídas em todos os segmentos da sociedade foram reunidas nessas novas propostas, ainda de forma tímida se pensar sobre o quantitativo da população geral do Brasil, que nessa época girava em torno de 121.150.573 milhões (IBGE); o cenário mundial contribuía com as mudanças que estavam ocorrendo nacionalmente. Para Betto (2006), foi a partir de Paulo Freire que

intencionou as relações para a retomada das discussões sobre a educação popular, influenciando os movimentos sociais. Esse processo se intensificou quando se tratou da educação popular e a necessidades de rever aspectos voltados ao processo construído em sala de aula.

Em toda a sua trajetória, o PT buscou sempre avançar para trazer maior quantidade de simpatizantes com as propostas do partido. Nessa caminhada, algumas derrotas aconteceram, porém, o crescimento de seguidores foi aumentando, e "isso levou a força da campanha de Lula nas eleições presidenciais de 1989 assustando a burguesia e os setores mais conservadores da sociedade brasileira" (VIEIRA, 2010, p. 49). Durante o governo Collor, os problemas sociais se intensificaram, e as melhorias propostas em campanha não aconteceram, entretanto, os movimentos sociais voltaram a se articular reivindicando melhorias.

Nessa fase, um dos movimentos sociais que se destacou e se tornou de grande porte foi o Movimento Sem Terra (MST), que levantou sua bandeira deixando uma marca conhecida com a cor vermelha – embora se utilizasse uma relação com o leninismo, ele não representava todos os seus participantes. A estrutura do seu movimento foi pautada em torno da Teologia da Libertação, uma proposta apresentada pela Igreja Católica.

> [...] na América Latina, por volta da segunda metade do século XX, de um movimento teológico que ficou conhecido como Teologia da Libertação. Este movimento se inscreve no contexto tanto dos preparativos como dos desdobramentos do famoso Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965) quando os católicos tentaram restabelecer o diálogo com a cultura moderna. Para situar o surgimento da Teologia da Libertação é preciso ter consciência de que mesmo na Europa, nos anos que antecederam o Concílio, havia um forte apelo em favor da renovação dos métodos pelos quais a igreja se fazia presente no mundo. É neste contexto que ações junto aos operários, aos camponeses, as mulheres, aos jovens não somente se consolidaram como também ganharam o mundo. Servindo inclusive de base para se propor um modelo de igreja mais próximo dos pobres. (http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=852)

Entre derrotas e poucos avanços, o MST caminhou junto ao PT, entendendo que esse seria um único caminho para um futuro governo que viesses a atender e contemplar essas famílias com uma porção de terra para trabalhar e estabelecer suas moradias.

Para Betto (2006), as forças de sustentação política, como a CUT e o MST, iniciam uma agenda política no país para fortificar o processo político do PT em campanhas, principalmente para presidente da República. A condição do cenário nacional foi em direção a uma série de crises econômicas, deixando o social muito distante do ideal. O forte peso da política neoliberal foi a bandeira empregada por diversos governos, dando continuidades em cada gestão.

Segundo Bezerra (2014), a Igreja, ao pregar a valorização da "família cristã" e, junto às recomendações que foram produzidas em Medellín[35] (1968), que objetivava uma aproximação com os movimentos sociais, buscou apoio nesse segmento. Mediante suas novas diretrizes (teologia da libertação), começou a atuar junto à comunidade, principalmente com relação às Américas, e teve como base temas como pobreza, saúde, educação e violência, problemas que pairavam entre os movimentos sociais.

O MST, no formato de sua atuação nas invasões, construiu verdadeiras vilas e diversos serviços, tentando instaurar uma medida curativa às condições precárias em que viviam essas pessoas, que estavam na condição de marginalização imposta pela sociedade. A religião teve uma atenção especial ao tratar desse tema, entendendo que era necessário trazer para a sociedade um assunto de grande relevância, pois tratava-se das pessoas e suas famílias vivendo em um espaço onde todos os problemas vividos nas grandes cidades os afetavam também, porém, com maior intensidade. Essa luta era travada perante os órgãos públicos, que esbarravam na burocracia, e pela mídia, que caracterizava o movimento como uma "invasão de terras", sendo, de fato, um problema social.

Em meados da década de 80, umas das práticas do PT estava na instauração dos conselhos de bairro, espaço em que pessoas da comunidade participavam das decisões tomadas pelo governo municipal ou estadual: "é a partir da plataforma de governo por meio dos conselhos de bairro que Gilson Menezes se elege prefeito de Diadema em 1982. As propostas da campanha se articulavam na dupla inversão de prioridades e participação popular" (BEZERRA, 2014, p. 48). Esse novo modelo tomou um espaço considerável na aceitação popular, com a possibilidade de participar das decisões em seu bairro sobre a aplicação dos recursos e demandas de prioridade. A posição do PT em seu pleito nacional foi a de difundir essa proposta: de que a participação popular deveria ocorrer em todos os ambientes públicos e, dessa forma, socializar as decisões tomadas pela gestão em uma localidade.

Nesse caso, é possível observar em um trecho da carta apresentada no II Encontro Nacional, em 1982, que traz aspectos voltados ao processo de participação popular na gestão.

> O PT veio para mudar o Brasil. Comecemos Já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. À frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com o poder de decisão na sua atuação

[35] A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano realizou-se em Medellín, na Colômbia no período de 24 de agosto até 6 de setembro de 1968. Nessa conferencia foi discutudo as novas perpectivas para a Igreja católica na América Latina com base no Concilio Vaticano II visando discutir a condição do homem a sua religiosidade entre os temas as condições do homem do campo. Fonte: http://catholicus.org.br/jornada-liturgica-recorda-50-anos-do-documento-de-medellin/ acesso em 20/01/17.

> pública e administrativa. Para isso, recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontre (BEZERRA, 2014, p. 48).

Essa plataforma contribuiu para as conquistas das prefeituras no Brasil, pois em meio a situações problemáticas, o trabalhador veria a possibilidade de participar da gestão em sua cidade. Essa relação da atuação em conselhos reflete a ideia de "duplo poder", fazendo menção ao modelo de poder dos sovietes que ocorreu na Revolução Russa de 1917, para efetivamente afastar do poder o estado burguês. Dessa forma, os conselhos populares poderiam mudar essa lógica do domínio do estado burguês na estrutura da gestão pública.

A atuação do PT nas campanhas, principalmente na empreitada para a Presidência da República, foi absorver essas demandas e propor políticas públicas para atender essa demanda, como o caso da reforma agrária tão temida pelos latifundiários brasileiros. Essa construção de identidade foi apoiada pelos movimentos sociais de forma geral, entre urbano e rural, diante da necessidade de mudanças – que, em grande parte, teve a Igreja como aliada nessa luta, propondo uma mudança às pessoas de bem.

Essa caminhada obteve sucesso com as camadas que realmente viviam e sofriam essas necessidades, entre MST e os trabalhadores filiados à CUT, que efetivaram inúmeras greves no Brasil. As esperanças estavam em alta com essas novas representações na visão do trabalhador, o que caracterizava aquele como o momento ideal em que o passado de tantas dificuldades ficava para traz. Segundo Cassin (2015), a chegada do PT ao poder não representou uma ruptura com a macroeconomia: na realidade, foi um período em que o capital registrou altos lucros na história do Brasil. No entendimento de Betto (2006), analisando o profetismo de Robert Michels ao endossar que até agora, é confirmado pela história que o partido de esquerda persiste em disputar espaço na institucionalidade burguesa, e termina por ser cooptado, não atingindo este espaço de transformação. Essa característica dos partidos, segundo Michels, deriva do seu crescimento. Diante dessa tese, o poder tende a ser instituído pela estrutura burguesa, entendendo que é uma forma inabalável frente a perspectiva apresentada. Assim, o processo hegemônico prevalece em grande parte dessa estrutura e vai se adequando aos entraves do poder.

Essa característica de rupturas internas conduz o PT a uma estrutura mais aceitável aos olhos da burguesia, o qual propõe um discurso em teoria, mas, internamente, aplica outro. No entendimento de Etzioni (1976), uma organização pode apresentar objetivos, e estes podem ser diferentes dos objetivos reais, ou seja, a intenção apresentada e que, de fato, serão convalidadas. Nesse sentido, o PT pode perceber essa relação ao comportamento dos seus dirigentes, retratando internamente essa diferença de objetivos. A chegada ao poder reflete o perfil internamente

absorvido pelo partido diante da realidade capitalista, e as mudanças de comportamento aproximaram para obtenção dos objetivos reais.

> Por fim, com o lançamento emblemático "Carta ao Povo Brasileiro", temos o símbolo da moderação do discurso petista, na qual Lula apresentava seus compromissos com a estabilidade macroeconômica e não as inúmeras bandeiras tradicionais do PT, entre as quais a participação popular, havendo de forma tímida a menção da justiça social (BEZERRA, 2014, p. 98).

Este documento demonstra algumas perspectivas, que se apresentam pouco claras sobre os encaminhamentos esperados pela parte da sociedade que acreditou na legenda. Ainda segundo Bezerra (2014), a alternativa de Lula está em criar um ministério que atenda as demandas da sociedade no sentido de desenvolver um processo de articulação, e assim aproximar o governo dos movimentos sociais. Dentro do governo, esse papel ficou principalmente com a pasta da casa civil, pela liberdade de articulação e de tramitar tranquilamente entre os diversos órgãos e ministérios.

A governabilidade do PT foi alcançada por diversos fatores, esses que colaboraram para que o processo seguisse rumo ao esperado, entre os ambientes mais hostis como o empresariado brasileiro. No entendimento de Cassin (2015), o partido conseguiu alcançar uma hegemonia conciliando interesses contraditórios, garantindo os lucros a empresários e banqueiros de forma a aumentar o emprego e, consequentemente, a circulação de dinheiro e mercadorias. Foi por esse caminho que as relações entre a camada burguesa e o poder tiveram uma proximidade valiosa para o capital.

O projeto original apresentado pelo PT é distorcido parcialmente diante da necessidade de argumentar e dialogar com esse setor importante para a economia brasileira. Para tanto, combateu ações de diversos movimentos sociais organizados e fortes, que tiveram suas ações adormecidas nessa fase, tomando um rumo não esperado por vários integrantes.

> Nesse sentido, a gestão de Lula foi muito mais eficaz ao capital do que seria um governo encabeçado por um partido tradicionalmente de direita. Isso nos leva a afirmar, com base nos estudos de Coelho (2005) e nos conceitos de Gramsci, que o PT deixou de ser um intelectual orgânico da classe trabalhadora, passando a atuar como um intelectual da burguesia (LERBACH, 2015, p. 58).

Nesse posicionamento, a diferença entre o PT de origem contraditória e que luta contra seu opressor, a classe burguesa, passa a ter comportamentos esperados pela classe dominante, contrariando setores como o MST, que não conseguiu observar o processo efetivo de uma reforma agrária acontecendo oficialmente no país. Acerca dessas mudanças de comportamento, Gramsci (1985) referenda um processo hegemônico, em que a camada próxima do poder não se afasta dele, cooptando e trazendo para o seu lado os integrantes. Para o autor, um grupo dominante que esgota a

sua função tende a se fragmentar no uso da coerção em vez da espontaneidade. Assim, o PT absorveu e se curvou pela coerção ao poder do capital, mudando alguns conceitos importantes diante de sua história e de sua formação inicial.

O governo do PT, principalmente a partir da figura máxima de seu representante, Lula, teve um papel fundamental sobre questões, por exemplo, como a diminuição, ou até mesmo a eliminação temporária das manifestações dos movimentos sociais. Assim, buscou-se acalmar a forma propulsora dos movimentos, representada pelo jovem, que com todo o seu entusiasmo não se cansa de reivindicar melhorias. É claro que nos referimos a uma pequena parcela da população geral do Brasil, mas ainda sim trata-se de grande força presente nos movimentos sociais.

Esse papel de pacificador dos movimentos atendeu aos interesses da burguesia durante um tempo, porém, nem todos os integrantes dos movimentos tiveram a mesma paciência sobre o assunto. Se colocar em evidência o MST, o fato das ocupações pararem representa um grande alívio à classe latifundiária, e as terras temporariamente não estão sendo invadidas. Nesse sentido, o papel do PT, mais precisamente de Lula e, posteriormente de Dilma, representou o tempo de calmaria sobre essa questão.

Um dos aspectos voltados à política de calmaria aplicada pelo PT foi estimular que os assentados do MST produzissem oleaginosas, dentre elas, a mamona, para atender a produção de biocombustível, sendo garantido a sua compra pelo governo.

> A insistência da direção do MST com a produção de mamona se explica pelos recursos financeiros que o governo federal tem concedido a diversos projetos da Via Campesina e do MST em troca de produzirem para o programa biocombustível, o que na prática significa uma forma de capitulação da direção do MST ao agronegócio, bem como uma forma de cooptação ao governo (GARCIA, 2004, p. 182).

Situação como a apresentada na citação colabora com o sentido de controlar um grupo que tem grande articulação em torno das manifestações, e é claro que essa atitude não atende as reivindicações do MST. Porém, de forma explicita, traz ao seu lado parte do movimento, e com isso todo ele se coloca na expectativa que a tão esperada reforma agrária venha a se tornar uma realidade — uma forma de cooptação por meio do consenso, na visão de Gramsci (1985). Assim, tem-se [...] "melhores condições de reorganizar-se e retomar o controle político com rapidez, através da mudança de homens e programas, revelando os compromissos com os grupos que a apoiam reafirmando as alianças inclusive com sacrifícios" [...] (SCHLESENER, 1992, p. 23). Desta forma, os sacrifícios existem em função da perspectiva de obtenção do controle.

A condição analisada, sobre a mudança de comportamento por parte do MST na concepção gramsciana, reitera a ideia de transformismo, em que as características são modificadas da sua composição original: [...] "correntes majoritárias, que passaram por um processo de 'transformismo

de grupo', fenômeno que, segundo Coelho, é uma expressão da hegemonia da classe dominante, que se ampliava em um período de ofensiva burguesa" (VIEIRA, 2010, p. 59). Essa relação passou a atuar para desmobilizar as ações dos movimentos, buscando não elevar a consciência, mas o processo contrário, dissolvendo essa consciência e compondo um maior acesso ao controle. O enfrentamento com o capital tão esperado pelas classes trabalhadoras não ocorreu e, assim, se consolida esse perfil de que ações projetadas anteriormente enquanto campanha e que, nas novas vias, de fato não iriam ocorrer.

Ao iniciar o seu mandato como Presidente da República, Lula propõe uma política de continuidade, a mesma aplicada pelo seu antecessor Fernando Henrique Cardoso (FHC), e abandonando até mesmo o projeto social-democrata. Mas também é importante referendar que houve mudanças no modo de vida dos trabalhadores nesta continuidade da política anterior, porém, ainda não no formato prometido e desejado.

A grande força do PT centrava-se entre em toda a máquina burocrática partidária (PT, PCdoB), as forças Sindicais (CUT, CTB, entre outros), a sociedade civil (ONG's, entre outros) e os movimentos sociais – sendo os últimos os que mais esperavam desse governo em termos de suas reivindicações. Assim, diversos são os setores em que os grupos se manifestaram em prol de mudanças para solucionar os problemas, clamando por políticas públicas que atendam a essa demanda. Segundo Lerbach (2015), apostando em um compartilhamento para a democratização popular, os movimentos sociais buscaram a proximidade com o governo, provocando a estruturação de canais para essa ação[36].

Alguns desses setores fazem oposição ao poder do estado, que comandam uma região ou localidade. Dessa forma, diversas são as estruturas existentes nas manifestações destes setores, sendo compostas pelas mais simples até as mais agressivas. Assim, ter o controle desse grupo parece ser essencial e, ter ao lado militantes de movimentos sociais inseridos nas diversas camadas e em diversas regiões, é de suma importância para que esse governo, mesmo sem atender grande

[36] Nessa frase o autor Lerbach apresenta uma afirmação que não é possível generalizar esse comportamento para os "os movimentos sociais", pois se aplica a "setores dos movimentos sociais", os mais moderados, que estariam sendo cooptados. Vejamos aqui o discurso do MNS – movimento negro socialista: "O Movimento Negro Socialista faz questão de expressar seu apoio ao governo de Lula que é visto como um legítimo representante das classes populares, exploradas pela burguesia. Assim como fazem o plantel de "esquerdistas" apoiadores de Lula que insistem, na crença de que o governo do PT é de esquerda o MNS oportunamente esquece a existências de partidos politicamente conversadores, na base governista preferindo defender a manutenção contínua desse apodrecido governo burguês que tanto mal produz para os negros que formam a classe trabalhadora". Fonte: https://mozaiconegro.wordpress.com/2014/07/13/a-farsa-do-mns-movimento-negro-socialista/ acesso em 13 de fev. de 2018. A apresentação desta referência tem o intuito de acrescentar, que essas colocações dentro de um blog de outro coletivo, são apenas para mostrar que este blog apresenta outra posição, e não são ligados ao PT e portanto, não se pode generalizar o comportamento dos "os movimentos sociais", pois somente alguns "setores dos movimentos sociais" são cooptados.

parte das reivindicações. Por outro lado, há a tranquilidade do capital, que se mantém forte e poderoso durante os governos comandados pelo PT.

Um fator de grande importância nessa fase estava em trazer para o lado do governo os movimentos sociais, que historicamente cresceram com o PT, em busca da realização de objetivos comuns – e a grande resposta está em cooptar as lideranças e trazê-las para o governo. Tal etapa se constitui após o desenvolvimento do Programa Fome Zero, que foi comandado pelo então assessor especial da Presidência da República, Frei Betto: "[...] em 2003 o Programa Fome Zero, [...] em 2004 com a regulamentação do Programa Bolsa Família, que surgiu da unificação dos programas federais Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação" (CASSIN, 2015, p. 3).

Segundo o PT, essa forma de governar atendeu as parcelas mais humildes da população com medidas emergenciais. No entanto, ainda com a falta de discussões sobre políticas públicas que venham a atender a população com propostas de continuidade. Trata-se de uma ação essencial que não se concretizou, pois, a construção de uma nova realidade, a partir de um melhoramento intelectual e técnico do potencial da população, fazia parte das ambições iniciais. Essas informações, presentes no discurso do PT, são questionáveis na medida em que levantam a bandeira de que a solução dos problemas dos mais humildes havia chegado, pois não há dados técnicos e estatísticos que sustentem esse posicionamento do referido partido.

A proximidade com as lideranças traz a possibilidade indireta de estar junto aos movimentos sociais, bem como também o interesse no terceiro setor. Esse processo remonta a ideia de cooptação, induzindo ao processo hegemônico e atraindo as lideranças ao seu lado, que historicamente se constituíram enquanto oposição. Assim, "a eficácia hegemônica de um discurso depende de sua capacidade de adesão, de se expandir até definir a objetividade, criando artificialmente tal objetividade, que define critério de verdade, uma apreensão do real que se cristaliza" (RODRIGUES, 2009, p. 56). Neste sentido, a concepção apresentada de hegemonia reflete a relação com os movimentos sociais e o terceiro setor, identificando o controle que o governo necessita manter sobre os grupos para que a atuação esteja em favor do governo e não em oposição.

Isso posto, as lideranças cooptadas representam essa verdade alternativa, construída e aceita dentro do meio social na afirmação de seu apoio ao governo.

> À ausência do horizonte socialista conjugam-se outras questões específicas do governo do PT: a melhoria das condições objetivas de vida das camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora, que gera uma atmosfera de conformismo; e a cooptação das lideranças, que as leva a dificultarem manifestações de resistência empreendidas pelas bases dos movimentos (VIEIRA, 2010, p. 57).

Tais fatores contribuíram para a aceitação de um governo que vem da base, com propostas e alternativas apoiadas no socialismo e que abarca uma política de continuidades de governos neoliberais. Os movimentos sociais diminuíram o ritmo das manifestações e a intensidade de suas ações, e o PT se manteve como um mantenedor da ordem social. O desenvolvimento de um programa que venha a tender essa demanda foi encaminhado através da RECID, como um carro chefe que possibilitou argumentar e articular estratégias em que os representantes de cada movimento social, assim como representantes do terceiro setor, se reúnem nos encontros organizados pela RECID. Essa estrutura construída trabalhou diretamente sobre com os líderes, e as ações foram distribuídas em todo território nacional, com o intuito de desenvolver atividades que tenham relação com a cidadania.

Os responsáveis pelas atividades são os próprios integrantes dos movimentos sociais e do terceiro setor, que são contratados exercendo a função de educadores sociais trabalhando com temáticas que envolvem diversas situações problemas na sociedade, treinados por uma equipe pertencente à estrutura central. Os eventos em que aconteciam as atividades eram financiados por diversos setores, como foi possível observar em capítulos anteriores, os quais apresentaram os convênios e os valores repassados por diversas rubricas ministeriais. Nesse sentido, os questionamentos são construídos em torno do processo de concepção da uma hegemonia de um setor da sociedade que foi arquitetado mediante as lutas sociais e manifestações em busca de melhorias. Essa nova roupagem contraria as suas origens, que faziam oposição ao poder capitalista que está a serviço das classes burguesas.

> O discurso de um movimento é construído tendo como parâmetros o imaginário político hegemônico (a política hegemônica) e a tradição das lutas sociais. Ele é construído como uma síntese "mal-formada", que quer afirmar sua identidade com as lutas sociais, quer ser a resposta para os problemas atribuídos às forças antagônicas (estado, elites) e que não consegue se livrar dos sentidos fixados pelo imaginário político (RODRIGUES, 2009, p. 95).

A tradição dos movimentos sociais, que foram constituídos em função de suas reivindicações, é desconstruída diante do sistema implantado junto à RECID, em que grande parte dos líderes era também um educador que estava sendo contratado com recursos advindos do governo federal. Nessa forma de atuar, a RECID teve a possibilidade de trazer ao seu lado grande parte deste contingente de integrantes dos movimentos sociais e participantes de ONG's. Essa relação fez com que as ações de protestos e descontentamentos somente ocorressem em governos estaduais e municipais, em que a bandeira política era empunhada por outras legendas. Não se pode deixar de lado que na linha de frente dos movimentos sociais está o jovem, com toda a sua força e vontade de mudar a situação – embora seja uma pequena parcela, possui grande representação. Esse

jovem também foi cooptado através das próprias lideranças dos movimentos, que agiram de forma a contribuir para o sistema de governo vigente.

Essa relação que o PT desenvolveu com alguns setores dos movimentos sociais, aconteceu por meio de uma aproximação com interesses escusos, proporcionando maior capilaridade de acesso em regiões interioranas do Brasil. Alguns investimentos que maquiaram a real intenção com alguns setores da sociedade – movimentos sociais, terceiro setor, entre outros – foram firmados, transformando a real função, por exemplo, dos movimentos para "cabos eleitorais" de uma legenda. Assim, a atuação do governo foi de cooptar esses grupos e outros setores para apoiar um governo que deu continuidade à política neoliberal, se colocando a serviço do capital.

3.6 A RECID E A SOCIEDADE CIVIL

A caminhada da RECID apresenta uma relação muito forte com as propostas estabelecidas pelo PT, e essa missão tem por objetivo trazer para o lado do governo um grande potencial que são os movimentos sociais e o terceiro setor. Estes seguimentos da sociedade têm grande possibilidade de acesso nas comunidades devido que considerável parte de seus integrantes são pertencerem a elas. Tal processo, portanto, facilitaria muito os interesses do governo.

Para realização desse processo, foi organizada a RECID, com a função de agregar e transformar os movimentos sociais em uma extensão do governo. O caminho percorrido pela RECID foi de cooptar os movimentos sociais e o terceiro setor para, então, ter participação efetiva a partir dos seus participantes, que teriam a responsabilidade de atrair novos integrantes, aumentando o seu contingente. Essa metodologia percorre todo o Brasil em busca de aumentar o seu acesso a diversas regiões brasileiras.

A RECID foi organizada por meio de um Programa Nacional de Formação, que apresentava alguns critérios importantes quando ocorriam as suas reuniões, que podem ser descritas pela sua finalidade.

> A finalidade do Programa Nacional de Formação é: desenvolver processos de formação, continuados e integrados, da educação popular, com trabalhadores (as) e grupos vulneráveis, referenciados no projeto político pedagógico da Rede de Educação Cidadã, para fortalecer os processos de formação de grupos e núcleos e a reorganização popular tendo em vista a construção de um projeto popular para o Brasil. As finalidades específicas desse programa: Fortalecer o trabalho de base como elemento fundante da educação popular; [...] estudar o desenvolver do referencial teórico-metodológico da educação popular freiniano [...]; desenvolver metodologias de sistematização de processo educativos da RECID; potencializar a gestão compartilhada, a comunicação, a organicidade e a sustentabilidade da rede; fomentar a articulação com outras redes em movimento; aprofundar os instrumentos de análise de funcionamento da sociedade; ampliar a

> participação de novos (as) Jovens [...]; contribuir para o fortalecimento da identidade da rede (REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ, 2009, p. 4).

Na estrutura apresentada, tratam-se de programas organizados para as atividades desenvolvidas nos encontros, que são chamados de ciranda, onde ocorrem as atividades programadas. Essa organização acontece em todo o Brasil com a mesma estrutura, e poucas são as diferenças entre elas. No fragmento de texto apresentado, tem-se dois pontos de relevantes, sendo o primeiro a respeito do incentivo de trazer novos integrantes para participar dos eventos, e o segundo, na condição de aumentar e rede — ou seja, tornar a estrutura maior. A metodologia de trazer novos integrantes está na possibilidade dos novos integrantes se envolverem em um projeto ou a contratação como um educador social.

A RECID inicia a sua história já com alguns grupos que, historicamente, apoiavam o PT. Dessa forma, essa caminhada foi de grande importância para trazer novos integrantes de diversas regiões no Brasil. A estrutura apresentada anteriormente, sobre a RECID e sua função de manter-se com maior capilaridade, foi crescendo aos poucos. No início das atividades, poucos eram os estados e as cidades e, consequentemente, poucos eram os grupos. A divulgação trouxe maior quantidade de participantes, captados em encontros organizados que disponibilizavam uma estrutura compatível.

Outra questão muito importante nessa relação com a RECID está na possibilidade de desenvolver atividades dentro de projetos financiados pelo governo federal que, em muitos casos, ocorria em governos e prefeituras aliadas ao PT. Presenciou-se nesse momento um forte posicionamento político, que aos poucos os integrantes da RECID perceberiam que as ações sociais também tinham um custo político a ser pago.

O governo federal traz a educação popular como uma política pública implantada, que tem como administrador informal a RECID e, através de seus afiliados, desenvolve inúmeras atividades do Brasil. É importante referendar que atividades de grande porte, como projetos, eram efetivamente de preferência a governos aliados ao PT, e nas localidades em que havia a oposição essas ações eram desenvolvidas de forma autônoma.

Todos os projetos e ações relacionados à educação popular eram pautados na perspectiva freiriana de uma educação popular. Para Coutinho (2012), a educação popular pode ser realizada de diversas formas e em diversos lugares distintos. Trata-se de uma prática que reaproveita o conhecimento prévio de seu participante, aumentando a possibilidade na atividade desenvolvida.

Com esse formato de ação, a inserção em diversas comunidades por parte dos integrantes da RECID se torna mais fácil e, conseguintemente, as pessoas que usufruem deste benefício tende a ter o governo como seu grande aliado, mesmo não estando na pobreza absoluta, caso tiver uma renda per capita de R$ 492,50. Não se pode deixar de lado a vertente política que aflora neste ambiente onde é produzida a cortina de fumaça nas áreas mais carentes.

Outra questão muito importante entre a relação da RECID e a sociedade civil, é que grande parte das ações que foram desenvolvidas enquanto manifestações tiveram a participação de grupos, inclusive, do terceiro setor. É possível perceber essas relações quando se tem parte de uma investigação e, posteriormente, a votação dos parlamentares para que se prossiga com as ações públicas contra essa investigação. Fica mais evidente quando a presidente Dilma é definitivamente afastada do cardo de gestão. Nessa fase, a RECID automaticamente se desvincula do poder, principalmente pelo seu presidente Selvino Heck, que logo após a confirmação de tal fato há sua exoneração de assessor da Presidência da República.

Com a efetiva posse do vice-presidente Michel Temer na presidência da República, os vínculos com o governo federal foram definitivamente encerrados, novos convênios não foram realizados e as contratações foram enceradas. Assim, novamente, o terceiro setor e os movimentos sociais voltavam a atuar em suas atividades, e a RECID perdia forma com o afastamento do governo. Abaixo, o registro de uma das manifestações que ocorreram no Brasil.

Imagem 4 – Manifestação da RECID contra o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff

Fonte: http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/politica/pernambuco/noticia/2016/03/31/manifestacao-no-recife-reune-milhares-de-pessoas-em-apoio-ao-governo-dilma-rousseff-229052.php

Essa movimentação reuniu mais de 50 mil pessoas no Recife/PE. Entre os envolvidos estavam militantes do PT, sindicalistas, setores dos movimentos sociais e integrantes ligados às ONG's, que em grande parte estavam envolvidos com os projetos sociais financiados pelo governo federal, os quais foram efetivamente interrompidos após o processo de afastamento do PT no poder.

A capilaridade alcançada pela RECID para o governo do PT foi vista nas dimensões de pequenas e grandes manifestações distribuídas por todo o Brasil.

A proporção da RECID pode ser vista nas ruas de todo o Brasil em épocas de crise política. Essa relação se estabeleceu com as instituições ao criar uma dependência sobre recursos repassados por meio de projetos, uma clara forma de cooptação. Assim, estabelecer uma relação entre setores da sociedade e a RECID perpassa pelos interesses apresentados principalmente pelo governo federal. A capilaridade construída representa uma grande quantidade de locais e cidades, por exemplo, algumas se manifestando ao mesmo tempo e em diversas cidades brasileiras, atendendo as mesmas reivindicações; essa relação representa o braço forte do PT no Brasil. Para tanto, entender a necessidade de cooptar esses grupos vem de encontro a construção de um "exército" pronto para agir quando solicitado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta desta pesquisa foi analisar a relação entre os governos petistas e o processo de cooptação dos movimentos sociais e terceiro setor através da RECID. A nossa problematização focou no papel deste conjunto relacionado — governo petista, movimentos sociais e terceiro setor —, e a pesquisa buscou explicitar suas relações. Assim a construção do texto foi direcionada a trazer dados as quais forma relevante para a discussão em torno da problematização apresentada.

Optou-se por dividir a análise em três capítulos para, de forma didática, explorar cada uma das partes envolvidas nesse estudo. Para tanto, também se demonstrou discussões sobre a juventude, tema proposto devido a detecção de grande quantidade de jovens atuando em movimentos sociais e participando de projetos no terceiro setor.

É importante trazer à tona que temas como o aqui abarcado merecem um estudo que, de fato, possa apresentar um entendimento sobre esse grupo social. A juventude está presente em um universo de complexidade, desde a sua definição bem como a apresentação de um conceito definidor.

Nesse sentido, a juventude nessa tese foi identificada a partir do conceito relacionado a sua ressocialização no processo social, que acontece quando o jovem se integra de forma completa na sociedade. Assim, a integração desse com outros ambientes compreende uma nova forma de interação, na qual esse jovem atuará na sociedade, a partir de novos contatos, hábitos, linguagem, costumes e outras características que fazem parte da sua nova realidade.

Os jovens estão inseridos dentro desse grupo, em que vários fatores podem definir o seu pertencimento a essa comunidade, dentre os quais a afinidades é a que mais se destaca. Assim, não é somente a idade cronológica que define a juventude, pois tal processo é mais amplo, e a interação com grupos de hábitos próximos é uma das características desse grupo.

Assim, a juventude dentro desta pesquisa ganha importância, pois é a partir dela que grande parte da movimentação do terceiro setor e dos movimentos sociais acontece. A sua posição dentro destes setores não é, de fato, remetida à coordenação ou diretorias que tem a função de coordenação ou gerência, mas tem sim seu espaço nas ações que são diretamente realizadas com a população. Destarte, o seu papel passa a ser a movimentação dos setores, representando a importância da sua função dentro destes setores da sociedade.

Outro fator importante constatado na pesquisa foi o levantamento de dados referentes ao terceiro setor, que também desempenha um posto relevante devido a sua proximidade em alguns casos com a sociedade. Essa atuação se dá por meio de ações e projetos desenvolvidos, em muitos casos, em áreas carentes, onde a saúde, a educação, a segurança pública e muitos outros serviços

são escassos ou de má qualidade. Assim, o espaço construído do terceiro setor passa também a ser fundamental dentro do contexto desta pesquisa.

Em muitos casos, a sua atuação está presente em espaços onde o Estado é deficiente e não atende a população com as demandas que seriam de sua responsabilidade, pois constitucionalmente deve-se atender a essas carências. Neste caso, a atuação das instituições do terceiro setor passa a suprir essas necessidades, tampando os espaços deixados pelo governo federal. Tal realidade transfere de forma indevida as ações que deveriam ser públicas para esse setor, produzindo ONG's que prestam serviço ao primeiro setor.

Os serviços aqui citados na sua grande maioria são desenvolvidos a partir de convênios ou por editais, apresentados para financiar projetos que envolvem, geralmente, profissionais contratados e voluntários. É importante citar que é nesse momento que se tem a figura do jovem como um indivíduo atuante na sociedade de duas formas: como voluntário ou como contratado. Esse setor teve seu pico no Brasil, onde, como citado anteriormente, cresceu de forma espantosa, substituindo grande parte do serviço público e se transformando em uma cortina de fumaça que não deixa os olhos da população enxergar determinados setores da sociedade que apresentam problemas de ordem pública.

Identificou-se nesta pesquisa que esse setor passa a ser de grande interesse ao poder público, mais especificamente aos governos petistas. Um dos grandes problemas identificados pela caminhada do terceiro setor foi busca de recursos para o desenvolvimento de seus projetos, os quais somente poderão acontecer via doações ou por meio de financiamentos públicos. Esse foi o ponto explorado pelo PT, que se serviu de financiamentos para conseguir trazer ao seu lado esse setor – que em sua história nunca teve, de fato, um espaço dentro do aparato estatal, somente quando executor de algum projeto.

Nesse caso específico, tal proximidade foi além de somente apoio por meio do financiamento, pois ocorreu um comprometimento maior com a adesão ao governo e em levantar a bandeira do PT publicamente. Com essa atitude, demostrada pelas organizações do terceiro setor, passa-se então a ter instituições que apresentavam uma função na sociedade, mas a partir de determinado momento começam a desenvolver atitude de cunho político partidário.

Assim, mediante essas ações e projetos desenvolvidos em áreas carentes, o terceiro setor passa a assumir a postura de cabo eleitoral, principalmente nos processos que ocorreram durante os períodos identificados nessa pesquisa. A nova realidade passa a ser fruto da cooptação, que ocorreu ao destinar também uma grande quantidade de recursos para suprir as necessidades administrativas destas instituições, trazendo o apoio dessas na caminhada política do PT.

Aqui, tem-se um dos pontos em que a juventude passa a ser importante, pois a partir dela que grande parte do acesso a diversas comunidades acontece, além de desenvolver as atividades previstas nos projetos destinados ao jovem, que leva o PT junto a esses grupos.

A cooptação desse jovem dentro destas instituições é de suma importância, já que ele é o braço forte que atua diretamente nas comunidades e possui o contato com a população. Assim, a juventude passa a ser referência nestes ambientes, se transformando automaticamente em uma referência também partidária, cujo o PT possui indivíduos de sua confiança desenvolvendo atividades nas comunidades e levantando a sua bandeira.

Os recursos repassados para esse setor foram constantes, garantindo que as ações tivessem um tempo maior nessas localidades e possibilitando que o contato com a população fosse maior. Nesse sentido, aumentou-se a confiabilidades da população nas ações e, consequentemente, no governo federal. Quanto a isso, é possível fazer uma referência ao autor Amitai Etzioni (1976), que retrata que as instituições entram em choque sobre os objetivos reais e os objetivos apresentados. Neste sentido os objetivos reais são estabelecidos por uma relação de poder que inclui indivíduos e grupos, nos ambientes externos e internos nas organizações.

As ONG's se apoiaram nos recursos destinados a projetos, e com isso a sua relação com a RECID foi muito próxima, visto que a sua natureza jurídica facilitou a formalização e repasses de rubricas de diversos setores do governo federal. Assim, essa aproximação foi frutificada com o atendimento a essa demanda financeira, auxiliando na concretização e confirmação de grande parte das hipóteses sobre a cooptação ocorrida nesse setor.

Outro aspecto também muito relevante dentro desse processo está na estruturação e na condição de setores dos movimentos sociais durante o governo Lula e Dilma. Estes setores dos movimentos sociais também foram beneficiados em grande parte por usufruir das estruturas do governo federal. Os movimentos sociais nascem em função de alguma reivindicação, ou seja, a sua existência é vinculada a esse problema, caso ele seja solucionado, então não há mais motivos para ele existir. Nesse sentido, o PT foi constituído em torno das reivindicações dos trabalhadores, próximo ao sindicalismo e apoiado efetivamente por setores da Igreja Católica, o que traz certa proximidade ou ao menos uma afinidade com os movimentos sociais. Assim, a iminência desse setor também ocorre durante o seu governo.

Os movimentos sociais, como já citado, existem em função de um objetivo, e quando este é alcançado sua existência perde a função. Neste caso, essa realidade toma um formato diferenciado, pois percebe-se que a cada período, novos objetivos são traçados, o que prolonga a sua existência.

Assim, como o terceiro setor, os movimentos sociais não têm recursos para a sua manutenção, ou seja, mesmo sendo sem fins lucrativos todas as atividades propostas, como uma manifestação,

demanda recursos, e tal problema passa a ser solucionado quando a proximidade com o governo federal ocorre de forma intensa.

Em alguns aspectos, as características dos movimentos sociais se assemelham ao terceiro setor, portanto, o governo também despertou o interesse para esses setores que pertencem aos movimentos sociais. Grande parte de seus integrantes se envolveram em ações do governo federal e, com isso, o governo tem a garantia de que as manifestações contra o governo não poderiam ocorrer. Esse envolvimento pode ser também retratado em formato de contratos para ações direcionadas dentro do governo, a exemplo dos educadores sociais atuando diretamente nas comunidades mais carentes.

Não diferente do terceiro setor, os movimentos sociais, em sua grande maioria, são estruturados a partir da força jovem; dessa forma, mais uma parcela da juventude estaria ao lado do governo. Esse grupo também intencionalmente foi cooptado pelo governo federal por meio dessas vantagens, oferecidas para aqueles que participam de ações e projetos governamentais.

Assim, pensando na lógica da existência dos referidos movimentos, que objetivam reivindicar situações diversas na sociedade – os quais em sua grande maioria são gerados pela má administração pública –, estes não aconteceriam nesse governo. É fato que não se pode afirmar no presente estudo que todos os setores dos movimentos sociais do Brasil foram cooptados pelo governo federal, mas grande parte deles foram durante a fase em que o PT esteve no poder.

Desta forma, ocorreram generalizadas manifestações contrárias à gestão, que foram resolvidas por meio dessas ações, trazendo a impressão de que os problemas existentes nas comunidades carentes não existiam, sendo observadas como uma gestão que milagrosamente resolve todos os problemas. Para tanto, fica nula a necessidade de se reivindicar melhorias por parte dos movimentos sociais, pois elas não estão sendo observadas.

É também importante referendar que as manifestações e passeatas continuaram a ocorrer, mas nenhuma delas foi realizada por parte dos setores dos movimentos sociais, mais cooptados e burocratizados contra qualquer ação contra o governo federal, bem como com governos estaduais e municipais que apoiavam a gestão do PT. Assim, esse comportamento, por parte desse setor, foi controlado a partir das diversas vantagens que foram oferecidas para esses grupos. Outro aspecto é que alguns setores dos movimentos sociais passam agora a levantar a bandeira do PT, ou seja, com uma substancial mudança de comportamento. Aqueles que eram criticados e cobrados para resolverem os problemas de ordem pública, agora teriam o apoio de alguns setores dos movimentos sociais.

Uma das grandes dificuldades encontradas pelo governo federal foi estabelecer o contato com esses setores e, para isso, o governo cria a RECID. Essa organização foi estruturada por parte de funcionários de alto escalão do governo federal, o que possibilitou o acesso a diversos setores do governo. Tal articulação resolveria o problema de não estar diretamente ligada aos olhos da mídia,

pois as ações desenvolvidas por esses setores publicamente trariam a impressão que seria somente por afinidade ao estilo e a forma de governar. Mas esse processo não ocorre desta forma.

As estratégias utilizadas pela RECID possibilitaram contato com os movimentos sociais e o terceiro setor para que por meio de sua presença, a confiabilidade aumentasse e, assim, facilitasse o bom andamento das ações. A partir dessa fase, encontros eram realizados com o intuito de doutrinar e trazer uma maior quantidade de participantes. Muitos problemas vividos por esses setores eram sanados dentro deste ambiente que detinha os recursos para o desenvolvimento das ações, se tornando reféns de um governo.

A dificuldade ao acesso a diversas regiões do Brasil foi amplamente resolvida com a proposta do desenvolvimento de uma rede, que permite por meio de tecnologias simples o acesso às informações. Páginas, blogs, sites e outros meios de comunicação fizeram parte das regiões que teriam maior dificuldade em estar junto a esses eventos e reuniões. Assim, todas os encontros continham um participante de cada região, que estava presente, por exemplo, nas cirandas organizadas pela RECID, que oferecia todas as estruturas necessárias, inclusive, em alguns casos, o transporte. A partir de sua proximidade com o governo, em que seus dois presidentes foram assessores diretos da presidência, a RECID tinha acesso a esses grupos e às possibilidades de contratações e recursos para seus projetos. O que antes caminhava com a maior dificuldade agora estava resolvido, mediante ações dessa gestão.

Assim, a problemática apresentada no início desta pesquisa foi construída em cima da seguinte questão: “Qual é o papel da RECID na relação entre o governo federal, movimentos sociais e o terceiro setor”, o qual também foi demonstrado a partir da seguinte colocação: “A hipótese de que esse processo foi construído em torno do Governo Federal através da RECID exerce uma cooptação de setores dos Movimentos Sociais e o Terceiro Setor”.

Diante da problemática apresentada, foi possível inferir que partir dos dados apresentados e das informações levantadas, que o processo de construção da RECID teve o papel de cooptar setores dos movimentos sociais e o terceiro setor para atuarem a favor do governo federal, administrado pelo PT. Essa relação foi publicamente identificada a partir de diversas manifestações e ações desenvolvidas em comunidades carentes, onde o terceiro setor atuou em prol do PT. Por fim, tem-se que a interrupção dessa gestão ocorre após 14 anos de mandato do referido partido, por meio do *impeachment* da Presidente Dilma.

Nessa fase, setores dos movimentos sociais e o terceiro setor em todo o Brasil vão para as ruas defender a permanência do PT no poder, para que desta forma as ações desenvolvidas pela RECID permaneçam. As bandeiras de militância foram acionadas e esse poder foi demonstrado nas manifestações que voltaram em cena, porém, com um formato diferenciado.

Foi possível perceber que ao relatar o efetivo controle estabelecido pelo governo federal na gestão do PT, ocorreu sim a cooptação intermediada pela RECID, que coordenou a política pública implantada nessa fase, nomeada de Educação Popular. Através desse programa, uma grande quantidade de educadores populares foi contratada e parte significativa destes foram participantes e integrantes de movimentos sociais ou do terceiro setor, garantindo a proximidade com esse setor.

Dessa forma, conclui-se com essa tese que a hipótese apresentada estava correta, pois houve efetivamente um processo de cooptação por parte dos governos petistas, em que setores dos movimentos sociais atuavam junto a RECID para o devido fim.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Sonia. **Redes sociais e teoria social: revendo os fundamentos do conceito**. Artigo disponível em: <www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1784>. Acesso em 23 de out. de 2011.

ALMEIDA, Érica Terezinha Vieira de. **A sociedade civil e os seus múltiplos significados no debate contemporâneo: uma leitura gramsciana.** Tese de Doutorado apresentada a Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

ANDRADE, Julieta de. **Identidade Cultural do Brasil.** Vargem Grande Paulista: A9 Editora e Empreendimentos. 1999.

ARAUJO, Maria do Socorro Sousa de. **Rede talheres: por um Maranhão com fome zero.** Artigo disponível em: <www.joinpp.ufma.br/.../html/.../Maria_do_Socorro_Sousa_Araújo247.p>. Acesso em 12 de jan. de 2013.

ARAÚJO, Helciane de Fátima Abreu. **Estado/Movimentos Sociais no Campo: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão.** Tese de Doutorado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará Fortaleza, Ceará, 2010.

BASTOS, Elide Rugai. **Para a análise dos movimentos sociais.** Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano IV, n. 13, 1983.

BATISTA, Paulo Nogueira. **A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. Artigo disponível em: <https://www.osargonautas.com.br/single-post/2017/10/21/Consenso-de-Washington-a-visão-neoliberal-dos-problemas-latino-americanos>. Acesso em 23 de jan. de 2018.

BETTO, Frei. **A Mosca Azul, Reflexão sobre o Poder.** Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Do poder Popular ao Modo Petista de Governar: Mudanças no Significado da Participação para o Partido dos Trabalhadores.** Dissertação de Mestrado apresentado ao programa de Pós-Graduação em Política da Faculdade de Filosofia Leras e Artes e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BIZZOCCHI, Aldo. **Anatomia da Cultura Uma nova Visão sobre a Ciência, Religião, Esporte e Técnica**. São Paulo: Palas Athena, 2003.

BOITO JR, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula.** Artigo disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos.../critica17-A-boito.pdf>. Acesso em 07 de jan. de 2018.

BONETI, Lindomar Wessler. **Políticas Públicas por Dentro.** Ijuí: Editora Ijuí, 2006.

BORGES, Vera; FARIA, Ivan. **Jovens, formação e mercados artísticos: Dois contextos entre Portugal e Brasil.** Artigo disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-30302015000100007>. Acesso em: 24 de mai. de 2017.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **O tempo e o espaço no mundo estudantil** in: Sociologia da Juventude IV. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRACH, Alessandro. **Um retrato da obscura trajetória dos skinheads (ou, simplesmente, "carecas"), jovens que têm atuado de forma violenta e pregado o preconceito no Brasil**. artigo disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/caminhos-da-violencia>. Acesso em 10 de fev. de 2015.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo; SÁ, Alcino José de. **Os Movimentos Sociais Urbanos e suas Manifestações Concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva**. Artigo disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/213/173>. Acesso em 24 de Jan. de 2017.

CAIAFA, Janice. **Movimento Punk na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1985.

CAMARGO, Ricardo Zagallo. **Responsabilidade Social das Empresas: Formação discursiva em confronto**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Ciência da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CANDAU, Vera Maria (coord.). **Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis: Vozes, 2003.

CASSAB, Clarice. **Mudanças e permanências: uma aproximação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Teto em São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, São Paulo, 2004.

CASSIN, Márcia Pereira da Silva. **O CICLO DE GOVERNOS DO PT: retorno ao desenvolvimentismo?** Artigo disponível em: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/9969/7047>. Acesso em 13 de ago. de 2016.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

COLOZZI, Ivo (2001). **Un modelo organizativo para las organizaciones del voluntariado.** Revista del Ministerio de Trabajo e Immigración, Extra 1, 103-116. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=253596>. Acesso 22 de abr. de 2017.

COSTA. Antonio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

CORDEIRO, Denise. **Juventude nas sombras**. São Gonçalo-RJ: Faperj, 2009.

COUTINHO, Luciana Gageiro. **Da metáfora paterna a metonímia das tribos.** Artigo disponível em: <www.rubedo.psc.br/artigos/tribus.htm>. Acesso em 15 de jan. de 2015.

COUTINHO, Sérgio Augusto de Avellar. **A revolução gramsciana no ocidente**. Rio de Janeiro: Estandarte Editora, 2002.

COUTINHO, Suzana Costa. **Rede de educação cidadã: os desafios da educação popular organizada em rede**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro Universitário Salesiano em Americana, São Paulo, 2012.

CUNHA, Antonio G. da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007. CUNHA, Antônio Geraldo da. Dicionário etimológico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.

CYRO, Garcia. **O Partido dos Trabalhadores: Da Ruptura Com a Lógica da Diferença à Sustentação da Ordem** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

DAVIS, Allison. **A socialização e a personalidade juvenil**. In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. II.

DECICINO, Ronaldo. **Terceiro Setor: ONGs, fundações e outras entidades empregam 20 milhões de pessoas.** Artigo disponível em: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/terceiro-setor-ongs-fundacoes-e-outras-entidades-empregam-20-milhoes-de-pessoas.htm>. Acesso em 12 de nov. de 2016

DELGADO, Maria Viviane Monteiro. **O terceiro setor no Brasil: uma visão histórica**. Artigo disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/037/37cdelga>. Acesso em 25 de jan. de 2015.

DIAS, Darlan Carlos; MARCHI, Rita de Cássia. **Tribos na sala de aula: um estudo sobre as culturas juvenis na escola.** Artigo disponível em: <www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/.../708>. Acesso em 17 de fev. de 2015.

DORNELES, Felipe R.; GONÇALVES, Renata f. **Conceitos e conflitos de gerações**. Artigo disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/salaoconhecimento/.../2985>. Acesso em 21 de fev. de 2015.

DRUCKER, P. F. **Administração de Organizações Sem Fins Lucrativos – princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

DUARTE, Janaina Lopes do Nascimento. **A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social**. Artigo disponível em: <libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/download/1779/1254>. Acesso em 30 de jan. de 2015.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EISENSTADT, S. N. **De geração a geração.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1976.

_____ **Grupos Informais e Organizações Juvenis nas Sociedades Modernas.** In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. IV.

ENGELS, F; GEERTZ, C; BAUMAN, Z; LEONTIEV, A; MARCARIAN, E. **O papel da cultura nas ciências sociais**. Porto Alegre-RS:Vila Martha, 1980.

ESTEVES, L.C.G; ABRAMOVAY, M. J**uventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Org. ABAMOVAY, M.; RIBEIRO ANDRADE, E. ; ESTEVES, L.C.G. UNESCO/MEC-Brasil. Brasília, 2007.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Modernas**. São Paulo: Pioneira, 1976.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A Política Social do Estado Capitalista**. São Paulo: Cortez, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Ensaio sobre o método de interpretação funcionalista em Sociologia.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1953.

FERRAREZI, Elisabete Roseli. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: a criação da lei das OCIPs (lei 9.790/99)**. Tese de Doutorado apresentada ao departamento de sociologia da Universidade de Brasília, Distrito Federal, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2004.

FIEGE, Hans-Jürgen. **ONGs no Ceará – quem são, o que fazem, quais são os seus desafios? (origens, perfil institucional e campos de atuação).** In: FIEGE, Hans-Jürgen. (org.) ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

FISCHER, Rosa Maria. **Estado, mercado e terceiro setor: uma análise conceitual das parcerias intersetoriais.** Artigo disponível em: <www.rausp.usp.br/download.asp?file=V4001005.pdf>. Acesso em 14 de dez. de 2014.

FLEURY, Sônia. **A Natureza do Estado Capitalista e as Políticas Públicas.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

FORACCHI, Marialice M. **A juventude na sociedade moderna.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. **ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança.** Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

GARCIA, Maria Franco **A LUTA PELA TERRA SOB ENFOQUE DE GÊNERO: Os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente da UNESP, São Paulo, 2008.

GARIN, Eliane Cristina Rosalino. **Rede de Educação Cidadã – RECID: correlações de forças entre a educação popular e a política pública**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000200005>. Acesso em 14 de nov. de 2016.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOTTLIEB, David; REEVES, J. **Sociologia da juventude II.** Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GRAMSCI, Antonio. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. **Os intelectuais e a organização da cultura.** São Paulo: Circulo do Livro, 1985.

GRAMSCI, Antonio. Trad. COUTINHO, Carlos Nelson. **Os cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Vol. 2 – 3.

GROPPO, L. A., **Juventude, ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**, Rio de Janeiro, Difel, 2000.

IANNI, Otávio. In **O jovem radical**. In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. I.

JENSEN, Karl. **Teses Sobre os Movimentos Sociais.** Artigo disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9jensen1>. Acesso em 14 de fev. de 2018.

LANDIM, Leileh. **As ONG's São Terceiro Setor?**. In: FUNDAÇÃO KONRAD ADENAUER. ONGs no Brasil: perfil de um mundo em mudança. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

LERBACH, Brena Costa. **Dos Movimentos Sociais para o Estado: um estudo das carreiras de ativistas ambientais no Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, Espirito Santo, 2015.

LERBACH, Brena Costa. **Movimentos Sociais: Percursos Práticos e Conceituais.** Artigo disponível em: <http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1534/1125>. Acesso em 24 de fev. de 2017.

LIMA, Antonio Bosco; PALAFOX, Gabriel Humberto Muñoz. (Org.). **Estado & Políticas Públicas, Em Tempos de Reforma.** Campinas: Alínea, 2010.

LUTARMADA. Faixa de Gazah: **Carta de nossa saída da Rede de Educação Cidadã – RECID por coletivo Lutarmada**. Artigo disponível em: <http://faixadegazah.blogspot.com.br/2013/carta->. Acesso em 12 de out. de 2013.

MCCARTHY, Jhon D.; ZALD, Mayer N. **Mobilização de Recursos e Movimentos Sociais: Uma Teoria Parcial.** Trad. VIANA, Nildo. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2009/12/01/teorias-dos-movimentos-sociais/>. Acesso em: 22 de fev. de 2018.

MACHADO, Aline Maria Batista. **Organizações Não-governamentais – ONGs: trajetórias, concepções e práticas em educação popular.** Tese de Doutorado apresentada a Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2009.

MACIEL, Walery Luci da Silva. **Estratégias adotadas por organizações do terceiro setor numa perspectiva de Accountabiullity sob a abordagem de orientação: o caso aebas**. Dissertação de Mestrado em Administração apresentada a Universitário do Estado de Santa Catarina Florianópolis, Santa Catarina, 2005.

MADEIRA, Ligia Mori. **Avaliação de Políticas Públicas.** Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf>. Acesso em 22 de nov. de 2017.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MANNHEIN, Karl; MERTON, Robert K; MILLS, C. Wright. **Sociologia do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

_____ **O problema da juventude na sociedade moderna**. In: Sociologia da Juventude. Rio de Janeiro: Zahar, 1968, v. I.

MAXIMIANI, Antonio Cesar Amaru. **Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Atlas, 2012.

MENESES, María Piedad Rangel. **Redes sociais – pessoais: conceitos, práticas e metodologia.** Tese de Doutorado apresentado. Faculdade de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. PUCRS, Rio Grande do Sul, 2007.

MENEZES, Francine Cristina de. **O Serviço Social e a "responsabilidade social das empresas": o debate da categoria profissional na Revista Serviço Social & Sociedade e nos CBAS.** Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282010000300006>. Acesso em 10 de jan. de 2018.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social.** São Paulo: Cortez, 2010.

MORENO, Antonia & YOLDI, Inmaculada (2008). **Avances recientes en la investigación económica sobre el voluntariado: valoración económica del trabajo voluntario, costes de gestión del voluntariado y voluntariado corporativo.** CIRIEC-España. Revista de Economía Pública, Social y Cooperativa, 63, 191225. Disponível em: <http://www.ciriec-revistaeconomia.es/banco/6308_Sajardo_y_Serra.pdf>. Acesso em 10 de jun. de 2017

NASCIMENTO, Claudio; PALUDO, Conceição. **Rede de Educação Cidadã - O Poder Popular: a Forma Comunidade**. Disponível em: <claudioautogestao.com.br/wp.../04/O-Poder-Popular-ultima-versão.pdf 2014>. Acesso em 3 de fev. de 2015.

NUNES, José Luiz Martins. **Juventude Brasileira: O lado Fascista do Estado Novo.** Caxias do Sul: Maneco, 2004.

OJALA, Raisa. **Projetos de futuro de jovens universitários no distrito federal: um estudo de caso.** Tese de Doutorado apresentada a Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília , Distrito Federal, 2008.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **DICIONÁRIO DO PENSAMENTO SOCIAL DO SÉCULO XX**. Editado por, William Outhwaite; Tom Bottomore. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

PASSOS, Matheus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Artigo disponível em: < http://profmatheus.blogspot.com.br/2007/11/problemas-estruturais-do-estado.html>. Acesso em 05 de jul. de 2017.

PIZZOL, Alcebir Dal. **Estudo Social ou Perícia Social? – um estudo teórico-prático na Justiça Catarinense.** Florianópolis: Insular, 2005.

POCHMANN, Marcio. **JUVENTUDES NA TRANSIÇÃO PARA A SOCIEDADE PÓS-INDUSTRIAL.** In: Trabalho e formação profissional: juventudes em transição / organizadores, Júnior Macambira, Francisca Rejane Bezerra Andrade; autores, Marcelo Parreira do Amaral... [et al.]. – Fortaleza: IDT, UECE, BNB, 2013.

POERNER, Artur José. **O poder do jovem: histórias da participação política dos estudantes brasileiros**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PORTUGAL, Sílvia. **Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica.** Artigo disponível em: <www.ces.uc.pt/publicacoes/oficinas/271/271.pdf>. Acesso em 17 de out. de 2014.

PRADO, Márcio. **História do Terceiro Setor e seu papel no Brasil.** Artigo disponível em: < nossacausa.com/historia-do-terceiro-setor-e-seu-papel-no-brasil/>. Acesso em 2 de nov. de 2014.

QUEIROZ, Roosevelt Brasil. **Formação e Gestão de Políticas Públicas.** Curitiba: Ibepex, 2007.

RECID – **Pé dentro, pé fora, Na cidadania do poder popular.** Publicação disponível em< www.recid.redelivre.org.br>. Acesso em 15 de outubro de 2013.

_____ **Plano político pedagógico e organizativo da RECID para o triênio 2012 - 2014.** Publicação disponível em: <www.recid.redelivre.org.br>. Acesso em 15 de out. de 2013.

_____ **Política de comunicação da Rede de educação cidadã – RECID, período 2008 - 2010**. Publicação disponível em: <www.recid.redelivre.org.br>. Acesso em 15 de out. de 2013.

_____ **Texto para debate: Educação popular como política pública**. Publicação disponível em: < www.recid.redelivre.org.br>. Acesso em 15 de out. de 2013.

_____ **Programa nacional de formação**. Publicação disponível em: <www.recid.redelivre.org.br>. Acesso em 15 de out. de 2013.

_____ **Quem pode participar da Rede.** Publicação disponível em: < http://redesaudeculturamg.blogspot.com.br/search/label/Arquivo%20de%20not%C3%Adcias>. Acesso em 15 de out. de 2013.

RESENDE, Flávio da Cunha. **A Nova Gestão Pública e Transformações na Administração Pública Paulista.** Disponível em: < http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/RFP%20Set%202006%20-%20resumo%20para%20publicacao%20-%20GERAL_v2.pdf>. Acesso em: 13 de abr. de 2017.

RICO, Elizabeth Melo. (org.). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma Questão em Debate.** São Paulo: Cortez, 2007.

RODRIGUES, Cibele Maria Lima. **Cultura Política e Movimentos Sem-Teto: As Lutas Possíveis.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2009.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Partidos e Sindicatos.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Maria Lúcia Prates. **Demandas Sociais versus crise de Financiamento: o papel do Terceiro Setor no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SADER, Emir. **A Nova Toupeira**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SAVAGE, Jon. **A Criação da Juventude: como conceito de teenage revolucionou o século XX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SAWAYA, Sandra Maria. **Desnutrição e baixo rendimento escolar: contribuições críticas.** Artigo disponível em: <www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/13.pdf>. Acesso em 25 de out. de 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas, casos práticos.** 2º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SERRA, Rose. **A Relação Estado e Sociedade Civil na Contemporaneidade**. Artigo disponível em: <www.rle.ucpel.tche.br>. Acesso em 12 de dez. de 2014.

SILL, Emerson Adriano. **A União Nacional dos Estudantes e o Protagonismo Juvenil**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná, Paraná, 2012.

SILVA. Fernanda Arantes e. **Grupos juvenis e equipamentos públicos: um estudo do Centro Cultural da Juventude da cidade de São Paulo.** Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Educação da USP, São Paulo, 2010.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **Neoliberalismo e Lutas Sociais: perspectivas para as políticas públicas retrocessos, recorrências e avanço**. Artigo disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/viewFile/377/789>. Acesso em 25 de nov. de 2016.

SOBRINHO, André Luiz da Silva. "**Jovens de projetos" nas ONGs: Olhares e vivências entre o engajamento político e o trabalho no "social"**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense Niterói, Rio de Janeiro, 2012.

SOUZA, Dalva Borges de. **Violência Urbana em Goiás Práticas e Representações**. Goiânia: Editora UFG, 2011.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. M. **ONGs no Brasil: Elementos para uma narrativa política**. Artigo disponível em: < biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100919080712/11Steil-Carvalho.pdf>. Acesso em 23 de nov. de 2013.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor regulação no Brasil**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

TAVARES. Maria Rebelo. **Juventude ou Classe Social? O Debate Teórico Acerca do Movimento Estudantil.** Monografia apresentada para a obtenção de grau em Ciência Política pela Unicamp, São Paulo, 2008.

TRISTÃO, Ellen. **A opção neoliberal do primeiro mandato do governo Lula**. Artigo disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/viewFile/5623/4671>. Acesso em 17 de dez. de 2017.

VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Org.). **Juventude e sociedade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VENTURA, Zuenir. **1968 O ano que não terminou: a aventura de uma geração**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

VIANA, Virgílio. **O papel das ONGs no século XXI.** Artigo disponível em: < https://www.cartacapital.com.br/revista/866/o-papel-das-ongs-no-seculo-xxi-7630.html>. Acesso em 17 de fev. de 2017.

VIANA, Nildo. **O Novo Milagre Brasileiro... a taxa de pobreza diminuiu no brasil?.** Artigo disponível em: <http://informecritica.blogspot.com.br/2010/07/taxa-de-pobreza-diminuiu-no-brasil.html> Acesso em 14 de jan. de 2018.

_____.**Juventude e Sociedade. Ensaios Sobre a Condição Juvenil.** São Paulo: Giostri, 2015.

_____.**Os Movimentos Sociais.** Curitiba: Prismas, 2016.

VIEIRA, Rafaela. **As Transformações do Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula como Elementos de Manutenção da Hegemonia Burguesa**. Artigo disponível em: < http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/1186>.Acesso em 18 de out. de 2016

VILASTUIN, Juliana. **As "donas da quadra": leitura sociológica das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)**. Dissertação de Mestrado apresentada a Pós-Graduação em Sociologia da UFPR, Paraná, 2010.

VIOLIN, Tarso Cabral. **Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública – Uma Análise**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006.

WELLER, Vivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim.** Artigo disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200004>. Acesso em: 17 de abr. de 2016.

YASBEK, M.C. **As ambiguidades da Assistência Social Brasileira após 10 anos de LOAS**. Revista Serviço Social & Sociedade, ano XXV, n° 77, p. 11-29, mar. 2004.

ANEXOS

ANEXO I

CARTA DO MOVIMENTO LUTAARMADA AO SAIR DA RECID

Apesar do apelo da presidenta Dilma para que se procure dar maior visibilidade à Rede de Educação Cidadã (para que isso se reverta mais facilmente em votos em 2014) a RECID ainda é estranha para muitos lutadores do nosso povo. Principalmente para aqueles mais comprometidos com a luta pela transformação radical da sociedade. Por isso, pra explicar os motivos da nossa saída, esse documento precisou contar em que contexto se deu o nosso ingresso na Rede, e mostrar o que há na sua organicidade e no seu projeto político de tão contraditório com nossos princípios que justifique a nossa ruptura com ela.
Ao contrário da maioria das cartas de rompimento, esta não se queixa de um possível desvio estratégico da articulação com a qual se rompe. Pelo contrário. Se pode-se falar de "desvio" aqui nesse caso, ele foi por parte do grupo que assina a carta.
Pretendemos aqui, além de escurecer os motivos da nossa saída, provocar uma reflexão sobre o verdadeiro papel que a Rede cumpre na luta de classes no nosso país.

Caindo na Rede.

Por intermédio de um de nossos militantes, contratado em 2005, o Coletivo de Hip-Hop Lutarmada veio atuando na RECID desde o ano seguinte.
A RECID surgiu nos primórdios do governo Lula, inicialmente para atuar junto às famílias atendidas pelo programa Fome Zero. Depois ampliou seu campo de atuação, assumindo "solidariamente a missão de realizar um processo sistemático de sensibilização, mobilização e educação popular da população brasileira e principalmente de grupos vulneráveis econômica e socialmente (indígenas, negros, jovens, LGBT, mulheres, etc.), promovendo o diálogo e a participação ativa na superação da miséria". Tínhamos certa desconfiança sobre as boas intenções do governo ao investir num projeto como esse. Porém, acreditávamos, isso sim, em quem estava nas bases tocando os trabalhos. Mesmo estranhando o fato de movimentos populares receberem recursos do Estado burguês para combater a burguesia, resolvemos pagar pra ver, aceitar o desafio e

ver onde isso tudo ia dar. O importante para nós era manter a integridade na luta e coerência com os nossos princípios. E enquanto isso fosse possível dentro desse quadro, continuaríamos na Rede, sem problemas.
Mas quais eram os princípios que orientavam a luta de um grupo tão novo, tão politicamente imaturo?
Éramos um grupo fundado menos de dois anos antes, por jovens indignados com a situação de exploração e opressão vivida pela nossa classe, mas com muito pouco acúmulo teórico que nos permitisse enxergar, tanto as raízes dessas mazelas, quanto os caminhos que nos levariam a superá-las, como quem poderiam ser nossos parceiros nessa caminhada. Nossa ingenuidade se somava ao deslumbramento de estar atuando em rede com os maiores e mais importantes movimentos sociais do e no país inteiro. Nossas certezas eram vagas impressões impregnadas de elementos do senso comum, principalmente os de esquerda.
Nossa ingenuidade e nosso deslumbramento nos impediram de enxergar com nitidez aspectos importantes do projeto com o qual estávamos envolvidos na sua construção e implementação.

A gênese.

Nascido principalmente das lutas operárias na virada dos anos 70 pros 80 do século passado, com um objetivo estratégico socialista, o PT, com aproximadamente uma década de existência passa a priorizar a luta institucional em detrimento das lutas das massas. A chegada à presidência aos poucos vai perdendo o caráter de tática e adquirindo contornos de estratégia. Muitos ajustes à ordem burguesa foram necessários para que a classe dominante permitisse ao Partido dos Trabalhadores alcançar a instância máxima daquilo que Marx chamou de comitê executivo dos interesses da burguesia, o Estado.
Por ser oriundo da classe operária, ao contrário dos anteriores, o governo PT conhece a fundo o proletariado. Seus vícios, virtudes, alcances, limites e fragilidades, são todos intimamente conhecidos por esse partido agora integrado à ordem que um dia combateu. E com um terrível agravante de, por ainda carregar a aura de um partido de trabalhadores, até nos dias de hoje dirigir muitos setores do proletariado, inclusive importantes sindicatos.

Financiamento público como ouro de tolo.

A classe trabalhadora organizada e mobilizada pela manutenção da ordem. Se esse era esse o papel que as elites esperavam do governo PT, ele tinha que mostrar a que veio. Já no primeiro ano de Lula na presidência nasce a RECID, que rapidamente aglutinou importantes organizações das lutas populares como MST, MTD, MPA, o próprio PT e Consulta Popular – que nasceu da crítica ao desvio estratégico do Partido dos Trabalhadores – entre outros.
O projeto social Rede de Educação Cidadã é contemplado com alguns milhões de reais a cada convênio. E todos esses reais, de acordo com cada convênio, têm que dar conta de um certo número de Encontros Micro-Regionais (estaduais), Encontros Macro-Regionais (por região), Encontro Nacional, centenas de oficinas e a contratação de dezenas de educadores por todo o país, para estarem liberados para a organização e execução dessas oficinas. Existe uma equipe chamada Talher Nacional, que é uma equipe de governo, portanto, cargos comissionados, que fazem a mediação entre educadores/movimentos sociais e governo. Já há seis anos existe uma Comissão Nacional cuja atribuição ainda está sob uma longa e cansativa discussão. O entrave maior reside na formalização e **efetivação** de um caráter: Deliberativo, ou não. Essa Comissão se reúne periodicamente com o Talher Nacional e outros membros do governo.
Um projeto social como este é sedutor para aqueles que sempre se organizaram e empreenderam suas lutas no total sacrifício, e se sentem aliviados em passar a ser remunerados pra fazerem o que sempre fizeram gratuitamente. Mas também atrai tantos outros que já se profissionalizaram no Terceiro Setor e se especializaram em projetos assistencialistas, implementados nos limites da promoção da cidadania. Ele reúne sob sua folha de pagamento, atores sociais do extremo Sul do

país, passando pelas metrópoles do Sudeste, indo pelos sertões do Nordeste, até as regiões mais afastadas da Selva Amazônica. As mesmas atividades que garantem o funcionamento dessa rede e a integração de todos esses povos, de culturas até distintas, escondem uma verdadeira armadilha subjetiva. Para além das muitas viagens pelo país, e hospedagens em hotéis (às vezes quatro estrelas) e Resorts luxuosos – como a Academia do Tênis, em Brasília – o projeto esconde um perigo maior, mas igualmente sutil. Os recursos públicos, que no começo podem ajudar a potencializar as mobilizações para as lutas, por fim acabam se transformando num freio das mesmas. No momento em que as lutas ameaçam a fonte dos recursos, a fonte de recursos passa a controlar, a ameaçar as lutas, através dos próprios recursos. As concessões que se fazem pela manutenção do acesso aos recursos viram regra. E o dinheiro, que antes era meio, passa a ser fim.

Mas não para por aí. Nas equipes de educadores há os contratados por 40 horas semanais, por 20 horas semanais, e o voluntariado. Esse tipo de hierarquização monetária faz surgir tensas disputas e conspirações entre os educadores. Como numa empresa, os educadores têm metas a cumprir, e a "produtividade" (que pode ser entendida como uma combinação entre quantidade de oficinas, com número de participantes) vem se tornando um critério cada vez mais pesado. Ultimamente a entidade âncora nacional tem estimulado sutilmente a competição entre eles, exibindo gráficos com o desempenho individual de cada educador. Enquanto ainda são educadoras, essas pessoas são pagas para construir e executar as oficinas. Só que quando algumas delas ocupam as funções de gestores estaduais ou na Comissão Nacional, as responsabilidades e compromissos nesses espaços são tão grandes e numerosos que acabam por lhes tomar um grande tempo que deveria ser dedicado aos trabalhos com as bases. Mesmo com constantes queixas desses educadores "desviados" das bases para esses espaços, são raríssimos os casos em que alguém abdica de seus cargos antes de espirar sua gestão. Mas, por quê?

A Gestão Estadual e, principalmente a Comissão Nacional dão acesso mais frequente aos espaços de poder institucional, o que possibilita uma promoção pessoal. Já há casos de ex-educadores de base que hoje trabalham ou no Talher Nacional ou no Secretariado em Brasília (ou ainda no escritório da ONG que administra o projeto). E esses espaços também são alvo de muita disputa entre aqueles que deveriam estar unidos. E essas disputas vêm alcançando os mais baixos níveis de conspiração. Mas é bom destacar que pra muito além do mau caráter de quem conspira contra "companheiros", projetos sociais que se organizam dessa forma e são financiados a partir dessas fontes, são terrenos extremamente férteis pra esse tipo de comportamento. É quase uma inevitabilidade!

Fala-se sobre um tal "pé fora" do governo, mas a RECID é uma articulação cada vez mais dependente dele. Em alguns municípios governados pelo PT, a Rede faz lobby em prol da implementação da Educação Popular como política de Estado. Em Brasília isso já é uma realidade. A sustentabilidade é pauta constante nos debates em todas as esferas da Rede, mas sua autonomia financeira é uma tarefa sempre adiada ao infinito. Atualmente já se fala mais abertamente em financiamento privado, inclusive. Isso, nacionalmente, porque regionalmente já se faz parcerias até com a Vale, por exemplo.

Projeto político.

A RECID já completava seus quatro anos quando em 2007 construiu de fato o seu Projeto Político Pedagógico (PPP). E nele firmou compromisso com a construção do Projeto Popular para o Brasil (PPB). Elaboração de várias organizações e militantes de todo o país (a maioria deles ligada à Rede), é só em 2010 que esse projeto ganha corpo, em um documento construído na II Assembleia Popular Nacional, reunida em Goiás.

Se em algumas linhas do documento o PPB é tratado como "a sociedade que nós queremos construir" e "o objetivo a ser alcançado", no decorrer do mesmo, ele se revela muito mais como um instrumento que "deverá estimular o trabalho de base, a formação militante e as ações conjuntas para a transformação de nossa sociedade". Além disso, ponto a ponto, o documento também revela que, mesmo essa sociedade que se quer construir, se quer construir dentro da ordem. E hoje

sabemos que sem uma ruptura radical com a ordem burguesa, não se chegaremos a essa "sociedade que queremos construir".

Se despedindo.

Como dito anteriormente, não se trata de uma carta como a maioria das cartas de rompimento que expressam a insatisfação de quem viu o seu grupo político enveredar por caminhos que não condiziam com o objetivo original. Ao contrário, essa carta trata da ruptura de um grupo com uma articulação que não passou por deformações significativas. Seus princípios, métodos e projeto permanecem quase intactos na essência. Na verdade a concepção de mundo e de luta do Lutarmada Hip-Hop é que amadureceu durante esse percurso. A tal ponto que torna inviável a nossa permanência na Rede sem sermos incoerentes com nós mesmos e com tudo que acreditamos.
Não abandonaremos nossa prática na educação popular. Pelo contrário, continuaremos atuando numa formação política sempre orientada para o desencadeamento de ações efetivas no combate ao capital. O que deixamos para trás são exatamente as margens cada vez mais estreitas pra esse tipo de postura, no interior de uma rede montada com o propósito da conciliação de classes. Mas isso não significa a impossibilidade de construções com qualquer grupo ou educador que integre a Rede. Basta para isso, somente, que essas construções não firam os nossos princípios e não signifiquem retrocessos na caminhada rumo ao socialismo.
Coletivo de Hip-Hop Lutarmada.

Fonte: http://passapalavra.info/2013/04/76338

ANEXO II

PLANO POLÍTICO E PEDAGÓGICO E ORGANIZATIVO DA RECID – 2012-2014

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ
TALHER NACIONAL

2. CONJUNTURA

A prática da Recid não se dá no vazio. Dá-se em diferentes contextos e realidades. Para isso, é nesta conjuntura em que o nosso processo político, pedagógico e organizativo estão inseridos. Neste sentido, pensar a Recid implica não apenas uma reflexão sobre a sua estrutura interna e políticas, mas como ela se relaciona com o momento histórico e com os grandes desafios da realidade. Por isso, é necessário ter como ponto de partida a percepção de como a Recid, bem como o seu Projeto Político Pedagógico, se situam na conjuntura política brasileiro, latino-americano e mundial.

Vivemos um período de extrema efervescência política, econômica e social, suscitada pela crise global em que o capitalismo se encontra. No início do século XXI, a chama das lutas populares toma as ruas e praças das grandes cidades com gritos de ordem antiglobalização e pela democratização.

Fruto de décadas de hegemonia do pensamento, como também dos valores neoliberais, ainda vivemos um movimento de "precarização da vida" e de insuficiência das utopias. Em razão disto, a luta se intensifica nas praças e toma novas formas. Não é só mais "proibido proibir". O sentimento do "nada a perder e nem esperar", somado às questões ambientais, à ineficácia da democracia representativa e a um consumismo desenfreado, move a sociedade contemporânea e fortalece as lutas e mobilizações.

Outro elemento importante é a percepção, em plano internacional, de haver um domínio da elite, porque permitiu-se isso e ainda vota-se na burguesia para que ela faça o que quiser. As "revoluções árabes" (Oriente Médio e Norte da África) - primeiro na Tunísia, depois Egito e outros países, embora em curso e sem resultados consolidados, na luta por democracia, reacendem a esperança e convidam à revolta contra o poder estabelecido. A partir da crise econômica que, também é social, ambiental, cultural, de valores, lutas e mobilizações sociais, especialmente de jovens e trabalhadores, desdobram-se pela Europa. Os Indignados da Espanha gritam por reformas econômicas, sociais e democracia. Os gritos desses dois pólos, o político e o econômico, revelam propostas diferentes: enquanto a Primavera árabe luta por democracia, *Puerta Del Sol*, em Madrid, ecoa um movimento por emprego, garantia da qualidade de vida. Ou seja, há um grito por democracia (primavera árabe) e outro, por mudanças no modelo econômico e social (Grécia, Espanha, Portugal), no "outono europeu".

Esses movimentos têm antecedentes nas revoltas de Seattle, EUA, (1999), Fórum Social Mundial, de Porto Alegre, Brasil (2001), Gênova, Itália (2001) e nos
protestos em Davos, Suíça, no Fórum Econômico Mundial (2003), herdando semelhanças entre si, mas ao mesmo tempo se recriando a cada dia e conjuntura.

Já o continente latino-americano vem passando por um conjunto de transformações na última década, que o inserem em um novo ciclo político. Durante as décadas de 80 e 90, a América Latina viveu um período político muito difícil. Nestas décadas, se estabeleceu a hegemonia do projeto neoliberal que, além de significar o domínio dos interesses do capital internacional e do grande capital nacional associado, promoveu a construção de um paradigma de pensamento de Estado mínimo, mercado livre e absoluto. Consagrando como verdade única a concepção de que o modelo capitalista seria o auge do desenvolvimento da humanidade e que, portanto, a História não veria mais transformações estruturais em termos de modelo de sociedade. Junto com este processo de naturalização do capitalismo e de suas desigualdades, ocorre um rebaixamento do horizonte de transformações e um descenso das lutas sociais.

O contexto torna-se extremamente adverso para as forças que lutam pela construção de outro projeto de sociedade. Podemos classificar o momento como um período de "descenso da luta de massas". Contudo nas décadas de 80 e 90, gestou- se, na maioria dos países latino-americanos, em resistência, um conjunto de movimentos sociais que se contrapunham à agenda neoliberal, de privatização do patrimônio nacional e de restrição das políticas sociais.

Os movimentos populares foram gradativamente tomando forma política e se tornando vitoriosos eleitoralmente em vários países (Bolívia, Venezuela, Equador, Argentina, Brasil, Uruguai, entre outros). Governos com diferenças políticas, contradições entre si e em seus projetos e acontecendo em países com diferentes histórias. Estes se constituem, inegavelmente, um esforço do campo popular para a superação do projeto neoliberal e da construção da soberania do continente.

No Brasil, a expressão política por mudanças profundas nos rumos políticos e econômicos foi vitoriosa eleitoralmente em 2003, com a eleição de Lula. O novo projeto político iniciou a construção de uma agenda pós-neoliberal, ancorada, por um lado, em uma perspectiva econômica desenvolvimentista e, por outro, em políticas públicas de inclusão social.

Contudo, apesar, dos avanços desse projeto político em relação ao projeto neoliberal, as reformas estruturais que poderiam contribuir na construção de um Projeto Popular para o Brasil permanecem fora da agenda política do país. Deste modo, ainda que os setores populares tenham obtido melhoras significativas em sua qualidade de vida, ainda há um modelo de desenvolvimento de cunho capitalista e uma enorme dívida social a ser paga, sem o que não se alcançará a efetivação plena da cidadania no Brasil, tampouco a efetivação de um projeto democrático- popular.

Neste contexto contraditório, qual o papel que a Recid e seus educadores populares devem desempenhar para fortalecer o Projeto Popular para o Brasil? Sem dúvida esta é uma questão que deve ser ponto de reflexão, diálogo, avaliação e parâmetro para os processos de planejamento das ações da Recid nos estados, em diálogo com o Projeto Político Pedagógico, na direção e fortalecimento do Projeto Popular para o Brasil.

3- GRANDES DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA O PRÓXIMO TRIÊNIO

Resultantes de amplo processo de discussão e reflexão sobre a ideia da Recid adotar eixos de lutas, o 11° Encontro Nacional deliberou pela necessidade de aprofundar melhor esta dinâmica de atuação e optou por manter sua atuação em torno das bandeiras de lutas que contemplem a diversidade do campo popular, contemplando suas especificidades e particularidades das lutas e desafios próprios e mais presentes em cada macrorregião, conforme apontam os grandes temas de estudo dispostos no Plano Nacional de Formação - ponto 5 deste documento.

Contudo, a partir da necessidade de pensar e agir estrategicamente, em vista da construção, potencialização e efetivação do Projeto Popular para o Brasil, o 11° Encontro Nacional também discutiu e deliberou sobre cinco grandes desafios estratégicos que devem receber uma atenção especial da Recid no triênio 2012 a 2014, em vista de ganharem mais unidade, potencialização e força. Eis os eixos estratégicos aprovados e suas respectivas ações especificas:

1°- FORTALECER AS LUTAS CONTRA OS IMPACTOS DO MODELO NEO-DESENVOLVIMENTISTA, A PARTIR DO PROJETO POPULAR PARA O BRASIL:

Fortalecer as lutas contra o agronegócio, hidronegócio e o atual modelo predatório de desenvolvimento;

Promover ações contra as mudanças do código florestal;

Apoiar a luta por reforma agrária, a agricultura camponesa/familiar e por modelo de produção agroecológico (bancos de sementes, etc.);

Se opor as flexibilizações das leis ambientais nas regiões;

Lutar contra os impactos dos grandes Projetos, especialmente na Amazônia, fortalecendo a resistência e organização dos trabalhadores e populações atingidas;

Lutar contra exploração de recursos naturais e mercantilização da natureza (mineração, etc.) e pela justiça ambiental;

Promover estágios de vivências em assentamentos e comunidades como ferramenta de fortalecimento da luta contra o modelo do agronegócio;
Apoiar as lutas pela demarcação, titulação e desintrusão dos territórios quilombolas e indígenas;
Apoiar as lutas de resistência das comunidades tradicionais (quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores);
Fortalecer a Campanha contra o uso dos Agrotóxicos (inserção nos comitês estaduais);
Fortalecer a Cúpula dos Povos e negar a Economia Verde.

2°- FORTALECER AS LUTAS CONTRA O PROCESSO DE EXCLUSÃO SÓCIO-TERRITORIAL NOS CENTROS URBANOS:

Fortalecer a luta pela reforma urbana e contra os despejos forçados;
Apoiar a luta pela PEC da moradia (n° 285/2008);
Potencializar as lutas por mobilidade urbana e fortalecer os processos formativos nas periferias;
Apoiar as lutas pela efetivação do Estatuto das cidades;
Combater a lógica de repressão, segregação e higienização nos centros urbanos, decorrentes das políticas governamentais e megaeventos eventos, (UPPS, despejos etc.);
Apoiar as lutas pela democratização e o direito à mobilidade urbana, garantindo a acessibilidade e transporte público de qualidade e passe livre;
Apoiar a luta contra os megaeventos e apoio/participação nos Comitês Populares da Copa 2014.

3°- FORTALECER AS ORGANIZAÇÕES E LUTAS CONTRA TODAS AS OPRESSÕES E DISCRIMINAÇÕES COM ESPECIAL DESTAQUE AS QUE ATINGEM A JUVENTUDE E AS MULHERES:

Estimular ações com a juventude que está entrando no mercado de trabalho;
Incentivar o trabalho com a arte e a cultura popular como ferramentas de formação da juventude;
Fortalecer as organizações populares da juventude;
Se apropriar das discussões da conferencia nacional de juventude e fortalecer a participação nos espaços de fóruns, conselhos de juventude;
Apoiar a campanha permanente contra o extermínio da juventude;
Fortalecer a organização das mulheres e o debate de suas pautas e lutas;
Apoiar a luta pelo pacto nacional de combate a violência contra as mulheres e pela efetivação da política nacional para as mulheres;
Informação, estudo e disseminação da Lei Maria da Penha na sociedade, especialmente junto às mulheres e à juventude;
Fortalecer e apoiar as lutas da população negra, LGBT, pessoas com deficiências, população de rua, idosos, profissionais do sexo, criança e adolescentes, apenados e demais categorias que sofrem discriminação e exclusão social;
Lutar e apoiar todas as iniciativas e manifestações contra a homofobia.

4°- RADICALIZAÇÃO DA DEMOCRACIA:

Fortalecer a luta pela democratização dos meios de comunicação e o uso dos meios de comunicação alternativos;
Apoiar a luta pela Reforma Política, fortalecendo os mecanismos de democracia direta: plebiscitos, referendos, audiências públicas, etc;
Apoiar as lutas contra as privatizações (saúde, educação, saneamento e etc.);
Apoiar a suspensão do pagamento da divida pública e por sua auditoria já;
Incentivar a formação sobre a lei de controle público e transparência social para empoderamento da população na luta por garantia de direitos;

Qualificar nossa intervenção nos espaços de participação e controle social (fóruns, conselhos e conferencias) respeitando a conjuntura e especificidades da cada estado;
Questionar o modelo de educação tradicional e aprofundar o debate sobre educação popular como política pública, garantindo que seus princípios sejam orientadores na formulação da política, contemplando as especificidades da educação no campo e para comunidades indígenas e quilombola, entre outras;
Apoiar a Campanha dos 10% do PIB para a educação;
Avançar para a democratização do acesso aos recursos públicos, incidindo na discussão e efetivação do marco regulatório das ONGS;
Fortalecer a concepção de democracia como democratização do poder, da comunicação, acesso aos serviços públicos básicos (saúde, educação, etc.) e não só como participação nos espaços institucionais;
Fortalecimento das lutas contra as privatizações de instituições, serviços e bens públicos.

5°- FORTALECIMENTO DE AÇÕES QUE ACUMULEM PARA A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POPULAR PARA BRASIL:

Fortalecer a Assembleia Popular como ferramenta de construção da Unidade do Campo Popular;
Fortalecer as experiências de Economia Solidária, cooperativismo, fundos solidários;
Desenvolver ações de agitação e propaganda dos valores que anunciam este Projeto Popular e suas pautas;
Fortalecer as articulações entre campo e cidade, com os movimentos sociais e suas Lutas;
Emitir manifestos e cartas de apoio às lutas populares enquanto Recid;
Fortalecer o Grito dos Excluídos;
Fortalecer a 5º Semana Social Brasileira.
Observação: nos processos formativos como já previsto no Programa Nacional de Formação, dar atenção especial à temática "Relações sociais de gênero" e a realização do I Encontro Nacional da Juventude de Recid.

4 - BASE CONTEXTUAL DA RECID

A Rede de Educação Cidadã, desde 2003, constrói um processo coletivo em torno de sua ação política e pedagógica. Estes momentos foram sempre pautados por tensões e, diálogos na dinâmica de Rede e na busca por superar suas contradições. Este documento resulta do acúmulo histórico, por meio dos registros e relatórios ao longo dos últimos anos.
Várias foram as iniciativas ao longo deste tempo: a construção do Programa de Formação de Educadores(as) Populares e Nucleação de Famílias (em 2005), elaboração de material pedagógico (publicações e vídeos), a sistematização de experiências que resultou na publicação "Vamos Lá Fazer o que Será", entre outros.
Em 2007, a partir do acúmulo de diferentes experiências do trabalho de base em todo país e das conclusões da sua 1ª sistematização, a Recid assumiu, coletivamente, o desafio de elaborar o seu Projeto Político Pedagógico, processo participativo consolidado em seu 8° Encontro Nacional, com participação de 300 educadores/as populares do Brasil.
O Projeto Político Pedagógico (PPP), síntese do acúmulo da experiência iniciada em 2003, além das suas opções políticas e metodológicas, definiu os princípios e diretrizes que orientariam o trabalho de base, tencionando-o para a construção do Projeto Popular para o Brasil.
A seguir encontram-se os textos elaborados a partir do processo de avaliação coletiva desencadeada pelo planejamento de 2011 da Rede de Educação Cidadã organizados a partir das políticas de formação, comunicação, gestão compartilhada e organicidade.
3.1- No campo formativo-educativo:
A conjuntura política brasileira e internacional coloca o grande desafio de retomar o trabalho de base e intensificar a formação política do povo brasileiro não apenas para compreender a sua realidade, mas também para atuar rumo à sua transformação.

Isso exige criar condições para superar a cultura da passividade, romper com o silêncio, com a adaptação e a naturalização das desigualdades; propor alternativas para a transformação do modelo de dominação do capital rumo a um modelo de sociedade humanizante, com novos valores e nova organização econômica e social.

A educação popular historicamente e hoje, cumpre um papel como ferramenta fundamental nesta tarefa.
Esta concepção, segundo o professor Moacir Gadotti, se contrapõe aos demais modelos de educação porque é voltada para a realidade vivida pelas pessoas, para compreensão dela, de sua história e para construção dos meios necessários para superação coletiva das suas limitações e problemas.
Neste sentido, a Recid assume, em seu PPP, a opção metodológica, que é uma opção política, de trabalhar com o referencial teórico-prático da educação popular crítica, formulada por Paulo Freire, dialogando e acolhendo as contribuições de autores do campo popular.
A Recid assume esse compromisso político de realizar um processo educativo partindo das diferentes realidades, numa relação dialógica, buscando relacionar a dimensão micro e macro, vivenciar um processo de humanização e de novas relações rumo ao Projeto Popular para o Brasil.
Expresso em vários de nossos documentos e na ação coletiva desencadeada pela Rede o Projeto Popular ainda carece de força para se tornar uma alternativa real e concreta. A ação em Rede é muito rica e diversificada, porém ainda insuficiente para contaminar a consciência coletiva do povo brasileiro no combate às injustiças de forma massiva e articulada. Um grande desafio a enfrentar é a fragmentação da luta em torno deste objetivo comum de construção do Poder Popular.
3.2- No campo da comunicação:
A conjuntura e a ideologia postas no campo da comunicação reforçam uma mídia que nunca esteve e não está a serviço da emancipação dos povos, pois sempre favoreceu a elite brasileira detentora desses meios. Neste sentido, podemos considerar que a Política de Comunicação do país não avança para o enfrentamento da concentração e a quebra do monopólio da mídia no Brasil. Atualmente a mídia tem uma estratégia clara de inversão dos fatos e de criminalização das lutas e dos movimentos sociais, tendência que o governo parece não optar por reverter.
Neste cenário, a Rede de Educação Cidadã tem fomentado a formação política no campo da comunicação popular e a apropriação dos instrumentos tecnológicos, a partir da realidade regional considerando a sua diversidade**,** porém, ainda é preciso investir na aquisição de equipamentos e recursos destinados a este fim.
A política de comunicação precisa preparar e formar os/as educadores/as no campo teórico e prático numa perspectiva multiplicadora que prime pelo aspecto qualitativo e político, avançando na politização da sociedade para utilização dos meios de comunicação.
Podemos considerar que avançamos pouco nesse debate, mas destacamos que, a partir da Política de Comunicação (2009 a 2011), a Recid criou vários instrumentos de comunicação, além de buscar qualificar outros. Pelo fato de termos focado mais nas ferramentas, temos o desafio de avançar para compreender a comunicação não apenas como uma ferramenta de repasse de informação, mas como instrumento pedagógico e político de transformação. A democratização, neste campo virá junto com a formação político-ideológica.
A mecanização da comunicação e da vida está presente nas formas como se faz comunicação hoje; precisamos vivenciar a comunicação, levando em conta o PPP e relações sociais mais humanizadoras.
Avançamos na comunicação interna, mas precisamos romper com o poder da mídia que é contrária à construção do poder popular. Neste sentido, é importante que a Recid paute uma política de comunicação que possibilite aos estados o fortalecimento deste poder.
Os desafios postos à Recid perpassam pela discussão em torno do marco regulatório, das rádios comunitárias, de softwares livres, da internet gratuita e de outras questões de caráter político.
Sendo assim é importante dar visibilidade às ações da Recid, mas a comunicação precisa fortalecer e, sobretudo, dar visibilidades às lutas dos movimentos. É preciso considerar que são os movimentos que dão vida a Recid.
3.3- No campo da Gestão Compartilhada:
Gestão Compartilhada é a forma de planejamento, utilização e prestação de contas dos recursos e processos. Por ser uma "forma", a Gestão Compartilhada relaciona-se muito intimamente com a organicidade de Rede, com a gestão político- institucional e com a compreensão da totalidade dos processos em rede.
A Gestão Compartilhada não é um fim em si; ela é um instrumento a serviço dos objetivos da Recid; é um meio, por isso deve ser coerente com os princípios e diretrizes do Projeto Político Pedagógico.
O PPP caracteriza-se por propor a transformação social de um mundo organizado de valores e relações capitalistas para um mundo organizado a partir de relações e valores de solidariedade e não capitalistas.

Portanto, a gestão dos recursos da Rede encontra-se em conflito com as regras de gestão ditadas pelo marco legal brasileiro de um Estado de Direito, contudo, capitalista. A gestão de recursos oriundos deste Estado, destinados a processos formativos/educativos é possível, mas isso exige um esforço extraordinário por parte de todos/as envolvidos/as para a realização das atividades propostas pela Rede.

A Recid, ao longo desses anos, vem otimizando a utilização do dinheiro público de forma democrática e com uma finalidade político-pedagógica, que além de pública deve ser popular e emancipatória. Ou seja, na Rede o dinheiro público deve ser utilizado com o povo e para finalidades populares. Este recurso deve construir relações de solidariedade que enfrentem as desigualdades materiais, as opressões e permitam ao povo entender como funciona o Estado. Numa dinâmica em que as pessoas saem de uma postura passiva para uma postura ativa, participantes como sujeitos do processo.

Neste sentido, a Gestão Compartilhada aponta para a autogestão dos recursos, em que as pessoas têm papeis diferentes, vivenciam uma experiência educativa de gestão e não reproduzem relações autoritárias. O maior desafio neste campo é promover o debate com o Estado, conhecer a fundo e propor alternativas que sejam consideradas e aceitas no atual marco regulatório do repasse de recursos do Estado para projetos emancipatórios de finalidades popular e transformadora.

Aos princípios da administração pública (eficiência, moralidade, impessoalidade, legalidade, publicidade e transparência) devem somar-se a democratização e a finalidade de construção do Projeto Popular na Gestão Compartilhada da RECID.

Para a Rede de Educação Cidadã a Gestão Compartilhada caracteriza-se por: Gestão de recursos e dos processos como uma forma de organização, de compreensão do todo e de vivência político pedagógica;

Co-responsabilidade e ampla participação nos momentos de planejamento, execução e avaliação;

Ser instrumento para consolidação dos objetivos políticos da Rede, por isso deve ser coerente com o PPP;

Garantir a sustentabilidade política e pedagógica da ação em rede

3.4- No campo da Organicidade:

Pensar na organicidade da Rede é garantir a vivência do PPP nos coletivos até aqui constituídos, destacando o Princípio 11 e a busca por relações horizontais e colegiadas, além de partir da riqueza de sua diversidade. Não se pode pensar a organicidade sem relacioná-la ao conjunto de princípios que dizem respeito às suas opções políticas e pedagógicas.

A organicidade da Recid tem em sua natureza, primeiro: o desafio da vivência em Rede, relacionada com a sua especificidade – pé dentro (governo) e pé fora (sociedade) - e, segundo: como um espaço coletivo que articula os movimentos sociais. Neste sentido, busca assegurar o princípio da colegialidade na gestão política e pedagógica, assim como dos processos, o que não quer dizer que não haja espaços de decisões e pessoas que coordenem as ações. Por isso, faz-se necessária a discussão para definir cada vez mais o papel de cada um/uma que compõem os espaços de deliberações políticas e a sua operacionalidade.

O principio 11 do PPP e suas 5 diretrizes, que buscam reforçar a identidade, horizontalidade e organicidade da Rede, tem sido os orientadores dos processos que buscamos construir. Neste sentido, pensar em diretrizes da organicidade é pensar nos papeis dos diferentes sujeitos e espaços para que possamos avançar e, dentro do possível, garantir uma organização onde a construção coletiva parta das diferentes realidades, considerando as especificidades, porém, assegurando o princípio da unidade dentro da diversidade. Este é o maior desafio para este campo, garantir a unidade de ação da Rede sem ferir a autonomia de cada espaço coletivo.

A Recid nos últimos anos tem vivenciado o Projeto Político Pedagógico e possibilitado debates no sentido de acumular no campo da educação popular, com seus programas de formação, na gestão compartilhada, na comunicação popular e na cultura da organicidade em rede. Portanto, o processo de avaliação que vem sendo vivenciando, principalmente nos dois últimos anos, é de fundamental importância para se avançar na construção de diretrizes mais detalhadas sobre o funcionamento de cada um dos campos em torno dos quais vem organizando sua prática.

3º PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO (2012 – 2014)[1]

A partir de 2008, a Rede assumiu o desafio de transformar as diretrizes do PPP em ações nacionais, regionais, estaduais e locais por meio de planejamentos participativos para um período de tempo mais longo.

Entre as ações pensadas para este planejamento, revelou-se importante priorizar a elaboração do 2º Programa Nacional de Formação para educadores/as populares de forma a fortalecer os processos locais e o trabalho de base.

Outro passo importante foi a organização do 9º Encontro Nacional em julho de 2008 com desafio de identificar os elementos necessários para organização inicial do planejamento participativo com linhas de ação até 2010. O círculo temático: "Formação e Trabalho e Base", realizado neste encontro, reafirmou a importância de organizar, de forma contínua e por um período mais longo, processos de formação com educadores/as populares à luz do PPP, nas esferas nacionais, regionais e locais. Foi apontada a relevância da pesquisa participante no levantamento do universo temático, com ênfase para o aprofundamento da metodologia da educação popular freireana e o estudo da realidade brasileira, valorizando pensadores/as na perspectiva da transformação social.

Outro aspecto recomendado foi a prática da sistematização das experiências de educação popular na Rede como contribuição para a construção do Projeto Popular para o Brasil, assim como a importância da formulação de indicadores qualitativos para avaliação dos processos em curso.

Em março de 2009, foi realizado o Encontro Nacional de Sistematização do Programa de Formação, com a presença de 1 educador/a de cada estado e do Distrito Federal. Na oportunidade, a partir do conjunto das pesquisas enviadas pelos estados, foi levantado o universo temático nacional e desenvolvidas as propostas que buscaram articular os temas numa proposta metodológica, para os anos de 2009 a 2011.

Desde então um conjunto de ações nacionais, estaduais e locais foram realizadas para dar vida e materialidade ao 2º Programa Nacional de Formação. Esta vivência foi avaliada pelas equipes estaduais, e sintetizada em novembro de 2011 pela Equipe Pedagógica / Comunicação e mais um educador(a) representante de cada macrorregião. O consenso foi que não se tratava de construir um novo programa de formação, mas de atualizar o PNF a partir do vivenciado e dos apontamentos dos estados. Mas também foi avaliada como necessário que as equipes estaduais se apropriem mais do PNF e que o grande fluxo e as mudanças de educadores/as liberados/as não deve comprometer a continuidade do mesmo, ele deve estar sempre vivo e orientando as ações.

5.1- O que queremos – objetivos

A FINALIDADE DO 3º PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO É:

Desenvolver processos de formação, continuados e integrados de educação popular, referenciados no Projeto Político Pedagógico da Rede de Educação Cidadã, para fortalecer os processos de formação dos coletivos estaduais, municipais, grupos e Conforme aprovado no XI Encontro Nacional.

núcleos nas comunidades e a organização popular tendo em vista a construção de um Projeto Popular para o Brasil. (objetivo referendado pelas avaliações do PNF).

As finalidades específicas deste programa:

Fortalecer o trabalho de base como elemento fundante da educação popular, garantindo com mais empenho, o protagonismo de todos os sujeitos envolvidos/as;

Contribuir com o fortalecimento da identidade da Recid;

Estudar o referencial teórico-metodológico da educação popular;

Potencializar a gestão compartilhada, a comunicação, a organicidade e sustentabilidade em rede;

Fomentar a articulação com outras redes e movimentos;

Aprofundar os instrumentos de análise de funcionamento da sociedade (conjuntura e estrutura social – Estado, modos de produção…);

Ampliar a participação de novos/as e jovens educadores/as nos processos de formação;

Articular-se e potencializar os movimentos e grupos de Juventude já existentes.

Ampliar e manter momentos de formação continuada (estudos nos planejamentos e encontros estaduais, leitura coletiva periódica das práticas, ampliar espaços formativos sistemáticos, realização de escolas permanentes de educação popular, presencial e à distância, etc);

Envolver maior número de sujeitos em todos os processos da Rede buscando ainda mais a participação das entidades parceiras no fortalecimento do trabalho e da educação popular e, assim, garantir com mais empenho o protagonismo dos sujeitos envolvidos (estimular a unificação de agendas e bandeiras de lutas nacionais, priorizar nos planejamentos estaduais o fomento de novas parcerias);

Aprofundar a metodologia da sistematização;

Participar dos espaços políticos de debate;
Contribuir com a formação da educação popular nos e com os movimentos populares;
Intensificar a prática da análise de conjuntura a partir da realidade local em diálogo com a conjuntura nacional e com qualidade que possa contribuir para intervenções eficazes;
Potencializar formação política, focando novas militâncias nos espaços das macrorregiões, nos intermunicipais;
Valorizar o protagonismo juvenil, fortalecer a identidade do jovem através da cultura popular e possibilitar o intercâmbio entre a juventude e os diferentes saberes;
Promover e realizar um encontro nacional da juventude da Recid;
Continuar reafirmando a Recid enquanto articuladora no campo da formação e fortalecimento dos grupos de base na construção do poder popular;
Garantir e potencializar a vivência do PPP nos espaços formativos.
Garantir ao Secretariado da Recid momentos de formação, no turno de trabalho;
Garantir e aprofundar nas formações e espaços da Rede o debate sobre as questões de gênero, raça e etnia.

5.2- Como faremos – metodologia

Este Programa parte da ideia, primeiro, da formação de educadores/as populares articulados em rede que, por sua vez, vão fortalecer os processos de formação com diferentes grupos acompanhados. Para isto, opta-se, pela metodologia da educação popular formulada por Paulo Freire. Neste sentido, as equipes de educadores/as distribuídas por todos os estados da federação e Distrito Federal, juntamente com as equipes de coordenação geral e acompanhamento das atividades, mais centenas de pessoas, militantes, voluntários/as, coordenam a execução de atividades educacionais: oficinas de formação, encontros regionais, encontros macrorregionais e encontros nacionais.

As atividades locais como oficinas, buscam levantar a realidade local, articular estas, aos temas mais gerais no que toca ao exercício da cidadania e à transformação social. Portanto é a partir de uma leitura e análise atenta e crítica da realidade local, articulada à conjuntura mais global, aos eixos de luta, à luz do PPP, que os educadores/as, em coletivo, vão optando por quais processos de base vão fortalecer: organização de quilombolas, de mulheres e indígenas, por exemplo. Mas isso, quem vai dizer é a realidade local.

Esse esforço coletivo fomenta os encontros locais e estaduais, que por sua vez dão elementos para os encontros entre as regiões do país, articulando a análise das realidades locais, estaduais e nacionais formando uma rede de conhecimento, análise e criação de mecanismos de enfrentamento das violações de direitos e exercício de cidadania. Em rede, os sujeitos envolvidos assumem responsabilidades individuais e coletivas na solução da problemática social local e nacional, tornando- se protagonistas deste esforço.

Concebendo a educação popular como um processo contínuo e permanente, a metodologia proposta por este Programa está referenciada no Projeto Político Pedagógico da Recid.

A prática educacional da Rede de Educação Cidadã busca realizar suas atividades seguindo os três momentos pedagógicos, da educação popular: estudo da realidade, aprofundamento teórico e aplicação do conhecimento (diretriz 8.3 do PPP), sempre numa relação de diálogo (princípio nº 7, PPP) com as diferentes realidades e experiências. A ideia da ação-reflexão-ação guia a prática educacional. Cada atividade realizada deve conter estes três momentos, da mesma forma, todo o processo de formação segue este caminho.

ESTUDO DA REALIDADE: Partir da Realidade imediata, que é resultado não só de uma ação ou experiência, mas de toda uma prática social e histórica, *PARA QUÊ*:

APROFUNDAMENTO TEÓRICO: Possamos apropriar-nos de conceitos teóricos que nos permitam conhecer as distintas dimensões da realidade imediata e global, descobrindo as contradições mais profundas, *COM O OBJETIVO DE*:

APLICAÇÃO DO CONHECIMENTO: Aplicar estes conhecimentos teóricos como guia para construir uma nova visão da realidade e realizar ações transformadoras através de uma prática revolucionária.
Todo o processo só tem sentido se for coletivo, com a participação de todas as pessoas envolvidas, afinal partir da realidade é também partir da coletividade.
ELEMENTOS TRANSVERSAIS:
Alguns elementos são transversais a todo esse movimento e, precisam estar presentes e assegurados em todas as ações da Recid. Por isso, mais do que estudados, devem ser vivenciados e incorporados em todo o processo formativo. Esses elementos são:
SISTEMATIZAÇÃO:
Sistematizar um momento educacional é organizar os conhecimentos produzidos pela prática. Neste sentido, o bom registro das práticas é um importante passo para garantir os processos de sistematização. A sistematização é um processo de reflexão coletiva sobre a ação para qualificá-la, retomando os momentos pedagógicos para produzir conhecimentos novos. Um exemplo: filmar um encontro e editar um documentário sobre o mesmo é uma forma de registro e pré- condição para sistematizar a prática. Da mesma maneira, escrever cartas pedagógicas e fazer desenhos que representem a experiência, encenar a vivência em peça de teatro, etc.
A inserção da prática sistematizadora em processos de educação popular tem revelado a pertinência e a relevância dessa ação no amadurecimento teórico e prático das experiências. Numa educação que atua sob uma perspectiva emancipadora, o processo de sistematização é concebido como uma construção participativa de conhecimento que garante o protagonismo dos sujeitos que com ela estão envolvidos.
É de grande valia para desencadear os processos de sistematização, organizar momentos de formação com os educadores da Rede que vão coordenar os processos. Momentos de reflexão sobre o que é sistematizar, para que sistematizar, como sistematizar, como comunicar a experiência são questões necessárias que podem responder o processo da sistematização.

HUMANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES E MÍSTICA:

Ao praticar uma educação diferenciada criamos posturas críticas que combatem a desumanização provocada pela mercantilização e "coisificação" da vida promovida pelo modo de produção capitalista (diretrizes 3.3 e 3.6 do PPP). Portanto, a valorização da equidade de gênero, etnia, geração, sexo, classe e a promoção de uma mística da libertação são práticas essenciais a todos os processos educacionais da Rede. Não se trata apenas de respeitar as diferenças, mas, valorizá-las como a essência da própria vida. Neste sentido, construímos a prática da escuta, do diálogo atentos e capazes de perceber e de respeitar a riqueza da diversidade (diretriz 12.2 do PPP).
A mística deve ser vivida, como sentimento de pertença, gratuidade, partilha e construção coletiva, cultivo de valores, mas, sem perder a visão e a prática do objetivo maior que é a libertação (diretriz 12.1 do PPP). Isto se traduz concretamente, em nossos espaços formativos, com o cuidado com a acolhida aconchegante, com o/a outro/a, com a preparação de um ambiente gostoso para a formação, com a garantia da participação, valorização de elementos culturais, lúdicos e criativos, etc.

COMUNICAÇÃO:

A comunicação é a essência do diálogo. Para nos relacionarmos com as pessoas temos que nos comunicar e nos sintonizar uns com os outros. Os saberes dependem das relações e da comunicação para existir. Neste sentido, a comunicação é elemento transversal.
A comunicação na Recid é entendida como um processo coletivo de construção do conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade, tendo em vista a perspectiva da sua democratização e da transformação social (ver Política de Comunicação, 9º Encontro Nacional).

Comunicar os nossos saberes é algo diretamente relacionado à sistematização de nossas ações. Como foi citado acima, sistematizar é organizar nossa prática; comunicar é dar vida e aplicação prática para o que produzimos. Comunicamo-nos através de meios e formas (jornais, fanzines, utilização de símbolos, teatro, etc. Sendo assim, é preciso explorar todos os sentidos e canais possíveis em nossa comunicação).

GESTÃO COMPARTILHADA E ORGANICIDADE:

A organicidade é vista como unicidade da ação pedagógica nas várias instâncias, contemplando a diversidade regional e local (especificidades do trabalho de base), é a relação que a pessoa tem com o todo da Rede.
O elemento transversal requer que, o planejamento de todas as ações seja participativo, que toda tomada de decisão seja coletiva, que a Rede viva a democracia e a participação (Princípio nº 11, PPP). Assim, atingirmos as relações de poder em busca da horizontalidade é valorizamos a participação efetiva e afetiva.

AVALIAÇÃO:

A avaliação sobre as ações do PNF deve considerar o processo coletivo de construção dos processos, envolvendo planejamento da ação, execução e a produção de materiais. O processo sempre envolverá indicadores materiais e subjetivos dos grupos envolvidos.
Portanto, o Programa Nacional de Formação deve pensar todas suas atividades respeitando os momentos pedagógicos junto com a vivência da sistematização, humanização das relações, comunicação, gestão compartilhada e organicidade e avaliação.
Assim, enquanto instrumento político-pedagógico, a educação popular é um espaço que produz e desvela relações conflituosas e contraditórias da sociedade; mas, ao mesmo tempo, permite o estabelecimento de relações afetivas, cooperativas e solidárias, com práticas pedagógicas participativas, propositivas e respeitosas, que possibilita o encontro e os confrontos a respeito da construção de saberes e de estratégias de intervenções concretas na realidade.
5.3- Conteúdos
Os conteúdos trabalhados pelo Programa Nacional de Formação foram elaborados a partir da Pesquisa Participante realizada no segundo semestre de 2008 e início de 2009 e avaliados/redimensionados em 2011. Trata-se, contudo de uma lista aberta de temas a serem estudados, partindo da realidade de quem participará do Programa. Desta forma os conteúdos estão divididos em quatro grandes temas que vão se cruzar durante as atividades de formação nacional da Rede. Por outro lado, a avaliação continuada das atividades poderá acrescentar ou retirar conteúdos, desde que partam de instância com legitimidade para tanto.

TEMA: METODOLOGIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

Subtemas:
Sistematização;
Pesquisação;
Análise de conjuntura;
Categorias do PPP - Retomada e aprofundamento;
Educação popular como Política Pública;
Aprofundamento da obra "Pedagogia do Oprimido" – Paulo Freire;
Gestão Compartilhada e humanização das relações;
Mística;
Aprofundamento das diferentes concepções do trabalho de base;
Concepções pedagógicas;
Concepções de planejamento, monitoramento e avaliação dos processos educativos;

Educação presencial e à distância;
Método (materialismo histórico dialético) dialogando com as diferentes realidades e metodologia de Educação popular. Sugestão de leitura para aprofundamento: "Educação popular e a construção do campo popular na América latina". Conceição Paludo;
Processo de formação de consciência de classe.

TEMA: **O ATUAL MODELO DE DESENVOLVIMENTO E O PROJETO POPULAR PARA O BRASIL**

Subtemas:
Capital e trabalho;
Doutrinas e ideologias dominantes;
Aprofundar a concepção de Estado;
Formação social brasileira e latino americana, trazendo as especificidades macro regionais, biomas e territórios (Fundamentação em autores brasileiros: Florestan, Caio Prado, etc...);
Estado, luta populares, classes e estratégia;
Economia: capitalista e socialista (teoria e prática);
Economia popular solidária e Economia solidária (teoria e prática);
Autogestão social política e econômica (associativismo, auto-gestão...);
Divisão social do trabalho;
Políticas públicas e controle social pela base (conselhos, etc);
Democracia e soberania;
Diferentes formas de democracia;
Novos valores e ações para efetivação do poder popular;
Direitos Humanos e Sociais (saúde, moradia, cultura...);
Modelo agrário brasileiro;
A teoria Marxista;
Gênero, raça e etnia;
Estratégia e táticas políticas;
Formulações dos PPB (Cartilha Assembleia Popular);
Divida pública brasileira;
Combate a corrupção;
Os grandes projetos;
Economia verde.
Obs: Aprofundar obras do Paulo Freire.

TEMA: GESTÃO, ORGANICIDADE E SUSTENTABILIDADE.

Subtemas:
Relações de poder e concepção de rede;
Marco legal brasileiro;
Concepção de gestão compartilhada;
Elaboração e execução de projetos;
Mobilização de recursos.

TEMA: **COMUNICAÇÃO E CULTURA POPULAR**

Subtemas:
Instrumentos**,** meios de comunicação (Ferramentas virtuais de facilitação da comunicação interna);
Democratização da comunicação (interna e externa);
Movimento social da comunicação;
Comunicação Popular;

Diferentes linguagens e formas;
Construir de forma conjunta a reflexão e a vivência da Agitação e propaganda, entendendo como uma ferramenta de auxilio nas lutas (batucada, grafite, pichação, estêncil, panfletagem, teatro do oprimido, etc...);
Recepção crítica das mensagens dos meios de comunicação;
Cultura popular *versus* cultura de massa;
Cultura popular como processo de emancipação da consciência;
Arte, Música e Política.

TEMAS EMERGENTES:

Saúde da mulher, juventude, meio ambiente, cultura e cultura popular (desde o 10º Encontro Nacional e da avaliação), preconceito, intolerância e discriminação de todas as formas; Lei Maria da Penha, Função social da maternidade. (cartilha que contenha os principais eixos de lutas).
5.4- Como vai acontecer o programa - ações
As ações estão descritas em duas partes: 1º o que é a ação (com detalhes sobre como ocorrerá), 2º para que a ação – finalidade da ação.

CIRANDAS DE EDUCAÇÃO POPULAR

O quê? Dois encontros nacionais por ano, com duração de 5 dias com presença de dois e/ou três educadores/as (conforme orçamento) por estado, mais a Comissão Nacional, Talher Nacional, entidade âncora nacional e ações de multiplicação formativa nos estados, animadas pelos participantes do momento nacional (os/as educadores/as tem a tarefa de pensar o desdobramento da cirandas em seu estado).
Estes encontros deverão contemplar os momentos pedagógicos da Educação Popular – estudo da realidade, organização do conhecimento e aprofundamento teórico, aplicação do conhecimento – os métodos e técnicas destes encontros deverão ser explicitados na organização dos mesmos. Para organizar os encontros devem ser levados em consideração os elementos transversais: sistematização (como, quando e quem vai fazer); a gestão e planejamento compartilhados que garantam a participação coletiva no processo; a comunicação da experiência a interlocutores diversos; a valorização da diversidade de gênero, etnia, sexo e geração. Os momentos de multiplicação nos estados devem seguir o mesmo caminho, adaptando-o à realidade local. O processo de avaliação de cada encontro será um termômetro para a construção do seguinte.
Para quê? Espera-se com as "Cirandas" o aprofundamento coletivo da vivência da metodologia da educação popular e dos princípios e diretrizes do PPP. Outro resultado é a produção de materiais sobre estas experiências através da sistematização coletiva, tanto nacional, quanto nos estados. Por fim, espera-se a mobilização capilarizada de todos envolvidos à Rede para ações diversas que contribuam para a superação do modelo capitalista e a construção do Projeto Popular para o Brasil.
Propostas para qualificar:
As Cirandas são momentos de formação, diálogo e interação entre os/as educadores/as, pois oportunizam a socialização das experiências e a qualificação dos sujeitos no campo político e metodológico.
Os estados estabelecerem mecanismos de acompanhamento, de forma que garantam a corresponsabilidade, a formação processual, os desdobramentos e consolidação dos processos de formação e integração de novos/as educadores/as.

JORNADAS DE FORMAÇÃO

O quê? Bimestralmente cada instância da Rede, se organizará para realizar estudos que serão fomentados através de materiais disponibilizados pela Comunicoteca em ação integrada com as/os acompanhadoras/es de cada estado. O estado define o tema pensado, fazendo a relação com a

realidade local e nacional, no sentido de articular a teoria e prática e em que medida o estudo poderá contribuir para qualificar a nossa prática pedagógica.
Os estados podem e, devem buscar outras fontes de consulta. Os resultados das Jornadas de Formação deverão ser disponibilizados na Comunicoteca, assim como partilhados nos encontros nacionais de formação: "Cirandas". As jornadas podem ser organizadas em forma de grupo de estudo periódico, semana pedagógica, seminário, atividades culturais, filmes com debates, teatro do oprimido, etc. Como em todas atividades, os três momentos pedagógicos devem ser assegurados, assim como os elementos transversais.
Para quê? Propiciar o aprofundamento e a difusão de diversos referenciais históricos e de estudos básicos para a compreensão da conjuntura e dos elementos do Projeto Popular para o Brasil. Produzir materiais teóricos sobre as experiências de educação popular da Rede, assim como socializar as mesmas.
Propostas para qualificar:
Interagir melhor as jornadas com o material da Comunicoteca, aumentar a integração entre os diversos temas dos encontros microrregionais, a fim de aprofundar os temas transversais como geradores de temas centrais para formações locais. É preciso também prever melhor os recursos;
A partir das Jornadas, elaborar um programa de formação permanente em todos os níveis, junto com os parceiros da área de comunicação popular, tanto para capacitação técnica como formação política;
Realizar, como parte das Jornadas, análises de conjunturas que contemplem os aspectos raça, cultura, etnia, gênero, juventude, sexualidade e meio ambiente;
Utilizar além das mídias tecnológicas (mídias livres), formas "mais povo" de comunicação (agitprop, teatro do oprimido, cordel, intervenções urbanas, entre outros).

RODAS DE CONVERSA

O quê? Serão atividades desenvolvidas no âmbito dos estados com o objetivo de criar espaços de estudo, debates, articulação e construção conjunta com diversos movimentos e organizações sobre diferentes temas de interesses e sistematização das experiências de educação popular.
As Rodas de Conversa possuem como fundamento a concepção de Círculo de Cultura na perspectiva Freireana. É um espaço de ação educativa em que os participantes estão envolvidos em um processo comum de ensino e aprendizagem, com liberdade de fazer uso da palavra (se expressar), intervir, estabelecer relações horizontais, vivenciar ações coletivas, ressignificar suas práticas e concepções, assim como reler o mundo em que estão inseridos, mediados pelo diálogo, num processo reflexivo[2]. Nesse sentido, as Rodas de Conversa não podem se limitar a um espaço de interação por meio do qual as pessoas apenas se informam ou apresentam seus pontos de vista. No âmbito da educação popular, as Rodas de Conversa, fundamentadas na concepção do Círculo de Cultura, devem contribuir, para o amadurecimento político dos grupos populares.
2 Alguns saberes necessários à prática educativa, enquanto fios condutores da educação emancipadora, estão sistematizados em *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire (1996).
Para quê? Potencializar, aprofundar os processos de formação em Rede. Criar espaços emancipatórios de articulações locais entre redes e coletivos com temas comuns e pertinentes ao PPB.
Propostas para qualificar:
É preciso apropriação coletiva do conceito de "rodas" como "círculos de cultura", sistematização, registro e divulgação da ação, bem como realizar rodas com periodicidade regular (mensais).

ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE DA RECID

O quê? A plenária do XI Encontro Nacional aprova que haja um Encontro nacional de juventude, (com caráter a ser definido, cirandas ou acampamento, etc...) com discussão de temas transversais e espaços organizativos (negros e negras, gênero, LGBT, etc...) e com orçamento especifico.)

Para quê? Valorizar a participação da juventude na Recid e potencializar seu protagonismo e atuação nas lutas populares, discutir, estudar e aprofundar temas da conjuntura social e política, bem como ligados aos processos históricos de discriminação étnica, sexual e de gênero, além da exploração do trabalho e do meio ambiente.

AÇÕES QUE INTERAGEM COM AS POLÍTICAS DO PLANO GLOBAL DA RECID: COMUNICOTECA – AÇÃO O PNF E DA POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

O quê? Local, nos estados e nacional, de armazenamento virtual (página www.recid.org.br) e material multimeios e formatos (textos, sons, vídeos, figuras, dinâmicas, livros), de diferentes linguagens em rede, acesso irrestrito. Sua implementação depende do mapeamento, organização e disseminação de bibliografia, filmes, músicas, lutas relativas a cada tema e elemento transversal, incluindo a bibliografia do PPP e experiências desenvolvidas pela Rede em todos os espaços. É uma atividade continuada e disponibilizada em meio eletrônico e material.
Para quê? Fazer circular e socializar a reflexão teórica e os materiais pedagógicos, produções de instrumentos e experiências de educação popular, participação, mobilização, comunicação e outras mais para qualificar nossa ação político- pedagógica. Fomentar uma cultura de sistematização e comunicação de nossa caminhada.
Propostas para qualificar:
É necessário incentivar mais a participação de todos/as no compartilhamento de vídeos, áudios e textos; proporcionar e facilitar mais o acesso a estes materiais. Organizar cineclubes (internamente e externamente); organizar melhor o arquivos de dvds, textos e livros nos estados; multiplicar material para microrregiões; melhorar o processo de baixar filmes, entre outras ações.

ENCONTROS DE GESTÃO - AÇÃO DO PNF E DA POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA.

O quê? Realizar encontros de gestão – partir das experiências dos estados para discutir gestão compartilhada e elaboração de projetos – indicar fontes para financiamento.
Para quê? Capacitar os/as gestores/as na linha da gestão compartilhada dos recursos públicos a partir das orientações colocadas pelo marco legal e também apontar rumos para a sustentabilidade e articulação da Recid.
Propostas para qualificar:
Nos encontros vindouros, é preciso manter a dinâmica de construção a com prévia reflexão nos estados, buscar outras fontes de recursos, aprofundar na articulação e discussão do novo marco regulatório, buscar projetos e viabilizar outras fontes de recursos;
É importante realizar encontros de formação em gestão que abordem a Lei que rege os convênios, o marco legal, a metodologia e estrutura de funcionamento do SICONV e oficinas com a temática: "como é realizada a prestação de contas junto ao SICONV".

ENCONTRO NACIONAL - AÇÃO DO PNF E DO TODO DA REDE.

O quê? É a instância máxima de reflexão, discussão, planejamento e encaminhamento da RECID.
Para quê? Para avaliar e deliberar sobre os rumos e os processos políticos e pedagógicos mais amplos da Recid que devem iluminar e orientar as decisões de todos os espaços coletivos, a exemplo do que foi o XI Encontro Nacional que, a partir das avaliações dos estados e da reflexão sobre a conjuntura brasileira e internacional, atualizou os desafios colocados para a construção do Projeto Popular para o Brasil e aprovou este Programa de Formação e as políticas de comunicação, gestão e organicidade da Recid, para o triênio 2012 a 2014.
Propostas para qualificar:

É importante que os encontros deliberativos sejam em momentos diferenciados e garantam a troca de experiências, a potencialização do projeto de sociedade com o PPB, enfim sejam encontros de avanços para Recid, a partir das questões, avaliações e sugestões vindas da base da Recid.

REUNIÕES AMPLIADAS NACIONAIS

O quê? Duas reuniões anuais com caráter de encaminhar as questões definidas nos encontros nacionais, avaliação da caminhada e formação de educadores/as. Participam deste momento, a Comissão Nacional (CN), o Talher Nacional (TN), Entidade Âncora Nacional e 1 educador/a referência de cada estado.
Para quê? Aprofundar e encaminhar as questões definidas nos encontros nacionais.
5.5- Calendário PNF para o triênio.
Observação: As ações definidas neste calendário para o ano de 2012 estão detalhadas no Planejamento do Programa Nacional de Formação.
CALENDÁRIO TRIÊNAL PNF

2012	2013	2014
1º SEMESTRE 1ª Reunião Ampliada Comunicoteca: Tema: Cúpula dos Povos e Rio + 20 Recid na Cúpula dos Povos Maio e Junho: acompanhamento pedagógico – cartas Junho: subsídio sobre registro em Cartas pedagógicas **2º SEMESTRE** Mapeamento dos educadores/as protagonistas nos processos de sistematização da Recid. Novembro - 2ª Reunião Ampliada Agosto: 1ª Jornada Pedagógica nos estados Setembro e novembro: acompanhamento pedagógico - cartas Comunicoteca: Modelo de desenvolvimento Encontro Nacional da Juventude da Recid: Julho: constituir equipe preparatória. Dezembro: realização do Encontro.	**1º SEMESTRE** 2ª Jornada Pedagógica nos estados Comunicoteca Encontro Nacional de Gestão (novo convênio) 1ª Reunião Ampliada **2º SEMESTRE** Julho - 2º Ciclo de Cirandas (2 ou 3 em 1) – 10 dias - Julho 3ª Jornada Pedagógica nos estados Comunicoteca 2ª Reunião Ampliada Encaminhamento: Realização de um seminário sobre sistematização.	**1º SEMESTRE** 4ª Jornada Pedagógica nos estados Comunicoteca **2º SEMESTRE** 3º Ciclo da Ciranda (10 dias em julho) Comunicoteca 12º Encontro Nacional

- POLÍTICAS GERAIS DA AÇÃO DA REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ
- POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVO GERAL:

Consolidar, na Rede, a comunicação como um processo sócio-político coletivo de construção do conhecimento, de humanização, de diálogo, de relações horizontalizadas e de expressão da diversidade, à luz do PPP, com formação prática e ênfase na formação política rumo à construção de práticas contra-hegemônicas e ao fortalecimento do poder popular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Trabalhar a cultura da comunicação no seu aspecto sócio-político nas atividades pedagógicas (oficinas, encontros, cursos, etc.) abordando aspectos teóricos e práticos (PPB/PPP, democratização da comunicação, rádios comunitárias e softwares livres);

Criar condições para que os grupos entendam e assumam a comunicação como um instrumento de construção do Poder Popular;
Estimular a construção de planos estaduais de comunicação, de formação, apropriação das técnicas e construção dos instrumentos de comunicação e análise crítica;
Fortalecer as iniciativas de educação popular existentes no âmbito da Recid.

LINHA 1: GARANTIR RECURSOS, INFRA-ESTRUTURA E TECNOLOGIA PARA APRIMORAR OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO DA REDE, ESTABELECENDO COMPROMISSO COM O MEIO AMBIENTE (CONSUMO CONSCIENTE).

Buscar recursos e estrutura (local e nacional) para garantir e potencializar os processos de comunicação na Rede;
Prever recursos, no próximo convênio, para aquisição de equipamentos. (kit comunicação);
Avançar para a superação dos limites do marco legal sobre aquisição de patrimônio;
Estimular a articulação da Rede com pontos de cultura, de inclusão digital, etc, para compartilhamento de ferramentas e de equipamentos de comunicação;
Garantir a equipe de educadores/as populares para assessorar e dar continuidade ao processo de comunicação junto à Recid e avançar para a consolidação de equipes e pessoas referências em comunicação em todas as esferas;
Garantir que uma pessoa da CN integre a equipe de administração do site da Recid;
Avançar para a organização de telecentros em parceria com outras organizações e entidades.

LINHA 2: DESENVOLVER UM PROCESSO DE FORMAÇÃO PRÁTICO-TEÓRICA DE EDUCADORES/AS POPULARES NA ÁREA DE COMUNICAÇÃO.

Compartilhar os conhecimentos construídos na 4ª Ciranda nos processos locais (intermunicipais e oficinas), estaduais e macrorregionais, garantindo facilitadores que compreendam a metodologia freireana e o PPP;
Construir tutoriais, passo a passo, para facilitar o uso das ferramentas de comunicação;
Potencializar seminários, oficinas, encontros (macros, estadual e interestadual), grupo de estudos nos coletivos, rodas de diálogo sobre o tema da Comunicação Popular;
Pensar em cursos e processos de formação e educação à distância;
Garantir e incentivar encontros específicos para intercâmbio de experiências na área da comunicação popular e possibilitar intercâmbio de pessoas e experiências de comunicação;
Qualificar de forma política, metodológica e técnica as ações que os estados já vêm realizando;
Fazer um estudo sobre a Lei de regulamentação da comunicação;

LINHA 3: GARANTIR O INTERCÂMBIO E A SOCIALIZAÇÃO ENTRE AS EXPERIÊNCIAS E EDUCADORES/AS POPULARES NOS NÍVEIS, LOCAL, ESTADUAL, MACRORREGIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL.

Fortalecer o intercâmbio dos coletivos dos estados para enriquecer as oficinas e microrregionais para troca de experiências;
A CN e TN continuar o intercâmbio e a troca de experiência em oficinas, reuniões, encontros macrorregionais;
Fazer mapeamento das experiências de comunicação da Rede e outras possíveis de diálogo e socializar com os estados;

Potencializar as cartas pedagógicas e as cartas sociais, em diálogo com os processos de acompanhamento;
Dialogar com o CAMP a perspectiva de comunicação da Rede;
Propor a produção de vídeos por núcleos e estados;
Criar um jornal da Rede impresso como instrumento para troca de experiências;
Construir uma TV Web dos movimentos sociais para partilha das lutas e das experiências populares;
Ter momentos dentro dos encontros da Rede de socialização de experiência que deram certo com a comunicação.

LINHA 4: INTEGRAR AS LUTAS DA SOCIEDADE CIVIL NO CAMPO DA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO.

Mapear e articular nos estados grupos envolvidos nas lutas pela democratização da comunicação;
Organizar e manter atualizada uma lista de contatos com os movimentos que compõem a Rede;
Incentivar a presença da Rede nos conselhos, fóruns e comitês estaduais de comunicação;
Divulgar as lutas dos movimentos que compõem a Rede;
Garantir que sejam aplicadas as diretrizes que regulamentam a implementação / implantação das rádios comunitárias;
Participar de processos de criação das rádios comunitárias e fortalecer as existentes, considerando princípios da comunicação comunitária;
Conhecer os processos das rádios livres, propor a revisão da legislação das rádios comunitárias e com isso abrir um debate do papel da ANATEL;
Ampliar a presença da Recid contribuindo e incentivando as rádios comunitárias como meio de democratizar a comunicação;
Fortalecer o processo de democratização da comunicação com a sociedade civil organizada através de informativos, boletins, tabloides e outros;
Fazer parcerias com outros meios de comunicação populares já existentes;
Fortalecer a comunicação popular;
Fortalecer as rádios difusoras.

LINHA 5: DAR VISIBILIDADE ÀS AÇÕES DA REDE.

Respeitar as especificidades de cada grupo com política de comunicação da Recid;
Continuar com a publicação dos informativos da Recid, imprimir e fazer a distribuição;
Cada estado fazer o lançamento de sua sistematização, bem como da sistematização nacional e do vídeo;
Fortalecer o uso da marca Recid por meio de banners e sinalização visual;
Garantir a utilização de meios como camisas, bolsas e estandartes como forma de aumentar a visibilidade da Recid e transmitir mensagens para a população;
Criar, apoiar e estimular a utilização de ferramentas como blog's, skype, redes sociais e outros meios de comunicação, além de uma web-rádio e ferramentas práticas de comunicação e difusão cultural das ações.
Apoiar a criação de uma web-rádio e ferramentas práticas de comunicação e difusão cultural das ações;
Criar, reproduzir e compartilhar para além da Rede uma revista impressa;
Fortalecer as ações da Comunicoteca para além da Rede, socializar suas produções e co-participar, sempre que possível, com os processos educativos;

Garantir o papel da equipe de articulação política como espaço de avaliação, de onde é importante que a Rede ganhe visibilidade;
Efetivar a inserção de materiais no site de forma descentralizada pelos educadores\referência na comunicação dos estados, contudo, sempre de forma a socializar internamente o material antes da sua entrada no site, construindo momento de debate sobre o assunto.

LINHA 6: ARTICULAR E POTENCIALIZAR O CAMPO DA PRODUÇÃO CULTURAL E SIMBÓLICA DA REDE.

Mapear e buscar parcerias com grupos populares e comunitários;
Potencializar a mobilização e divulgação das atividades da Rede;
Elaborar textos e materiais didáticos em outras linguagens e símbolos da Recid;
Incentivar a participação de movimentos culturais e artistas populares na Rede;
Incentivar a produção da cultura popular independente;
Incentivar encontros específicos para intercâmbio de experiências na área da cultura e comunicação popular;
Potencializar o foco da produção cultural englobando a diversidade das realidades;
Fazer debate e enfrentamento à cultura de massa.

LINHA 7: GARANTIR A COMUNICAÇÃO DA DIVERSIDADE.

Ampliar e fortalecer os processos de comunicação em colaboração com outras organizações;
Utilizar o site da Rede para divulgação das ações desenvolvidas por grupos culturais parceiros;
Priorizar formas e enfrentamento à cultura de massa.
- POLÍTICA DE GESTÃO COMPARTILHADA

LINHA 1: SUSTENTABILIDADE

Garantir a continuidade do convênio sem interrupções, elaborando estratégias em coerência com o PPP;
Garantir recursos no orçamento da união para a Rede;
Elaborar uma políticade sustentabilidade que vá além de convênios/recursos;
Fortalecer a organicidade para colocar em prática alternativa de sustentabilidade;
Mapear editais e atividades de produção para viabilização de sustentabilidade;
Avaliar as parcerias com entidades âncoras continuadamente;
Aprofundar a concepção de gestão compartilhada e vivenciá-la;
Realizar oficinas de elaboração de projetos para fomentar o debate de sustentabilidade, captação de recursos e identificar financiadores públicos, estatais e não estatais que apoiam as organizações populares, desde que estejam em sintonia com o Projeto Político Pedagógico e o Projeto Popular para o Brasil.
Conhecer, estimular e fomentar outras experiências de sustentabilidade, buscando articular com os princípios da Rede;
Parceria com empreendimentos da economia solidária no acesso a insumos, serviços, e outros.

LINHA 2: MARCO REGULATÓRIO

Vivenciar o conceito de gestão compartilhada através da transparência e distribuição coletiva de responsabilidades;

Publicizar a prestação de contas de cada estado;
Fomentar a criação de escolas estaduais de formação continuada dos/as educadores/as, no campo político social e educação popular.
Investir em um Processo de Formação nos coletivos dos estados para conhecer o marco regulatório atual e propor o marco regulatório que queremos;
Apropriar-se de outros temas relacionados com a temática como, por exemplo, a legislação de associação e cooperativas (da economia solidária, camponeses, etc);
Fazer uma articulação com a Plataforma dos Movimentos Sociais a partir dos Estados para fortalecer a mobilização nacional de alteração do Marco Regulatório;
Aprofundar a concepção de gestão compartilhada para a construção da frente Popular para o Brasil. Exigências de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, e eficiência. Complementando-a com a democratização, vivência educativa da gestão e coerência com o PPP;
A Recid precisa identificar e enfrentar as demandas que vão além da criação de políticas públicas de Estado, compreendendo-as como parte de um processo que torne as classes populares autônomas em relação ao posicionamento ideológico dos governos, mas ao mesmo tempo indique o compromisso estrutural do Estado;
Garantir articulações com entidades, ONGs, movimentos, Ministério do Planejamento, entre outros, para desenvolver capacitação técnica, aos educadores/as envolvidos no processo de gestão compartilhada.

LINHA 3: COMPARTILHAMENTO

Compartilhar o poder nas relações;
Democratização da elaboração do projeto (convênios) a partir das demandas reais dos estados, com base nas informações e decisões políticas;
Realizar reuniões ampliadas a fim de partilhar a gestão nos estados;
Garantir em todos os estados o planejamento conjunto da aplicação dos recursos, conforme as diretrizes políticas pedagógicas;
Construir e assumir um processo de formação continuada que avalie e aprofunde constantemente o processo de gestão compartilhada nos estados, macrorregiões e nacional, previsto em seus planejamentos;
Horizontalizar as informações das reuniões pelas representações das coordenações regionais e comissão nacional aos estados;
Informatizar o banco de dados de prestação de contas da Rede.

LINHA 4: AUTONOMIA

Estruturar, fortalecer e garantir a identidade da Recid em um processo de gestão política colegiada, alternada e horizontal;
Refletir quanto ao conceito de autonomia dos sujeitos coletivos (movimentos) e em contrapartida estes sujeitos também precisam respeitar a autonomia da Rede;
Definir no coletivo espaço físico que assegure a estrutura e o fortalecimento da Rede, que funcione nos estados como referência organizativa preservando sua memória.

LINHA 5: ACOMPANHAMENTO PEDAGÓGICO:

Efetivar, nos coletivos estaduais, a indicação da pessoa referência de cada estado;
Efetivar um registro por meio de cartas pedagógicas estadual - bimestrais encaminhado para a equipe pedagógica da Recid (CN, TN e Entidade Ancora Nacional);

Qualificar a construção do calendário único via site Recid;
Assegurar que a entidade âncora nacional devolva (mensal ou bimestralmente) aos estados uma leitura critica a partir da síntese dos relatórios;
Retomar o aprofundamento sobre a concepção de sistematização de Oscar Jara para qualificar os processos de registro e sistematização das experiências da RECID nos estados;
Qualificar a reflexão sobre o perfil das pessoas que são indicadas para cada espaço e atividades;
Priorizar o acompanhamento político e pedagógico aos Estados com mais fragilidade;
Aproveitar as reuniões, cirandas e encontros nacionais, regionais e planejamentos estaduais como espaços de acompanhamento da Rede (assegurar tempo e espaço nas programações);
Se apropriar dos relatórios e acúmulos dos encontros nacionais, macrorregionais e estaduais, observando os encaminhamentos;
Qualificar o fluxo de comunicação das decisões e encaminhamentos entre estados, CN, TN e entidades âncoras, utilizando mais permanente as ferramentas de comunicação.

7- DIRETRIZES DA ORGANICIDADE DA RECID
- ORGANIZAÇÃO LOCAL/MUNICIPAL

GRUPOS DE BASE: São grupos identificados pelas Recid's locais, nas diferentes comunidades urbanas e rurais e em situação de vulnerabilidade social. A partir desta identificação, a Recid desencadeia, acompanha e fortalece um processo de formação na perspectiva do protagonismo e fortalecimento destes.
Como se dá este processo: partindo do princípio de que as oficinas, junto aos grupos de base, se dão em processos continuados e devem ter uma intencionalidade política explícita, mediadas pela metodologia da Educação Popular critica freireana, dentro de uma relação de parceria. Os temas abordados devem ser definidos a partir das demandas e dos grupos acompanhados. Assim, o diagnóstico da realidade local e a conjuntura são a base dos planejamentos locais, microrregionais e estaduais e do Programa Nacional de Formação que compõem a dinâmica dialógica entre o micro e o macro.

- ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

COLETIVO ESTADUAL: é constituído por educadores/as militantes e representantes dos vários espaços de articulação que compõem a Recid em cada estado. É o espaço onde se dá a articulação das decisões políticas e pedagógicas do estado, balizadas pela vivência, animação e avaliação do planejamento estadual, dos processos de gestão compartilhada em diálogo com os encaminhamentos nacionais ações e metas do convênio e o PNF. Também é sua atribuição, definir o processo, os critérios e a equipe de seleção dos novos educadores/as contratados/as e das Entidades Ancoras Estaduais, à luz dos critérios nacionais e das especificidades locais.
Composição: além dos educadores/as militantes, contratados/as ou não e a Entidade ancora estadual, também devem fazer parte os/as representantes dos movimentos e organizações populares que compõem a Recid no estado. Ou seja, o coletivo não pode ser formado apenas pelos educadores/as contratados/as.

E DUCADORES/AS MILITANTES CONTRATADOS/AS:

São pessoas que assumem o papel de conduzir, dinamizar e organizar, em consonância com as definições do coletivo estadual, as ações do planejamento estadual e do trabalho de base, fazendo as ações da Recid chegar de fato aos grupos, às comunidades e, a partir do diálogo com eles e a realidade local, desencadeiam o processo formativo visando a organização social,

o fortalecimento da cidadania ativa nos espaços políticos e de controle social, enfim, o protagonismo dos grupos populares. O trabalho deve ser realizado a partir das definições do coletivo estadual e as metas devem ser realizadas conjuntamente. No âmbito do processo de articulação e mobilização é importante fortalecer a Rede, mas respeitar o espaço de autonomia das entidades e movimentos sociais que compõem a Rede.

Critérios para seleção de educador/a:
Ser um educador/a popular que se identifica com o projeto e a missão da Recid expressos no PPP, esteja engajado/a ou tenha histórico de militância, trabalho de base experiência e trajetória com movimentos, organizações e projetos sociais.
Ter vínculo voluntário ou já conheça a metodologia e a organicidade da Rede, assuma o compromisso com o PPP e tenha facilidade para trabalhar em equipes, registrar, sistematizar e elaborar relatórios.
Estar disposto/a a fortalecer as ações da Recid no estado e assumir coletivamente os processos de construção / fortalecimento e vivência da gestão compartilhada.
É recomendável, mais não excludente, que tenha o 2° grau completo.
Ter disponibilidade para participar de atividades no território nacional e no estado.
Não necessariamente precisa vir de um movimento social, mas sua militância pode ser despertada no espaço da Recid.
Não necessariamente precisa ter vinculo anterior com o coletivo, mas é fundamental que seja uma pessoa sensível, militante, tenha uma caminhada nos movimentos sociais e já tenha, conheça ou esteja próxima a caminhada da Recid.
Observações:
- A entidade âncora estadual e o Coletivo Nacional (Talher, Comissão Nacional e Entidade Âncora Nacional) quando necessário participam do processo de seleção dos educadores/as com um/a representante cada, junto com as demais pessoas que o coletivo estadual indicar.
O/a educador/a popular que não observar os acordos coletivos sobre o seu trabalho e tarefas estabelecidas pelo coletivo estadual, poderá ter seu contrato rescindido, a partir de avaliações dos coletivos estaduais.

EDUCADORES/AS MILITANTES NÃO CONTRATADOS:

São educadores/as que se identificam com o projeto e a missão da Recid expressos em seu PPP e que, a partir do seu engajamento em alguma organização ou movimento social com que tem histórico de militância e luta, agregam junto com os educadores/as contratados, uma dedicação especial a Recid, realizam oficinas, animam os encontros, enfim, participam ativamente das ações e contribuem pedagógica e politicamente com o fortalecimento da Recid no estado e nos espaços macros.

ENTIDADE ESTADUAL:

Organização popular do estado ou determinado município do mesmo, juridicamente regularizada, que assume o projeto da Recid e participam da gestão compartilhada dos recursos destinados as ações estaduais em diálogo com o coletivo estadual, além de garantir estrutura mínima, como espaço físico para secretaria, telefone, entre outros equipamentos.
Observação: É fundamental que a Recid tenha um espaço de referência, o qual pode ser compartilhado com os movimentos que compõem o coletivo estadual sendo este garantido dentro do projeto. Espaço que também pode contribuir para o fortalecimento e a dinâmica do fazer político/pedagógico.
Critérios para ser entidade estadual:

Ter histórico de caminhada e trabalhos de Educação Popular, que sua filosofia e metodologia esteja coerente com os princípios da Educação Popular.
Que seja parceira e, se compreenda como parte do processo, da gestão compartilhada, contribua pedagogicamente e politicamente com o fortalecimento da Recid, respeite sua autonomia política e pedagógica.
Que não tenha envolvimento e nem esteja respondendo processos de corrupção, sua finalidade, seja sem fins lucrativos.
Comprometa-se em respeitar os acordos e prazos dos contratos, sob pena de perder o contrato, de não fazer a gestão de outros projetos e de perder a confiança na relação política com a Rede.

EQUIPES E/OU COORDENAÇÕES EXECUTIVAS ESTADUAIS:

Há estados que organizam equipes de coordenação numa perspectiva executiva (equipes menores), compostas por educadores/as contratados, voluntários/as e representação dos movimentos, que se reúnem de forma mais frequente para tomada de decisões políticas e pedagógicas entre as reuniões dos coletivos estaduais, para maior agilidade dos encaminhamentos.
Observação: A organização desta equipe fica a critério da avaliação de cada coletivo estadual.

GRUPOS DE TRABALHO E EDUCADORES/AS REFERÊNCIA:

Grupos de trabalho temático e com caráter mais operacional para organizar e encaminhar as questões pedagógico/formação, comunicação, gestão e articulação política. A organização destes GT's fica a critério dos coletivos estaduais, (comunicação, pedagógico, articulação política e gestão compartilhada). Sua atuação será pautada e avaliada coletivamente. O educador/a de referência, não necessariamente, faz parte dos grupos de trabalho e tem como função fazer o diálogo com a equipe estadual e coordenação nacional no sentido de agilizar as demandas da reunião ampliada nacional e qualificar o diálogo.
- ORGANIZAÇÃO MACRORREGIONAL

ENCONTRO MACRORREGIONAL:

(Norte, Sul, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste), encontros dos quais participam educadores/as indicados/as pelos estados da macrorregião, a partir de critérios pré-estabelecidos, com a finalidade de planejar, trocar experiências, aprofundar temas de estudo, avaliar a caminhada e fortalecer a Recid na região, fazer encaminhamentos políticos e pedagógicos. É o espaço onde são escolhidos e referendados os/as representantes da macrorregião para Comissão Nacional, a partir da indicação dos estados em conformidade com a orientação nacional sobre este processo de escolha.

ARTICULAÇÃO MACRORREGIONAL:

Espaço onde os/as educadores/as, escolhidos/as pelos estados, se encontram em sua macrorregião para encaminhar e gerir, coletivamente, os processos políticos e pedagógicos, bem como contribuir para os processos de acompanhamentos aos estados em conjunto com o Talher Nacional e Comissão Nacional e nos processos organizativos dos encontros macros.
Observação: com esta organização está instância só existe nas macrorregiões Nordeste, Sul e Centro Oeste. Na Região Sudeste as reuniões ampliadas são este espaço de articulação. A Região Norte se reconhece com este espaço com a Coordenação Macro Norte.

I V - ORGANIZAÇÃO NACIONAL:

ENCONTRO NACIONAL:

É constituído com a participação de 3 a 5 educadores/as de cada um dos 26 estados e Distrito Federal, mais a Comissão Nacional, Talher Nacional e Entidades Âncoras Nacionais.
Atribuição: É a instância máxima de reflexão, discussão, planejamento e encaminhamento da RECID. Tem caráter avaliativo e deliberativo sobre os rumos e os processos políticos e pedagógicos mais amplos da Rede (PPP, políticas e Programas de Formação) que devem iluminar e orientar as decisões de todos os espaços coletivos da Recid.

REUNIÕES AMPLIADAS NACIONAIS:

Reuniões com mais participação dos/as educadores/as de referência - um/a educador/a de cada estado, contando com a Comissão Nacional - mais o Coletivo Nacional (CN/TN/IPF/CAMP). No caso os/as educadores/as da CN são também de referência dos estados.
Atribuição: organizar e encaminhar as deliberações dos Encontros Nacionais, fazer troca de experiências e avaliação da caminhada com foco na operacionalização do planejamento e o processo de gestão.

COLETIVO NACIONAL:

Colegiado de coordenação político e pedagógica da Rede, composto por representantes das entidades âncora nacionais, Comissão Nacional e Talher Nacional.
Atribuição: Encaminhar e deliberar as questões a partir das deliberações mais amplas dos encontros e reuniões ampliadas nacionais e de consultas aos estados sobre temas importantes. Organiza-se em equipes: Pedagógica, Comunicação, Articulação Política, Gestão e Sustentabilidade.

COMISSÃO NACIONAL:

Equipe formada por 12 educadores/as das 5 macrorregiões distribuídos na seguinte proporção: Norte e Nordeste com 3 educadores/as, Sul, Sudeste e Centro-Oeste com 2 educadores/as.
Atribuições:
Espaço de debate político e pedagógico, cujo papel é formativo, avaliativo e operativo dentro do princípio de fortalecer a horizontalidade da Recid e acompanhar os processos vivenciados no e pelos coletivos estaduais em conjunto com as entidades estaduais, como também compor o Coletivo estadual.
Processo de eleição:
1°- O educador/a deve ser indicado pelo estado, a partir de critérios construídos e reconhecidos pela macrorregião.
2°- Ser legitimado/a pela macrorregião como representante na Comissão Nacional
Duração do mandato: os educadores/as terão mandato de 2 anos.
Observação: criar mecanismos que garanta que o fim dos mandatos não seja concomitante, a fim garantir que a renovação dos educadores/as da Comissão Nacional seja sempre equilibrada entre veteranos e novatos.
Critérios para indicação de educadores para CN:
O educador/a deve ser indicado pelo estado e legitimado pela macrorregião;
Sentir-se identificado/a com o projeto e a missão da Recid expressos em seu Projeto Político Pedagógico;

Estar engajado/a, tenha histórico de militância na luta e trabalhos de base;
Ser educador/a contratado/a ou voluntário/a no estado, conheça a caminhada e esteja disposto a fortalecer as ações da Recid;
Ter facilidade de articulação para fazer as comunicações e repasses necessários, assuma os processos coletivamente e tenha habilidades de relatoria e sistematização;
Que seja um/a educador/ de diálogo com o Talher Nacional e Estados. **TALHER NACIONAL:** Equipe do Governo Federal, inserida na Secretaria Geral – Secretaria Nacional de Articulação Social – Departamento de Educação Popular, sediada em Brasília, composta por educadores/as com histórico e trajetória de militância e Educação Popular junto à organizações e movimentos sociais. A organização interna da equipe, perpassa pelo acompanhamento dos processos nas 5 macrorregiões, acompanhando os 26 estados e Distrito Federal nos processos políticos e pedagógicos de gestão, Educação Popular e mobilização social da Recid, em diálogo com a entidade nacional e Comissão Nacional.
Orientação: Ser uma equipe aberta ao diálogo e à construção coletiva e contribuir na coordenação, animação e fortalecimento dos processos junto aos estados. À esta equipe cabe o papel de interligar as conjunturas nacionais, articular o processo da Recid com as políticas públicas, fortalecendo a sua autonomia
ENTIDADES NACIONAIS: É ou são as que assumem participar do projeto da Recid, fazendo a gestão nacional junto ao órgão repassador dos recursos públicos do Estado. É necessário que tenha disponibilidade e abertura para participar nos encontros estaduais, participar efetivamente nas reuniões do coletivo nacional, compondo as equipes pedagógicas, comunicação, articulação política e gestão, reconhecendo a autonomia política e pedagógica da Rede.
Atribuições:
Divulgar os editais para seleção das entidades estaduais.
Fazer a contratação dos/as educadores/as dos estados.
Realizar a gestão à luz dos encaminhamentos e do diálogo coletivo com as deliberações nacionais e das equipes do TN e CN.
Fazer a prestação de contas, a gestão financeira e pedagógica dos recursos, junto ao poder público.

Critérios:
Ter histórico, caminhada e trabalhos em Educação Popular e que sua filosofia e metodologia esteja coerentes com os princípios da Educação Popular.
Que seja parceira da Rede e se compreenda e comprometa como um sujeito do processo de gestão compartilhada, junto com TN e CN, contribua pedagógica e politicamente com o fortalecimento da Recid.
Tenha disponibilidade e abertura para participar nos encontros estaduais, no coletivo nacional e nas equipes pedagógica e comunicação, articulação política e gestão, reconhecendo a autonomia política e pedagógica da Rede.
Que não tenha envolvimento e nem esteja respondendo processos de corrupção e sua finalidade seja sem fins lucrativos.
Que se comprometa em respeitar os acordos e prazos dos contratos, sob pena de perder o contrato, de não fazer a gestão de outros projetos e de perder a confiança na relação política com a Recid.

SECRETARIADO NACIONAL:

Educadores/as militantes contratado/as que dão apoio e suporte aos processos pedagógicos, de comunicação, gestão e encaminhamentos relacionados aos processos vivenciados pela RECID

em todo Brasil participam das equipes de trabalho do Coletivo Nacional (Pedagógica e de Comunicação, Gestão e Articulação Política), bem como de todas as demais atividades nacionais da Recid.

REDE DE EDUCAÇÃO CIDADÃ
Secretariado Nacional Setor de Indústrias Gráficas Quadra 06, Lote 800.
CEP: 70610 – 460 Brasília-DF
www.recid.org.br Fone: 61 3411 – 3890

Plano Político, Pedagógico e Organizativo da Recid, aprovado no 11º Encontro Nacional, a partir das contribuições de educadores/as, estados e macrorregiões, em março de 2012.

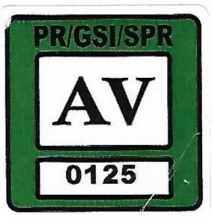
ANEXO III

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE SELVINO HECK COORDENADOR GERAL DA RECID

AUTORIZAÇÃO

Eu Selvino Heck autorizo a utilizar esta entrevista realizada no dia 08/06/15 **exclusivamente** para o uso **restrito** como fonte de informação para a tese de Emerson Adriano Sill do curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás.

Brasília 08 de junho de 2015



ANEXO IV

CONVÊNIOS PARA REPASSE DE RECURSOS FEDERAIS

TODOS OS CONVÊNIOS

imprimir

UF: **RS**
Município: **PORTO ALEGRE**

Detalhes do Convênio

Número do Convênio SIAFI:	750364 (Redireciona para o Portal Convênios - SICONV)
Situação:	Prestação de Contas em Complementação
Nº Original:	00078/2010
Objeto do Convênio:	Desenvolver processos de educacao popular, visando a garantia dos direitos humanos e fortalecimento da cidadania, na perspectiva da conquista, qualificacao e gestao democratica das politica publicas.
Orgão Superior:	MINISTERIO DOS DIREITOS HUMANOS
Concedente:	SECRETARIA NACIONAL DE CIDADANIA
Convenente:	CENTRO DE ASSESSORIA MULTIPROFISSIONAL
Valor Convênio:	14.193.004,86
Valor Liberado*:	14.193.004,86
Publicação:	03/01/2011
Início da Vigência:	15/12/2010
Fim da Vigência:	30/04/2013
Valor Contrapartida:	0,00
Data Última Liberação:	06/11/2012
Valor Última Liberação:	2.968.702,31

* Para saber cada uma das liberações, acesse a consulta - "Despesas Informações Mensais - Transferências de Recursos" - faça a consulta por exercício e selecione o Estado/Município desejado.

Relação de Documentos de Liberação

Selecione o(a) "Código do Documento" para obter o detalhamento do valor — Caso queira outra classificação, clique no título da coluna correspondente

Data	Código do Documento	Valor do Documento
17/02/2011	200016000012011OB800450	1.000.000,00
24/03/2011	200016000012011OB800720	2.906.163,76
24/01/2012	200016000012012OB800215	500.000,00
08/02/2012	200016000012012OB800522	1.000.000,00
21/03/2012	200016000012012OB801125	2.202.568,92
21/03/2012	200016000012012OB801126	94.920,00
21/03/2012	200016000012012OB801127	44.421,30
21/03/2012	200016000012012OB801128	240.000,00
21/03/2012	200016000012012OB801129	267.526,26
03/08/2012	200016000012012OB802786	2.968.702,31
06/11/2012	200016000012012OB803663	2.968.702,31

Página 1/1

« Primeira | ‹ Anterior | Próxima › | Última » | Página: nº página Ir

Saiba Mais

Saiba como obter informações adicionais, denunciar irregularidades ou comunicar inconsistência de dados

Clique aqui para baixar dados do portal

Recomenda-se visualizar em resolução 1024x768

Barra GovBr